

coleção
Singularis

VOLUME V

CAMPONESES, HISTÓRIA RURAL,
CULTURA RURAL, FAXINAIS,
PAISAGEM RURAL, MOVIMENTOS
SOCIAIS DO CAMPO

JOÃO CARLOS CORSO
(ORG.)

Texto e Contexto

EDITORA E LIVRARIA

copyright@2020JoãoCarlosCorso
COORDENAÇÃO EDITORIAL: Texto e Contexto Editora
Diretora e editora-chefe: Rosenéia Hauer
Capa: Dyego Marçal
Projeto gráfico e diagramação: Texto e Contexto Editora

C198 Camponeses, história rural, cultural, rural, faxinais, paisagem rural, movimentos sociais / [livro eletrônico]/ João Carlos Corso (Org.). Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020. (Coleção Singularis, v.5)

303 p.; e-book PDF Interativo

ISBN coleção: 978-65-990049-4-0

ISBN e-book: 978-65-88461-13-6

1. Espaço rural. 2. Campesinato. 3. Aldeamento. 4. Imigração - tradição. 5. Territorialização. I. Corso, Joao Carlos (Org.). II.T.

CDD: 323

Ficha Catalográfica Elaborada por Maria Luzia F. B. dos Santos CRB 9/986

CONSELHO EDITORIAL:

Presidente:

Dra. Larissa de Cássia Antunes Ribeiro (Unicentro)

Membros:

Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)

Dra. Silvana Oliveira (UEPG)

Doutorando Anderson Pedro Laurindo (UTFPR)

Dra. Marly Catarina Soares (UEPG)

Dra. Naira de Almeida Nascimento (UTFPR)

Dr^a Letícia Fraga (UEPG)

Dra. Anna Stegh Camati (UNIANDRADE)

Dr. Evanir Pavloski (UEPG)

Dra. Eunice de Moraes (UEPG)

Dra. Joice Beatriz da Costa (UFFS)

Dra. Luana Teixeira Porto (URI)

Dr. César Augusto Queirós (UFAM)

Dr. Valdir Prigol (UFFS)

Dr. Luís Augusto Fischer (UFRGS)

Dra. Clarisse Ismério (URCAMP)

*Todos os direitos reservados ao organizador.

*Os textos publicados neste livro são de responsabilidade dos autores.

*Este ebook será disponibilizado em livre acesso não sendo permitido venda ou reprodução parcial ou total sem a autorização dos organizadores.



Texto e Contexto
EDITORA



JOÃO CARLOS CORSO
(ORG.)

CAMPONESES, HISTÓRIA RURAL, CULTURAL
RURAL, FAXINAIS, PAISAGEM RURAL,
MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

coleção
Singularis

VOLUME V

Texto e Contexto

EDITORA

SUMÁRIO

7
Introdução

9
Capítulo 1
A indissociabilidade entre saúde ambiental e saúde humana: a
importância do campesinato e dos povos tradicionais
Joaquim Gonçalves da Costa (UFFS)

35
Capítulo 2
Conhecimento ambiental: uma contribuição da psicologia
Afonso Vieira (IFSC)

63
Capítulo 3
Uma narrativa da história agrária do Brasil
João Carlos Corso (UNICENTRO)

82
Capítulo 4
Corpo, gênero e violência nos espaços rurais de Mallet-PR
(1934-1943)
Gabriel José Pochapski (UNICAMP)
Hélio Sochodolak (UNICENTRO)

110

Capítulo 5

“Ela não tem direito a nada”: uma análise sobre as relações de poder na aquisição de herança, Paulo Frontin/PR (1987-1988)

Gabriela Migon (UNICENTRO)

Geovana Betu (UNICENTRO)

128

Capítulo 6

A política dos aldeamentos e o Cacique Doble: mobilidades e espaços Kaingang no norte da província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1845-1889)

Alex Antônio Vanin (UPF)

156

Capítulo 7

A vida entre águas: história e patrimônio cultural sob ameaça, Ilha Diana – Santos/SP

Rodrigo Silva (USP)

Carlos Eduardo França de Oliveira (UNICENTRO)

211

Capítulo 8

O caboclo do contestado no olhar do imigrante ucraniano – Iracema/SC – 1914-1915

Jaqueline Ester Litvin (UNICENTRO)

235

Capítulo 9

História e memória no distrito de Itapará (Iratí-PR)

Augusto Borges (UEM)

Tiago Boruch (UEM)

251

Capítulo 10

Processos de territorialização e de identificação nos faxinais: um
olhar a partir da categoria gênero

Marisangela Lins de Almeida (UFSC)

272

Capítulo 11

As sementes crioulas e as práticas sociais constitutivas de
territorialidades tradicionais quilombolas e faxinalenses no
contexto da região dos Campos Gerais do Paraná

Cleusi T. Bobato Stadler

Grupo Interconexões/UEPG/CNPq

300

“Sobre os Autores”

INTRODUÇÃO

Este e-book é o resultado da aproximação de vários pesquisadores que têm em comum o foco nas questões do meio rural e suas populações. A riqueza de elementos permite múltiplos olhares e múltiplas problematizações.

Iniciamos com a discussão realizada por Joaquim Gonçalves da Costa a cerca da saúde ambiental e saúde humana e como o camponato e os povos tradicionais desenvolvem práticas voltadas para esse tema.

Na sequência Afonso Vieira nos traz uma discussão da questão ambiental sob o olhar da psicologia. A qual passou a ter um campo específico denominado de Psicologia Ambiental, focando nas relações “pessoa-ambiente”.

A problemática agrária, em termos históricos, é apresentada por meio de uma narrativa em que João Carlos Corso busca mostrar os principais conflitos que marcaram o Brasil desde a colônia até meados do Século XX.

Já Gabriel José Pochapski e Helio Sochodolak analisam casos de violência no meio rural, na região de Mallet – PR, nas décadas de 1930 e 1940. Eles partem da documentação do judiciário, preservado no CEDOC/UNICENTO – Irati – PR.

Ainda em relação a processos crimes, Gabriela Migon e Geovana Betu mostram a situação de conflito em decorrência da divisão de uma herança que envolvia uma propriedade rural.

A temática indígena é retratada pelo estudo realizado por Alex Antônio Vanin a cerca da política de aldeamento realizada no norte

do Rio Grande do Sul na segunda metade do Século XIX. Também procura mostrar o papel desempenhado pelo líder indígena kaingang “Cacique Doble”.

A população caiçara da região de Santos – SP, entendida como um dos grupos de população tradicional, foi estudada por Rodrigo Silva e Carlos Eduardo França de Oliveira, quando elaboravam laudo (entre 2005 e 2007), sob os impactos da modernização da região portuária de Santos. Durante a realização desse laudo puderam documentar os desafios e resistências da população caiçara.

A autora Jaqueline Ester Litvin apresenta um estudo sobre o Caboclo do Contestado, na perspectiva da comunidade de imigrantes ucranianos, através do jornal Prácia. Trata-se de um novo olhar para o conflito do Contestado.

A história e a memória de uma comunidade rural de Irati-PR, estruturada por meio da instalação de uma colônia de imigrantes é analisada por Augusto Borges e Tiago Boruch. O distrito rural do Itapará é o foco desta análise.

A autora Marisangela Lins de Almeida apresenta a discussão sobre a problemática de identidade, a partir das questões de gênero nos faxinais. O foco se dá principalmente nas mulheres faxinalenses.

Por fim, a autora Cleusi T. Bobato Stadler faz uma discussão sobre a territorialidade nos quilombos e comunidades faxinalenses sobre a prática do cultivo e preservação das sementes crioulas.

Acreditamos que essa publicação possa colaborar com as pesquisas que tratam do meio rural e suas populações. Como também com uma maior compreensão da complexidade cultural que envolve esse espaço social.

João Carlos Corso

CAPÍTULO 1

A INDISSOCIABILIDADE ENTRE SAÚDE AMBIENTAL E SAÚDE HUMANA: A IMPORTÂNCIA DO CAMPESINATO E DOS POVOS TRADICIONAIS

Joaquim Gonçalves da Costa (UFS)

INTRODUÇÃO

Em tempos de pandemia (Covid-19) e crise sanitária, não há como não refletirmos sobre as principais determinações sistêmicas que induzem a situações como essas. Neste sentido, um conceito ampliado de saúde incorpora necessidade histórica e condição reflexiva-expliativa estratégica, bem como nos faz refletir como o metabolismo social e natural vem sendo constituído, controlado e utilizado pelo Modo de Produção do Capital.

Habitamos um planeta que é um organismo vivo, unitário, integral, composto em sua multidimensionalidade e totalidade, por elementos particulares materiais e sociais, que estão interconectados, e

que, portanto, são indissociáveis e expressão da cultura material de um tempo. Significa, portanto, dizer que quando uma dessas partes sofre intervenções violentas e destrutivas, e esteja em vias de morte e de desaparecimento, ou ainda, limitadas em suas capacidades e condições vitais, de subsistência, de sustentabilidade, de reprodução e de saúde, ‘todo o organismo está ameaçado pela mesma infecção’, como nos alertou Josué de Castro (2008).

Há, portanto, a necessidade de se pensar, desenvolver estratégias e tratar de forma indissociável a saúde coletiva (da população) e as condições do meio ambiente (como ordem físico-química, biológica e socioeconômica, mediado por sistemas naturais, sociais, culturais e artificiais) como base material de produção e reprodução da existência humana em sua multidimensionalidade. O nexo causal e relacional ‘primeiro’ desse processo, é sem dúvida uma interconexão fundante das condições materiais-ideais (ambiental: biodiversidade, fertilidade, sustentabilidade, agroecologia, alimentos naturais biologicamente e nutricionalmente superiores, etc.), as formas tecno-produtivas e de trabalho, a formação humana e científica adequada, a forma relacional e constituição metabólica humano-natureza, bem como, as políticas públicas indutoras, orgânicas e convergentes com esses princípios e bases materiais e sociais.

Estes elementos são as condições objetivas para materializar aquilo que defendeu Lang (2009) de um novo paradigma da ‘saúde pública ecológica’, onde a centralidade orgânica dessa composição está em demonstrar que a “saúde dos seres humanos e a saúde planetária estariam conectadas, e os alimentos seriam a interface dessa conexão” (SCHENEIDER; CRUZ; MATTE, 2016, p. 12).

Para tanto, propõe-se uma análise com estrutura conceitual e reflexiva que integra as dimensões biológicas, ambiental, social e econômica. O objetivo fundamental, portanto, é oferecer uma visão unificada da vida, da interconexão com a organização social e, fundamentalmente, apontar a centralidade da interconexão metabólica e interdependência entre o humano e a natureza, revelando também as condições objetivo-materiais atuais que colocam estes elementos na ‘ordem do dia’ e da necessidade histórica de repensar e propor outras formas de organização produtiva e social. É a tentativa de desenvolver uma maneira sistêmica e coerente de encarar algumas das questões mais críticas e pertinentes de nosso tempo histórico.

MATERIALIDADE DA QUESTÃO EM SEU ‘STATUS’ PRESENTE E AS TENDÊNCIAS DE INSUSTENTABILIDADE E IRREVERSIBILIDADE

O Modo de Produção Capitalista cada vez mais, e com mais intensidade e potência, desenvolve estratégias para a sua reprodução, que por sua natureza voraz, se apropria e leva ao esgotamento dos recursos naturais. Temos, portanto, uma crise estrutural do Modo de Produção Capitalista como um todo, com tendência objetivo-determinante de se tornar cada vez mais profunda. Mészáros (2011, p. 73), destaca que:

Outra contradição básica do sistema capitalista de controle é que ele não pode separar “avanço” de *destruição*, nem “progresso” de *desperdício* – ainda que as resultantes sejam catastróficas. Quanto mais o sistema destrava poderes da produtividade, mais libera os poderes de destruição; e quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem que sepultar tudo sob montanhas de lixo asfixiante.

Estes elementos caracterizam uma das principais contradições materiais [interconexa à luta de classes] do Modo de Produção Capitalista. A condição histórico-material demanda que se imponha linhas limítrofes e meios de superação desse modelo em processo¹. A lógica da economia sob a égide do capital é uma máquina produtora de crises sanitárias, crises de saúde e crises ambientais². É um mecanismo ínsito dentro do sistema que instiga, impulsiona e garante as condições objetivas para a acumulação irracional de uma minoria, que em tese expressam o totem da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países, que em linhas gerais, se tornou medida dogmática para demonstração de ‘eficiência sistêmica’. A degradação ambiental e dos ecossistemas, quando ‘percebida’ ou reconhecida, incorpora o entendimento dos ‘necessários custos’, ou efeitos colaterais inevitáveis inerentes ao processo produtivo e de acumulação, ou ainda, como um problema contornável pelas inova-

1. Se tomarmos a questão ambiental, vemos que é uma saturação de mediações em contradições que estão indicando para a direção de uma ‘possível’ contradição final. Ou seja, não havendo alternativa, a não ser desenvolver processos de preservação, conservação, reconstituição das bases da vida e superação desse modelo de desenvolvimento. Como bem destaca Marques Filho (2016, p. 23 – 24) que “Durante milênios a segurança das sociedades em face da escassez, das intempéries e de outras adversidades dependeu fundamentalmente da capacidade de acumular excedente pelo incremento contínuo de ocupação do solo, tecnologia, produtividade do trabalho, bens de produção e de consumo. A situação histórica atual tonou-se subitamente não apenas diversa, mas inversa em relação a esse longo passado. Pois as crises ambientais de nossos dias, desencadeadas justamente pelo êxito das sociedades industriais em multiplicar incessantemente o excedente, não apenas impõem novas formas de escassez, mas sobretudo geram ameaças mais sistêmicas à nossa segurança. [...] a equação ‘mais excedente = mais segurança’, decantada em nossa *forma mentis* ao longo de milênios, converteu-se hoje na equação ‘mais excedente = menos segurança’”.

2. Como destaca Capra (2002, p. 195) que “Os efeitos de longo prazo do uso excessivo de produtos químicos na agricultura foram desastrosos para a saúde do solo, para a saúde humana, para as relações sociais e para todo o meio ambiente natural do qual dependem o nosso bem-estar e a nossa sobrevivência futura. [...]. Os danos à saúde humana aumentaram correlativamente, à medida que uma quantidade cada vez maior de inseticidas tóxicos penetrava no solo, contaminava o lençol freático e chegava à nossa mesa”.

ções das tecnologias ou pela oportunidade para se aplicar o chamado ‘desenvolvimento sustentável’³.

Contudo, o que a história vem demonstrando é que a prática de autorregulação ou autocontenção objetivando não ultrapassar os limites da sustentabilidade e dos recursos naturais, não se aplica ao capitalismo. Como bem destaca Marques Filho (2016, p. 534) “Não o rege o princípio da homeostase⁴, próprio das dinâmicas de otimização da estabilidade interna de um organismo ou sistema”. Nessa lógica o principal ímpeto sistêmico é a necessidade de continuar a explorar e a consumir os recursos naturais como se fossem elementos privados, gratuitos e infinitos⁵. Por exemplo, “*A pesquisa agrícola tem feito dos fazendeiros, não produtores de um alimento de melhor qualidade, mas sim hábeis saqueadores dos recursos naturais*”. Esta racionalidade não leva em consideração a potencialidade de ‘valoração’ dos recursos

3.Neste caso mencionado o conceito é tomado sobre as mesmas bases do conceito de desenvolvimento hegemônico, portanto, ‘intra-sistêmico’. Contudo, autores como Altieri (2012) e Gliessman (2001), também trabalham com a ideia de sustentabilidade e/ou agricultura sustentável, mas sobre outra concepção e contrária a este entendimento de ‘desenvolvimento sustentável’.

4.Homeostase ou homeostasia são termos tomados da biologia [fisiologia] que expressa a propriedade e condição de um organismo permanecer em equilíbrio interno mesmo nas situações e condições em que há mudanças radicais no meio externo próximo e que haja certa conexão. em outras palavras é o processo pelo qual um organismo mantém as condições objetivas e de garantia internas da manutenção da vida e prevenindo-o de variações em sua fisiologia. ou seja, é a condição de relativa estabilidade que o organismo necessita para realizar suas funções adequadamente para o equilíbrio do corpo como um todo. as matrizes etimológicas do conceito são de origem grega, “homeo”: ‘similar’, ‘igual’ e “stasis”: ‘estabilidade’. [nota minha].

5.Em relação ao conhecimento técnico-científico agrícola vemos esse problema de maneira elevada. Como bem destacou Howard (2007, p. 290) “Quando se faz o uso da ciência para produzir novas variedades de altos rendimentos que exaurem até o último grama de fertilidade dos solos, adubos mais baratos e de efeito mais rápido, máquinas que realizam cultivos mais profundos e mais pesados, galinhas poedeiras que põem ovos até a morte, e vacas que se desfalecem num oceano de leite, deve estar faltando um pouco de bom senso por parte dos responsáveis por estas pesquisas”.

naturais como patrimônio da humanidade. Neste sentido, em seu cálculo de ‘valor’ não se insere o cômputo e o custo ambiental trazidos, por exemplo, pelos megaempreendimentos [do hidro e agro-negócios] das hidrelétricas, dos rebanhos, da exploração dos combustíveis fósseis, da siderurgia, etc., por um lado, ou por outro, pelo potencial biológico e os serviços prestados à biosfera, pelas condições e disponibilidade de água não poluída, pela não utilização das florestas ou de seus territórios, pela biodiversidade biológica [animal e natural]. Assim,

O capitalismo é insustentável em termos ambientais e a ideia de que se possa “educá-lo” para a sustentabilidade pode ser considerada como a mais extraviadora ilusão do pensamento político, social e econômico contemporâneos. O sistema socioeconômico que designamos pelo termo capitalismo define-se por duas características: (1) um ordenamento jurídico fundado na propriedade privada do capital; (2) uma lógica econômica segundo a qual os recursos naturais e as forças produtivas da sociedade são alocados e organizados pelos proprietários do capital com vistas à sua reprodução ampliada e a sua máxima remuneração (MARQUES FILHO, 2016, p. 59).

A produção industrial, tanto urbana, quanto rural são resultantes e expressam essa lógica de entendimento e aplicação dos meios de produção, força produtiva e relações de trabalho, e, também da relação ser humano com a natureza. Temos hegemonicamente, tanto uma produção industrial, quanto uma relação humano-natureza, tóxicas, ‘agrotóxicas’, exploradoras e violentas.

O lento envenenamento do solo pelos adubos artificiais é uma das maiores calamidades que tem sido infligidas à agricultura e à humanidade. [...]. A mãe natureza demonstrou a sua desaprovação através do aumento, sem precedentes, das pragas e das doenças vegetais, animais e por fim humanas. As máquinas pulverizadoras foram chamadas para proteger as plantas; as vacinas e os soros para proteger os animais. Em última instância sacrifica-se e queima-se os animais doentes. Esta política está falhando a olhos vistos. A população alimentada com produtos desequilibrados deve ser assistida por um dispendioso sistema de

consultas médicas em hospitais e casas de recuperação. (HOWARD, 2007, p. 322).

Vemos problemas e consequências negativas, desde a forma de como o humano interfere na natureza no processo mediado por relações de segunda ordem (mediações de segunda ordem⁶) até a relação de consumo e de qualidade dos produtos que são oriundos desse processo, como por exemplo, o próprio alimento produzido sob essa égide⁷. O que se sabe atualmente é que são inúmeros os tipos de doenças ou complicações no estado da saúde, com causas ou ligação direta com o desequilíbrio ambiental – consequência da atuação humana sobre a natureza –, como por exemplo, a cólera (vibrião transmitido por contato direto de água contaminada ou pelo consumo de alimentos contaminados), maior incidência de câncer (como consequência de inúmeras possibilidades, indo desde o contato com agrotóxicos até o consumo de alimentos ultraprocessados), distúrbios neurocomportamentais, como a depressão, perda da memória e ansiedade, elevação da pressão arterial e variação nas frequências cardíacas (como consequência de diferentes tipos de poluições), sobrepeso, obesidade, etc..

Há investimentos e esforços grandiosos desprendidos pelo sistema capitalista que trazem sérias consequências que vão da destruição

6.Quando tudo passa a ser controlado pela lógica da valorização do capital e obtenção de lucro. De acordo com Mészáros (2006), Marx aponta a propriedade privada, a divisão do trabalho, o intercâmbio e o próprio trabalho determinados nessa condição.

7.Como bem destacou Howard (2007, p. 322) “A inundação do mercado [...] com alimentos baratos, produzido em qualquer local e sob qualquer condição, fez com que agricultores [...] jogassem para os ares a velha prática da agricultura mista [...]”. Também na atualidade vemos essa racionalidade em voga, ‘desnaturalizando/artificializando’, ultraprocessando, contaminando e intoxicando o “alimento” e a água que chegam à mesa da maioria das pessoas. Processos imbricados com os interesses de acumulação e do aumento do lucro.

ambiental, ausência de acesso à alimentação, à degradação de hábitos alimentares tradicionais. Neste sentido,

O mecanismo da degradação dos hábitos alimentares abre as portas para doenças epidêmicas crônico-degenerativas, também chamadas de doenças crônicas não transmissíveis, cuja causa não estão (Lessa, 1998) vinculadas a um microrganismo propriamente dito. Delas, são exemplos as doenças cardiovasculares, as cerebrovasculares, o câncer e os diabetes. Todas são caracterizadas, além da “(...) não transmissibilidade, pelo longo curso clínico e pela irreversibilidade” (Lessa, 1998, p. 29). Ademais, são (Lessa, 1998) doenças com longo curso assintomático, situando os trabalhadores como vítimas acomodadas atrás do biombo da suposta saúde perfeita. (MACEDO, 2015, p. 314 – 315).

Além disso, ao tratar e priorizar um entendimento e conceito de saúde prioritariamente como intervenção nas doenças, portanto, curativa e corporativa, e nos efeitos resultantes de múltiplas combinações das causas com diferentes matrizes, vemos um estreitamento do conceito de saúde (coletiva) e sua transformação em ‘mercadoria’ e constituindo uma verdadeira ‘indústria da doença’ integrante dos processos de acumulação do capital. Desse modo, vemos que o capital e o Estado burguês, consideram os seres humanos como elementos descartáveis no processo produtivo, ou como portadores de doenças e condições biológicas que potencializam a acumulação do capital, e não como classe que têm direitos. Direitos, não apenas de acesso a uma saúde pública de qualidade, mas também, de ter os direitos inerentes, a respirar ar de qualidade, consumir água e alimentos sem contaminações, ou evitar os alimentos resultantes de produtos modificados geneticamente ou ultraprocessados pela indústria. Há, portanto, uma coisificação (reificação) tanto do humano quanto daquilo que deveria ser um bem e condição vital, conforme demonstrada neste entendimento a seguir, composto pela racionalidade sistêmica e bem expressado por Ribeiro (2017, p. 46):

i. a da naturalidade do risco: há sempre um risco material em qualquer processo produtivo e o risco depende de grau técnico e da necessidade de lidar com novas tecnologias; *ii.* a da responsabilidade individual: o risco físico, químico ou biológico é da natureza de cada ocupação e da responsabilidade de quem escolhe; *iii.* a da menos valia biológica, psíquica ou de comportamento: os que adoecem ou se acidentam são predispostos, sensíveis ou inadaptáveis; *iv.* a da confiabilidade técnico-normativa e de gerência: a obediência às normas de segurança e o uso de equipamentos de proteção disponíveis são suficientes para evitar ou manter a frequência de infortúnios do trabalho nos limites econômico, social, moral e politicamente controláveis; *v.* a da eficiência do sistema regulador/reparador, reajustável segundo demandas, possibilidades e pressões sociais.

Todos esses elementos trazidos, incidem diretamente nas condições objetivas que demarcam as condições de saúde, tanto ambiental, quanto humana⁸. Deste modo, verifica-se uma indissociabilidade entre a produção agroindustrial, indústria química e a indústria farmacêutica, demonstrada, inclusive na composição dos grandes oligopólios que incorporam esses diferentes setores produtivos e de acumulação⁹.

8.A substancialidade e relação do binômio doença-saúde, do adoecer e morrer das pessoas é uma das expressões, entre tantas questões complexas, da indissociabilidade com as condições e contradições da sociedade de classes. Neste sentido, compreender essas relações entre saúde ambiental e saúde humana, entre as relações que objetivam as condições de classe, a construção do entendimento acerca da saúde coletiva e sua relação com a força de trabalho que emergem com o capitalismo industrial, são determinantes para a análise e para as condições de negar esta situação dada. E, contrapondo a tudo isso, tomar a saúde em seu sentido mais amplo, em sua historicidade – inerente a esses processos dialéticos – e não compreender ou tomá-la como uma questão ou dimensão social autônoma apenas. Saúde, doença, infraestrutura e sistemas de saúde, a forma científica de abordagem da questão, são apenas expressões das condições objetivo-materiais e sociais de uma sociedade em suas contradições.

9.De acordo com Ribeiro (2003, p. 71) “A **grande indústria de sementes e de agrotóxicos, de agronegócios e farmacêuticas, cada vez mais globalizadas, baseiam-se no roubo e na privatização dos recursos genéticos e do conhecimento coletivo dos camponeses e dos indígenas adquiridos através dos séculos.** Nas tendências atuais, o **processo de concentração empresarial em nível global**, as indústrias de processamento de alimentos e os grandes supermercados vão se apropriar finalmente de todos esses ramos industriais e, portanto, **de toda a cadeia de fornecimento de alimentos e medicamentos,**

Verifica-se, portanto, que esse problema complexo, entre as condições naturais, recursos alimentares e saúde, ultrapassa e abrange muito mais do que o acesso aos alimentos, campo culinário e gastronômico, e remete, portanto:

[...] às culturas populares, a influências religiosas, à biologia e à medicina. Remete igualmente, aos mecanismos econômicos e acontecimentos políticos, às tensões sociais e às condições meteorológicas, às medidas fiscais e aos fenômenos sanitários: dito por outras palavras, às relações entre as condições alimentares e suas consequências patológicas (SORCINELLI, 2015, p. 792).

A fonte da saúde humana está, portanto, composta pelos elementos e bases externas, através da saúde ambiental e dos ‘frutos’ alimentícios, água e ar daí advindos, bem como, de outras relações naturais, sociais e de trabalho, para citar apenas alguns. É notável, portanto, que temos na atualidade um grande desafio que é superar essas formas de produção e reprodução sob esses imperativos de acumulação. Como nos chama atenção Jonas (1984) *apud* Marques Filho (2016, p. 655) que:

A verdadeira ameaça, mais que a continuidade da existência biológica do homem, é a existência do homem, a existência desta grande criação que caminhou *pari passu* com a crescente destruição das condições que a tornaram possível. Aqui está o paradoxo da função do espírito no mundo: graças a ele, toda essa grande aventura da humanidade vale a pena, mas ao mesmo tempo o espírito destrói também as condições que permitem prosseguir essa aventura”.

controlando desde o ‘germoplasma’ até os produtos finais de consumo, conseguindo um controle sem precedentes em setores básicos para a sobrevivência de todo mundo. Esse controle se verá aumentado pelos sistemas de patentes e pelos efeitos de novas tecnologias”. (Grifos meus). Ou como destaca Castro (2008, p. 21) “O que tentaremos mostrar é que, mesmo quando se trata da pressão modeladora de forças econômicas ou culturais, elas se fazem sentir sobre o homem e sobre o grupo humano, em última análise, através de um mecanismo biológico: é através da deficiência alimentar que a monocultura impõe, é através da fome que o latifúndio gera, e assim por diante”.

A questão histórica fundamental que precisamos considerar e tratar com rigorosidade, se refere ao entendimento da gravidade da crise global-sistêmica cada vez mais profunda, e as condições objetivo-materiais e políticas necessárias para sua resolução com força material para as condições de superação, tanto das múltiplas determinações dessa crise, quanto do próprio Modo de Produção.

Constituir um modo de [re]produção da vida essencialmente distinto deste que obtém a hegemonia na atualidade, é, portanto, um desafio ‘vital’. Nas palavras de Antunes (2011, p. 16):

A construção de um modo de vida dotado de sentido recoloca, [...], a necessidade imperiosa de construção de um novo *sistema sociometabólico*, de um novo *modo de produção* baseado na *atividade autodeterminada*, na ação dos *indivíduos livremente associados* (Marx) e em valores *para além do capital*. [...].

Tendo sido o primeiro *modo de produção* a criar uma lógica que não leva em conta prioritariamente as reais necessidades sociais, o capital instaurou, [...], um sistema voltado para a sua autovalorização, *que independe das reais necessidades autorreprodutivas da humanidade*.

Em contrapartida, uma nova forma de sociedade somente será dotada de sentido e efetivamente emancipada quando as suas funções vitais, controladoras do seu sistema sociometabólico *forem efetivamente exercidas de modo autônomo pelos produtores livremente associados, e não por um corpo exterior estranho e controlador dessas funções vitais*.

Considerando a intencionalidade e a especificidade deste escrito, vemos que há uma percepção cada vez mais clara que o campesinato, os povos tradicionais, como classe, sujeito histórico e político, bem como a forma de trabalho e produção implementado através da agricultura camponesa, detêm importantes e objetivas respostas à totalidade dessa problemática apresentada, bem como, têm constituído germes do novo, necessários e estratégicos para a construção desse devir histórico almejado de ruptura e superação dessa hegemonia catastrófica.

CONDIÇÃO HISTÓRICO-MATERIAL E PERTINÊNCIA DO CAMPESINATO E DOS POVOS TRADICIONAIS NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA SOCIEDADE, DA SAÚDE AMBIENTAL E DA SAÚDE HUMANA

Como já detalhadamente abordado nos itens anteriores, a economia capitalista assentada em sua força fundamental, que é a lei da acumulação de capital funcionando no processo de produção, veiculação [oferta-procura] e consumo, é por definição e por natureza, uma constante caminhada rumo a um “crescimento ilimitado”. Neste sentido o arcabouço da economia – [intra]sistêmica – subalterniza outras dimensões (naturais, sociais, culturais e humanas). É neste sentido, que se torna fundamental uma concepção de economia política que incorpora outros aspectos e dimensões no processo de produção dos bens necessários para uma determinada sociedade.

Digamos a mesma coisa nos termos de Nicholas Georgescu-Roegen: “O domínio dos fenômenos que a ecologia abrange é mais amplo que o domínio coberto pela ciência econômica”, de tal modo, afirma esse estudioso, que “a economia deverá ser absorvida pela ecologia”. No capitalismo, o mundo está ao contrário: o meio físico é concebido como matéria-prima, ou seja, como subsistema do sistema econômico. Há aqui uma inversão da *taxis* que resulta numa hierarquia igualmente invertida do mundo, incompatível com sua sustentabilidade. A faculdade de subordinar as metas econômicas ao imperativo ambiental não pertence, portanto, às coordenadas mentais do capitalismo. (MARQUES FILHO, 2016, p. 536 – 537).

É no interior dessas relações de forças e determinantes hegemônicos que a condição camponesa atual consiste. Ou seja, essas múltiplas determinações impõe um conjunto de relações dialéticas que expressam o ambiente hostil (com relações de dependência e subalternização, marginalização e privações de diferentes matizes) em que o campesinato tem de agir, se reproduzir e, enfim, resistir

projetivamente, dando respostas pelas quais evidenciem graus de autonomia e novos processos de valoração¹⁰ e formas de produção e coprodução¹¹.

A premissa fundamental dessa *resistência projetiva* incorpora alguns pilares fundamentais, tais como: 1- tratar a natureza (e seus bens gerais) como patrimônio da humanidade; 2- ter consciência de que os recursos são finitos e que devem ser utilizados como valor de uso e com racionalidade instigada pela sustentabilidade de longo prazo; 3- entender que a natureza é o corpo inorgânico do humano, que é constituinte de vida e garantia para as gerações futuras, e que, portanto, não deve ser violentada ou colocada em permanente condição de tensão extrema; 4- considerar a presença e pertinência em escala maior do trabalho vivo e de tecnologias limpas e apropriadas para uma produção e relação com a natureza, saudáveis; 5- reestruturar as bases materiais, mediações práticas e as políticas públicas interessadas e relacionadas a essa nova concepção de desenvolvimento e produção; 6- levar em consideração que a organização e luta social são pressupostos permanentes para a conquista dessa condição; 7- considerar que a fertilidade é natural [biológica] e não [bio-petro]química; 8- buscar a redução da dependência, privação e dominação, e lutar

10.Há que se levar em consideração as questões ontológicas relacionadas ao ‘valor’. É o indicativo da necessidade de uma nova racionalidade, a partir dessa base ontológica, para cálculo de ‘eficiência e produtividade’. Conforme Costa (2018, p. 532) “[...] busca a *inclusão de outras dimensões que qualificam a capacidade explicativa e de apreensão da materialidade, fundamentalmente visando o ‘longo prazo’ e a sustentabilidade ‘sócio-ecológica’*”. Ou seja, a natureza e sua história seja considerada como patrimônio da humanidade.

11.De acordo com Ploeg (2016, p. 61) “A centralidade da coprodução implica uma série de consequências de grande projeção. Implica, em primeiro lugar, que o desenvolvimento agrícola não pode ser compreendido como o desdobramento mais ou menos perfeito das leis fixas que supostamente devem governar a natureza e a economia. Em vez disso, é o resultado de interações e transformações contínuas que criam repetidas vezes novas constelações, cada uma com suas próprias regularidades e potenciais”.

e ampliar as condições objetivas para a autonomia; 9- Desenvolver uma ciência interessada ao povo, tal como a agroecologia como base produtiva e campo epistêmico.

Neste sentido, a agroecologia torna-se central nesse processo, tanto como mediação prática, quanto campo epistêmico (ciência e tecnologia), haja visto que o ponto de partida são iniciativas orientadas que procuram transformar os sistemas de produção calcados no processo de industrialização – como vimos – para alternativas e culturas diversificadas incorporando outras matrizes energéticas e processos orgânicos¹². De acordo com Altieri (2012, p. 15):

A Agroecologia fornece as bases científicas, metodológicas e técnicas para uma nova revolução agrária não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Os sistemas de produção fundados em princípios agroecológicos são biodiversos, resilientes, eficientes do ponto de vista energético, socialmente justos e constituem os pilares de uma estratégia energética e produtiva fortemente vinculada à noção de soberania alimentar.

São princípios instituídos (por ‘germes’ objetivo-materiais) e instituintes de um entendimento amplo acerca da necessária relação (cooperada) entre humano-natureza, e de uma consciência de ‘co-produção’ e de ‘coevolução’ em um dinamismo ‘metabólico’¹³ insti-

12. Concordando com Howard (2007, p. 324) “O estudo dos problemas agrícolas deve ter seu início, a partir do campo e não do laboratório. [...]. Sob este ponto de vista um agricultor observador e mesmo um simples trabalhador que tenham passado suas vidas em estreito contato com a natureza podem ser de extrema valia para o pesquisador. O ponto de vista de todos os camponeses do mundo é digno do maior respeito. Há sempre bons motivos para o uso de suas técnicas”.

13. Conforme indicado por Capra (2002, p. 23) “Não existe nenhum organismo individual que viva em isolamento. Os animais dependem da fotossíntese das plantas para ter atendidas as suas necessidades energéticas; as plantas dependem do dióxido de carbono produzido pelos animais, bem como do nitrogênio fixado pelas bactérias em suas raízes; e todos juntos, vegetais, animais e micro-organismos, regulam toda a biosfera e mantêm as condições propícias à preservação da vida”.

tuínte de ‘mediações de primeira ordem’¹⁴. É importante o que destaca Ploeg (2016, p. 60):

“Pessoas” e “natureza” são entidades diferentes. No entanto, são combinadas na prática da agricultura, que envolve a construção do devido equilíbrio que precisa atingir diversos objetivos. Ele deve oferecer uma produção suficiente (que permita “viver da terra”). Mas também precisa reproduzir a natureza, preferencialmente enriquecendo-a, aprimorando-a e diversificando-a. Usar e transformar a natureza também implica pessoas capazes de lidar com diversidade, incerteza e caprichos.

Neste sentido o papel de resistência projetiva do campesinato, é, em linhas gerais um processo síntese das condições materiais-objetivas a que está submetido, bem como, das grandes linhas de pensamento, de projeto de sociedade, de consciência de classe constituídos através desses tensionamentos e contradições. De acordo com Ploeg (2008, p. 285):

As respostas e o ambiente se definem e se constituem mutuamente, logo não é possível entender uma coisa sem a outra. Não existe qualquer relação “externa” entre eles: os dois estão ligados por relações internas através das quais as respostas dão forma ao ambiente da mesma forma que o ambiente gera essas mesmas respostas. Existe uma articulação mútua que se desenvolve de forma dinâmica ao longo do tempo e que implica que um lado da equação tenha impacto no outro e vice-versa. Um dos aspectos típicos da condição camponesa é que as respostas se desenvolvem através da construção de uma base de recursos que permite a co-produção entre o homem e a natureza.

É a partir desse entendimento que se discutem as grandes pautas para sociedade e como o campo e o campesinato contribuem para essa necessidade histórica. Entendendo que os princípios cultivados e levados ao cabo pelos camponeses e povos tradicionais são a ex-

14.É ontologicamente necessária expressando a atividade produtiva vital. Ou seja, é a relação sociometabólica com centralidade na atividade autodeterminada pelos indivíduos livremente associados, e numa relação humano-natureza mediada pela produção do valor de uso, e que as funções vitais dessa relação mediada, seja, portanto, para além do capital.

pressão de resistência e emancipação, é que se tem defendido a necessidade material de processos de ‘recampesinização’¹⁵. Sobretudo, porque são diversas as experiências no mundo que demonstram uma definição ‘operativa’ de sustentabilidade ecológica desenvolvida por camponeses e povos tradicionais. São processos que demonstram possibilidades de constituir comunidades humanas com sistemas naturais sustentáveis. Ou seja, são demonstrações de modos de organização comunitária, de vida, de negócios, de produção, de economia, de tecnologias e estruturas físicas que não prejudicam a capacidade intrínseca da natureza de sustentar a vida. Nesses processos, verifica-se que são experiências vitais que interconectam continuamente – ao longo do tempo – modos de vida, tanto humanos quanto não-humanos, e que demonstram as potencialidades e a condição material de que a sustentabilidade não implica uma imutabilidade das coisas e da natureza. Ou seja, é um processo dinâmico e não estático, mas que o equilíbrio ecológico é o seu maior valor. De acordo com Gliessman (2001, p. 600 – 601):

O Centro para Agroecologia da Universidade da Califórnia, Santa Cruz, desenvolveu a seguinte definição: *A agricultura sustentável é aquela que reconhece a natureza sistêmica da produção de alimentos, forragens e fibras, equilibrando, com equidade, preocupações relacionadas à saúde ambiental,*

15. De acordo com Ploeg (2008, p. 23) “Em essência, a recampesinização é uma expressão moderna para a *luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência*. A condição camponesa não é, definitivamente, uma condição estática. Ela apresenta uma linha através do tempo, com movimentos ascendentes e descendentes. [...]. A recampesinização implica um movimento duplo. Em primeiro lugar, ela implica um aumento quantitativo: o número de camponeses aumenta através de um influxo exterior e/ou através de uma reconversão, por exemplo, de agricultores empresariais em camponeses. Além disso, a recampesinização implica uma mudança qualitativa: a autonomia é aumentada, ao mesmo tempo que a lógica que governa a organização e o desenvolvimento das atividades produtivas se distancia cada vez mais dos mercados”.

justiça social e viabilidade econômica, entre os diferentes setores da população, incluindo distintos povos e diferentes gerações. Inerente a esta definição está a ideia de que a sustentabilidade agrícola não tem limites de espaço ou tempo – ela envolve todas as nações e todos os organismos vivos, e estende-se no futuro, indefinidamente.

Dentre as classes e sujeitos históricos fundamentais para buscar garantir a efetividade dessa indissociabilidade entre a saúde ambiental e a saúde humana (coletiva) com qualidade, estão o campesinato e os povos tradicionais atuando em formas de agricultura que contemplam processos e ecossistemas sustentáveis, garantindo longevidade e condições objetivas naturais para os processos de coevolução. As incidências nas condições de saúde perpassam e perpassarão por esses elementos.

O pensamento antigo ao tratar das condições da saúde¹⁶ – portanto, anterior ao processo mais intenso de quimização da agricultura – constitui uma base analítica multidimensional incorporando elementos relacionais externos à fisiologia humana que incidem então nas condições da saúde humana. Como destaca Mazzini (2015, p. 257), os “médicos da Antiguidade, em geral, têm plena consciência

16. A relação entre saúde e alimentação, incluindo esta última como um dos pilares da ciência médica, ou fundamental no período do nascimento da medicina na Antiguidade, sempre esteve em grau de relevo nas elaborações teóricas das ciências da saúde. De acordo com Mazzini (2015, p. 254; 255) “Muito se escreveu, durante a Antiguidade, sobre alimentação e sua relação com a saúde. [...]. A alimentação aplicada à saúde baseia-se em uma série de convicções e de conhecimentos que fazem dela um dos ramos fundamentais da medicina. Plenamente convencidos da importância da alimentação na vida do homem, são ou doente, os antigos preocupam-se com a relação de causalidade entre alimentação e a saúde e com a relação entre dietética e os outros ramos do saber médico. A saúde e a doença manifestam-se respectivamente por um equilíbrio e um desequilíbrio dos elementos que compõem o corpo humano [...]”. Mazzini destaca as contribuições dos pioneiros, dentre os quais estão Hipócrates (Séc. V-IV a. C.), Dioscórides (Séc. I d. C.), Galeno (Séc. II d. C.), Oríbase (Séc. IV d. C.), entre outros.

da necessidade de aumentar os efeitos preventivos e terapêuticos da alimentação, recorrendo a outros ramos do saber médico”. O conhecimento das condições objetivas, tanto da base produtiva do alimento, quanto do próprio alimento, tem relevância central quando se pensa as condições da realização da saúde humana.

As características fundamentais da alimentação do homem saudável são a variedade, a personalização, a flexibilidade, a moderação e, por fim [...], de fácil digestão. A variedade, explicitamente recomendada pela medicina antiga, manifesta-se na descrição dos alimentos: [...]. Outros fatores de diferenciação, como a procedência geográfica, o clima, o tipo de cultura, o meio ecológico, acentuam mais essa diversidade: [...]. Portanto, é necessário conhecer não apenas a natureza dos alimentos e das bebidas [...], mas também a sua procedência. (MAZZINI, 2015, p. 258).

São vários os argumentos trazidos que nos indicam fatores importantes que ligam à relevância do campesinato e povos tradicionais, fundamentalmente, por terem em seu conteúdo histórico-material e explicativo alternativas e saídas para as grandes crises cada vez mais globais e multidimensionais, tais como, a crise agrária, ambiental, alimentar, sanitária e, portanto, de saúde. Ou seja, o programa defendido pelos camponeses e povos tradicionais que indicam um projeto societário e de classe para a superação deste Modo de Produção, em linhas gerais implementam ‘germes’ do novo (a exemplo da agroecologia, da produção de alimentos agroecológicos, entre outros aspectos) em suas práticas de produção materiais e sociais que visam a superação dessa ruptura metabólica entre o homem e a natureza, bem como, trazem os elementos fundamentais para a revitalização tanto da saúde ambiental, quanto, da saúde humana (coletiva)¹⁷. No Brasil, por exemplo, temos a seguinte definição de saúde:

17. De acordo com Cunha (2016, p. 54 – 55), “O que há de interessante nessa reação é que não se trata apenas de reconfigurar a cadeia de fornecimento ou de restabelecer a autonomia da preferência do indivíduo soberano em suas decisões de consumo. Trata-se de

Em seu sentido mais abrangente, a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio-ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra, e acesso a serviços de saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida (BRASIL, 1986, p. 04).

Estes elementos trazidos no relatório final da VIII Conferência Nacional de Saúde realizada em 1986 definiram o marco político que adentrou posteriormente na Constituição de 1988 definindo a saúde como um direito de todos e dever do Estado, bem como demarcando a necessidade da construção de um sistema integrado de saúde¹⁸.

Essas alternativas e saídas têm sido demonstradas nos processos empíricos de recampesinização, de luta e de implementação da reforma agrária popular, de processos produtivos familiares e agroecológicos, sobretudo no que diz respeito à reconstrução substancial de processos ecológicos, sustentáveis, sociais e culturais. São processos de agricultura que visam a conversão da natureza (como substância ecológica) em alimentos e bebidas com qualidade mais saudáveis¹⁹

uma nova forma de comportamento baseada em um padrão de valores que defino ‘*Novo-Ancestral*’ (N-A), a partir do reconhecimento de novos valores atribuídos aos alimentos, associados a formatos organizacionais antigos ou ancestrais. O padrão ‘*novo-ancestral*’ reflete a criação de novos valores (no sentido econômico) que expressam, de forma indissociável, a qualidade, a representação social ou local e a forma de transação, marcadas pela mediação (antiga ancestral) da personalidade da escolha, da avaliação e da forma de negociação [...]. A qualidade está associada à valorização de elementos relacionados ao local de produção, às variedades ofertadas, à forma de produção e apresentação dos produtos, mesmo que seja baseada em julgamentos e avaliações qualitativas. [...]”.

18.Na CF/1988, em seu Artigo 196 define-se que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Contudo, verifica-se que os valores proclamados no relatório da 8ª Conferência em referência ao acesso à posse da terra, não entra no conceito de saúde reconhecido pelo Estado em nossa Constituição.

19.De acordo com Mazzini (2015, p. 258) “[...], os médicos da Antiguidade justificam seu interesse pela alimentação porque ela é importante tanto para os homens com boa saúde,

na busca de superação das condições e resultados apresentados pelo sistema agroalimentar sob a égide do capital, bem como, fortalecer processos e organizações autorregulatórios sob o princípio coletivo em diversas experiências, como é o caso, das agroindústrias e cooperativas camponesas.

Estes elementos são as condições materiais para essa concepção de saúde ampliada – que se expressa e habita no humano como completo bem-estar, social, físico e mental –, que nega e busca superar a definição e o arcabouço explicativo e organizacional da ideia de saúde hegemônica no interior das formas de produção capitalista. Ou seja, fica claro que “A saúde não é um conceito abstrato. Define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas” (BRASIL, 1986, p. 04).

Essa situação só pode ser modificada e superada a partir do esforço conjunto de toda a sociedade. É um projeto de civilização de novo tipo. O ponto de partida, como demonstrado, deve ser o convencimento a levar as pessoas a tomarem conhecimento e à construção da consciência crítica acerca dos perigos a que estamos submetidos, mostrando o caminho para a resolução e superação desses impasses. Desse modo, “A conexão existente entre um solo fértil e culturas saudáveis, animais saudáveis e por último, mas não menos importante homens saudáveis, deve ser amplamente divulgada e reconhecida” (HOWARD, 2007, p. 322 – 323).

A reconexão metabólica humano-natureza é uma questão central e urgente. E todos estes elementos anteriormente discutidos, e com

como para os doentes. Eles explicam também que uma alimentação apropriada permite obter uma cura mais completa do que a medicina”.

necessidades de afirmação ou negação, só serão possíveis na totalidade pela superação dessa ruptura metabólica causada pelas mediações produtivas de segunda ordem. A interconectividade das dimensões, neste texto analisados é que constituirão as condições objetivas (materiais e sociais) para garantir os efeitos almejados nesta análise e reflexão. As condições de saúde da natureza são de grande valia para o bem-estar da humanidade.

Os profetas estão sempre a mercê dos acontecimentos. No entanto, em me aventuraria a concluir [...] com a previsão de que, pelo menos, a metade das doenças humanas desaparecerá se nossos suprimentos alimentares passarem a ser produzidos em solos verdadeiramente férteis e consumidos em estado natural (HOWARD, 2007, p. 327).

A eficiência e a relevância da agricultura do futuro, bem como a composição ou consideração de outros valores, que computem a necessidade da excelente condição natural, da biodiversidade, da fertilidade, da sanidade e equilíbrio natural, nas formas de produção e reprodução da existência humana, são os elementos fundamentais para uma nova civilização e a garantia dessa saudável indissociabilidade entre saúde ambiental e saúde humana (coletiva).

CONCLUSÃO

Em linhas gerais, por condicionantes objetivos-materiais de destruição ambiental e de demonstração da insustentabilidade desse Modo de Produção, a ruptura e superação desse modelo sistêmico é uma condição histórica e condição determinante para podermos pensar no futuro que queremos.

Um sistema socioeconômico com sustentabilidade só poderá ser caracterizado quando verificado que a sua atividade econômica de produção e reprodução social, esteja vinculada e não destrua a bio-

diversidade e nem a violente em suas condições de reprodução e numa velocidade superior à suas condições vitais e capacidade de reconstituição, adaptação e restauração. Além disso, é a demarcação de um protocolo (um contrato social) que demonstre que a atividade econômico-produtiva é capaz de garantir e satisfazer as necessidades do presente em uma sociedade, sem, de fato, comprometer as condições objetivas para se garantir às futuras gerações a satisfação de suas necessidades de produção e reprodução da existência. É a capacidade de compatibilidade entre o humano como ser social e a diversidade natural, como ser inorgânico e orgânico, mas que em sua totalidade são as dimensões instituintes do processo histórico combinado com o *continuum* biológico e social. Não existe nenhum tipo de ‘organismo’ biológico individual ou social que não necessite de diferentes interações.

A agricultura camponesa vem se mostrando estratégica em seu papel de colaboração para amenizar as mudanças climáticas, de colaborar com a manutenção das bases sustentáveis naturais. Historicamente se mostrou resiliente, com alta capacidade de adaptação, sendo os camponeses, hábeis ‘gestores’ ambientais, produtores de alimento com excelente qualidade biológica e nutricional e interconectores de conhecimentos e práticas. Além disso, há a perceptível contribuição de que as experiências produtivas campesinas e dos povos tradicionais, trazem em seu bojo formas de dar respostas aos diferentes tipos de escassez – que surgiram e que tendencialmente se fortalecem – como por exemplo de comida, de energia, de água, de trabalho, etc. São, portanto, verificados germes do novo, condições objetivas que potencializam processos de mediações na direção do devir histórico e garantias em sua materialização radical, da saúde

humana e ambiental, saúde dos ecossistemas e saúde social, esta última entendida também como justiça social.

Vemos que a indissociabilidade entre saúde ambiental e saúde humana (coletiva) parte da premissa da sustentabilidade em termos ecológicos. Porém, é verdade que a sustentabilidade ecológica apenas concretizar-se-á em um contexto econômico e social que tenha as condições materiais-ideais (natureza + sociedade) para dar-lhe o suporte. Os agroecossistemas são as formas de funcionamento e reprodução das interações ecológicas, e a sua caracterização advém da intervenção humana. Desse modo, os agroecossistemas são a expressão e reprodução e estão intimamente ligados à forma interativa do homem com a natureza, aos sistemas econômicos e sociais de um determinado tempo. Nesse sentido, o campesinato e os povos tradicionais têm contribuído para esse processo e apresentado alternativas tensionando os fatores sociais, culturais, econômicos, políticos da ordem hegemônica.

Os princípios ecológicos e de sustentabilidade da biodiversidade têm uma relação direta com o nosso bem estar e com a nossa saúde. Através das condições e necessidades essenciais-vitais de comer, respirar, beber, ter um teto, se vestir, estamos organicamente vinculados e inseridos nos processos cíclicos da natureza. Como já mencionado a saúde humana (coletiva) é signatária e dependente da pureza do ar que respiramos, da água que ingerimos, bem como, do tipo de solo onde se produzem os alimentos que consumimos.

A retomada e a ampliação acerca da compreensão dos princípios de funcionamento e organização dos agroecossistemas – milenarmente desenvolvidos e ampliado pela socialização do conhecimento

agrícola e atuação dos povos do campo – para sustentar as bases da vida natural e social, é o primeiro passo na direção da sustentabilidade e para a construção da saúde ambiental, ao tempo que se inscreve importante, para reverter as condições objetivas impostas pelo Modo de Produção Capitalista. Neste caso o conhecimento é estratégico, pois é subsídio fundante na constituição dos projetos agroecológicos e na concepção de outras formas de tecnologias e instituições sociais, de modo a superar a ruptura e o abismo que atualmente separa as criações humanas dos sistemas de reprodução (ecologicamente sustentáveis) da natureza.

As condições da saúde humana (coletiva) advinda da saúde ambiental, estão justamente nos processos pelos quais os nossos objetivos humanos são inseridos de maneira cuidadosa, deliberada e intencional na grande teia de relações e fluxos vitais do mundo natural. A indissociabilidade defendida desde o início deste texto, incorpora fator material e ganha sentido, somente se seus princípios fundamentais estejam ancorados e reflitam os princípios que a natureza desenvolveu para sustentar a vida em sua dinâmica e potência vital.

Em última instância devemos nos conscientizar de que os princípios e as bases fundamentais sobre os(as) quais as nossas futuras gerações e futuras instituições sociais se sustentarão e se erguerão, terão que ser coerentes e interdependentes com os princípios de organização e sustentabilidade da natureza, bem como, de suas condições de reprodução e de sustentação da vida. Esta tarefa histórica e inadiável, deverá ser cada vez mais potencializada.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo-Rio de Janeiro: Expressão Popular-AS-PTA, 2012.
- ANTUNES, R. Introdução. In.: MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BRASIL. **8ª Conferência Nacional de Saúde – Relatório Final**. Brasília: MS, 1986. Disponível em http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_8.pdf. Acesso em 17/08/2020.
- CAPRA, F. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Editora Cultrix, 2002.
- CASTRO, J. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro – pão ou aço? 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- COSTA, J. G. **Soberania Alimentar**: dimensões material, prático-política e utópica e contraposição à [Des]ordem do Sistema Agroalimentar. Tese de Doutorado – Rio de Janeiro: UERJ, 2018.
- CUNHA, A. R. A. A. Capítulo 3 – Abastecimento alimentar: a superação do padrão Velho-Obsoleto para o Novo-Ancentral. In.: CRUZ, F.; MATTE, A.; SCHENEIDER, S. (org.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos**: desafios e novas estratégias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. (p. 53 – 68).
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- HOWARD, S. A. **Um testamento agrícola**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- LANG, T. Reshaping the food system for ecological public health. **Journal of Hunger & Environmental Nutrition**. Vol. 4, n. 3, p. 315 – 335, 2009.
- MACEDO, R. F. A destruição em massa: a tragédia da fome e da degradação dos hábitos alimentares. In.: NOVAES, H.; MAZIN, Â. D.; SANTOS, L. (org.). **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. (p. 301 – 321).
- MARQUES FILHO, L. **Capitalismo e colapso ambiental**. 2ª ed., revista e ampliada. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2016.
- MAZZINI, I. Capítulo 14: A alimentação e a medicina no Mundo Antigo. In.: FLANDRIN, J-L.; MONTANARI, M. **História da Alimentação**. 8ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2015. (p. 254 – 265).
- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo 2006.
- PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto Chayanoviano – Estudos camponeses e mudança agrária. São Paulo – Porto Alegre: Editora da Unesp – Editora da UFRGS, 2016.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RIBEIRO, H. P. **De que adoecem e morrem os trabalhadores na era dos monopólios (1889 – 2016):** sociopatias, produção, violência, trabalho e saúde coletiva. Vol. II. São Paulo: Cenpras, 2017.

RIBEIRO, S. Camponeses, Biodiversidade e novas formas de privatização. In.: CARVALHO, H. M. (org.). **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade.** São Paulo: Expressão Popular, 2003. (p. 51 – 72).

SCHENEIDER, S.; CRUZ, F. T.; MATTE, A. Capítulo 1 – Estratégias alimentares e de abastecimento: desafios e oportunidades para as cidades e para o meio rural. In.: CRUZ, F.; MATTE, A.; SCHENEIDER, S. (org.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos:** desafios e novas estratégias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. (p. 9 – 22).

SORCINELLI, P. Alimentação e saúde. In.: FLANDRIN, J-L.; MONTANARI, M. **História da Alimentação.** 8ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2015. (p. 792 – 805).

CAPÍTULO 2

CONHECIMENTO AMBIENTAL: UMA CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA

Afonso Vieira (IFSC)

[...] disso eu tenho certeza, pois o melhor acaba sempre acontecendo, e o futuro é melhor que qualquer passado [...] a coisa mais impossível de se deter no Mundo é a marcha de uma ideia. Nada poderia jamais impedir o homem de procurar tudo pensar e tudo experimentar até o fim.

(Teilhard de Chardin)

INTRODUÇÃO

Tem se tornado comum nas mídias algumas narrativas evocadas em palavras como desconfiança, escândalos políticos e financeiros, terrorismo, crises mundiais, e hoje, de maneira mais forte, os problemas socioambientais - que acontecem de modo mais evidente, a partir da Revolução Industrial - oriundos do crescimento populacional nas áreas urbanas, dos processos de industrialização e produção

de tecnologia, das formas de consumo e da degradação ambiental, caracterizada pelo processo de desenvolvimento das sociedades contemporâneas.

As conclusões e recomendações do *Relatório de Avaliação Ecológica do Milênio – (MA)*, publicado em 2006, são claras quando afirmam que a atividade humana fundamentalmente extensiva tem mudado o mundo em torno de nós. O modo pelo qual os seres humanos alteraram o ambiente biofísico tem levado a benefícios significativos para a sociedade, mas estes benefícios têm sido acompanhados por um rápido aumento dos custos devido à degradação dos ecossistemas. Essas alterações também aumentaram a probabilidade de mudanças dramáticas e abruptas para os ecossistemas, o que poderá ter impactos devastadores e permanentes para as gerações atuais e futuras.

São muitos os fatos: biodiversidade em declínio; pressão demográfica crescente, de 1,5 bilhão de pessoas em 1900 para 7 bilhões, e o processo de urbanização e crescimento das megacidades afetam as questões relacionadas a água e alimentação; recursos naturais em declínio, produção industrial e consumo desses recursos aumentando chegando a 125% do nível sustentável a longo prazo, pois a demanda humana excede a oferta; grande parte dos países com índice de desenvolvimento humano (IDH) abaixo do estabelecido pela ONU, isto é, 0,8; taxas de esgoto tratado principalmente nos países em desenvolvimento abaixo dos 17 %; mostram o cenário de referência atual (BINDÉ, 2010). Esses fatos não deixam dúvidas acerca do impacto da atividade humana sobre a biodiversidade e a “saúde” do planeta. Já estamos consumindo globalmente mais recursos naturais do que o planeta pode produzir de modo sustentável, e criando mais poluição do que se pode absorver, além de problemas com lixo,

aquecimento, desmatamento, entre outros. Além disso, a questão da desigualdade na divisão e acesso aos recursos, ao que se produz, é enorme. Os resultados do MA, e outros relatórios mostram que já estamos vendo as consequências do nosso impacto sobre o meio ambiente, meio do qual dependemos.

O cenário parece pessimista o que faz pensar que todos esses fatos possam significar um encaminhamento de nosso mundo ao colapso. Todavia a história da Humanidade é feita de altos e baixos, e nela há períodos de euforias, de exaltação, e momentos de falta de luz, obscuros. Por suposto também há sinais em nosso cotidiano, outras narrativas não obscuras vindas de iniciativas, quer de instituições governamentais e não governamentais, quer da sociedade civil, das instituições de ensino, dos centros de pesquisas, etc. que apontam para o destino da Humanidade de forma mais otimista e positiva, ligados a iniciativas, práticas e políticas conjuntas dos homens de boa vontade, que corroboram a epígrafe de Teilhard de Chardin citada acima. Pois para esse autor há uma profunda esperança em um futuro que vai constituindo a Humanidade e o universo, tal como deve ser, e que no íntimo de cada homem de boa vontade é facultada a liberdade de ter a confiança de que o último ato de evolução sobre a terra não poderá falhar (CHARDIN, 1986).

Percebe-se então que a questão ambiental, suas características e evolução assumiram uma institucionalidade no mundo e na sociedade brasileira, atingindo vários organismos civis, de mercado e o próprio Estado, que atualmente não pode ser ignorada pelo fato de fazer parte da nossa vida cotidiana.

É a partir deste contexto que este artigo propõe, através de um estudo bibliográfico exploratório, perceber a partir desse processo complexo da institucionalização das questões ambientais nas ciências ambientais, suas características e sua evolução, bem como os desdobramentos dessas questões, que produz inquietações em todos os campos disciplinares, principalmente na área das ciências ambientais como um lugar fecundo para uma construção de um saber interdisciplinar, ensejada pela natureza interdisciplinar dos problemas socioambientais. Infere-se também o resgate no debate da relação sociedade natureza, particularmente na sua zona de fronteira, de categorias éticas baseadas numa lógica da inclusão da “alma”, elo que liga essa relação, e de valores como a sensibilidade, o amor pelo mundo. Valores estes que podem preencher o sentido de desertificação do mundo, a lacuna da separação, ocupar os espaços fronteirios da divisão, ser ponte e vínculo unitivo entre sociedade natureza. Ética que torna-se um imperativo ao debate socioambiental. Valores éticos que propiciem uma nova consciência para o agir do homem, para a sua integridade e o seu desenvolvimento.

E por fim, este artigo propiciar o contato com a psicologia que se insere em um debate mais amplo acerca da questão e dos desafios derivados da questão ambiental que ganha força a partir de meados do século XX. Uma psicologia que vai denominando-se como Psicologia Ambiental, que trabalha com o campo das relações pessoa-ambiente e se insere como área interdisciplinar podendo contribuir com o campo emergente do conhecimento ambiental.

A PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

O reconhecimento da necessidade de um aprofundamento da problemática ambiental em todo o mundo, e de que a sua solução exigiria uma abordagem interdisciplinar, faz com que a participação das universidades se exerça principalmente com o desenvolvimento de uma consciência crítica, sugerindo também estratégias adequadas ao planejamento, à execução e ao controle da política ambiental brasileira. Há, portanto, patente preocupação quanto à inclusão social na questão ambiental, provável consequência de aproximação entre os setores de ensino, pesquisa e extensão universitários (ROCHA, 2001).

Com isso observa-se que há um processo de institucionalização da questão ambiental no Brasil. Esse processo torna-se base, também, para a inserção da dimensão ambiental em outras esferas, como no sistema nacional de educação, com a inserção de disciplinas transversais de educação ambiental. A questão ambiental tem evoluído em todo o mundo e podem-se observar seus reflexos e sua institucionalização também no Brasil.

Na visão de Barbieri (2009), a preocupação com as questões ambientais e os problemas dela surgidos, decorre dos processos de crescimento e desenvolvimento, e a percepção evolui paulatinamente de modo diferenciado entre todos os envolvidos e impactados por essas questões, como os indivíduos, os agentes governamentais, as organizações internacionais, a sociedade civil organizada etc. Num primeiro momento a percepção e a reação da maioria das pessoas como consumidores ou produtores de bens e serviços frente a essa

problemática é de ignorância, de indiferença e negligência, e o modo de enfrentamento das consequências oriundo desses problemas ambientais é de natureza reativa, corretiva e repressiva através de multas e proibindo as atividades produtivas ou exigindo meios de controle da poluição provindas dessas atividades industriais. Em seguida o problema é generalizado, no sentido de que fica confinado aos limites dos estados nacionais que não possuem uma gestão eficiente, e que passam a intervir acrescentando às práticas corretivas e repressivas na resolução desses problemas ambientais, estímulos à substituição de processos produtivos poluidores com tecnologia mais “limpa”, como também o estudo prévio de impacto ambiental para licenciamento de empreendimentos que possuem elevada capacidade de interferência no meio ambiente. E por fim essa problemática é percebida de maneira global, planetária, porquanto suas consequências podem atingir a todos e são vinculadas ao estilo de desenvolvimento concebido e praticado pelos países. E com isso o novo enfrentamento se dá questionando as políticas e metas de desenvolvimento e a racionalidade a elas subjacente, o subdesenvolvimento de nações e as novas dimensões ao entendimento de sustentabilidade. Diante dessa nova percepção agregam-se às questões da problemática ambiental outras dimensões como a econômica, social, o que vem formar o tripé clássico, empenho do chamado desenvolvimento sustentável.

As questões referentes aos problemas ambientais fazem parte de nossa vida cotidiana e não podem ser ignoradas, contudo Rodriguez (1997) tem nos mostrado que há certo equívoco nos discursos sobre a crise ecológica em relação aos ‘problemas ambientais’. Com um pouco mais de reflexão podemos observar que, na realidade, se trata de problemas da Humanidade, isto é, do comportamento humano,

da interação do homem com o seu ambiente, que alteram os parâmetros ambientais gerando e agravando os problemas ambientais e que afetam, posteriormente, de modo cíclico, a própria vida das pessoas, quer na produção, quer no consumo.

Pode-se perceber desta forma que a busca pela produtividade para satisfação, através do consumo, de nossas necessidades, demandada por problemas, por exemplo, de superpopulação e de desigualdade social na distribuição de renda, levam-nos à exploração dos recursos naturais de maneira abusiva, o que funda toda essa problemática que não é só ambiental, mas socioambiental. Na problemática socioambiental percebe-se então que a discussão em torno da relação entre homem e natureza desta maneira não pode estar centrada apenas no homem ou no ambiente, mas, sobretudo possui características socioambientais, ou seja, existe uma mútua relação entre esta sociedade e a natureza, uma transformando a outra nesse processo de inter-relação. No entender de Moscovici (1975), não podemos polarizar essa vinculação, mas precisamos ver nela uma vinculação recíproca, uma comunicação, uma regulação orgânica. E para que isso aconteça cada polo - sociedade natureza - deve se envolver nesse processo de encontro, num processo de “*habitar*” conforme Polanyi descreve no seu livro “O Estudo do homem”; processo esse em que ambas as realidades se conhecem e se interligam habitando uma à outra, cabendo ao homem, possuidor de uma consciência, ser o protagonista, o que pode proporcionar esse encontro. Pois é função da sociedade ser a primeira a dar o passo no processo de ressocialização com a natureza, habitando-a de forma amorosa, intervindo nela de modo equilibrado, cuidadoso, inclusivo, pois a sociedade faz parte do am-

biente, nele vive. Como aponta Moscovici (1975, p. 27), “natureza e sociedade não se excluem mutuamente”.

Como na relação entre os seres humanos e a natureza, a exploração é praticamente unilateral, pois a natureza nessa relação não cria tensão, ela, à exceção das catástrofes naturais, apenas doa seus recursos. Cabe então um esforço de toda a sociedade, uma preocupação de todos no esforço de atuar a nível não só de desejo, mas também de uma atitude conjunta, proativa, na resolução dos problemas complexos resultantes dessa crise civilizatória, compreendida assim por Leff:

as questões ambientais, com a sua complexidade, e a interdisciplinaridade emergem no último terço do século XX (finais dos anos 60 e começo da década de 70) como problemáticas contemporâneas, compartilhando o sintoma de uma crise de civilização, de uma crise que se manifesta pelo fracionamento do conhecimento e pela degradação do ambiente, marcados pelo logocentrismo da ciência moderna e pelo transbordamento da economização do mundo guiado pela racionalidade tecnológica e pelo livre mercado (LEFF, 2000, p.32).

E ainda, de acordo com Leff (2001), a problemática ambiental implica que todo conjunto de disciplinas, tanto das ciências naturais e tecnológicas, como das sociais, internalizem um *saber ambiental*, para que se possa efetivamente construir um conhecimento capaz de “captar a multicausalidade e as relações de interdependência dos processos de ordem natural e social que determinam as mudanças socioambientais” (LEFF, 2001, p. 109).

A interdisciplinaridade entre as disciplinas tradicionais é indispensável para apreensão da complexidade dos problemas do ambiente e para formulação de suas soluções (UNESCO, 1980), mas o saber ambiental “é mais do que [...] a conjunção das diversas disciplinas para resolver um problema concreto”, ele se constitui a partir

de uma nova consciência das relações entre desenvolvimento e meio ambiente fundada numa ética que “resiste à exploração, ao desperdício e à exaltação da produtividade como um fim em si mesma”, numa perspectiva social de solidariedade e de equidade em relação ao meio ambiente (LEFF, 2001, p. 210-211).

Um saber não só caracterizado por ideias, conhecimento, mas também como prática, como um saber, ou seja, no dizer de Foucault (1991), como um processo que modifica o sujeito, como um trabalho realizado para conhecer. Podemos dizer ainda que uma mudança de saber é uma mudança de paradigma no sentido em que questionamos o modo de conhecer predominante que não dá conta de lidar com as questões emergentes da sociedade, em especial com essas que são frutos da “crise” ambiental. Questões que estão nas fronteiras do paradigma emergente. E na fronteira entramos em contato com as duas partes, encontramos os saberes da ciência e os saberes dos outros que estão no inconsciente coletivo da civilização. Como diz Leff, devemos “aprender a ouvir o outro; aprender a nos sustentar em nossos saberes incompletos, na incerteza e no risco, mas também na pulsão de saber” (LEFF, 2001, p.184).

Temos de “aprender a ouvir harmonias até agora inaudíveis” e também “abrir nossa razão e sensibilidades para deixar o *ser* ser, para abrir as comportas do tempo para um devir, para um por vir”. Nas palavras de Leff percebemos um discurso da esperança, do não saber que se torna um saber construído “no encontro face a face para além da objetividade e do interesse” (LEFF, 2010, p.184, grifos do autor).

As questões relacionadas à problemática socioambiental são interdisciplinares e demandam esforço pela busca de soluções desses problemas não são resolvidos dentro de uma única abordagem científica, necessitando, portanto da colaboração de outras especialidades, quer do universo das ciências sociais como do das ciências da matéria e da vida. Os saberes, os conhecimentos da sociedade civil que dizem respeito às questões referentes à problemática socioambiental, devem também ser levados em conta e podem ser indicativos na colaboração para resolução desta mesma problemática. (RAYNAUT, 2011).

Se por um lado surgem uma demanda de mobilização da sociedade como um todo e muitas iniciativas diversas para o enfrentamento dessa problemática, também nas ciências, e particularmente nas ciências ambientais, há um grande interesse e contributo, principalmente no aspecto de uma reflexão epistemológica, ou na busca de um caminho que serve para a abordagem da *realidade híbrida* em que a área das ciências ambientais e seus pesquisadores atuam, utilizando como ferramenta a abordagem interdisciplinar.

Nesta visão contemplamos o convite para que os vários saberes atuem conjuntamente, utilizando a interdisciplinaridade como caminho cooperativo a fim de buscar soluções para reverter o quadro da problemática conhecida como socioambiental. Pois sabendo do risco que a Humanidade corre, em termos de sobrevivência, é razoável advogar que o estabelecimento de um princípio cooperativo entre as ciências possibilitará produzir um saber que conduza para a “salvação” do *Homo sapiens* e de seu ambiente. É como diz o biólogo Humberto Maturana: “a origem antropológica do *Homo sapiens* não se deu através da competição, mas sim através da cooperação. [...] o que nos

faz seres humanos é nossa maneira particular de viver juntos” (MATURANA, 1999, p.185). É também o que diz o pensamento de Eisler em “O Cálice e a Espada”, sobre a alternativa de *abertura de caminho*, para que, em vez da destruição, possamos, através de novos rumos na estruturação da política, economia, ciência e espiritualidade, passar a uma nova era em um mundo de parceria (EISLER, 2008).

O RESGATE DA RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA: A BUSCA DE UMA ÉTICA QUE UNE

No debate da relação entre sociedade natureza e a crise socioambiental, é mister pensar, sentir e agir dentro de uma outra lógica que não a habitual do “terceiro excluído”. E o princípio do terceiro excluído afirma que ou uma proposição é verdadeira ou é falsa, e não há uma terceira opção viável, ou nada existe entre ser e não ser. Esses princípios irão garantir desse modo as condições que asseguram a realidade lógica das coisas. Todavia há outra lógica, a do “terceiro incluído”, um dos pilares da transdisciplinaridade, segundo Nicolescu (2000). A lógica do terceiro incluído não irá abolir a do terceiro excluído: ela apenas limita sua área de validade.

Michel Serres nos diz que “o que não tinha mais lugar, ocupa todo o lugar”. Serres aponta-nos a presença de um “terceiro incluído” na fronteira entre essas terras fronteiriças contraditórias que intervirá “aí enquanto limiar de passagem”. E continua nos dizendo que:

um dia, num momento qualquer, todos passam pelo meio deste rio branco, estado estranho de mudança de fase, que se pode chamar de sensibilidade, termo que significa a possibilidade ou capacidade em todos os sentidos (SERRES *apud* MARCONDES FILHO, 2011, p. 147).

A sensibilidade para Serres transita “entre dois”, entre o que é central e periférico, como um terceiro incluído ao qual ela chama de “alma”. Podemos também dizer que esta mesma sensibilidade pode transitar na relação sociedade natureza. Colocar aquilo que anima – alma – dentro desta discussão, inserir a sensibilidade como valor e fundamento ético pode ser o caminho do meio almejado para uma possível solução da problemática socioambiental até aqui discutida, ou para a aproximação da relação do homem com o mundo, natureza-cultura, separada “desde os gregos *physis* (ou natureza) de *nomos* (ou cultura)”, todavia considerados por Serres como domínios totalmente inclusivos (SERRES, 2010, p, 173).

É necessário buscar uma ética da sensibilidade e, no dizer de Boff (1999), do cuidado,¹ que ligue a vida do homem ao mundo, *lócus* de seus valores e tradições, *lócus* onde o ser humano vive sua existência e constrói a sua cultura. Resgatar esta sensibilidade de não somente estar no mundo, mas de habitá-lo no sentido em que para a Heidegger é integrar-se a este mundo de forma equilibrada, atingindo “a unidade espiritual entre os humanos e as coisas” e encontrando um lugar no mundo. É possível habitar construindo, unindo diferentes espaços, de cultura e pensamento. À medida que se “habita” verdadeiramente o mundo, podemos construí-lo, isto é, para Heidegger o “habitar” (*dwelling*) se relaciona com criar um local, um espaço em que se possa sentir-se em casa, quer do ponto de vista físico – ocupação espacial –, quer, principalmente, do ponto de vista espiritual, ontológico, pois o “ser vive num mundo” ao contrário dos animais que não conhecem

1.O cuidado é para Leonardo Boff a essência concreta do ser humano. Ele nos apresenta a ética do cuidado como um consenso mínimo a partir do qual possamos nos amparar e elaborar uma atitude cuidadosa, protetora e amorosa para com a realidade... esse afeto vibra diante da vida, protege, quer expandir a vida.

“mundos”. Toda a vida é aprender a habitar, procurar o essencial de habitar sobre o mundo (POLANYI, 1959).

Portanto refletir sobre este novo *ethos* é refletir sobre como o homem habita seu mundo, vive nele, como se comporta de forma histórica e criativa e quais os valores que permeiam esse seu viver. Percebemos que o interesse ou estima que permeia todas as nossas relações é mediada por valores, que são um bem subjetivo. E um dos valores sobre o qual proponho realizar uma reflexão, para preencher a lacuna da separação, ocupar os espaços fronteirços da divisão, nas qualidades de ponte e vínculo unitivo entre sociedade natureza, é o amor.

Trago aqui a reflexão de Hannah Arendt (1906-1975) em seu livro “A condição Humana”, sobre o conceito de “*Amor mundi*”, que pode contribuir para a significância do valor do amor - e de uma “ética do cuidado”, proposta por Boff (2003) que pertence à essência do ser humano - por este mundo, entendido também como responsabilidade política e econômica pelo mundo. Segundo Duarte (2012), quando fala de mundo, Arendt o compreende como o “conjunto de artefatos e instituições criadas pelo homem, que permitem que eles estejam relacionados entre si sem que deixem de estar simultaneamente separados”. E também o vê como “espaço institucional que deve sobreviver ao ciclo natural da natalidade e mortalidade das gerações”; e ainda como o lugar das histórias e experiências humanas, espaço onde se possam garantir as relações, a interação entre as pessoas, suas realizações e o sentido que atribuem a tudo isso (DUARTE, 2012, p. 6). Arendt propõe o processo da educação, a fim de então introduzir as pessoas ao apreço por este mundo, ao cuidado por este espaço comum onde possamos ser livres no agir e no

pensar. Liberdade esta de decidir segundo nossos princípios, valores constituídos. Nesse processo de educação pode-se também incluir o de uma educação para a sensibilidade ao ambiente. Quem educa, propõe Arendt, se torna responsável por quem está sendo educado e pelo mundo, pois no processo de educação decidimos se amamos o mundo, e quem nele habita. O amor se torna aqui o valor primordial que alimenta o espaço de nossa convivência, é uma resposta à destruição do mundo, e ao “não-mundo” compreendido como a sociedade moderna organizada em busca apenas da satisfação por demandas de sobrevivência, através do processo vital de produção e de consumo e da busca por tecnologia e uma certa concepção cultural de conhecimento.

Para Almeida (2009), Arendt propõe o “*Amor mundi*” para preencher a “ausência de mundo”, processo chamado por ela de “expansão do deserto”. O amor como categoria que germina esse deserto que é considerado também por ela como oposto do mundo humano, pois não há nele espaços comuns, e mesmo que se encontre no deserto alguns oásis, segundo Arendt esses correm sempre o risco de desaparecerem pelas tempestades de areia. Arendt em seu escrito tenta compreender a significância do que é esse deserto, os que habitam nele e o seu surgimento.

É também através da nossa postura em *ação* e *pensamento*, isto é, das nossas escolhas e do nosso modo de agir existencial livres, que Arendt mostra que vale a pena apostar no mundo apesar de este estar “fora do eixo”. Essa liberdade do ser humano é um desafio para todos. A possibilidade de constituirmos e cuidarmos de um mundo comum no qual podemos ser livres é uma questão central na obra de Arendt. Afirmar a importância desse mundo, para ela, não é um ato

gratuito, nem uma proposição meramente teórica, mas “um imperativo ético que emerge da experiência totalitária” (ALMEIDA, 2009, p. 9).

Precisamos, por fim, ampliar, expandir o nosso processo de conscientização procurando experimentar, explorar, aprofundar o “*Amor mundi*” proposto por Arendt, como uma forma de nos tornarmos mais cômicos de nossa existência e do nosso “habitar”, agir no mundo. Pois agir “corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo” (ARENDT, 1983, p. 15). A abertura sensível à vivência do valor do amor é um requisito essencial para o agir do homem, para a sua integridade e o seu desenvolvimento, tornando-o mais consciente na busca de uma ética que une, que torna-se um imperativo ao debate socioambiental.

PSICOLOGIA AMBIENTAL: CONTRIBUIÇÃO PARA A COMPREENSÃO DA RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA

Hermann Ebbinghaus, um dos historiadores da Psicologia, ficou conhecido também por uma frase dita na abertura de seu livro-texto escrito em 1908 em relação à essa ciência: “longo passado, história curta” (GOODWIN, 2010). Ebbinghaus se referia à reflexão sobre a importância das questões básicas referentes à natureza humana e ao seu comportamento que se encontram num passado muito distante e já tratada pelos filósofos, enquanto como ciência, a Psicologia tem uma história muito curta. Assim também poderíamos comparar e aplicar essa afirmação de Ebbinghaus à psicologia ambiental (PA) no que se refere a seu surgimento e consolidação como campo de

conhecimento. Pois as questões referentes à relação entre homem e natureza já existem há muito tempo, todavia é a partir da metade do século XX que, nos EUA e na Europa, a psicologia ambiental floresce, e desponta no Brasil no início da década de 1970. Todavia no que se refere à psicologia ambiental só a partir da metade da década de 1990 é que começa a surgir um conjunto de esforços para reconhecê-la como especialidade da Psicologia e para integrá-la com outras áreas profissionais (PINHEIRO, 2001). E a novidade está justamente em trazer o “espaço físico para o interior do campo psicológico”, todavia considerando “as dimensões sociais, econômicas e culturais dos diversos contextos” (CAVALCANTE; ELALI, 2011, p.15).

Isso acarreta esse movimento da Psicologia que passa a compreender o aspecto ambiental, e a interessar-se por direcionar suas atividades mais para as problemáticas socioambientais, às relações pessoa-ambiente, e envolver-se com o cotidiano da vida das pessoas em seu meio. Meio este, que suscita na PA, temas e conceitos a serem pesquisados, explorados.

É o que fazem Cavalcante e Elali (2011) procurando preencher a lacuna da escassez bibliográfica, pois são poucas as produções que se pode identificar como sendo de PA. As organizadoras trazem no livro *Temas básicos em Psicologia Ambiental*, conceitos – não só exclusivos da PA - já concluídos por pesquisadores de modo a fornecer uma base temática aos estudos abordados pela PA. Trata-se de temas mais amplos como: ambiente, biofilia e biofobia, desenvolvimento sustentável, gestão ambiental, interdisciplinaridade, etc., não exclusivos da psicologia ambiental; temas como: cognição ambiental, espaço e lugar, percepção ambiental etc., vinculados às ciências humanas e sociais, à Geografia e Arquitetura; e temas como: *affordance*, estresse

ambiental, perspectiva temporal e pressão ambiental (*environmental press*), específicos e originados na PA.

É fato vivermos e experimentarmos, nesse período dito por muitos como pós-moderno, a reconstrução de outros saberes, em especial daqueles discutidos interdisciplinarmente, que acabam produzindo novos conhecimentos, novos pensamentos que nos encorajam a abandonar os claustros construídos dentro das ciências, que produziram ignorâncias arrogantes e ideologias narcísicas, possíveis germes da desvinculação sociedade natureza. O relacionamento entre homem e natureza está em crise² e isto ocorre justamente por se estar em relação; interessa aqui não só o estar em contato, mas o “como” deste contato, como se vive essa relação. Merleau Ponty (1999) afirma que o homem se conhece por estar no mundo e que este mundo não é o que pensamos, mas o que vivemos. Estamos em relação, em comunicação com ele e não o possuímos.

A psicologia ambiental pode ajudar a compreender, através de seus constructos epistemológicos, teóricos e metodológicos, o modo de perceber a díade pessoa-ambiente em sua relação de influência mútua, isto é, um influenciando o outro nesse processo de relação. E a entender ainda a inserção do homem neste mundo e sua ação no ciclo da vida que provoca reações, mudanças dentro desta relação. Pode a psicologia ambiental constatar o quanto a ação humana pode refletir em seu entorno com consequências que extrapolam o tempo e o espaço presente, imediato, e entender esta ação dentro da óptica de uma “ética de responsabilidade”. É através da reflexão dessa temática na psicologia ambiental que emerge a compreensão da neces-

2.Crise do latim *crisis*, derivado do grego *κρίσις*, transliterado como *krísis*; ‘alteração, desequilíbrio repentino’, ‘estado de dúvida e incerteza’, ‘tensão, conflito’. (CUNHA, 1997).

cidade de uma investigação do processo motivacional dessas ações humanas com todas as suas crenças, seus valores em relação ao meio ambiente, e os condicionamentos que fundamentam a sua conduta (CAVALCANTE; ELALI, 2011).

A psicologia ambiental surge e se consolida a partir dessas premissas refletidas no parágrafo anterior. Surge como área do conhecimento, cujo saber está voltado para o estudo das relações entre pessoa-ambiente e objetiva a compreender como se constroem os comportamentos e os significados dessa relação no espaço em que se vive e quanto nossa subjetividade pode impactar, influenciar esse ambiente quer seja ele um espaço urbano, organizacional, educacional ou ecológico. Portanto, como afirma Moser (1998, p.121), a “Psicologia Ambiental estuda a pessoa em seu contexto, tendo como tema central as ‘inter-relações’ – e não somente as relações – entre a pessoa e o meio ambiente físico e social”. É também o que explicita Wiesenfeld quando classifica os objetivos da psicologia ambiental:

estudar a relação pessoa-ambiente no contexto natural, vista como totalidade (ontologia), abordar a dita relação de maneira holística (metodologia), incorporar diversas perspectivas teóricas em seu estudo (epistemologia), enfatizar a dimensão social da relação humano ambiental, estabelecer vínculos com outras disciplinas interessadas na temática humano ambiental (interdisciplinaridade), aplicar os conhecimentos obtidos para melhorar a qualidade ambiental e, por conseguinte, a qualidade de vida dos usuários dos ambientes (pertinência social) (WIESENFELD, 2005, p.55).

A PA, ao tentar compreender quais os motivos que desencadeiam certo comportamento benéfico ou não das pessoas em relação ao espaço em que vivem, enfocará segundo Cavalcante e Elali (2011, p.14), “as relações entre os comportamentos socioespaciais humanos (de territorialidade, privacidade, apropriação, aglomeração etc.) e os di-

versos processos psicossociais (percepção, cognição, representações e simbolizações) nos quais se baseiam nosso comportamento”.

Diante dessa forma de enfoque desse campo de estudo, da aproximação e do trabalho com várias áreas do conhecimento como a Geografia, a Biologia, a Antropologia, a Engenharia, a Arquitetura etc. e seus respectivos saberes, podemos afirmar que a psicologia ambiental possui uma vocação e uma característica interdisciplinar, focada nos problemas do “mundo real”, pois justamente intervirá nessas relações pessoas-ambientes que demandam uma dinâmica complexa de abordagem. É através do diálogo, da aproximação com outras áreas do conhecimento, principalmente o *design*, a Arquitetura e Urbanismo - campos voltados mais às questões práticas – que a psicologia ambiental busca parceria para sua prática interdisciplinar.

É por se caracterizar desta maneira que a psicologia ambiental se utiliza, segundo Gunther e Rozestraten (2005), de uma abordagem metodológica focada nos problemas concretos através da pesquisa-ação, com a utilização de métodos diversos, como observacionais, experimentais, entre outros, e fazendo que o pesquisador contribua assim com a teoria e a prática. A utilização de multimétodos, isto é, o “uso de dois ou mais métodos de pesquisa, em função do objeto e dos objetivos almejados por quem conduz a pesquisa” (ELALI; *et al*, 2011, p. 244), é viável. Corrobora esse pensamento Elali:

A aplicação isolada de um método pode gerar lacunas no conhecimento obtido, apontando para resultados que contemplam apenas uma faceta da realidade. Sob esse ponto de vista torna-se aconselhável que [...] os desvios surgidos a partir de um tipo de coleta de dados sejam contrabalançados por informações originadas em outras formas de pesquisa (ELALI, 1997, p. 355).

Além disso, se faz necessário, no dizer de Elali *et al* (2011), também integrar os resultados, além de discutir e apresentá-los, de forma que se possa obter informações complementares sobre os aspectos dos fenômenos e para que não fique incompleta essa abordagem metodológica. Deste modo podemos direcionar os estudos que estejam centrados quer nas pessoas, quer nos ambientes, de técnicas focadas quer no espaço, quer no tempo da mesma situação, todavia cruzando os resultados obtidos por estes dois enfoques. Pinheiro ilustra com um exemplo da interação criança/*playground*, baseado no mapeamento comportamental centrado na pessoa e no lugar.

tal interação pode ser estudada por arquitetos e urbanistas (como construir e onde colocar um *playground*), por paisagistas (que elementos incluir no *playground* e como organizá-los), por sociólogos (quem brinca com quem), por psicólogos ambientais (qual a relação criança/material colocado à disposição), por diferentes perspectivas da psicologia, os quais podem enfatizar diversos aspectos desta interação (do desenvolvimento, do comportamento social, da aprendizagem), entre outros (ELALI *et al*, 2011, p. 246).

Percebe-se, enfim, que, diante da complexidade desta realidade híbrida que são as relações pessoa-ambiente, que se alternam como “figura e fundo” quando se está estudando-as, há necessidade de compreendê-las através de uma perspectiva interdisciplinar, o que implica também a opção do pesquisador por uma abordagem multi-métodos, pois,

o fato das estratégias de investigação terem origem em áreas de conhecimento distintas [...], ou se embasarem em teorias alternativas dentro de uma mesma área [...], pode possibilitar uma compreensão mais ampla de determinados fenômenos sociocomportamentais (ELALI *et al*, 2011, p. 247).

Essa compreensão mais ampla pode passar também por uma nova interpretação daquela equação estudada nos cursos de Psicologia e Sociologia proposta por Kurt Lewin, de que o comportamento

(C) é função (f) de pessoa (P) em interação (x) com ambiente (a), expressada pela fórmula: $C = f(P \times a)$. Aqui se estabelece a relação figura e fundo proposta pelos princípios da psicologia da *Gestalt*, segundo a qual sob o olhar da Psicologia podemos dar ênfase ao “P” maiúsculo, e o “a”, lá atrás, é pequenino, visto que pessoa é figura, e o ambiente fundo. Já sob os olhares típicos de arquitetos, geógrafos, engenheiros, a perspectiva seria ao contrário: o “a”, agora “A” estaria como figura, e o “P”, agora “p”, como fundo. Pinheiro (2005) propõe o desafio de “enxergar “P x A” como uma unidade”, ou como uma figura. E para isso precisaríamos contrastar com um fundo, ao qual ele sugere a noção de sustentabilidade, que pode “proporcionar um referencial para o binômio pessoa-ambiente”. Para ele,

essa noção, por mais vaga que seja, fornece um elemento, um apoio para o movimento pretendido, indo além do campo do que é puramente psicológico, passando pelos aspectos psicológicos das relações humano-ambientais, e chegando ao que chamei [...] de “o ambiental” (PINHEIRO, 2005, p. 111).

Ambiental aqui compreendido pela PA como um conceito multidimensional, que incorpora o meio físico em que vivemos, seja ele natural ou construído associado aos contextos social, econômico, político, cultural e psicológico em que se vive. Conceito este que por não ser de domínio particular de nenhum campo disciplinar, a PA incorpora em seu estudo interdisciplinar. O Ambiental incorporado pela PA está em consonância com as dimensões do ecodesenvolvimento formuladas por Sachs (2000), que podem ser expressas de forma interdependente e inter-relacionada: ecológica, espacial, cultural, social e econômica. É também através da incorporação do conceito de sustentabilidade que a PA pode-se aproximar de outras áreas de conhecimento, inclusive, da Psicologia, pois o termo sustentabilida-

de contempla, no dizer de Pol (2002), a mudança de comportamento, quer individual, quer social; e, portanto, demanda conhecimento dos processos envolvidos, sociais e psicossociais.

E ainda dentro da noção de sustentabilidade “está a questão da solidariedade intra-geração”, ou seja, nós e as gerações futuras e “a questão da cooperação”, o que pode fazer uma ligação com a psicologia social e “com outros domínios psicológicos, no sentido de entender como funciona a perspectiva temporal para se alcançar a sustentabilidade” (PINHEIRO, 2005, p. 112). Por fim, a PA, além de ser um campo de estudo, também,

tem sido definida como a disciplina que estuda as transações entre as pessoas e seus entornos, com vistas a promover uma relação harmônica entre ambos, que redunde no bem-estar humano e na sustentabilidade ambiental (WIESENFELD, 2005, p. 54).

A conclusão deste tópico está associada ao dizer de Moscovici de que “o nascimento do individualismo, com a individualização dos atos, dos interesses e das relações humanas, deu vigoroso impulso à oposição entre sociedade e natureza” (MOSCOVICI, 1975, p. 9). E podemos também afirmar que a PA se integra ao debate dessa relação por meio da incorporação do ambiental em seu escopo e pode atuar na zona fronteira, qual uma ponte, um *continuum* harmonizador das relações entre homem, sociedade e natureza, e contribuir dessa forma para o entendimento dessas relações e dos impactos das mesmas no mundo. Poderá ela ainda, por trabalhar com temas dessa interface sociedade-ambiente, colocar a serviço das ciências ambientais suas pesquisas e estudos para a solução de problemas socioambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Teilhard de Chardin (1986) autor de *O Fenômeno Humano*, fala da jornada evolutiva do homem que passa da esfera da matéria à da vida e se encontra agora na zona da inteligência ou noosfera. Se olharmos a etimologia latina da palavra inteligência, ou seja, *intellegerere*, encontraremos o significado “unir”, “combinar”, “pensar junto”, bem diversa da inteligência analítica que separa, fragmenta, e, que no processo histórico da humanidade trouxe uma atitude de poder, de domínio sobre a natureza. Como lembram-nos Morin e Kern em *Terra Pátria* “o homem transformou a Terra, domesticou suas superfícies vegetais, tornou-se senhor de seus animais. Mas não é o senhor do mundo, nem mesmo da Terra” (MORIN; KERN, 1995, p. 185). Na mesma direção Eisler relata a mudança de direção da nossa história de uma cultura de parceria para um “atalho sangrento e dominador de cinco mil anos”. E que a maioria de nossos problemas crescentes e globais é fruto de um “modelo dominador de organização social em nosso nível de desenvolvimento tecnológico – daí não poder ser resolvidos dentro dele” (EISLER, 2008, p.13). Para esse novo modelo, essa nova forma de pensar e agir, se “requer uma nova revolução paradigmática que permitiria a um pensamento complexo reorganizar o saber e ligar os conhecimentos hoje compartimentados nas disciplinas”, (MORIN; KERN, 1995, p. 169). Esse pensamento está de acordo com o que propõe o método interdisciplinar. E continuam Morin e Kern:

Esse homem deve reaprender a finitude terrestre e renunciar ao falso infinito da onipotente técnica da onipotência do espírito, da sua própria aspiração à onipotência, para se descobrir diante do verdadeiro infinito que é inominável e inconcebível. Seus poderes técnicos, seu pensamento,

sua consciência devem doravante ser destinados, não a dominar, mas a arrumar, melhorar, compreender (MORIN; KERN, 1995, p.185).

Este homem para Morin e Kern necessita “aprender a ser, viver, partilhar, comunicar e comungar enquanto humanos do planeta Terra”, pois como lembra Chardin (1986), “só o homem pode ajudar o homem a decifrar o mundo”.

As palavras ditas acima por Morin e Kern exemplificam uma proposta de relacionamento sociedade natureza, assim como “o terceiro instruído” ou “entre dois” de Michael Serres, e o *Amor mundi* de Hannah Arendt vistos neste artigo. E poderíamos ainda trazer a “esfera do entre” de Buber, como também o “terceiro infinito”³ de Chardin.

Intuímos, portanto, que as possíveis soluções necessárias para resolver os grandes problemas que a Humanidade enfrenta no século XXI e, principalmente, o discutido neste texto que é, o socioambiental, partem da busca de um caminho que se encontra na posição intermediária, nas fronteiras, na relação entre esses “extremos”: homem-natureza, onde não exista mais a supremacia nem a dominação de um sobre o outro, mas uma evolução em termos de desenvolvimento complementar em que ambos influenciam e são influenciados pelo outro.

3.“A Física descobriu – falara Pascal – dois infinitos no universo, o infinitamente grande ou imenso e o infinitamente pequeno ou ínfimo. Com base no processo de complexificação-conscientização, Teilhard de Chardin irá apresentar um novo infinito: o infinitamente complexo-consciente. O homem não é um acidente fortuito do acaso, mas, ao contrário, o ponto para o qual a evolução caminhou até agora. Não só dois, mas três infinitos no universo: imenso, ínfimo e complexo-consciente: isto é, o espaço sideral: das galáxias, estrelas, sistemas solares; o espaço subatômico: dos quantum, dos elétrons; e o mundo humano: do pensamento, da reflexão (a noosfera; ou seja, esfera da qual só nós participamos, a nenhum outro ser é dado nela viver)” Pin (2008, p.18).

Pensamos que as ciências ambientais, com suas pretensões interdisciplinares, possuem características dos princípios propostos por Edgar Morin: do dialógico que pode juntar e entrelaçar o que está separado disciplinarmente; do princípio recursivo, segundo o qual causa e efeito se produzem; e do princípio hologramático, que não dissocia a parte do todo, para atuar dentro de um novo paradigma de um pensamento complexo. Acreditamos ainda que a PA por suas características epistemológicas, seus constructos teóricos e metodológicos podem contribuir na construção desses princípios dentro do campo de conhecimento ambiental.

E por fim encerramos clamando por uma antropoética, em que indivíduo-sociedade-espécie possam estar religados pela fé ética, no dizer de Morin, que é o amor (MORIN, 2011). Uma ética baseada na cooperação, no cuidado e no amor, elo para as relações sociedade natureza. E com a força dessa ideia-chave quiçá possamos acreditar no otimismo da epígrafe inicial de Chardin segundo a qual o melhor acabará acontecendo, e possamos acreditar num futuro, que é melhor que qualquer passado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, V. S. de. **Amor mundi e educação: reflexões sobre o pensamento de Hannah Arendt**. 193 f. Tese (doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Posfácio de Celso Lafer. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudança da agenda 21. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BINDÉ, Jérôme **Fazendo as pazes com a terra**: qual o futuro da espécie humana e do planeta? Brasília: Unesco, Paulus, 2010.
- BOFF, L. **Ethos mundial**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

- _____, L. **Saber Cuidar: ética do humano, compaixão pela terra.** Petrópolis: Vozes, 1999.
- CALVACANTE, S., ELALI, G. A. **Temas básicos em psicologia ambiental.** Petrópolis: Vozes, 2011.
- CHARDIN, P. **O fenômeno humano.** São Paulo: Cultrix, 1986.
- CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- DUARTE, André. **Hannah Arendt e o pensamento político sob o signo do Amor mundi.** Disponível em: http://works.bepress.com/andre_duarte/25/. Acesso em: 14 ago. 2012. Originalmente publicado em 2003.
- DRUMMOND, J. A.; SCHROEDER, A. Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e similares no Brasil: uma listagem preliminar. **Ambiente & Sociedade.** Campinas: NEPAM, n.º. 2, p.139.
- EISLER, Riane. **O cálice e a espada: nossa história, nosso futuro.** Rio de Janeiro: Palas Atenas, 2008.
- ELALI, G. A. Psicologia e arquitetura: a busca do lócus interdisciplinar. **Estudos em psicologia**, 2, p. 349-362. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1997.
- ELALI, G. A.; GUNTHER, H; PINHEIRO, J. Q. **Multimétodos.** In: CALVACANTE, S., ELALI, G. A. **Temas básicos em psicologia ambiental.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- FOUCAUT, M. (1991). Remarks on Marx. In: LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2011. P. 157.
- GOODWIN, C. James. **História da psicologia moderna.** Tradução Marta Rosas. São Paulo: Cultrix, 2010.
- GÜNTHER, H.; ROZESTRATEN, R. J. A. **Psicologia Ambiental: Algumas considerações sobre sua área de pesquisa e ensino. Série: Textos de Psicologia Ambiental**, n.º 10. Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2005. Disponível em: www.psi-ambiental.net. Acesso em 01 de agosto/2012.
- LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILIPPI JR., Arlindo (Org.). **Interdisciplinaridade em ciências ambientais.** São Paulo: Signus, 2000.
- _____, E. **Discursos sustentáveis.** São Paulo: Cortez, 2010.
- _____, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis: Vozes, 2001.
- MATURANA, Humberto. **Ontologia da realidade.** Organizado por Cristina Magro; Miriam Graciano; Nelson Vaz. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1999.
- MERLEAU-PONTY. **Fenomenologia da percepção.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1999.
- MORIN, Edgar; KERN, A. B. **Terra-pátria.** Porto Alegre. Editora Sulina. 1995.
- _____, E. **O método 6: ética.** Porto Alegre: sulina, 2011.

_____, E. **O enigma do homem**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1973.

MOSCOVICI, Serge. **Sociedade contra a natureza**. Petrópolis: Vozes, 1975.

MOSER, G. Psicologia Ambiental. **Estudos de Psicologia** 1998, 3(1) 121-130. Universidade René Descartes-Paris V, Acesso em 01 de agosto/2012. 1998. Disponível em www.scielo.br.

NICOLESCU, B. Um novo tipo de conhecimento: transdisciplinaridade. In: NICOLESCU, B. **Educação e transdisciplinaridade**. Brasília: UNESCO, 2000.

PHILIPPI JR, A.; ANDREOLI, C. V.; FERNANDES V. BRUNA, G. C. Histórico e Evolução de Sistemas de Meio Ambiente no Brasil. In: Philippi Jr A, Romero M. A, Bruna G. C, (editores). **Curso de gestão ambiental**. Barueri, SP: Manole; 2012. (Coleção Ambiental 2a. PRELO).

PIN, A. G. **Antropogênese**: a concepção de homem em Pierre Teilhard de Chardin. FAGE, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/FILOSOFIA/Monografias/antropogenese.pdf. Acesso em 25/08/2012.

PINHEIRO, José Queiroz. (Um pouco da) psicologia ambiental no Brasil: identidade, incertezas, perspectivas. In TASSARA, E. (Org.), **Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano**. São Paulo: EDUC / FAPESP, 2001. p. 11-26

_____.J. Q. O lugar e o papel da Psicologia Ambiental no estudo das questões humano-ambientais, segundo grupos de pesquisa brasileiros. **Psicol. USP [online]**. 2005, vol.16, n.1-2, pp. 103-113. ISSN 1678-5177.

POL, E. Retos y aportaciones de la psicologia ambiental para um desarrollo sostenible – LA detección de impactos sociales como muestra. In: GEVARA, J.; MERCADO, S. **Temas selectos de psicologia ambiental**. México: Unam/Greco/Fundacion Unilibre, 2002. p. 291-326.

POLANYI, M (1959). **O estudo do homem**. Tradução Eduardo Beira. Escola de Engenharia, Universidade do Minho, Portugal, 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Resolução 9/20/A**, de maio de 1981. Disponível em: <<http://www.pnuma.org/educamb/index.php>>. Acesso em: 01/09/2012.

RAYANUT, C. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. In: PHILIPPI JR., A; SILVA NETO, A. J. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Barueri: Manole, 2011, p 69-105.

RODRIGUEZ, J. I. C. La Psicología Ambiental y los problemas medioambientales. Papeles del psicólogo (**Revista del Colegio Oficial de Psicólogos**, España), (67), 26-30. 1997. Disponível em <http://www.papelesdel psicologo.es>. Acesso em 06 de março de 2011.

RIDEAU, Émile. **O pensamento de Teilhard de Chardin**. Lisboa: Duas cidades, 1965.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: aramound, 2000.

SERRES, M (1985). **Os cinco sentidos:** filosofia dos corpos misturados – I. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____, M. In: MARCONDES FILHO, M. C. **O princípio da razão durante:** O círculo cibernético: o observador e a subjetividade: nova teoria da comunicação III: tomo III. São Paulo: Paulus, 2011.

_____, M. Um retorno ao contrato natural. In: **Fazendo as pazes com a terra:** qual o futuro da espécie humana e do planeta?/ BINDÉ, Jérôme. Brasília: Unesco, Paulus, 2010. p. 173.

UNESCO. **La educación ambiental:** las grandes orientaciones de la Conferencia de Tbilisi. Paris: UNESCO, 1980.

WIESENFELD, E. A psicologia ambiental e as diversas realidades humanas. **Psicologia USP**, 16(1/2), 53-69. Instituto de Psicologia -Universidade Central de Venezuela, 2005. Disponível em www.scielo.br. Acesso em 20 de setembro/2012.

CAPÍTULO 3

UMA NARRATIVA DA HISTÓRIA AGRÁRIA DO BRASIL

João Carlos Corso (UNICENTRO)

Antes da chegada dos colonizadores portugueses ao território brasileiro, as populações nativas viviam em profunda ligação com a mãe terra, retirando o necessário para a sobrevivência. A terra não pertencia a uma pessoa, ou a um pequeno grupo de privilegiados, mas era de uso coletivo, assim o que caçavam e pescavam era partilhado, bem como o resultado das colheitas que era dividido entre todos: “A terra era um bem comum, pertencente a todos, e muito longe se achavam os seus donos de suspeitar que pudesse alguém pretender transformá-la em propriedade privada” (GUIMARÃES, 1981, p 5).

Mas, com a chegada das caravelas portuguesas, tem início um processo de genocídio, de destruição da cultura indígena. O encontro entre os portugueses e os indígenas deu-se por meio do signo da violência, da subordinação dos povos indígenas aos portugueses. O português não procurou promover um encontro das culturas, ao

contrário, passou a ver no indígena um potencial de mão-de-obra a ser utilizada na empreitada colonizadora. Segundo Silva: “A condição dos povos indígenas na realidade brasileira foi histórica e socialmente desprezada ou tratada com muito preconceito e violência” (2018, p 481).

Aos poucos, a posse da terra foi deixando de ser comum, pois a posse jurídica das terras foi um processo singular, os portugueses foram se apossando das terras indígenas através das sesmarias, capitanias hereditárias, dentre outras intervenções oficiais da Coroa portuguesa. No contexto histórico do século XVI, a questão agrária passou a ser um problema no Brasil¹, pois foi a partir daquele momento, que a terra passou a ser propriedade de uns poucos nobres portugueses, enquanto a maioria da população passou a ficar à margem do processo.

A partir do momento em que o europeu entrou em contato com o território brasileiro, a vida das populações indígenas não mudou drasticamente. O colonizador português trouxe o poder, basicamente autoritário, sendo capaz de submeter populações inteiras para satisfazer a ambição pelo enriquecimento.

Com a política de expansão quatrocentista e quinhentista dos reinos de Portugal e Espanha, através das descobertas de novos territórios no continente Americano e das novas rotas para as Índias Orientais, estrutura-se na Europa a política do mercantilismo. Com o mercantilismo Portugal criou uma política específica para as colônias, para que dessas novas terras fosse efetivado um processo de

1. A partir de 1500, com a chegada dos portugueses ao Brasil, iniciou-se o processo de colonização, quando a terra passou a ser posse do Rei de Portugal, o qual concedia lotes de terras a algumas poucas pessoas de sua confiança, geralmente nobres que tivessem interesse em colaborar no processo colonizador.

produção econômica gerador de lucros para a Metrópole. Caio Prado Junior (1963) mostra que a colonização portuguesa estava inserida num contexto de expansão europeia.

Nos primeiros trinta anos de presença portuguesa, nas terras brasileiras, a principal fonte de lucros foi a exploração do pau-brasil, madeira utilizada na tinturaria de tecidos em Portugal. Mas queriam gerar mais lucros para o Estado português, então foi efetivado o plantio de cana-de-açúcar e a fabricação do açúcar. A partir da produção açucareira criam-se as bases para a grande propriedade no Brasil.

Caberia ao açúcar uma função excepcionalmente importante. O seu modo de produção permitia a Portugal materializar, numa admirável síntese, a solução de seus problemas fundamentais. Viria o açúcar possibilitar a ocupação da terra em moldes inteiramente ao gosto feudal da época. A certeza de grandes lucros bastaria para atrair a classe dos mercadores, cujos representantes seriam intermediários e banqueiros dos nobres na empresa do açúcar.(...) Foi o modo de produção de açúcar aqui implantado que conformou nos primeiros tempos da colonização o regime de terras e, demais, toda a sociedade que então sobre ele se erguia. Modo de produção talvez sui-generis na história, pois que reuniria elementos de dois regimes econômicos: o regime feudal da propriedade e o regime escravista do trabalho. (...) Coube a Martin Afonso de Souza, a quem a Metrópole conferira amplos poderes pelas três cartas régias de 20 de novembro de 1530, lançar as bases, na Colônia ainda desprezada, de uma nova política econômica que se apoiaria solidamente em duas instituições _ a sesmaria e o engenho _ as quais constituíram os pilares da antiga sociedade colonial. (GUIMARÃES, 1981:44-45)

O açúcar possibilitou a montagem do processo de colonização portuguesa, efetivando juridicamente novas formas de propriedade da terra. A colonização foi constituída a partir de três elementos fundamentais: o latifúndio, a monocultura de exportação e o trabalho escravo. O latifúndio refere-se à forma como se deu a posse da terra no Brasil, a formação das grandes espaços territoriais pelas Capitanias Hereditárias e pelo sistema de Sesmarias. Zeneratti (2017)

faz uma análise do processo de formação da propriedade privada no Brasil e mostra que mesmo que, ainda que na colonização inicial não houvesse a propriedade da terra, mas concessão por meio das sesmarias, foi ali que se gestou o mecanismo de impedir o acesso à terra a grande maioria da população.

O latifúndio, ou grande propriedade, representa a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas, tendo como grande proprietário inicialmente o Reino de Portugal. O Reino entregava grandes extensões de terras a alguns nobres portugueses, provavelmente amigos do Rei. Esse processo ocorreu com a formação das Capitânicas Hereditárias e das Sesmarias, criadas no Brasil durante o processo de colonização. Para Guimarães (1981), a grande propriedade se apresenta como uma das características da história brasileira.

Mesmo com as modificações políticas, econômicas, sociais ocorridas na história do Brasil, a terra, a partir de 1500, teve poucos donos. Sendo que a terra para o homem Português significava a possibilidade de lucro, de poder, de status quo. Enquanto para o indígena brasileiro a terra significava a geração da vida, sua relação com a terra ia muito além da produção de alimentos.

A terra pode significar riqueza ou pobreza, vida ou morte, poder político e posição social ou marginalização. Para cada pessoa ou grupo social, ela tem um valor. Para o índio, por exemplo, não há como viver sem a terra, pois esta lhe dá moradia, alimento, trabalho e o índio está tão integrado à terra que separar-se dela implica perder sua identidade cultural. (GANCHO, 1991:5)

Com o início do processo de colonização, as terras são apropriadas pelo colonizador português ficando o indígena à mercê do novo sistema econômico mercantilista, incorporado como mão de obra escrava para fazer funcionar as engrenagens da produção.

As culturas agrícolas, na colonização, eram produzidas pelo sistema de monoculturas, que teve início no século XVI com o plantio da cana-de-açúcar e passou por vários os ciclos que se destacaram na história agrícola brasileira, como é o caso do café e algodão entre outros. Porém, a monocultura passou a ser uma das marca da colonização na história do Brasil. Não houve preocupação em diversificar a produção, a produção para subsistência não possuía muito valor: “A verdade é que, desde suas origens, a sesmaria e o engenho erguiam intransponível barreira à cultura dos mantimentos, à pequena e pouca rendosa agricultura de subsistência” (GUIMARÃES, 1981:50). Por outro lado, Palacios (2004) mostra que em meio a monocultura também se desenvolveu, na região de Pernambuco no Século XVIII, o campesinato, que mesmo a margem do latifúndio desempenhou papel fundamental na alimentação da colônia.

A produção da colônia era destinada à metrópole, produzia-se visando satisfazer às necessidades da metrópole. A monocultura, o latifúndio e o trabalho escravo tornaram-se os elementos básicos para a sustentação da metrópole portuguesa e de um pequeno número de nobres que eram os senhores de engenho.

Os indígenas que, antes da chegada dos europeus, viviam livres pelas terras do Brasil, tornaram-se escravos e tiveram que trabalhar para os portugueses nos engenhos de açúcar. A escravidão obrigava os povos indígenas ao trabalho forçado, mas muitos não aceitaram e fugiram, outros reagiram e foram violentamente reprimidos e até mortos. Como afirma Elizangela Silva (2018) a colonização: “além de devastar física e culturalmente as populações originárias, também garantiu a instituição das grandes propriedades privadas nas mãos

de poucos” (p 483). Sendo que a atividade de capturar indígenas era uma das principais ações dos bandeirantes.

Penetravam, sertão a dentro, as hordas de preiadores a cata de braços indígenas, os quais se supunha seriam capazes de desempenhar, resignados e submissos, o papel que lhe reservava o novo sistema de produção implantado pela empresa colonial. O índio livre foi, assim, banido de suas terras e expulso para longe do litoral, onde só permaneciam os que à força tinham caído no cativeiro. (GUIMARÃES, 1981:13-14)

Os indígenas não aceitavam a escravidão, reagindo de todas as formas possíveis, inclusive não produzindo a contento, principalmente porque os indígenas provinham de uma cultura que via o trabalho de um modo diferente do europeu. Para os índios, o trabalho era necessário para a vida; para os europeus trabalho era a fonte de grandes lucros.

Além dos indígenas, os portugueses passaram a utilizar mão-de-obra africana. Os negros eram trazidos principalmente pelos ingleses que dominavam o tráfico negreiro, eram transportados em navios lotados e muitos morriam nas viagens. Ao chegarem ao Brasil eram vendidos ao senhor de engenho, para trabalhar na lavoura e na fabricação de açúcar. A temática da Escravidão foi analisada por diversos autores, como Ianni (1962), Gorender (1978) e Cardoso (1977) que mostram como foi uma instituição que marcou as relações de trabalho principalmente no campo.

Os escravos africanos eram separados de suas etnias, para evitar a possibilidade de organização. Os que tentavam reagir encontravam um aparelho complexo de castigos e torturas, tendo como elemento central o pelourinho. Mesmo com as dificuldades havia resistência e uma delas era a fuga para os quilombos como mostra Reis e Gomes

(1996). Na compreensão de Leite (2017) as fugas e a formação de quilombos foram as principais formas de resistência.

O Quilombo dos Palmares estruturado no final do século XVI, na região da Serra da Barriga, em Alagoas. Chegou a ser habitado por mais de 20 mil pessoas e foi totalmente aniquilado pelo Estado Português. Mas tornou-se um ícone da resistência Afro-brasileira. Diversos autores trataram deste tema entre eles Landmann (1998) e Gomes (2005). Várias são os aspectos a considerar, mas o aniquilamento do quilombo mostra que ele ameaçava a empreitada colonial, principalmente por dar acesso a terra aos quilombolas e estabelecer outras práticas de plantio, colheita, distribuição e troca.

A empreitada colonizadora também teve a Igreja como parceira, a qual também fez uso de mão de obra escrava indígena e africana, como também foi possuidora de grandes latifúndios. A Cruz e a Espada² simbolizam as relações entre Igreja Católica e Estado Português na colonização, sendo essas alianças importante pilar de sustentação. Se o Estado impunha sua força através da espada para conseguir seus objetivos, a Igreja acabou aceitando as condições desde que pudesse efetivar a evangelização dos gentios, ou seja, salvar algumas almas através da conversão dos índios e negros ao cristianismo por meio da aceitação da cruz. Essa cruz representava o sofrimento de Jesus e serviria de consolo aos cativos, pois lhes era imposta a aceitação do sofrimento que os levaria ao paraíso.

A Igreja compactuou com o Estado português em todo processo de colonização. Os sacerdotes eram nomeados e pagos pela Coroa, através de um acordo chamado de Padroado. Lima (2014) analisou

2.A respeito da atuação da Igreja no período colonial ver: Eduardo Hoornaert. Formação do Catolicismo no Brasil: 1550-1800. Petrópolis, Vozes, 1974.

o papel do padroado no período colonial, principalmente na própria manutenção do clero.

A religião possuía grande força ideológica legitimando a ordem existente. Afinal, através dessa teologia era dito que Deus queria que os homens aceitassem o sofrimento, quem sofresse ganharia o paraíso. Mas, mesmo com o forte discurso da Igreja, os povos indígenas e africanos reagiram, lutaram, disfarçaram suas divindades com santos católicos e procuraram criar meios de fugir desse processo de morte.

A população empobrecida do Brasil, negros, índios e mestiços não aceitaram, passivamente, a exploração feita pelos latifundiários e pelo Estado; reagiram, lutaram, morreram para conseguir transformar a triste realidade a qual estavam inseridos; buscavam a superação da situação de miserabilidade em que viviam. A busca de um pedaço de chão, para plantar, foi uma das metas dessas camadas da população brasileira durante o período colonial.

Por ser a terra um bem importante, muitas têm sido as lutas por sua posse ou propriedade ao longo da história brasileira e muitos são os envolvidos nas disputas; dentre eles podemos destacar os donos, proprietários legítimos, os posseiros, os invasores, os grileiros (os que possuem documentos falsos de propriedade). Portanto, de um lado, estão os donos de grandes porções de terras e, de outro, os chamados sem-terra, que por necessidade, má-fé ou ignorância questionam o direito de propriedade, reivindicando, ainda que sem consciência clara disso, o direito de morar e ter como sobreviver da terra. (GANCHO, 1991:13)

Ao analisarmos a história do Brasil fica evidente que forma como o sistema colonial foi implantado levou à formação de grupos antagônicos. A terra, tendo sido repartida entre um pequeno número de pessoas, deixou a grande maioria à margem de todo o processo. E como se não bastasse, quase todo o território foi colocado à serviço da monocultura de exportação; os produtos de subsistência não eram

valorizado e não se abria espaço para esta produção, pois o grande objetivo era produzir para exportação. Além disso, os que haviam ficado à margem de todo processo econômico foram submetidos à escravidão, principalmente indígenas e africanos.

A grande propriedade surge como algo imposto juridicamente pelo Estado, tornou-se um meio perverso de expropriação, que deixou indígenas, escravos negros e brancos pobres numa total dependência dos senhores de terra.

Sob o signo da violência contra as populações nativas, cujo direito congênito à propriedade da terra nunca foi respeitado e muito menos exercido, é que nasce e se desenvolve o latifúndio no Brasil. Desse estigma de ilegitimidade que é seu pecado original, jamais ele se redimiria. (GUIMARÃES, 1981:19).

A história agrária brasileira é uma história marcada por essa contradição: proprietários que se impõem pelo direito, quase absoluto, da propriedade privada; os escravos (formada por indígenas e negros); e ainda um grupo reduzido de pessoas que possuía pequenos lotes de terra (trabalhadores livres, pobres, mestiços). Estes dois últimos lutavam pela necessidade e pelo direito legítimo de plantar e de colher para poder viver e questionavam o Estado e os grandes proprietários.

As lutas e resistências giravam muito em torno do acesso a um pedaço de terra. A resistência ocorria das mais variadas formas, como a dos indígenas que não realizavam o trabalho de forma satisfatória ou através de formas mais organizadas, como nos quilombos. Mas também de forma mais organizada como por meio de revoltas populares.

A revolta contra essas formas de exploração foi feita pelos agricultores, pelo homem do campo, através das mais diversas formas de luta, desde o banditismo social, em que se destacaria a figura de Lampião, até os

movimentos classificados pela literatura oficial de fanáticos, como o de Canudos, na Bahia, o do Contestado, nos Estados do Paraná e Santa Catarina, e o de Caldeirão, no Ceará. A todos esses movimentos, realizados sob a capa ideológica da religião, mas consolidados na posse e no uso comunitário da terra, reagiram, de forma violenta, os governos ligados aos grupos dominantes, destruindo-os e evitando que se desenvolvessem, em pontos diversos do País, formas comunitárias, não-alienadas, de exploração e uso da terra (ANDRADE, 1987, p 9).

Pode se perceber que os movimentos de revolta foram reprimidos pelo Estado, pois este não permitia o questionamento das estruturas de poder. Um dos movimentos importantes de reação foi Canudos, tendo sido liderado por Antônio Conselheiro, o qual conseguiu formar uma comunidade de sertanejos no final do século XIX, que passou a vivenciar práticas de coletividade e se opondo a exploração do Estado e dos latifundiários. Mas o Estado, incomodado, procurou eliminar totalmente o povoado de Canudos a fim de destruir não só aquelas pessoas, mas principalmente o ideal de uma sociedade fundada em princípios de solidariedade. A Guerra de Canudos que foi narrado por Euclides da Cunha em “Os Sertões”, também foi analisada no seu por historiadores como Maria Isaura Pereira de Queiroz (1977) e Duglas Teixeira Monteiro (1977), mas também foi entendida como reação ao latifúndio por Rui Facó (1965).

Independente da interpretação sobre o movimento de Canudos é salutar destacar que o pano de fundo é a presença forte do latifúndio no nordeste brasileiro, o que mostra que a população sertaneja não tinha acesso a terra.

No início do Século XX, na região de divisa entre os Estados de Santa Catarina e Paraná ocorreu a Guerra do Contestado. A historiografia oficial apresenta o Contestado como uma guerra entre os

Estados do Paraná e de Santa Catarina pela definição de fronteiras. Porém, a questão central foi a terra, o direito à terra.

As companhias que estavam construindo uma ferrovia, que ligaria o Paraná ao Rio Grande do Sul, e que tiveram um acordo com o Estado no sentido de que o pagamento pelos serviços seria feito com uma faixa de terra dos dois lados da estrada, se deparam com os posseiros, os quais viviam naquela região e tiravam da terra o seu sustento. O conflito aconteceu por meio da expulsão dos posseiros daquela região e na reação dos mesmos. Os posseiros foram liderados pelo José Maria, o qual era um líder religioso popular e buscava organizá-los para que pudessem defender a possibilidade de terem um pedaço de chão. Machado (2004) mostra que a guerra do Contestado foi marcadamente originada por problemas sociais, principalmente relacionados à posse da terra, como também foi permeada por elementos religiosos.

Durante o processo abolicionista, quando se buscava eliminar o trabalho escravo no Brasil, também estava presente a preocupação com a questão agrária, mas após a abolição da escravidão, na segunda metade do século XIX, os negros, agora livres, continuaram sem a terra para viver. Não tiveram condições de acesso à posse desse bem, que continuou em mãos de um pequeno grupo de pessoas. Para Fia-bani (2015) a tanto a lei de Terras de 1850, como o processo de abolição não deram acesso a terra aos povos afro-brasileiros, nem protegeram as terras quilombolas. Alencastro (2018) defende que junto ao movimento abolicionista havia a defesa de uma reforma agrária, mas a maioria do movimento fez aliança com os republicanos e assim saiu a abolição, mas os negros ficaram sem acesso a terra.

Outro aspecto que merece ser referenciado é a imigração europeia³ que iniciou no final do século XIX. O Estado brasileiro chegou a fazer propaganda para atrair os imigrantes, pois a necessitar de mão-de-obra para substituir aos negros.

A grande maioria das pessoas que veio ao Brasil não tinha muitas posses. Chegando ao Brasil, concentraram-se na região Sul e Sudeste, onde foram utilizados como trabalhadores nas fazendas de café ou formando pequenas colônias. A maioria precisou trabalhar muito e também se organizar para conseguir o título de um pequeno pedaço de terra.

A partir de 1850, com a Lei de Terras, a posse passa a ser definida pela compra, porém os preços foram elevados para impedir que a grande maioria da população pudesse ter acesso à terra. A lei criava a propriedade privada, mas as raízes históricas estruturas no latifúndio não foram quebradas.

Com a imigração e a política de constituição de colônias muitos imigrantes passaram a ter acesso a um pequeno lote de terra, isso gerou a estruturação de pequenas propriedades. Porém a pequena propriedade não se tornou dominante na região Sul. Na verdade o latifúndio continuou predominando e mantendo o poder político e econômico, com a diferença de que não era mais a única forma de propriedade. O latifúndio ocupou todas as áreas de campo e os imigrantes foram levados para regiões de mata, exemplo disso foram às colônias de Irati, Prudentópolis, São Mateus do Sul, São João do Triunfo no Paraná.

3.Sobre a imigração do europeu para o Brasil ver: José de Souza Martins. A imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo: Pioneira, 1973.

Com a introdução dos imigrantes e com as mudanças políticas ocorridas na transição da Monarquia para a República, como também com o fim do sistema escravista, havia possibilidade de grandes mudanças na sociedade brasileira e na forma de pensar o acesso a terra, mas não possibilitou acesso à terra aos negros, a terra tão esperada para plantar só poderia ser acessada pela compra. Mesmo libertados dos senhores de escravos, não foram indenizados pelo Estado e ainda ficaram sem trabalho e sem ter para onde ir, passaram a engrossar o grande contingente de pessoas pobres à margem do processo econômico.

O Brasil entrou no século XX já com um sistema Republicano, mas que na prática continuava mantendo o poder político e econômico com os mesmos sujeitos sociais, principalmente os latifundiários. A situação do campo não se altera e vários conflitos significativos foram registrados, entre eles o já citado conflito do Contestado.

Para Dezemone (2002) vários conflitos eclodiram no campo no início do século XX, entre eles muitas greves de imigrantes que trabalhavam nas fazendas de café, no interior de São Paulo. Inclusive em Ribeiro Preto, em 1913, ocorreu uma greve de imigrantes italianos que até o Estado Italiano entrou foi acionado para negociar com os colonos. O que mostra que a substituição da mão de obra escrava, por colonos europeus, não alterou a estrutura agrária e nem as relações autoritárias e de exploração.

Cabe citar também o cangaço, que ocorreu entre as décadas de 1920 e 1930, no interior do nordeste e que teve um dos seus líderes o famoso Lampião. Dezemone (2002) ainda cita o caso do projeto de expansão para o oeste no governo Vargas (1937-1945), que tinha

forte controle do Estado e não possibilitava espaço para organização dos agricultores.

Em 1930 foi formada a Coluna Prestes. Esse movimento pretendia forjar um processo de mudança capaz de alterar as principais formas de exploração presentes na realidade brasileira, inclusive o latifúndio que proporcionava poder aos Coronéis.

Os militares jovens que participaram da Coluna Prestes e se embrenharam pelo interior percorrendo os mais inóspitos sertões, em luta com as forças legais e dos Coronéis, esperavam encontrar apoio da população sertaneja e um grande espírito de revolta ante a situação de miséria e exploração em que vivia. (ANDRADE, 1987:44).

Contudo a Coluna Prestes se deparou com uma população anestesada, incapaz de reagir naquele momento. Havia uma passividade em relação à exploração, fruto de conformismo e da crença de que os Coronéis eram, num sentido paternalista, grandes protetores.

Os intelectuais marxistas viam nos camponeses a impossibilidade de reação espontânea, pois no entender deles os operários eram os únicos capazes de iniciar um processo de transformação das estruturas sociais.

Na luta política, o problema da terra preocupava as esquerdas, arregimentadas na Aliança Nacional Libertadora, que sofria grande influência comunista. Mas o campesinato era considerado uma classe mais conformista, que deveria ser liderada pelo operariado urbano, operariado industrial, considerado, pelos marxistas, como a classe revolucionária por excelência. (ANDRADE, 1987:46).

Durante o período que vai de 1930/1950 não houve avanços na conquista da terra por parte dos trabalhadores rurais, pois as condições políticas desse período não colaboram para isso. O governo Vargas, apesar de populista, esteve moldado nos moldes de um sistema autoritário não possibilitando muito espaço para as organizações

no campo. O destaque maior estava nas alterações no processo econômico, principalmente na crise do café.

A partir de 1950, as lutas camponesas contaram com apoio dos partidários do Partido Comunista (PC), os quais passaram a ajudar na formação dos sindicatos rurais, conseguindo inclusive legalizar os sindicatos. Além do Partido Comunista, a Igreja também passou a apoiar essas lutas, principalmente através da Ação Católica e da JAC (Juventude Agrária Católica). A participação da Igreja deu-se no sentido de fazer com que os camponeses deixassem de ser influenciados pelos marxistas.

A principal forma de organização neste momento foram as Ligas Camponesas. Essa temática debatida por Julião (1962), Azevedo (1982) e Bastos (1982) torna-se fundamental para entendermos como o campesinato passa a ser organizado neste período. Destaca-se que este é um período de democratização do país, tendo gerado espaço para organização de sindicatos as lutas camponesas passaram a ter um amparo legal:

Esse movimento de camponeses só se organizou como forma de luta legal a partir de 1950, quando surgiram as Ligas Camponesas e os Sindicatos Rurais, que organizaram os trabalhadores do campo e pressionaram o governo a promulgar leis, como o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra, visando solucionar os problemas mais urgentes da vida rural. (ANDRADE, 1987:9-10).

As Ligas Camponesas, que a princípio eram sociedades beneficentes, que se preocupavam com os sepultamentos e com assistência médica aos associados, passaram a ser uma das principais formas de organização dos camponeses. Essas Ligas organizavam greves,

ocupações de propriedades e procuravam pressionar a efetivação de uma Reforma Agrária, na “lei ou na marra”⁴.

As Ligas Camponesas passaram a contar com o apoio da ala progressista da Igreja Católica, criando, assim, condições para que o debate sobre a necessidade de uma reforma agrária começasse a aflorar no Brasil com maior vigor e expressão.

A partir da década de 1950 a problemática agrária passou a ser tema não apenas dos partidos e organizações de esquerda, mas também da Igreja Católica. Outro aspecto importante é a perspectiva de cobrar do Estado a efetivação de uma reforma agrária.

O país passou novamente por um momento de autoritarismo e de grande dificuldade para a sociedade civil se organizar em decorrência do golpe militar de 1964. Com a implantação da ditadura militar as organizações camponesas foram reprimidas, as ligas foram extintas e os sindicatos fechados. Porém ainda durante o período ditatorial surgem organizações que questionam a estrutura fundiária baseada no latifúndio e passam a reivindicar a reforma agrária.

Em 1975 foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e institucionalizada como uma ação da Igreja Católica. Segundo Adriance (..) a criação desta pastoral mostra a preocupação e o engajamento da Igreja em favor dos camponeses e a favor de uma reforma agrária.

As ações da CPT colaboraram para surgir várias instituições, como sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos de boias-frias, as primeiras organizações de sem terras. Ajudou ainda a denunciar a violência e os conflitos no campo.

4.A expressão “na lei ou na marra” era um dos principais lemas das ligas camponesas e demonstra que para os camponeses a reforma agrária era vista como um direito legítimo. Neste sentido a ação dos camponeses organizados deveria ser em forma de pressão para que fosse efetivada uma reforma agrária.

Para concluirmos essa narrativa destacamos a reabertura democrática a partir de 1985, que novamente trouxe a temática agrária à tona. Com o fim da ditadura a discussão sobre a problemática agrária estava tão acalorada que passou uma das temáticas da Constituinte.

Foi nesse período da abertura democrática, mais especificamente em 1984 que foi criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ainda no período ditatorial surgem grandes acampamentos de sem terras: Fazenda Macali e Brilante em 1979 e Encruzilhada Natalino em 1980, no RS; no Paraná em 1978 surge o Movimento justiça e terra, em torno dos atingidos pela barragem de Itaipu e em 1981 foi criado o Mastro (Movimento dos Agricultores Sem Terra no Oeste Paranaense). Segundo Brenneisen (...) houve neste período a reorganização das lutas em torno da questão agrária.

Os movimentos sociais junto com a Igreja Católica “se articulam para cobrar reforma agrária do governo da Nova República” (Corso, 2019, p 152). Por mais que nesse período há uma forte oposição por parte dos latifundiários, por meio da UDR (União Democrática Ruralista), mas as organizações defendiam que o Estado deveria promover uma política de distribuição de terras.

O contexto histórico dos anos oitenta retoma a perspectiva das ligas camponesas, de cobrar do Estado a execução de uma reforma agrária. Porém as motivações não giravam mais em torno apenas do questionamento da estrutura fundiária baseada no grande latifúndio, mas incorporava problemática do efeito da urbanização da sociedade brasileira, que fez com que de 1950 a 1980 houvesse uma inversão do número de habitantes entre cidade e campo, até 1950 em torno

de 80 % da população estava no meio rural e em 1980 já havia 80 % da população nas cidades.

Desse modo a reforma agrária surge como solução para um dos problemas desse período, o grande desemprego e a miséria nas periferias das cidades. A temática agrária torna-se inclusive um dos temas da Assembleia Constituinte de 1986 e acabou sendo incorporada ao texto da constituição de 1988. O Brasil, país de grandes dimensões de território, se aproximava do fim do século XX com a problemática agrária ainda não resolvida, havia muita terra na mão de poucos e milhares de pessoas sem a possibilidade de acesso a um pedaço de terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIANCE, Madaleine Cousineau. **Terra prometida: as comunidades eclesiais de base e os conflitos rurais**. São Paulo: Paulinas, 1996.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. **A abolição da escravidão foi votada pela elite evitando a reforma agrária**. Entrevista concedida a Amanda Rossi, BBC em 13 de maio de 2018.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Abolição e reforma agrária**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1987.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As ligas camponesas**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

BASTOS, Élide Rugai. **As Ligas camponesas**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais**. Cascavel, Edunioeste, 2002.

CORSO, João Carlos. **Romaria da Terra: mapeamento e elementos de integração latino-americana (1978-1995)**. Monografia de Especialização, Guarapuava, UNICENTRO, 1998.

CORSO, João Carlos. **Herdeiros da Terra Prometida: Discursos, práticas e representações da comissão pastoral da terra e do movimento dos trabalhadores rurais sem terra, nas décadas de 1980/1990**. Ponta Grossa, Texto e Contexto, 2019.

DEZEMOVE, Marcus. **Conflitos rurais no Brasil: breve exame no século XX**. Revista Cantareira. RJ: UFF, N1, V1, ano 1, Novembro 2002.

FIABANI, Ademir. **A expropriação das comunidades negras brasileiras: da Lei de Terras de 1850 ao Regulamento de Terras de 1913**. Contraponto, UFPI, Terezina, v2, n 2, agosto 2015.

- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 13 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.
- GANCHO, Cândida Vilares & outros. **A posse da terra**. São Paulo: 1991.
- GOENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1980.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Palmares**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HOORNAERT, Eduardo. **Formação do Catolicismo no Brasil: 1500-1800**. Petrópolis: Vozes, 1974.
- JULIÃO, Francisco. **Que são ligas camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- LANDMANN, Jorge. **Tróia Negra: A saga dos palmares**. São Paulo: Mandarim, 1998.
- LIMA, L. L. DA G. **O padroado e a sustentação do clero no Brasil**. Saeculum— Revista de História, n. 30, 30 jun. 2014.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1923-1916)**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.
- MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado**. In: Boris Fausto (dir.) **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel/Difusão Editorial, 1977, t. 3, v. 2, p 34-92.
- NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e Escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na capitania geral de Pernambuco 1700-1817**. UNB, 2004.
- PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)**. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. 2ª. ed., São Paulo, Editoria Alfa-Omega, 1977.
- REIS, João José; Gomes, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RUI, Facó. **Cangaceiros e Fanáticos: retratos do Brasil**. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2ed, 1965.
- SILVA, Elizângela Cardoso de Araujo. **Povos Indígenas e o direito à terra na realidade brasileira**. Serv. Soc. Soc. SP, n 133, p 480-500, Set 2018.
- ZENERATTI, Fabio Luiz. **Propriedade e latifúndio: introdução ao debate sobre sua origem e perpetuação no Brasil**. Caderno de Geografia, v 27, n 50, 2017.

CAPÍTULO 4

CORPO, GÊNERO E VIOLÊNCIA NOS ESPAÇOS RURAIS DE MALLET-PR (1934- 1943)

Gabriel José Pochapski (UNICAMP)

Hélio Sochodolak (UNICENTRO)

INTRODUÇÃO

Nas décadas de 1930 e 1940, Ana, José, Cláudia e Nicolau tiveram suas vivências ligadas aos crimes que ocorreram no município de Mallet. Em 1934, após diversos desentendimentos, a polonesa Ana faleceu em decorrência dos espancamentos produzidos pelo ucraniano José, seu antigo cônjuge. Nove anos depois, já em 1943, Cláudia estava grávida quando foi agredida por seu vizinho Nicolau, o que resultou na sua morte, uma semana após o ocorrido. Ainda que estes crimes tivessem se desenrolado em momentos específicos da primeira metade do século XX, ambos os casos apresentaram

como ponto de aproximação as relações entre o corpo, o gênero e a violência nos espaços rurais do sul do Paraná, onde Mallet se localizava.

Este município emergiu como resultado da ocupação de indígenas, caboclos e das estratégias que direcionaram milhares de imigrantes ucranianos e poloneses para esta área, a partir do final do século XIX. Configurando-se como um espaço predominantemente agrícola e de interação entre brasileiros, eslavos e seus descendentes, Mallet apresentou singularidades no modo como o gênero e a violência produziram suas marcas nos corpos dos habitantes, aspectos que buscaremos analisar nesse capítulo.

Desde as décadas de 1970 e 1980, as temáticas do corpo e do gênero ganharam ênfase nas produções historiográficas, principalmente no questionamento dos essencialismos e na crítica aos modelos naturalizantes vigentes até então. Inserido nestas perspectivas e marcado por aproximações e divergências com os historiadores, o pensamento de Michel Foucault promoveu um direcionamento singular para a escrita da história. Suas obras e reflexões assinalavam a relevância da dimensão corporal na produção de saberes, na consolidação de instituições e aparatos, e, em especial, na ação do poder que moldava os sujeitos e seus comportamentos (RUBIN, 2006).

Além da influência foucaultiana, as investigações historiográficas das décadas de 1970 e 1980 apontaram o gênero como uma abertura de análise da construção do feminino e do masculino (SCOTT, 1995). Longe de ignorarem a presença dos corpos, os estudos que utilizaram o gênero como uma abordagem histórica deram ênfase para a construção dos significados, modelos e formas de controle

das corporeidades. Estes olhares foram de grande relevância para a compreensão de que as definições de gênero, suas atribuições e comportamentos eram inscritos nos corpos, o que indicou novas possibilidades de perceber a constituição dos indivíduos em diferentes períodos e contextos socioculturais (LAQUEUR, 2001).

Nossa análise sobre o território de Mallet procura dialogar com este âmbito teórico, sobretudo ao destacarmos que muitas das formas definidoras das relações entre o corpo e o gênero foram produzidas por práticas como a violência. Nas décadas de 1930 e 1940, diversos corpos masculinos e femininos que habitavam no município malletense foram assinalados por agressões e conflitos que se elevavam nos registros criminais. Dentre as diversas desavenças que emergiram, optamos por fazer uso de dois processos-crime que nos permitem problematizar de que modo os corpos, a violência e o gênero foram articulados naquele espaço rural, entre os anos de 1934 a 1943.

A utilização de fontes jurídicas ganhou impulso na historiografia da década de 1970, quando novas temáticas e métodos propiciaram o uso de documentos até então vistos com desconfiança. Provocando relevantes mudanças nestas perspectivas, obras como *Senhores e caçadores* (1975), de Edward P. Thompson, *Montaillou* (1975), de Emmanuel Le Roy Ladurie, ou *O queijo e os vermes* (1976), de Carlo Ginzburg, sinalizaram distintas leituras e os usos para estes materiais e arquivos.

No caso das documentações que utilizamos neste capítulo, torna-se necessário mencionar que os processos criminais de Mallet se encontram no Centro de Documentação e Memória de Irati (CE-

DOC/I). Este fundo documental compõe um acervo com cerca de seis mil processos que datam de 1913 a 2006, um intervalo de tempo relevante para o estudo da colonização do território paranaense. Ao delimitarmos nosso período de análise para os anos de 1934 a 1943, buscamos destacar que o aumento da criminalidade esteve ligado tanto com as relações entre os corpos, o gênero e a violência, como na necessidade de centralização jurídica das tensões que se desenrolavam naquele cotidiano agrícola. Neste sentido, as prisões, o aumento das denúncias e as transformações legislativas dos códigos penais de 1932 e 1940 apresentaram efeitos nos crimes que foram registrados em Mallet.

Para além de qualquer percepção das fontes jurídicas como relatos neutros e totalizantes do passado, os processos criminais são aqui compreendidos como documentos resultantes de não-ditos. Arlette Farge destaca que, diante do historiador, as folhas que compõe os documentos judiciais tornam-se um “[...] vestígio bruto de vidas que não pediam absolutamente para ser contadas dessa maneira, e que foram coagidas a isso porque um dia se confrontaram com as realidades da polícia e da repressão” (FARGE, 2009, p. 13). As narrativas que nos permitem relacionar o corpo, o gênero e a violência não resultaram de ações límpidas e espontâneas, pelo contrário, os depoimentos e descrições surgiram do embate entre diferentes versões, do temor diante do crime e suas penas, ou da tensão perante as autoridades.

É preciso considerar que a investigação historiográfica com processos criminais não busca encontrar uma verdade sobre o ocorrido, pois “[...] todos os depoimentos seriam “ficções”, papéis desempenhados por personagens, cada qual procurando influenciar o desfe-

cho da história” (GRINBERG, 2009, p. 125). As ações dos policiais e delegados, as investigações, seus procedimentos, e os embates das diferentes versões demandam dos historiadores um trabalho com a verossimilhança. Partindo destas perspectivas, este capítulo analisa as ligações entre o corpo, o gênero e a violência, procurando ressaltar como os processos criminais se tornam importantes indicadores dos conflitos, comportamentos e vivências nos espaços rurais malle-tenses.

CORPO, IMIGRAÇÃO E CONFLITO: OS GRITOS DA UCRANIANA ANA - 1934

Era a manhã do dia 14 de janeiro de 1934, na localidade de Santa Cruz, área agrícola de Mallet, quando a polonesa Ana seguia pela estrada em direção à colheita de trigo. Durante o percurso, Ana encontrou-se com seu antigo cônjuge, o ucraniano José, que a agrediu, provocando ferimentos em diversas partes do seu corpo. Embora tenham recebido destaque policial no ano de 1934, as desavenças entre os dois moradores haviam sido constantes em períodos anteriores, de modo que Ana se afastou do marido para viver sozinha, garantindo sua renda com o trabalho na agricultura.

Em contrapartida, o ucraniano José possuía judicialmente a guarda dos filhos e considerava a saída de Ana uma situação desonrosa, procurando constantemente a antiga companheira para obrigá-la a reatar o casamento. Durante anos, muitas dessas insistências eram seguidas de agressões que atingiram o ápice em janeiro de 1934, quando o caso chegou até as autoridades policiais (CEDOC/I, 1934, nº 132, fls. 1-5). Desconhecemos as vivências anteriores de Ana e

José, mas por meio dos procedimentos jurídicos, sabemos que se tratavam de imigrantes eslavos. Estes moradores haviam se dirigido ao Brasil em algum momento entre 1895 e 1920, um período marcado pela chegada de milhares de ucranianos e poloneses ao território do Paraná.

As políticas imigratórias que resultaram na vinda de imigrantes ganharam intensidade nos últimos anos do regime imperial e no início do governo republicano, em 1889, quando se intensificaram as estratégias de ocupação europeia visando povoar os chamados “vazios demográficos”. Inserido nestas dinâmicas, o espaço onde posteriormente se desenvolveu Mallet não se encontrava desocupado, tal como compreenderam as autoridades governamentais. Além da presença indígena, a história deste território esteve ligada ao século XIX, quando diversos grupos se deslocavam em meio às matas na busca por novas áreas de cultivo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1962, p. 01), esta ocupação prosseguiu de forma isolada até o ano de 1880, quando um contingente de famílias vindas do leste do Paraná procurava áreas amplas para a produção agrícola e pecuária. A partir destes grupos, formaram-se pequenos aglomerados de casas, dentre os quais se destacou São Pedro e Rio Claro.

Enquanto os espaços tornavam-se gradualmente ocupados pela presença não indígena, a vinda de imigrantes ganhou força com os projetos governamentais da transição entre os séculos XIX e XX. Por um lado, o deslocamento de indivíduos como Ana e José foi intensificado por problemas econômicos e fundiários presentes no leste europeu. Por outro lado, não se pode ignorar que a imigração para o Brasil foi um fenômeno estratégico, em particular porque

apresentou relações com o corpo e com o que hoje compreendemos como o gênero.

Destacando as políticas de branqueamento populacional, Seyferth (2002, p. 09) afirmou os ideários de civilização que compreendiam os imigrantes como a antítese da brasilidade. O temor de que o Brasil viesse a se tornar a maior nação negra fora da África impulsionava os decretos de colonização, tendo em vista o objetivo de promoção do caldeamento racial. Os corpos ocupavam um papel central nestes processos, já que as teorias que articulavam o evolucionismo e o darwinismo social eram pautadas na inferioridade dos corpos negros, indígenas ou mestiços, tidos como subalternos diante dos corpos europeus, considerados como sinônimos de evolução e civilidade.

Além de estar imersa nas estratégias ligadas ao corpo, a vinda de imigrantes como Ana e José também esteve entrelaçada com percepções que afirmavam a virilidade, a masculinidade e a monogamia heterossexual como fatores relevantes das políticas governamentais. Enfatizando este aspecto, Richard Miskolci aponta que o desejo da nação que emergia no final do século XIX era produzido por elites que pautavam seus discursos no modelo do homem viril e reprodutor. A vinda de corpos europeus tornava-se uma forma de “corrigir” a suposta inferioridade dos indígenas, negros e mestiços, pois “[...] o ideal nacional branqueador tinha como um de seus pilares a reprodução sob o controle masculino, pois o homem – e apenas ele – era visto como o verdadeiro portador da branquitude e do progresso” (MISKOLCI, 2012, p. 32). Portanto, a imigração não se encontrava afastada de modelos corporais e de gênero, sendo um aspecto que dava contornos para a ocupação das áreas terras situadas no sul do Brasil. O local onde posteriormente se desenvolveu Mallet foi um

desses núcleos imigratórios que, na década de 1890, recebeu milhares de poloneses e ucranianos direcionados para lotes já demarcados pelas autoridades. Este deslocamento populacional prosseguiu no início do século XX, quando centenas de famílias foram conduzidas aos territórios próximos do Rio Iguaçu (HORBATIUK, 1989, p. 104).

Vindos ao Brasil em algumas dessas levas, Ana, José e outros imigrantes seguiram para as áreas em torno do povoado de São Pedro, que aumentava seu desenvolvimento em decorrência da construção da linha férrea São Paulo-Rio Grande do Sul, em 1903. Enquanto as obras férreas proporcionavam emprego para muitos imigrantes, a estação de trem nomeada como Marechal Mallet permitia o escoamento dos produtos agrícolas e da madeira retirada das matas da região. Tamanha era a importância da estação ferroviária que o povoado de São Pedro passou a articular os dois nomes, sendo nomeado como São Pedro do Mallet. Ferreira (2006, p. 178) afirma ter sido resultado do crescimento populacional impulsionado pela linha férrea que o povoado “foi elevado à categoria de Distrito Judiciário em 17 de dezembro de 1908. Pela Lei nº 1.189 de 15 de abril de 1912, foi criado o município de São Pedro de Mallet”. Em 1929, a grafia oficial do município tornou-se Mallet.

Foi na mesma década de transformação na nomenclatura municipal que a polonesa Ana se casou com o ucraniano José, mas a convivência desarmônica fez com que Ana se retirasse da casa no início dos anos de 1930. Este afastamento não cessou as agressões que ganharam visibilidade oficial em 1934, quando José atacou Ana na estrada. Após o episódio, a polonesa se direcionou por duas vezes até a Delegacia de Mallet, contudo, suas solicitações não foram aten-

didadas pelas autoridades. A situação apenas se reverteu dois dias após as agressões, quando o delegado seguiu até a casa de Ana, que já se encontrava em estado grave devidos aos chutes e socos que recebeu.

A polonesa contou que tinha 44 anos, que realizava atividades domésticas e afazeres agrícolas (CEDOC/I, 1934, nº 132, fls. 07). Relatando as desavenças com o seu antigo companheiro, Ana ressaltou a situação ganhou suas maiores proporções com os últimos ferimentos que havia sofrido. A polonesa descreveu que no dia do conflito “[...] encontrou José, que estava em uma carroça juntamente com uma das filhas, ao vê-la, saltou do veículo dizendo “quando te macetar bem daí você aprende e vem para a minha casa” (CEDOC/I, 1934, nº 132, fls. 07). Diante da filha, de uma vizinha que a acompanhava, e de várias pessoas que se aproximaram da estrada após os gritos, José desferiu diversos socos no corpo da polonesa, utilizando-se de uma corda para tentar amarrá-la. Neste momento, o ucraniano comprimiu o ventre da vítima com os joelhos “[...] como começou a gritar, José largou-a indo embora, que por diversas vezes deixou a declarante em situações idênticas” (CEDOC/I, 1934, nº 132, fls. 09).

Após o falecimento de Ana, um dia depois de ter prestado o depoimento, deu-se início a investigação policial que acusava José pelo homicídio da antiga companheira. O ucraniano justificou em depoimento que o ato teria sido guiado por suas emoções, por não aguentar mais ficar sem Ana. Segundo José, tal situação era impossível de se sustentar, pois “é motivo de piadas e comentários maldosos dos vizinhos por viver daquele modo” (CEDOC/I, 1934, nº 132, fls. 12). Se articularmos as explicações dadas por José com as informações declaradas por Ana, podemos destacar que o ucraniano assinalava

uma compreensão das práticas violentas como atributos “naturais dos homens” a serem utilizados nos momentos de fúria. Os chutes e socos não buscavam somente demarcar uma posição de controle ou de autoridade, mas tais atos eram acompanhados de um “caráter corretivo”, tanto que o ucraniano afirmava “[...] quando eu te mace-tar bem daí você aprende [...]” (CEDOC/I, 1934, n° 132, fls. 07).

Podemos compreender que a forma de explicação evocada por José não se encontrava afastada dos elementos constitutivos da noção de violência. Para Muchembled (2012, p. 07), a palavra violência surgiu por volta do século XIII, derivada do termo latino *vis*, “designando a “força” ou o “vigor” que caracterizava um ser humano com o caráter colérico e brutal”. Em seus estudos, Muchembled não buscava afirmar a impossibilidade das mulheres de realizarem práticas violentas, mas assinalava a construção histórica de um modelo de virilidade e macheza que definia a violência como uma característica natural da masculinidade.

Relegando um modelo de passividade designado para as mulheres, os usos e a afirmação da violência – compreendida como uma essência dos homens – implicaram na produção de gestualidades, comportamentos, formas de movimentar o corpo e de se relacionar com os demais indivíduos. Diante das negativas dadas por Ana, o ucraniano José se utilizou de agressões e golpes para buscar enfatizar a sua posição masculina de mantenedor da família. Não apenas os argumentos por ele evocados reiteravam um modelo de gênero que delineava o masculino e o feminino, mas os próprios movimentos do seu corpo foram significados com sensibilidades e gestos aprendidos e incorporados.

Por meio das descrições presentes na narrativa jurídica do crime, podemos compreender que os movimentos corporais realizados por José estavam ligados a uma performatividade, categoria esta que não está restrita a um ato singular, mas que se insere em um conjunto de comportamentos, atos e sinais situados no interior de um modelo, neste caso, um modelo de masculinidade. As agressões feitas por José compunham uma “[...] prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (BUTLER, 2000, p. 152). Os usos da violência afirmavam uma linguagem produzida pelas marcas dos golpes, por signos que assinalavam nos corpos os limites entre homens e mulheres no território rural malletense.

Marcado pela performatividade, as distinções de gênero foram produzidas a partir de uma repetição de posturas, ações e comportamentos que gradualmente se tornaram naturalizados. Este caráter afirmativo e visível da expressão do gênero não era individual, ao invés disso, os atos realizados por José encenavam as significações da masculinidade em um espaço público. A naturalização da violência como uma prática considerada masculina demandava a presença de outros membros da sociedade que “reconheciam” o ato como tal.

Neste sentido, José agrediu a antiga companheira enquanto performatizava um modelo de gênero que era inteligível por aqueles que acompanhavam o conflito, em 1934. Longe de uma essência inata, os atos realizados pelo ucraniano foram produzidos e subjetivados historicamente, pois, ao contrário das afirmações que relegavam a força como atributos masculinos, também devemos considerar que o trabalho nas roças e na pecuária era exercido pelas mulheres daquela sociedade. Embora as delimitações de gênero fossem reiteradas constantemente nos movimentos dos corpos, nos ideários de

virilidade e nas demonstrações de macheza, os corpos femininos, assim como os corpos masculinos, eram moldados pela dureza do trabalho agrícola.

Diferente da exigência de delicadeza imposta a muitas mulheres dos espaços urbanos do início do século XX, como enfatizou Rago (1985, p. 224), o contexto agrícola de Mallet implicava na necessidade da força como um atributo fundamental para todos os moradores, o que não necessariamente anulava as tentativas de afirmação da suposta superioridade masculina. As marcas no corpo de Ana não eram resultantes de golpes que simplesmente buscavam ferir ao outro, mas tal violência visava delinear posições específicas para os homens e as mulheres daquele período. Os atos de José eram regidos pela escolha de uma categoria alvo – o corpo de Ana – e de formas selecionadas de agressão – socos, chutes ou uso da corda –, aspectos que podem ser caracterizados por aquilo que Saffioti afirmou como a violência de gênero. Para a socióloga, este modo de praticar a violência está baseado na afirmação de que “os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se apresenta como desvio” (SAFFIOTI, 2011, p. 115).

Inscrita nos corpos dos acusados ou das vítimas, e marcadas por atribuições de gênero, a prática da violência era um componente central de reiteração nos códigos sociais vigentes entre os habitantes de Mallet. Não estando restritas às prerrogativas dos códigos jurídicos, as surras, facadas e mortes eram praticadas de modo recorrente na resolução de desavenças, nas tentativas de limpeza da honra, ou na manutenção do controle familiar. Fazer uso da violência compunha um ato de fundamental importância, pois designava posições,

impunha comportamentos e punia as transgressões das regras estabelecidas, principalmente das determinações de gênero. Aspectos semelhantes ao da sociedade malletense já haviam sido destacados por Maria Sylvia de Carvalho Franco (1974, p. 22-23), que afirma a presença da violência no cerne das relações comunitárias agrícolas, tornando-se necessário romper com os modelos que excluía a relevância da dimensão conflituosa nas práticas socioculturais desses espaços.

Por outro lado, ainda que os movimentos do corpo de José ressoassem os códigos costumeiros e os ideários de masculinidade com o uso da violência, o aparato jurídico-policial da década de 1930 não esteve situado em um polo distinto daquele em que estavam localizados os moradores malletenses. É necessário enfatizarmos que Ana caminhou por diversas vezes ferida os oito quilômetros que a levavam até a Delegacia de Mallet, onde tentou realizar uma denúncia. Entretanto, a polonesa não recebeu qualquer providência por parte das autoridades (CEDOC/I, 1934, nº 132, fls. 48). A ida do delegado para Santa Cruz somente ocorreu por motivo do agravamento de saúde da vítima, um dia antes do seu falecimento, o que acabou por configurar a aceitação e o silenciamento destas práticas por parte da polícia.

Assim como a fragilidade da interferência policial, o exame de corpo de delito prosseguiu minimizando a culpabilidade de José no caso. Tanto que a constatação final feita pelos peritos foi a de que a morte de Ana ocorreu “[...] não por ser mortal a lesão, e sim, por deixar a offendida de observar o regimen medico hygienico reclamado por seu estado” (CEDOC/I, 1934, nº 132, fls. 06). A responsabilidade pelo falecimento da polonesa não seria atribuída às agressões

recebidas pelo antigo cônjuge, e sim pela própria vítima, já que ela teria se deslocado ferida até a delegacia, agravando o seu estado de saúde. Essa culpabilização de Ana permite apontar que as relações entre o corpo, a violência e o gênero não apresentavam uma divisão totalizante que situaria as autoridades policiais e a população em lados opostos. Pelo contrário, a polícia e os habitantes de Mallet compartilhavam dos mesmos modelos, pois as surras dadas por José e a negligência policial eram regidas por uma mesma lógica que confirmava o homem como o detentor legítimo da violência.

A indissociabilidade dos códigos costumeiros com a lei oficial já havia sido abordada por Marcos Bretas (1996, p. 220), que ressaltou como a consolidação da República, no final do século XIX, não promoveu uma neutralidade na atuação policial diante das desavenças cotidianas. O funcionamento das instituições policiais e jurídicas era atravessado por percepções subjetivas, valores próprios, crenças e preceitos que apresentavam ressonâncias diante dos crimes. Torna-se impossível ignorarmos como tais aspectos produziram seus efeitos em casos como o de Ana, seja na falta de consideração das autoridades perante os diversos pedidos, na ênfase dos peritos em culpabilizar a polonesa, ou mesmo no resultado final do processo-crime, momento em que José foi inocentado do caso pela decisão dada pelo júri popular, em 1935.

Seja entre os códigos costumeiros ou diante da judicialização dos conflitos, a violência prevaleceu como prática a ser constantemente utilizada em lugares como Mallet. Situações como a de Ana não constituíram fatos isolados, podendo ser percebidas como indicativos das tensões presentes naquele lugar. Articulada com os corpos e com o gênero, a prática da violência se transformou em um modo de

afirmar performativamente a masculinidade, bem como de punir alguém no caso de uma transgressão aos modelos de gênero vigentes. Sabemos que nem sempre tais conflitos chegavam até as autoridades policiais, mas podemos apontar que nas décadas de 1930 a 1940 houve um crescimento na quantidade de processos criminais em que as relações do corpo com o gênero e a violência foram assinaladas, aspectos estes que abordaremos na segunda parte deste capítulo.

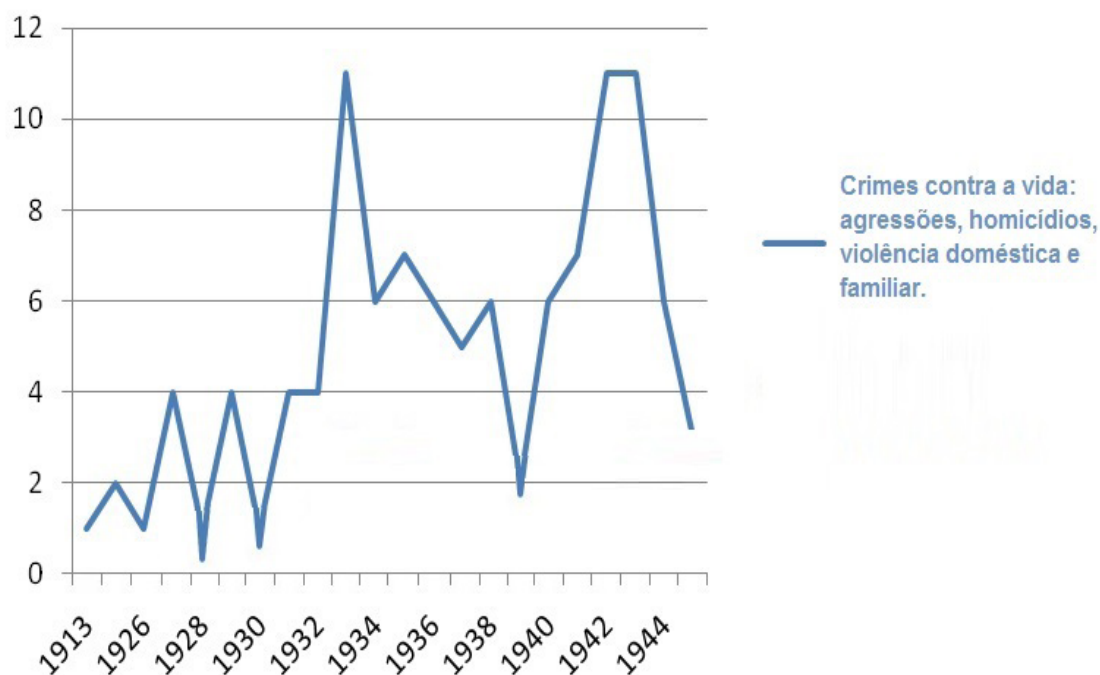
AS TENSÕES E A LEI: O CONFLITO ENTRE CLÁUDIA E SÉRGIO NO ANO DE 1943

O segundo crime que destacamos ocorreu nove anos após a morte de Ana, em um local de nome Eufrosina, também na zona rural de Mallet. No dia 06 de outubro de 1943, por volta do meio-dia, Cláudia cortava arbustos na sua propriedade, quando viu que o vizinho Sérgio caminhava por aquelas terras com um machado, possivelmente para cortar árvores que não lhe pertenciam. Ao interrogar o invasor, Cláudia foi surpreendida pelos ataques do vizinho, iniciando-se uma luta corporal entre os dois moradores. Ignorando o fato de Cláudia estar grávida, Sérgio “[...] a agrediu com socos, pisando no corpo da vítima por diversas vezes, resultando que a mesma saiu ferida” (CEDOC/I, 1943, nº 267, fls. 2). Assim como no primeiro crime, Cláudia não faleceu instantaneamente, seu sofrimento perdurou por dois dias até a morte, logo após o aborto resultante das diversas pancadas que recebeu no ventre.

O crime que atingiu Cláudia esteve inserido em um momento no qual as tensões registradas pelas autoridades policiais se elevaram em Mallet. Reunindo diferentes tipologias de crimes como agressões e

homicídios na categoria de “crimes contra a vida”, podemos observar no gráfico abaixo o aumento dos crimes que se relacionam com a dimensão do corpo, desde 1913 até 1944, quando os atos violentos atingiram suas proporções mais elevadas.

Gráfico 1: Aumento dos crimes contra a vida (1913-1944).



Crimes contra a vida nos processos criminais de Mallet entre os anos de 1913 a 1944. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNICENTRO, campus de Irati-PR. **Fundo judiciário da Comarca de Mallet.** Processos criminais de 1913 a 1944.

Por mais que os anos de 1942 e 1943 tenham se mantido como o período no qual o aumento de processos criminais prosseguiu constante, percebemos que os percentuais de crimes contra a vida já apresentavam elevações no início da década de 1930. Ainda que este aumento ocorrido a partir de 1930 não denotasse a mesma intensidade dos crimes que foram registrados na década seguinte, é perceptível a ocorrência de um declínio até o ano de 1939, quando a criminalidade atingiu os menores índices daquela década. Já o início de 1940 foi marcado pelo crescimento dos crimes e seu ápice entre 1942 e 1943.

Nestes dois anos, a criminalidade em Mallet manteve as taxas mais altas da primeira metade do século XX, declinando em 1944.

A partir do gráfico, nota-se que o crime que atingiu Cláudia emergiu em um período próximo das transformações jurídicas no campo penal. Até o final da década de 1920, o código penal vigente havia sido constituído por Manoel Deodoro da Fonseca, no início da República. Já no ano de 1932, o desembargador Vicente Piragibe apresentou algumas reformulações que configuraram o chamado Código Piragibe. Embora não tenha promovido rupturas radicais com as prerrogativas jurídicas anteriores, o Código Piragibe visava atualizar a nomenclatura de algumas leis e conciliar os diferentes artigos e parágrafos estaduais em uma única legislação.

Diferente do Código Piragibe e seu empenho de aproximação do judiciário estadual com o nacional, as transformações mais intensas ocorreram com o chamado Código Penal de 1940, que entrou em vigor a partir de 1942. Em um período marcado pelas ações interventoras e pelo impulso industrial característico da Era Vargas (1930-1945), este novo código penal apresentou mudanças radicais se comparadas com as legislações anteriores. Enquanto o código de 1890 iniciava seu texto compreendendo os crimes contra a nação como a centralidade de suas preocupações, o Código Penal de 1940, de modo inverso, destacava os crimes contra a pessoa demarcados pela figura do indivíduo e de sua individualidade corporal. Nesta mudança da perspectiva jurídica, os “Crimes contra a pessoa” subdividiram-se em crimes contra a vida, lesões corporais, periclitamento da vida e da saúde, da rixa, dos crimes contra a honra e dos crimes contra a liberdade individual.

Dentre as diversas transformações e ideários produzidos no Período Vargas, o Código Penal de 1940 foi tido como símbolo de inovação jurídica, pois:

A elaboração e a promulgação de um novo código penal em 1940 apresentou-se como uma resposta para as necessidades de adaptação das antigas prescrições legais à realidade de uma sociedade vinculada pelas transformações inscritas no projeto de modernização conservadora do governo Vargas: industrialização, urbanização, difusão de novos meios de comunicação, cultura de consumo e de lazer (MUNIZ, 2005, p. 02).

Característica da Ditadura Vargas, a ação interventora do Estado buscou adentrar em diferentes aspectos da sociedade brasileira, passando a exercer a sua influência desde a instituição familiar e as relações trabalhistas, até os meios de comunicação como o rádio e os jornais. Se as legislações de 1940 buscavam reduzir o espaço da delinquência pela ação do Estado, observa-se que o município de Mallet e seus espaços rurais apresentaram o ápice da criminalidade naquele mesmo período. Enquanto as legislações penais buscavam se adaptar aos ideários de urbanização e modernidade dos grandes centros urbanos brasileiros, os lugares afastados dessas áreas, tal como Mallet, foram marcados pelo tensionamento dos códigos costumeiros vigentes com as prerrogativas da lei oficial.

A violência que ocupava um papel central como modo de resolução das desavenças, passou a ser gradualmente canalizada pelos aparatos governamentais. Entre os anos de 1934 a 1944, percebe-se uma maior intensificação do funcionamento judiciário, seja no aumento do número de denúncias realizadas, na expansão da abrangência das leis penais e na gradual judicialização das tensões que emergiam nas vivências cotidianas. Nesta congruência de leis oficiais e costumeiras, ou nas aproximações entre o gênero e a violência, eram os corpos

que se tornavam a superfície de disputa. A pele, os membros e seus órgãos passaram a serem marcados por aqueles que participavam dos conflitos ou pela ação das autoridades, que traçavam as tipologias penais através dos sinais presentes nas extensões físicas dos envolvidos.

Ao contrário do descaso e da demora policial que caracterizou o crime ocorrido em 1934, a desavença de Cláudia e Sérgio, ocorrida em 1943, foi marcada pela rapidez da denúncia e da vinda das autoridades até a casa da vítima, que já se encontrava acamada. Com 33 anos e descrita como doméstica – embora saibamos que as mulheres malletenses também trabalhavam nas lavouras –, Cláudia contou que Sérgio a atacou mesmo sabendo do seu estado de gravidez. Conforme consta no processo criminal, “as diversas agressões no ventre da declarante acabaram por provocar o aborto do feto em estado de esmagamento” (CEDOC/I, 1943, nº 267, fls. 10).

Segundo a descrição dada por Cláudia, as agressões apenas terminaram quando o filho menor conseguiu afastar Sérgio, ameaçando-o com uma faca. Intimado a depor, Sérgio negou ter provocado tais ferimentos e disse que retirava madeira quando Cláudia atijou os cachorros contra ele. O homem disse que sua única reação foi um empurrão que derrubou a malletense, mas sem lhe causar ferimentos. Para este lavrador, o verdadeiro culpado do caso era o esposo da vítima, pois as brigas que ocorriam entre ambos eram constantes e marcadas por diversas agressões (CEDOC/I, 1943, nº 267, fls. 09). A versão dada por Cláudia tornava-se completamente distinta daquela feita por Sérgio, pois em nenhum momento a vítima descreveu suas tensões com o marido.

Na busca por maiores informações ou pistas sobre o caso, o inquérito das autoridades policiais passou a ser atravessado por diferentes versões daquele conflito ocorrido na área rural malletense. Um primeiro direcionamento das investigações buscou averiguar se Cláudia estava efetivamente grávida no momento em que sofreu as agressões. Tal preocupação caracterizava as novas perspectivas das leis penais sobre o corpo, visto que o Código Penal de 1940 apresentava especificidades se comparado com as legislações anteriores. Diferente dos códigos de 1830, 1890 ou 1932, o novo código penal possuía uma distinção entre o aborto realizado com ou sem o consentimento, bem como passou a levar em conta a violência com relação à mulher. No Capítulo 1 do Código de 1940, intitulado “Dos crimes contra a vida”, o Artigo 125 afirmava: “Provocar aborto, sem consentimento da gestante: Pena – reclusão, de três a dez anos”, bem como o Artigo 127, que dizia que “As penas cominadas [...] são aumentadas de um terço, se em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sobre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se por qualquer dessas causas, lhe sobrevêm a morte”.

Com relação ao crime ocorrido em Mallet, a confirmação da gravidez de Cláudia era dificultada pelo fato de a vítima ter falecido quatro dias após o depoimento. Contudo, mesmo após sua morte, as autoridades policiais buscaram investigar tal aspecto convocando as testemunhas para elencarem novas informações. Dentre os diversos depoimentos, uma parteira polonesa de nome Izabel contou ter sido procurada pelo marido da vítima. Ao seguir para a casa de Cláudia, “[...] a encontrou enferma, com muita febre e dores na bexiga, que ajudou a vítima a extirpar o feto que se encontrava morto, não po-

dendo ela explicar o motivo preciso” (CEDOC/I, 1943, nº 267, fls. 13). Além dos relatos de testemunhas como Izabel, é necessário destacar que não era apenas por meio de depoimentos que a constatação jurídica era produzida, as verdades definidas durante o processo eram efeitos de diferentes procedimentos nos quais o corpo ocupava uma posição fundamental.

Em uma variedade de modalidades de análise física, os sinais corpóreos poderiam ser tipologizados em exames como o de corpo de delito, defloração, necrópsia, exumação ou sanidade mental. Esses procedimentos implicavam em outras leituras sobre as extensões físicas, transformando discursivamente o corpo em uma superfície a ser perscrutada e seus sinais decifrados. Todavia, esta prática não era uma novidade imposta pelo Código Penal de 1940, pois Foucault nos permite destacar que os corpos possuíam esta relevância desde o século XVIII, quando a emergência do exame “[...] substituiu a exclusão recíproca entre o discurso médico e o discurso jurídico por um jogo que poderíamos chamar de jogo da dupla qualificação médica e judiciária” (FOUCAULT, 2001, p. 40). A partir do olhar médico e das categorias jurídicas, produziu-se uma semiologia das marcas dos corpos, o que tornou possível categorizar os ferimentos e comprovar a veracidade das acusações.

As ressonâncias biológicas dessa dupla comprovação fizeram-se presentes na elaboração do Código Penal de 1940, quando as percepções advindas da Antropologia criminal, na Escola Positivista italiana de Cesare Lombroso (1835-1909), fundamentaram as bases da chamada Escola do Recife, com Nina Rodrigues (1862-1906). Estes modelos influenciaram todo o âmbito jurídico brasileiro da primeira metade do século XX, produzindo uma compreensão do crime

como um fato indissociável dos aspectos biológicos (CANCELLI, 2001, p. 26-29).

Mais do que a superfície atingida pelo delito, o corpo seria o espaço da constatação dos crimes. Encontramos os efeitos dessa ótica jurídica nos desdobramentos do crime de 1943, momento no qual as autoridades malletenses atribuíram uma grande relevância para as extensões físicas da vítima. A necrópsia realizada definia que Cláudia “apresentava diversas equimoses espalhadas pelo corpo, principalmente no abdômen, ferimentos estes que provocaram lesões internas” (CEDOC/I, 1943, nº 267, fls. 6). Ao final do exame, os peritos assinalavam a ocorrência de um aborto, a presença de lesões no fígado e de uma grande hemorragia interna, tida como o motivo do falecimento da vítima. Após a constatação de que Cláudia estava grávida antes de falecer, as autoridades buscavam confirmar quem teria sido o autor do crime, já que Sérgio denunciava as constantes brigas entre Cláudia e o marido como o motivo da morte.

Convocadas as testemunhas do caso, três dos cinco depoentes enfatizavam que as surras e agressões faziam parte da vida do casal. O vizinho Eliseu descreveu as desavenças entre Cláudia e Mateus, o marido, contando que “[...] ouvia frequentemente as brigas entre ambos, que um tempo atrás ela até tinha deixado o marido e fugido para a casa do próprio pai, depois se juntaram de novo” (CEDOC/I, 1943, nº 267, fls. 28). Também moradora da localidade de Eufrosina, a polonesa Natália afirmou as constantes brigas e agressões feitas por Mateus que, em meses anteriores, se encontrou com Natália em uma de suas idas até a sede municipal de Mallet. Durante o trajeto, “a vítima tinha mostrado o corpo todo roxo de pancadas, cheio de sinais [...] Em uma conversa, Cláudia havia dito que perdeu cinco be-

bês antes do tempo, porque Mateus não concordava que tivesse mais filhos para criar” (CEDOC/I, 1943, nº 267, fls. 29). Já Márcia, outra vizinha, ressaltava os sons de brigas vindos da residência do casal, “que um certo tempo, quando arrancava batatinhas na roça, ouviu a discussão entre Mateus e Cláudia, em luta corporal, Cláudia rasgou toda a camisa do esposo, que ele enrolando aqueles trapos tentou afogar a esposa” (CEDOC/I, 1943, nº 267, fls. 29-30).

A partir dos depoimentos, nota-se que a violência não apenas fundamentava as relações entre os diversos moradores em ocasiões de desentendimentos, mas que as marcas nos corpos perpassavam muitas das relações conjugais. Por exemplo, podemos encontrar traços comuns no modo como a violência se relacionou com o corpo nos crimes que envolveram Ana, em 1934, e Cláudia, em 1943. Em ambos os casos, o ventre foi a parte do corpo mais atingida, sendo os ferimentos provocados nesta superfície os motivos da morte das duas mulheres. Se expandirmos tais constatações para os crimes ligados à violência de gênero em Mallet, nas décadas de 1930 e 1940, torna-se perceptível que o ventre feminino foi a superfície corporal atingida com maior intensidade durante esses vinte anos. Em períodos de crescimento e declínio da criminalidade, o ventre das mulheres havia sido o espaço físico visado em 38% dos crimes, denotando marcadores de gênero que moldavam a maneira como a violência era praticada naqueles corpos.

Em suas análises detalhadas sobre os fenômenos de domesticação da violência no continente europeu, Muchembled (2012, p. 225) havia afirmado que a escolha dos espaços físicos a serem atingidos nos crimes era moldada temporalmente. Para este historiador, a violência de gênero no contexto sociocultural da Europa era marcada

pela prevalência de crimes que atingiam as mulheres no rosto, enquanto os homens seriam feridos em outras extensões do corpo. Atingir o rosto com golpes caracterizava uma dupla punição, tanto por meio do golpe e suas dores, como pelo caráter visível da face, que poderia ser observada por todos ao redor. Como ressalta o intelectual francês: “[...] causar equimoses, levidezas ou pisaduras no rosto é um meio de humilhar a vítima e provar a superioridade do vencedor, porque as marcas permanecerão, por muito tempo, visíveis aos olhos de todos” (MUCHEMBLED, 2012, p. 225).

Ao contrário do rosto, consolidado como a parte do corpo mais visada para a prática da violência de gênero na França, até o século XX, o ventre tornou-se a superfície constantemente atingida no município de Mallet, nas décadas de 1930 e 1940. Em um lugar onde as diferenças entre o masculino e o feminino eram reiteradas constantemente, as vestimentas, os gestos, posturas e as distinções anatômicas eram simbolizadas de maneira que os acusados José e Sérgio, ao atingirem o ventre de Ana ou Cláudia, visavam demarcar o caráter desigual das relações entre homens e mulheres naquele território. Caracterizada por marcações de gênero, o corpo e a violência não estiveram apenas ligados à prática dos crimes que aqui foram descritos. É necessário compreendermos que a própria estrutura jurídica assinalava em suas investigações, procedimentos e legislações que o corpo estava intimamente ligado com a criminalidade.

Se a evidência do crime era produzida no exame da anatomia, a verdade jurídica seria produto de um olhar para os corpos com seus sinais, hematomas e cortes. Foram em ressonâncias com essas compreensões que os códigos penais e seus procedimentos investiram em tipologias de exames, transformando o corpo em uma espécie de

mapa na qual a violência produziu suas marcas. O exame realizado no cadáver de Cláudia constatou o motivo da morte, mas os diferentes depoimentos colocavam Sérgio ou Mateus como os suspeitos pelo crime. Na ausência de provas mais incisivas sobre a participação do cônjuge, o andamento da investigação prosseguiu afirmando o vizinho Sérgio como o principal responsável. Entretanto, em 1944, ao final do processo, o poder judiciário descreveu que Sérgio sofria de distúrbios mentais, optando por inocentá-lo das acusações. Assim como no caso de 1934, a impunidade foi respaldada pelo aparato oficial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos processos criminais de Mallet-PR possibilita compreender alguns aspectos das relações entre o corpo, o gênero e a violência, nas décadas de 1930 e 1940. Esses documentos jurídicos nos permitiram observar em diferentes discursos o papel que as práticas violentas ocupavam naquele espaço rural, e de que modo as tensões estiveram ligadas às fronteiras estabelecidas entre o masculino e o feminino. Por um lado, as descrições e os depoimentos tornam possível observar aspectos ligados às vivências daquela população no decorrer da primeira metade do século XX. Assim, ficamos sabendo da colheita de trigo no caso de Ana, o trabalho de Cláudia ao cuidar da propriedade ou dos afazeres de Sérgio ao cortar madeira. De outro modo, podemos igualmente constatar as formas como esse cotidiano agrícola foi atravessado por dicotomias e conflitos, seja do ilícito com o lícito ou do aceitável com o não aceitável.

Estas dualidades constituíram as articulações que os habitantes estabeleceram com o corpo e com o gênero, mas também assinalam

que, antes da intervenção das leis oficiais, a violência já ocupava um papel específico na sociedade malletense. A violência poderia ser utilizada como um código organizador dos indivíduos, relegando papéis e posicionamentos diante dos conflitos que emergiam no interior da população. A partir dos casos de Ana e de Cláudia, pode-se assinalar que o corpo e o gênero eram categorias direta ou indiretamente ligadas com a prática da violência, tanto que as aproximações que compuseram esta tríade (corpo, gênero e violência) podem ser indicadas em crimes que tornaram o ventre feminino uma das superfícies mais atingidas nas agressões. Fazendo uso de socos e chutes, os gestos e movimentos corporais de José e Sérgio reiteravam a performatividade de gênero por meio da violência, o que assinalava a repetição de modelos historicamente produzidos de masculinidade.

Este capítulo também procurou afirmar que a violência cotidiana em Mallet foi atravessada por contornos policiais e jurídicos, sejam em uma escala local ou em um nível mais amplo, relacionado com tendências que impactaram todo o país. Longe de serem aparatos neutros, pudemos observar como os modelos de gênero permearam a atuação das autoridades policiais, em especial, no descrédito e na falta de interesse diante dos espancamentos denunciados por Ana, em 1934. Todavia, a desigualdade também se manifestava nas diversas legislações, códigos penais e mecanismos jurídicos, afinal, os acusados foram inocentados em ambos os casos.

Mais do que versões oficiais de um contexto, os processos criminais possibilitam enfatizar o caráter conflituoso que deu contornos para a história de municípios como Mallet. Entre feridas, descrições de sofrimentos e gritos, encontramos aberturas que nos instigaram a interrogar as especificidades da violência e suas dinâmicas nos es-

paços rurais da primeira metade do século XX. Sejam em preceitos particulares, em códigos oficiais, ou nos relatos das testemunhas e dos envolvidos, essas narrativas repletas de instabilidades possuíam com ponto comum a presença corpórea. É em meio a essas folhas amareladas dos processos criminais que encontramos corpos impactados por práticas e discursos, corpos repletos de sensibilidades e padrões, corpos marcados pela história.

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. **Consolidação das Leis Penais**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1938.

BRASIL, Código Penal do. **Código Penal de 1940**. Decreto-Lei nº 2848, 07 de novembro de 1940. Brasil, 1942.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mallet**. Coleção de Monografias nº 247. Curitiba: Gráfica do IBGE, 1962.

Processo-Crime, Mallet, 1943, nº 267, Caixa 15, CEDOC/I.

Processo-Crime, Mallet, 1934, nº 132, Caixa 8, CEDOC/I.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRETAS, Marcos Luiz. O informal no formal: a justiça nas delegacias cariocas da República Velha. **Discursos Sediosos - Crime, Direito e Sociedade**. Rio de Janeiro, n. 2, 1996. p. 213- 222.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-176.

CANCELLI, Elisabeth Cancelli. **A cultura do crime e da lei: 1889-1930**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da USP, 2009.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Municípios paranaenses: origens e significados dos seus nomes**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 2º Ed. São

Paulo: Editora Ática, 1974.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 119-140.

HORBATIUK, Paulo. **Imigração ucraniana no Paraná**. União da Vitória: Uniporto Editora, 1989.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Regiões geográficas do Paraná**. S/L, 2012.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LE ROYLADURIE, Emmanuel. **Montaillou**: Cátaros e católicos numa aldeia francesa-1294-1324. Lisboa: Edições 70, 1992.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2013.

MUCHEMBLED, Robert. **História da Violência**: do fim da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2012.

MUNIZ, Diva de Couto Gontijo. Gênero, poder e o Código Penal de 1940: as construções de “crise moral”, “mulher moderna” e “virgindade moral”. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. **XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH**. 2005, Londrina. Anais eletrônicos. Londrina: UEL, 2005.

RUBIN, Miri. Que é a história cultural hoje? In: CANNADINE, David. (Coord.). **Que é a história hoje?** Lisboa: Gradiva, 2006. p. 110-128.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Coleção Brasil Urge. 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução Guacira Lopes Louro. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, nº 2, 1995. p.71-99.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e questão racial no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, vol. 53, 2002. p. 117-149.

SOIHET, Raquel. **Condição feminina e formas de violência**: Mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1989.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CAPÍTULO 5

“ELA NÃO TEM DIREITO A NADA”: UMA ANÁLISE SOBRE AS RELAÇÕES DE PODER NA AQUISIÇÃO DE HERANÇA, PAULO FRONTIN/PR (1987-1988)

Gabriela Migon (UNICENTRO)

Geovana Betu (UNICENTRO)

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, buscamos analisar, por meio de um processo crime de lesão corporal, como as relações de poder estavam presentes na aquisição da herança, no município interiorano de Paulo Frontin/PR. A briga pela divisão do patrimônio familiar, relatada no referido processo, demonstra as diferenças construídas historicamente entre o herdado por uma mulher e o herdado por um homem. Ainda, o caso estudado se destaca pelo motivo de envolver somente mulheres; são elas as rés, as indiciadas e as testemunhas, características que fogem aos padrões da época. Rompendo, assim, com visões estereotipadas,

de que as mulheres apresentavam comportamento dócil, frágil e submisso, incapazes de cometer atos violentos.

Elas cometiam atos violentos, inclusive em vias públicas. Diante dessa questão vemos a necessidade de entender, primeiramente, o espaço do crime. Paulo Frontin, geograficamente se localiza na mesorregião sudeste do Paraná, cerca de 209 km da capital paranaense –Curitiba. Desde os primórdios, teve sua economia, predominantemente, amparada na agricultura e a pecuária, enfatizando suas características tipicamente rurais (IAPARDES, 2020; PREFEITURA DE PAULO FRONTIN, 2020).

Ademais, vamos conhecendo melhor Frontin¹ a partir dos percursos que as envolvidas traçaram e narraram. Entendendo, que no lugar os elementos coexistem e no espaço os elementos se relacionam, pois “[...] o espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres” (CERTEAU, 2011, p. 184).

Segundo as moradoras, que também não deixavam de serem pedestres, da rua Alexandre Popia, de Paulo Frontin, tudo aconteceu na terça-feira, 26 de março de 1987². Aproximadamente 13h30min, dona Francisca, também conhecida como Chica, estava no terreiro de sua casa, quando ouviu discussões e pôs-se atenciosa. Olga, também estava por casa, andava pelo pátio, mas, ao ouvir gritos correu para a janela. Eva lavava roupa na tina, no lado da própria casa, enquanto via a movimentação na casa da frente.

1.Ressaltamos aos leitores que, por vezes, no decorrer do texto nos referiremos ao município de Paulo Frontin de forma abreviada: Frontin.

2.BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. fls. 02.

Em frente a Eva, morava Iracema. O que fazia Iracema? Essa declarou ao escrivão de polícia que estava no quintal, indo pegar água³, mas, ao ver o delegado Cezarinho, passando pela rua, se aproximou do portão da cerca, para conversar com o mesmo, afim pedir algumas orientações sobre um terreno de herança que possuía na Serra da Esperança. Alguns minutos de prosa e o delegado seguiu caminho.

Permanecendo no quintal, Iracema avistou sua sobrinha Calorinda⁴ se aproximando, essa trazia, na mão um saco de compras. Calorinda contou, ao prestar sua declaração, que estava voltado do centro da Vila⁵, tinha ido fazer compras e ao passar em frente à casa da tia, estando essa para fora esperando a declarante se aproximar, seria inevitável não parar para trocarem algumas palavras, até porque como considerou Eva, sobre a relação de Iracema e Carolina, “as mesmas são parentes e sempre estavam se visitando”⁶. Entretanto, assim que Iracema comentou o que conversou com o delegado, que teria de ir até União da Vitória, por causa do “nego sujo”⁷ que estava

3.A partir da explicação apresentada por Iracema, deduzimos que estava indo pegar água no poço. As casas, dessa época geralmente eram abastecidas com a água dos poços. Esses, na maioria das vezes, eram cavados no pátio, nos quintais, enfim próximo das casas.

4.Observamos que a justiça na busca de realizar todos os procedimentos nos conformes, ou seja, realizar o maior levantamento de dados possíveis dos criminosos, acabava fracassando. No processo encontramos muito erros ortográficos no nome da denunciada. Ora é mencionada como Carolina, ora como Carolinda, Calorina e algumas vezes, conforme, de fato, a depoente se assinava Calorinda. Levantamos a hipótese que possivelmente o nome carregava erros ortográficos, ainda, do registro de nascimento. Mas o utilizamos a grafia conforme assinatura da denunciada.

5.Com a referida fala da depoente, mais uma vez, observamos as características rurais de Frontin.

6.BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. Fls. 17.

7.Em relação ao termo racista empregado por Iracema, observamos que a justiça não tomou nenhuma atitude, compreendemos a importância de tal discussão, porém nesse trabalho

roubando seu terreno, se referindo ao pai de Calorinda como “negro sujo” e ladrão, a conversa passou de uma discussão, logo para vias de fato.

Foi a luta corporal das duas, em via pública, que chamou atenção das vizinhas. Segundo, as declarações de Iracema, Calorinda a agrediu com pedras, e para se defender, a tia investiu, contra a sobrinha, com a tranca do portão⁸. Calorinda, alegou que a tia usou uma ripa⁹. A partir dessas informações, podemos analisar como o fato aconteceu motivado pelo calor do momento, pois provavelmente os instrumentos utilizados foram os que as denunciadas localizaram com mais facilidade para investir uma contra a outra.

Nas declarações, somente Francisca chegou para separar Calorinda e Iracema, mas as demais moradoras também se envolveram. Olga, por exemplo, contou que gritou da sua janela para que “parassem de brigar e criassem vergonha”¹⁰. A mesma testemunha disse que agiu assim, porque era magra e poderia sair em desvantagem ao tentar ajudar¹¹. Por fim, concluiu-se, a partir dos depoimentos, que mesmo com as intervenções das vizinhas, tia e sobrinha só pararam de brigar depois que Calorinda começou a sangrar. Iracema entrou para dentro de casa. Já Calorinda, pediu para Francisca guardar seu saco de compras, e seguiu para delegacia prestar queixa¹².

não abordamos o assunto, visando-o para uma pesquisa futura.

8.BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. Fls. 11.

9.BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. Fls. 10.

10.BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. fls.42.

11.BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. fls.16

12.BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. fls.16

Embora a sobrinha tenha reclamado a justiça por primeiro, o inquérito instaurado, apresentou a denúncia contra tia e sobrinha. A prática da violência foi mútua, ambas ficaram feridas e coube a delegacia apurar as informações; quem iniciou as agressões e quais as reais motivações, afim de julgá-las inocentes ou culpadas. Todavia, entendemos que analisar essas práticas criminalizadas, a partir do campo da história, não se tem por objetivo identificar a vítima e a ré, mas entender as relações que se estabeleceram nas entrelinhas desse material. Prezamos por observar as minúcias, as questões que vão além do crime em si, como as relações de parentesco, vizinhança, rixas, fofocas, mexericos, entre outras.

Portanto, o processo criminal será entendido, aqui, como uma fonte histórica, não como a própria história. Mas, antes de adentrarmos nas discussões acerca da história da violência, uma das áreas que estuda os processos criminais, se faz necessário destacarmos que o caso aqui trabalhado apresenta particularidades. Primeiramente, para a época, temos apenas envolvidas, secundamente, mas não menos importante, elas entraram para vias de fato devido a herança. Brigar pela divisão do patrimônio familiar implica entender as atribuições sociais dadas as mulheres e aos homens no referido recorte temporal e espacial.

O PROCESSO CRIME COMO FONTE HISTORIOGRÁFICA

No Brasil, o uso dos processos criminais como fonte para análise histórica teve seu auge na década de 1980. Autores como Boris Fausto (2001) e Sidney Chalhoub (2001) produziram suas obras a partir da análise de processos criminais. Segundo Boris Fausto:

O processo penal como documento diz respeito a dois ‘acontecimentos’ diversos: aquele que produziu a quebra da norma legal e um outro que se instaura a partir da atuação do aparelho repressivo. Este último tem como móvel aparente reconstituir um acontecimento originário, com o objetivo de estabelecer a ‘verdade’ da qual resultará a punição ou a absolvição de alguém. Entretanto, a relação entre o processo penal, entendido como atividade do aparelho policial-judiciário e dos diferentes atores, e o fato considerado delituoso não é linear, nem pode ser compreendida através de critérios de verdade. Por sua vez, os autos, exprimindo a materialização do processo penal, constituem uma transcrição/elaboração do processo, como acontecimento vivido no cenário policial ou judiciário. Os autos traduzem a seu modo dois fatos: o crime e a batalha que se instaura para punir, graduar a pena ou absolver. (FAUSTO, 2001, p. 31-32).

Por meio dos referidos documentos conhecemos o vivido. As pessoas, que mesmo tendo seus discursos transcritos por escritães, revelam muito sobre si mesmas, sobre suas atitudes, seus modos de agir e pensar. Se destaca, portanto, a necessidade de voltar o olhar para o que está desatento no documento.

Além dos crimes e dos atos violentos, podemos identificar questões como relações de parentesco, amizades, desavenças. Aspectos do cotidiano dos envolvidos e das testemunhas, lugares de sociabilidade, crenças e valores. Enfim, podemos conhecer a narrativa sobre vários aspectos de uma sociedade e o comportamento dos envolvidos. Ao mesmo tempo, também são fontes que ficam muitas vezes silenciadas nos arquivos, contendo muitas incógnitas e questões que podem ser indecifráveis. De acordo com Rosemberg e Souza:

No processo-crime, existe uma pluralidade de vozes que se cruzam, se esbarram e se complementam num mesmo processo. Acondicionadas na justeza dos discursos, as falas são expressas de maneira díspar. Não se pode atribuir o mesmo estatuto a uma sentença, a um bilhete anônimo juntado aos autos, a um recorte de jornal, a um depoimento de um analfabeto, ao inquérito do delegado (e, portanto, de origem policial), ao parecer do promotor (de origem judiciária). Claro que a manipulação por parte dos responsáveis pela confecção dos autos deturpa e limita os

discursos, mas o processo crime não pode ser encarado como uma peça monolítica. Assim, cada um dos elementos presentes deve ser abordado com um cuidado singular e essencial (ROSEMBERG; SOUZA, 2009, p. 168-169).

Sejam rés, vítimas, testemunhas ou judiciário, cada sujeito vai assumir um posicionamento diante do ocorrido, este que será transcrito pelo escrivão e ao fim, o desfecho pode ser o de punir ou absolver o réu. Porém, como escreveu Boris Fausto, não estamos interessados apenas na punição ou na absolvição, mas sim, no desenrolar do processo, questões que permeiam os atos de violência, o cotidiano, o comportamento dos envolvidos, as amizades e os falatórios, por exemplo. A partir dos desfechos identificamos relações pessoais, sociais e culturais. Como diz Mariza Corrêa, “os processos são fábulas, parábolas construídas pelos juristas, cuja visão ordena a realidade de acordo com normas legais (escritas) preestabelecidas, mas também de acordo com normas sociais (não escritas) que serão debatidas perante o grupo julgador” (CORREA, 1983, p.24).

Nos processos, que possuem mulheres indiciadas como rés, identificamos desavenças, falatórios da vizinhança, mulheres que possuíam dificuldade em se manter financeiramente, outras que eram vítimas de violência e num ato de coragem e defesa acabaram tornando-se rés. Iracema, é um exemplo de mulher marginalizada, era julgada por Olga pelo motivo de dever “algumas garrafas de leite e arame que foi utilizado em um poteiro de Iracema o qual havia sido cedido para a testemunha prender as vacas”¹³. Calorinda também a acusava por “roubar galinhas que entravam no seu quintal”¹⁴ e por

13.BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. fls. 16

14.BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. fls. 11.

Maria que testemunhou: “Iracema tem poucos vizinhos e não se dá muito bem com eles.”¹⁵

De acordo com Almeida (2001), o baixo índice de mulheres que praticam violência, pode ser justificado pelo fato das mulheres, em grande parte, estarem à margem do espaço público e consequentemente do mundo do crime. Afinal, é bem mais comum ouvirmos relatos de mulheres assassinadas e vítimas de violência do que de mulheres que praticam atos de violência. Uma questão é que as práticas criminalizadas são mais naturalizadas e aceitas no mundo masculino, a forma como a sociedade encara o fato de mulheres praticarem atos violentos é totalmente diferente comparada aos homens. Pois historicamente, na cultura Ocidental a violência era sinônimo de força de uns sobre os outros, relacionada a virilidade e proteção. O homem poderia agir violentamente para defender sua família, garantir alimentos e principalmente defender sua honra (MUCHEMBLED, 2012).

No caso de mulheres rés, cabe levantar questionamentos, sobre como esses crimes praticados por mulheres foram percebidos pelo Poder Judiciário e pela sociedade. Como é o caso de Iracema e Calorinda, ambas denunciadas por se agredirem mutuamente.

Diante dos processos, encontramos indivíduos que se chocam, seja em casa, na rua ou no trabalho, onde na maioria das vezes deixaram-se levar pela raiva, fúria, fofocas e principalmente alegam que agem em defesa da honra. Encontramos nesse caso, mulheres que agiram motivadas pela raiva, buscaram defender sua honra e a honra da família. No caso estudado, Iracema estava a defender sua heran-

15.BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. fls. 72.

ça, e Calorinda estava defendendo seu pai. As práticas de violências registradas nos documentos da Comarca de Mallet¹⁶, mostram que as mulheres denunciadas atentaram contra a lei e os valores estabelecidos pela sociedade, rompendo com estereótipos, de que a mulher seria incapaz de agir violentamente, pois, tal comportamento não condizia com o que foi socialmente atribuído as características femininas. Iracema e Calorinda fazem parte do índice de mulheres que quebraram os padrões pré-estabelecidos, seja com pedradas, socos, ponta pés, ripas (pedaços de pau), ou até mesmo a tramela do portão.

Diante de tantas limitações impostas as mulheres, por meio dos processos, percebemos que as elas circularam e adentraram vários espaços, geralmente delimitados pelo sexo masculino. Michele Perrot (2007), em seus estudos, fez emergir o papel atuante das mulheres como atrizes e agentes sociais de suas próprias histórias. Durante muito tempo, as mulheres foram silenciadas, dominadas e invisíveis na sociedade. A atuação da mulher era restrita ao lar e a família.

Além de Michelle Perrot, Mariza Corrêa (1983) também, repensou em seus estudos a relação entre os crimes cometidos por mulheres e os comportamentos atribuídos a elas. Afinal, o perfil feminino era caracterizado como dócil, frágil e submisso. A violência e o crime, sempre foram pensados como assunto de homens; os atos viris, a necessidade de provar sua masculinidade, de dominar o espaço o qual estão inseridos, são questões que desde a infância estão atreladas ao comportamento masculino.

Entretanto, destacamos mais uma vez, que o referido processo nos apresenta mulheres que embora rés ou vítimas, enfrentaram

16. Paulo Frontin, pertencia a comarca judicial de Mallet, no referido ano do crime.

familiares, vizinhas, amigas e/ou inimigos. Foram além das regras morais e dos padrões de dominação (BOURDIEU, 2005, p.41-42), afim de lutarem pelo o que acreditavam, seja defender sua honra ou cobrar o que era seu, sem medir esforços.

No processo em questão, como mencionado anteriormente encontramos entre as envolvidas, somente mulheres. O que nos chamou a atenção, pois mesmo que a denunciada fosse mulher era muito comum, a presença de homens testemunhando.

DIVISÃO DO PATRIMÔNIO FAMILIAR COMO UM CAMPO DE DISPUTAS

Neste tópico, problematizamos acerca do que a justiça presumiu e concluiu como principal motivo das agressões entre Iracema e Calorinda: a herança¹⁷. A herança pode apresentar diferentes significados, mas nesse caso se trata da transição do patrimônio familiar para os herdeiros descendentes legítimos. Os estudos realizados acerca da sucessão do patrimônio familiar são tão amplos, conforme as discussões que, na maioria das vezes, gera a própria prática.

Dessa maneira, a organização de uma genealogia familiar se fez necessária para entendermos o grau de parentesco entre os envolvidos. Essa sistematização foi possível por meio das informações das depoentes e das demais fichas de dados, das rés Calorinda e Iracema, que constam no processo. Concluímos, portanto, que: O casal progenitor José e Francelina tiveram duas filhas, Anália e Iracema, e três filhos¹⁸. Iracema casou e teve cinco crianças, essas vivam juntos

17.BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57 fls. 15; 90.

18.O processo não esclarece o gênero de todos os filhos, menciona somente a relação que apresentamos.

da indiciada¹⁹. Anália, por sua vez, casou com Antonio Rodrigues e tiveram Calorinda²⁰. Essa também casou e teve doze filhos, sendo que seis vieram a falecer e os demais residiam em sua companhia²¹.

José e Francelina criaram os filhos na propriedade localizada na comunidade rural de Serra da Espera, município de União da Vitória/PR²². Próximo ao terreno dos pais morava apenas a filha Anália com o esposo²³; Iracema viveu em companhia dos pais até os 22 anos²⁴. As informações coletadas pela justiça para ter maior controle sobre a vida das rés, como é o caso de saber com até quantos anos viveu em companhia dos pais nos mostram aspectos que podem ter relações com a divisão da herança.

Carneiro (2001) ao estudar as lógicas de transmissão do patrimônio familiar entre famílias de pequenos agricultores, nos municípios de Nova Pádua/RS e Nova Friburgo/RJ, destacou que além, do tempo e do espaço possuírem suas particularidades, os papéis sociais atribuídos as mulheres e aos homens, também, possuem racionalidades diferentes.

De acordo com Stropasolas (2002), no mundo rural, em particular em pequenas propriedades, essas diferenças são complexas e começam a serem delineadas prematuramente no meio familiar. A divisão sexual do trabalho inicia ainda quando crianças; as meninas

19.BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. fls. 13.

20.BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. fls. 21. Destacamos, que no processo consta apenas Calorinda como filha do casal, mas não se exclui a possibilidade da prole ser mais numerosa.

21.BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. fls. 23.

22.Conforme Google Maps, geograficamente União da Vitória limita-se com Paulo Frontin.

23.BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. fls. 16.

24.BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. fls. 13.

desde cedo vão aprendendo a fazer os serviços de casa junto das mães e os meninos acompanham os pais na roça. O grande número de filhos por famílias, respondia até um certo tempo como mão de obra para trabalhar na lavoura. Mas, conforme a mecanizações foi avançando²⁵ e as propriedades não eram suficientes para toda prole, chegava o momento de decidir o rumo que cada filho e filha deveria tomar. Geralmente quem migrava para a cidade era quem prestava a “ajuda” no serviço da roça. Nas palavras do autor:

[...] a seletividade da migração por idade e sexo pode ser explicada, em grande parte, pela falta de oportunidades existentes no meio rural para a inserção, de forma independente da tutela dos pais, pela forma como se dá a divisão do trabalho nos estabelecimentos agropecuários e pela relativa invisibilidade do trabalho executado por crianças, jovens e mulheres; pelas tradições culturais que priorizam os homens em detrimento das mulheres nas execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnicizados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos; pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura para a população residente no meio rural e pela exclusão das mulheres na herança da terra. Esses aspectos reunidos participam da produção dos “outros”, dos esquecidos no mundo rural (STROPASOLAS, 2002, p. 137-138).

Os outros, ou, os esquecidos que o pesquisador menciona tratam-se das mulheres e dos jovens (STROPASOLAS, 2002, p. 138-146). Portanto, a essa leitura somamos nossas indagações: Será Iracema a esquecida, a outra? Por que essa mulher teria vivido somente até os 22 anos com os pais? Seria sua família proprietária de uma pequena área de terra, não suficiente para o trabalho dos cinco filhos? Seria Iracema a filha que queria uma vida urbana, por isso se mudou para a cidade? Ela casou com alguém de Paulo Frontin? Alguém incenti-

25.Destacamos que no Brasil a mecanização em massa ocorreu durante os anos de 1970, portanto antecedem o período estudado, sendo essa uma hipótese da migração das filhas do campo para a cidade.

vou a ter uma “vida melhor” que a proporcionada pela agricultura? Iracema se viu obrigada a sair de casa?

Apesar de muitas dessas indagações não terem respostas exatas, por não constarem no processo, observamos nas minúcias do processo estudado, como Calorinda pôde ter vivido uma trajetória muito semelhante à da tia Iracema. Calorinda viveu até os 17 anos em companhia dos pais²⁶, depois se mudou para a localidade de Bom Retiro²⁷, no município de Paulo Frontin e mais tarde mudou-se para a cidade, vindo a residir na Rua Alexandre Popia passando a trabalhar como diarista. Novamente refletimos sobre o porquê Calorinda saiu da casa dos pais ainda antes da maioridade; por que não continuou residindo no interior haja visto que seu pai, conforme disse Iracema²⁸, estavam se apropriando dos terrenos da herança, sem dividir o lucro com os demais herdeiros.

Ressaltamos que no segundo interrogatório, Iracema contou que como seu pai tinha falecido há quatro anos e sua mãe há dois, ela tinha interesse em legalizar a divisão dos terrenos, que ficaram de herança para os cinco filhos, por meio do inventário. O código Civil vigente na época era o de 1916, e demonstrava que “Art. 1.574. Morrendo a pessoa sem testamento, transmite-se a herança a seus herdeiros legítimos” (JUSBRASIL, 1916), seja filho ou filha. Entretanto o que não consta na lei são as disputas que se travam ao fazer a divisão.

No caso estudado, sendo Anália, a única que morava perto das áreas de terras, juntamente com o marido Antônio, conhecido por “Paulista” – ressaltando, o próprio apelido já faz menção a região de

26.BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. Fls.23.

27.BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57.Fls.21.

28.BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57.Fls.33.

naturalidade do cidadão- começaram a tirar erva mate dos terrenos sem consultar Iracema e sem pagaram a parte que lhe cabia. Além da extração da erva, Anália e o marido começaram a tirar madeira, sendo assim Iracema percebeu que não tinha mais o que fazer e que achou melhor conversar com o delegado²⁹.

No dia 26 de março de 1987, quando Iracema conversou com o delegado, coincidiu de encontrar Calorinda. Ao comunicar a sobrinha sobre os procedimentos que faria para tentar regularizar a herança, teve a surpresa de saber que Carolinda estava a favor de seu pais, ou seja, acreditava que a tia não tinha direito a nada.

Mesmo que não conste no processo a ordem de nascimento dos herdeiros de José e Francelina, pela aproximação da idade entre Iracema (tia) 40 anos e Calorinda (sobrinha) 37 anos, a possibilidade de Anália ser a filha mais nova está descartada. Mas há uma grande possibilidade de ter sido, Anália, a primogênita. Elisa Guaraná de Castro comenta que apesar de existir um rigor, de sucessão, com os primogênitos, existe uma flexibilização no espaço dos interesses pessoais (CASTRO, 2005, p.206). Essa flexibilização pode, por exemplo, estar ligada a não perpetuação do nome da família, como acontecia com Anália. Entretanto presumimos que Paulista teria assumido o trabalho no terreno dos sogros, pois “[...] os costumes orientam a propriedade da terra para os homens, mesmo quando legalmente seria possível a mulher ser proprietária” (CASTRO, 2005, p. 214). Além de que, na agricultura a mulher assumia o papel de auxiliar, a ela cabia apenas “ajudar” o esposo, que tomava conta do cultivo da terra.

29.BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57.Fls.33.

Cabe enfatizar que a participação nas tarefas agrícolas não modifica a posição da mulher na hierarquia familiar. Mesmo em situações em que esta assume quase por completo a atividade produtiva, ela permanece na posição de auxiliar do homem. Neste sentido, a desigualdade entre os gêneros não está calcada na invisibilidade social do trabalho feminino ou na não-participação do processo produtivo, mas nos valores ideológicos que sustentam uma sociedade patriarcal. (CARNEIRO, 2001, p.48).

Ao ter herdado mais terra e ao ter continuado a “ajudar” o marido, Anália e Paulista possivelmente visavam comprar mais terrenos. Na versão de Calorinda, seu pai estava comprando a parte dos tios e tias. Já na versão de Iracema, além do cunhado e da irmã terem ficado com dez alqueires, terem oferecido um valor baixo para sua parte, estavam roubando erva mate e madeira e lucrando sem lhe pagar nada. Diante de tudo o que vinha sofrendo, como explica durante os interrogatórios, Iracema xingou, preconceituosamente, o pai de Calorinda de “negro sujo e ladrão”³⁰ e entrou em luta corporal contra sobrinha.

Observamos a complexidade da situação. A justiça inocentou Iracema e Calorinda. Ainda que Iracema tenha ido parar na justiça por causa da agressão motivada pela herança, não foi o suficiente para que o caso pudesse se resolver. Assim o que constava na própria lei sobre a herança os valores culturais de uma sociedade patriarcal prevaleceram. Onde Anália e o Paulista se acharam no direito de usufruir do terreno. Conforme consta no depoimento de Iracema, o delegado falou para ela que enquanto não fosse resolvido o inventário, ninguém poderia mexer no terreno. O que nos faz compreender a atitude agressiva de Iracema.

30.BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. Fls. 10.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme observamos, seja no âmbito da violência, aquisição de herança ou outras situações, a mulher sempre esteve dominada pelas relações de poder. Desde muito jovem, possuía o controle do pai, seja para estudar, trabalhar ou para “arrumar um bom partido”. Ao casar, o poder atribuído ao pai passava para o marido, sendo ele responsável pelo sustento da família, pelos filhos e pela esposa. As mulheres muitas vezes, ao questionarem ou quererem assumir uma posição dentro do lar, foram vítimas de violência física, psicológica e até sexual. Contudo, violentar, não se refere apenas a pedradas, ripadas e uma violência sangrenta, diz respeito também ao dia a dia, muitas mulheres eram proibidas de sair de casa, receber visitas eram coibidas, até mesmo se achavam magras, fracas, loucas como observamos nas minúcias do referido processo. Iracema foi violentada ao ter seus direitos violados, pela irmã e o cunhado e a sociedade chegou a um ponto de fazer a mulher se rebelar contra a outra mulher, ainda que ambas estivessem em situações lastimáveis.

Percebemos que o poder não está concentrado em um só, e que o indivíduo, mesmo que mais forte, somente aparenta possuir maior poder. O mais fraco, também exerce poder, resistindo e criando estratégias para sobreviver. Como aponta Gilberto Velho, a violência exprime “não apenas o uso da força física, mas da possibilidade de ameaça ou da utilização da imposição de sua vontade, desejo ou projeto de um sobre o outro.” (VELHO, 1996, p.10-24). Nesse trecho, nos atentamos as duas denunciadas, onde utilizaram o uso da força física para cada uma defender seus objetivos, a honra do pai e a sua honra e a sua herança, respectivamente.

O juiz de direito, por excesso doloso da legítima defesa, entendeu que a solução mais certa era a absolvição de ambas. Pois segundo o juiz, “o constrangimento e o vexame por que passaram perante a comunidade Frontinense, por si só, e suas consequências bastam como reprimenda pelas suas condutas, levando-se em conta ainda o constrangimento maior que a condenação traria para seus familiares.”³¹ Julgando então, improcedente a denúncia. Reforçamos a possibilidade de discutir tal temática por meio de um processo criminal como fonte histórica, este que embora se caracterizasse como um processo criminal, também poderia ser caracterizado como um processo do âmbito civil, ao se tratar de uma briga por motivos de herança.

Portanto, vemos como necessárias investigações como essa, que ao apresentar a história das violações sofrida pelas mulheres, destacam que elas sempre foram sujeitas ativas, resistentes e, mais, circulavam por diferentes espaços inventando-os a seus modos.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, Rosemary de O. **Mulheres que Matam**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. 2005. 380f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 17. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2011.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**. Ano 9, 2º semestre, 2001.

31.BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. Fls. 99.

CORREA, Mariza. **Morte em família:** Representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano:** a criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MUCHEMBLED, Robert. **História da violência:** do fim da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

PERROT, Michele. **Minha História das Mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007.

ROSEMBERG, André e SOUZA, Luís Antônio Francisco. Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica. **UNESP – FCLAs – CEDAP**, v. 5, n.2, p. 159-173 - dez. 2009.

STROPASOLAS. Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens:** o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC. 2002. 288f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Org.). **Cidadania e violência.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.p. 10-24.

SITES CONSULTADOS

IAPARDES. **Perfil avançado do município de Paulo Frontin.** Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=78&btOk=ok. Acesso em: 19.Ago.2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN. **História.** Disponível em: http://paulofrontin.pr.gov.br/pagina/78_Historia-da-Cidade.html. Acesso em: 19. Ago.2020.

JUSBASIL. **Código Civil.** Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91577/codigo-civil-lei-10406-02#art-1845> Acesso em: 19.Ago.2020.

JUSBASIL. **Código Civil.** Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103251/codigo-civil-de-1916-lei-3071-16#art-1574>. Acesso em 25. Ago. 2020.

FONTE

BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57

CAPÍTULO 6

A POLÍTICA DOS ALDEAMENTOS E O CACIQUE DOBLE: MOBILIDADES E ESPAÇOS KAINGANG NO NORTE DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL (1845-1889)

Alex Antônio Vanin (UPF)

INTRODUÇÃO

O presente texto tem por objetivo discutir acerca das mobilidades dos Kaingang do norte da Província de São Pedro frente à política indigenista adotada durante o Segundo Império. A partir de 1845, o *Regulamento das Missões e Catequese* passou a ordenar em território nacional, o tratamento destinado às centenas de povos indígenas que compunham o Brasil. Incorporando a prática do aldeamento em seu estuário de ações, essa política visou confinar em espaços pré-estabelecidos a população nativa brasileira, estabelecendo mecanismos de controle e de cooptação em prol desse assentamento imposto

pela iniciativa governamental. Aliando-se aos poderes locais, às autoridades municipais e provinciais, essa política pouco articulada sob um escopo nacional, engendrou diversos aldeamentos nas províncias do Império, submetendo diversas populações à redução de sua mobilidade e consequente choque com as frentes de expansão cada vez mais incentivadas a assenhorearem-se dos territórios de ocupação indígena imemorial.

Nesse contexto, o protagonismo de determinados indivíduos alcançados pela abrangência dessa política pode nos revelar muito sobre a efetividade e materialização prática dessa política entre a população a que se destinava. Na província de São Pedro, os Guarani e os Kaingang foram as etnias que foram submetidas às pressões em trono da composição de aldeamentos sob o controle governamental. Desse modo, busca-se aqui enfocar na figurado do Cacique Doble (*Yu-toabê*), líder Kaingang, que atuou em meados do século XIX, na concomitância à instalação dos aldeamentos provinciais, ora estabelecendo alianças com as autoridades do governo provincial, ora aliando-se a outros grupos Kaingang e recusando-se a se aldear com seus subordinados.

As fontes para a composição desse estudo, em razão do espaço, serão limitadas a um período ainda pouco explorado da trajetória de Doble, isto é, o de seu aldeamento junto ao Aldeamento de Santa Izabel e, posteriormente, dentro dos limites da Colônia Militar de Caseros, no norte da Província de São Pedro. O recorte temporal, contudo, é definido pelo tempo de vigência da política indigenista dos aldeamentos provinciais, tendo em vista que muitas das ações operadas por Doble foram partilhadas por outras lideranças do mesmo período, de modo que pensar no protagonismo do referido líder

pode auxiliar na elucidação das especificidades da execução da política indigenista do Segundo Império na Província de São Pedro.

OS KAINGANG E A POLÍTICA DE ALDEAMENTO NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO

A presença de indígenas do Tronco Jê Meridional, dos quais descendem os Kaingang da região norte do Rio Grande do Sul, remonta a uma ocupação de mais de 2.000 anos. Uma longa trajetória com uma vasta historicidade que vem sendo central no desenvolvimento de estudos, sobretudo, arqueológicos. No Planalto Meridional – que se estende por boa parte do Sul do Brasil – e em territórios geograficamente próximos, a expansão daqueles povos dar-se-ia em função, sobretudo, da existência de extensos pinheirais, vegetação nativa que lhes garantia o abastecimento alimentar por boa parte do ano, em particular, nas estações do outono e do inverno (BECKER, 1976).

A territorialidade indígena Kaingang, segundo Becker (1976), estabelecia-se a partir das relações de usufruto da terra, da subsistência e da reprodução de suas práticas culturais. Também cabe ressaltar que os Kaingang não se estabeleciam sob uma liderança única. O sistema de organização social dos agrupamentos Kaingang estruturava-se em torno de lideranças maiores e de lideranças subordinadas, dispersas em diversos núcleos, em constante deslocamento, em disputas entre si por territórios e por domínio de recursos para subsistência.

Como aponta Laroque (2017, p. 34), a concepção de território Kaingang não se limitava ao espaço geográfico sobre o qual se assentavam seus indivíduos integrantes. Antes, era – e ainda o é, sob certa

perspectiva – um espaço que se constituía sob dimensões sócio-políticas-econômicas-cosmológicas mais amplas, o que, de acordo com o autor, embasa, ainda na atualidade, a existência de uma realidade de um sistema de crenças e de conhecimentos que se mantêm em reprodução.

No início do século XIX, os territórios que compunham a parte meridional dos domínios do Império Português, como afirma Golin (2020), eram detentores de populações indígenas Kaingang e Guaraní, sobre as quais houve um avanço progressivo de frentes de expansão, isto é, frentes de avanço, de movimento da sociedade nacional – representadas por caboclos, extrativistas, fazendeiros – que passam a se estabelecer nos territórios ocupados por populações indígenas, onde a dialética do contato, da expansão da fronteira da “civilização” *versus* a “barbárie do selvagem”, instala uma situação de conflito, de fricção interétnica. O estabelecimento de estâncias, de fazendas, de projetos de colonização europeia acaba por impor limites, por inserir um *outro* dentro de uma região de movimentação indígena, instalando, de maneira crescente, uma situação de conflito entre os indígenas e os integrantes da sociedade nacional (MARTINS, 2014).

Em 1845, foi encampada uma política de constituição de aldeamentos indígenas, por meio do Decreto n.º 426, de 24 de julho de 1845¹. Antes de tudo, o decreto instituía o *Regulamento acerca das Missões de catechese e civilização dos Índios*, tendo por objetivo promover o confinamento indígena ou, pelo menos, reduzir sua circularidade pelo território, combatendo o seu nomadismo e o seminomadismo como

1. BRASIL. **Decreto n.º 426 de 24 de julho de 1845**. Contém o Regulamento acerca das Missões de catequese, e civilização dos Índios. Disponível em: <https://bit.ly/2M4EMBY>. Acesso em: 15 out. 2018.

premissas básicas, elementos presentes na organização indígena de diversas etnias e obstáculo à normatização e racionalização fundiária que se intentava instalar em meados do século XIX, oficializada ao fim daquela década, através da Lei de Terras de 1850². O êxito no controle da questão envolvendo as populações nativas incorria diretamente sobre a questão fundiária, pois dever-se-ia garantir a liberação das terras consideradas “devolutas” do Império, ocupadas, até então, por indígenas, caboclos e posseiros, ambos colocados, por essa mesma regulamentação, à margem do acesso à legitimidade da propriedade da terra, esta última desprovida de regulações desde 1822, com o fim da distribuição de sesmarias, o que redundou, até a promulgação da Lei de Terras, em um amplo processo de apossamento sobre a terra, definindo em muito a configuração fundiária brasileira.

Além disso, a política dos aldeamentos foi definidora de um processo de regulamentação das missões de catequese e de civilização dos indígenas em todo o território nacional. Concebido como resolução acertada para pôr fim aos enfrentamentos entre parcialidades indígenas e os colonizadores nas diversas províncias do Brasil, o *Regulamento* previa que os indígenas fossem estabelecidos em aldeias ou em seus já existentes toldos³, para assim receberem assistência e instrução acerca da necessidade do trabalho, o qual é encarado como uma prática civilizacional, por meio da qual os nativos seriam acos-

2. BRASIL. **Lei n.º 601 de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <https://bit.ly/2OAErD>. Acesso em: 15 out. 2018.

3. No Sul do Brasil, nas províncias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os locais de ocupação tradicional indígena eram chamados de toldos, em função da aproximação geográfica com os Estados Platinos, derivando da nomenclatura de “toldería”, utilizada para a mesma designação.

tumados a uma prática de trabalho regular e inseridos às bases dos costumes ocidentais, esses complementados pela ação obrigatória da catequese, religiosa ou leiga (FRANCISCO, 2013).

Primando pela integração dos nativos à sociedade, por meio do que se convencionava representar como “civilização”, ficava determinado que fossem estabelecidas “aldeias oficiais” nas províncias do Império. Essa determinação intentava prestar certo ordenamento legislativo à questão, no sentido também de determinar parâmetros e condições para a formação dos aldeamentos, bem como definir os costumes e deveres que os nativos deveriam ser instados a adotarem. No entanto, não se estruturava, de fato, uma política nacional organizada para atuar de maneira conjunta e submetida à prestação de contas da situação indígena em um amplo panorama.

Assim, limitados aos contextos provinciais de administração, os aldeamentos estavam submetidos às autoridades da Presidência da Província e do Diretório Geral dos Índios, que deliberavam em torno da organização, alteração de local, dissolução de aldeamentos e propostas de aliança entre as lideranças cacicais. A administração direta se estruturava a partir de diretores parciais, isto é, indivíduos nomeados pelos Presidentes de Província para administrarem e imporem a ordem sobre os indígenas nos aldeamentos.

No norte da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a questão indígena foi de grande expressão durante todo o século XIX. Segundo Laroque (2007), os limites fronteiriços estabelecidos entre as províncias pouco significavam em termos espaciais para os indígenas Kaingang, visto sua região de ocupação ser dinâmica, móvel e manter, de certa forma, deslocamentos de parcialidades em lon-

gas distâncias. Portanto, a área de deslocamento indígena Kaingang era extensa, compreendendo uma vasta região de campos, matas e faxinais que serviram de moradia para os indígenas em períodos sazonais, condicionados à estação climática, à caça, à pesca e, esporadicamente, aos conflitos entre parcialidades rivais. As redes de parentesco e mobilidade Kaingang também se estendiam por todo o Sul do Brasil Império.

Os Kaingang interagiam no território a partir de suas parcialidades, dos contatos e usos da mata e dos campos em uma constante de circulação e deslocamento, alterando o modo de habitação entre aldeias fixas e acampamentos que se constituíam sazonalmente, principalmente em razão dos recursos ambientais e naturais existentes, atividades agrícolas e de extração, caça e coleta, também para produzir laços matrimoniais e relações de sociabilidade entre os agrupamentos. Esse processo não configurava um mero nomadismo, e sim uma estratégia econômica étnico-ambiental, social e política. Essa era a noção de território indígena: de mobilidade espacial num espaço histórico de deslocamentos coletivos (HOLANDA, 2012; LAROQUE, 2007). Desse modo, a constituição transitória de toldos em diversas partes de sua área de deslocamento fazia parte da dinâmica de mobilidade, coleta de recursos, organização de poderes, transmissão de saberes, proteção e vínculos matrimoniais.

Todavia, a partir do *Regulamento*, uma série de aldeamentos foram criados no intuito de sanar problemas de colonização, segurança, regulação fundiária destinados para a sedentarização e controle dos indígenas Kaingang e Guarani na Província de São Pedro. Também foram expressivas as atividades de diversos líderes cacicais, que ora entravam em confronto com a instituição dos aldeamentos, ora se-

lavam acordos de parceria e cooperação com as autoridades. Entre os anos de 1846 e 1852, foram estabelecidos, no território do então município de Cruz Alta, os primeiros aldeamentos Kaingang do norte da Província, em Guarita – no distrito de Palmeira – Nonoai e Campo do Meio – no distrito de Passo Fundo (AZEVEDO, 1984).

A partir da década de 1840, como enfatiza Laroque (2007), é perceptível uma determinada alteração nos modos e práticas dos Kaingang de se relacionarem com a figura cada vez mais permanente do intruso de seus territórios. É nesse período que começam a operar importantes alianças entre os povos nativos e as frentes de expansão sobre o território, bem como com o governo provincial. A adoção dessas políticas de aliança, conforme Laroque (2007), configurou-se como uma estratégia Kaingang de assegurar vantagens frente à constatação de que os combates que visaram a expulsão dos intrusos de seus territórios já não se mostravam eficazes como outrora.

Desse modo, a prática Kaingang passou a incorporar de uma maneira mais assídua as negociações com os membros da sociedade nacional em seu corolário de ações, almejando, através do apoio provincial, fortalecerem-se contra agrupamentos rivais e obterem utensílios, roupas e gêneros alimentícios. A política de alianças que começara a se delinear acabou por criar terreno fértil para a constituição e manutenção dos aldeamentos. Em movimento gradativo, os incipientes aldeamentos, que começavam a congregar indígenas, passaram a figurar como localidades para fins de negociação, tanto na visão dos aldeados quanto na dos não-aldeados (FRANCISCO, 2013). A adesão de grupos nativos, todavia, aos projetos de aldeamento não deve ser entendida de maneira simplificada, como se o elemento indígena fosse apenas agente passivo da situação. Em que

pese, inseridos em nova realidade na qual a aliança com as autoridades provinciais se fazia central, deve-se ter presente que a relação não se distanciava do âmbito dos conflitos.

A coerção exercida pelos administradores dos aldeamentos e, principalmente, a catequese levada a cabo por padres jesuítas ou por leigos iam de encontro às tradições e costumes Kaingang, em geral, de maneira a negar elementos de sua cultura, como as concepções de mundo, sociabilidade e ligação com o território. Acerca desse movimento indígena de estabelecer-se nos aldeamentos, cabe salientar que a mobilidade Kaingang altera-se, não cessa de existir, em virtude da não-permanência dessas populações de maneira efetiva nos locais que lhe eram reservados. De fato, inicialmente, as ocupações constituíam-se como sazonais, tendo os indígenas a possibilidade de retornarem às matas e colherem o que lá haviam plantado, compondo assim uma ambiência de transitoriedade entre esses indivíduos e o espaço (FRANCISCO, 2013).

As lideranças indígenas, frente à adversidade que representava a instituição do aldeamento, desempenhavam, à guisa das contradições, forte papel na manutenção desses espaços de controle. Apesar de abrirem mão da liberdade do grupo ao aceitarem as prerrogativas do aldeamento, as lideranças nativas eram o elemento necessário para a manutenção de seus subordinados no aldeamento: agindo como representantes de um grupo, cabia-lhes realizar as demandas e as negociações junto aos diretores dos aldeamentos, bem como determinar o trabalho que seria realizado pelos demais indígenas (BRINGMANN, 2010). Nesse sentido, os diretores dos aldeamentos tinham de tratar e conservar essa sensível relação com os cacica-

dos indígenas sob pena de ocasionarem a retirada desses indígenas aldeados.

A coesão dos agrupamentos se mantinha, a princípio, essencialmente na estrutura da submissão ao cacique maior, que transferia o poder aos seus descendentes ou familiares (MABILDE, 1989, p. 94). O sistema referido, segundo Laroque (2000), estruturava-se sob uma noção de grupos e subgrupos, nos quais os *Pa'í* eram representantes de uma família ou agrupamento e estavam subordinados aos seus chefes maiores, os *Pa'í mbâng*, que coordenavam e comandavam vários agrupamentos. A subordinação dos grupos menores ao cacique principal era a chave da liderança deste último, o qual poderia controlar diversos grupos por uma vasta extensão territorial e suprimir pela força da união das parcialidades aqueles que se levantassem contra o seu comando⁴.

Na estrutura de poder existente no século XIX entre os agrupamentos Kaingang, o sistema de cacicado tinha uma forma específica e ordenada. A estruturação do poder, entretanto, não supunha de todo uma harmonia geral entre os indígenas Kaingang, já que inexista uma unidade geral sob o poder de apenas um cacique principal. As alianças, os espaços de mobilidade, as áreas de deslocamento se ancoravam na hierarquia dos poderes cacaiais.

4.Sobre as relações de hierarquia e poder entre os Kaingang no século XIX, ver mais em: LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no Sul do Brasil (1889-1930). **Antropologia**, n.º 64, Pesquisas/ Instituto Anchieta, 2007.

O Cacique Doble: espacialidade, alianças e estratégias

Das lideranças Kaingang que compuseram esse cenário de conflitos no norte da província no século XIX, o Cacique Doble é, sem dúvida, uma das figuras mais polêmicas e controversas do período. Doble, conhecido entre os seus pares pelo nome indígena de *Yu-toahê*, foi protagonista de uma complexa estratégia de alianças com o governo provincial, fazendeiros, diretores de aldeamento e outras lideranças indígenas que o levaram a se beneficiar da política dos aldeamentos, ao passo que também foi vítima de um processo de redução de sua mobilidade e de ocupação de seus territórios tradicionais.

A figura do Cacique Doble como agente de ações e relações é um caso de destaque nos relatos e na historiografia que aborda sua trajetória e suas ações ante o avanço da colonização e da consequente redução do território de ocupação e de mobilidade Kaingang. Sobre a trajetória de Doble, vários estudos já foram realizados – como Bringmann (2010), Dornelles (2011), Laroque (2000) –, abordando diferentes aspectos do protagonismo desta liderança no território Kaingang no Brasil Meridional, como também analisando suas estratégias e alianças, que foram definidoras também de certa espacialidade característica, em determinado período, de uma região a qual estava submetida à ação de Doble e de seus subordinados.

Um grande conjunto de informações em relação ao Cacique Doble foram compiladas pelo engenheiro belga Pierre François Alphonse Mabilde⁵, agrimensor e engenheiro a serviço do Governo

5. Pierre Alphonse Booth Mabilde (1806-1892) era natural de Bruxelas, Bélgica. Imigrado para o Brasil em 1833, exerceu diversos ofícios até ser contratado pelo Governo Provincial para os cargos de engenheiro e agrimensor. Em contato com os indígenas Kaingang, foi

Provincial que, em suas anotações de campo, organizadas postumamente na obra *Apontamentos sobre os selvagens da Nação Coroados⁶ dos matos da Província do Rio Grande do Sul – 1836-1866*, retratou muitos aspectos da cultura Kaingang, como costumes, práticas culturais, religiosas e sociais. Embora o relato de Mabilde esteja imbuído da retórica do colonizador, ainda assim é interessante, visto que permite uma análise das relações que são estabelecidas em um amplo escopo, tanto por Doble como por outras lideranças, descrevendo em detalhes muitos aspectos presentes no cotidiano indígena Kaingang no século XIX, adentrando ao horizonte dos conflitos, disputas de poder, relações sociais, hierarquias, costumes, tradições, características físicas e formação dos aldeamentos provinciais. Assinala-se que Mabilde foi o engenheiro encarregado da abertura de estradas no norte da Província, contratado pela administração provincial, tendo encontrado e convivido com diversos agrupamentos indígenas em suas expedições, tanto Kaingang como Xokleng, e mantido contato com diversos líderes indígenas, como o próprio Doble.

Diferentemente das demais experiências de aldeamento na região norte da Província de São Pedro, o estabelecimento dessas relações entre os indígenas e as autoridades do governo provincial e dos mandatários locais parece ter conservado certas peculiaridades em torno do grupo chefiado por Doble. A rivalidade de Doble com

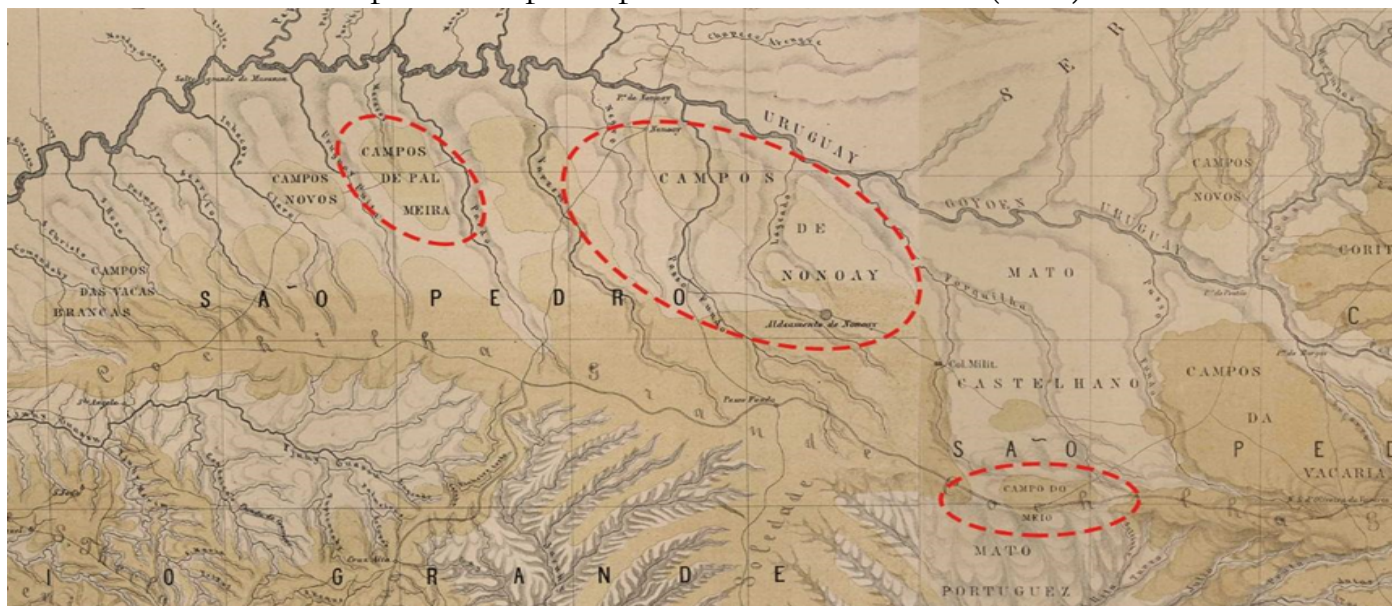
capaz de realizar um elevado número de anotações acerca de seus costumes, práticas culturais, religiosas e sociais. Para maiores informações, consultar MABILDE, Pierre Alphonse Booth Mabilde. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul – 1836-1866**. São Paulo: Ibrasa/Pró-memória/INL, 1983.

6.A denominação de “Coroados” era corrente à época dos relatos de Mabilde, já que advinha do costume indígena específico desses nativos de cortar os cabelos em forma de uma coroa. A denominação de Coroados, em fins do século XIX, passa a ser a de Kaingang (BRINGMANN, 2010).

a maioria das outras lideranças indígenas contemporâneas é comentada por Mabilde, que esteve em contato com o chefe indígena e lhe imputou uma das mais célebres descrições, que até hoje permeiam a historiografia acerca dos Kaingang.

Para mais, rivalidades existentes entre as lideranças definiram em muito a mobilidade Kaingang, o deslocamento e a ocupação de determinadas territorialidades. O Cacique Doble, como líder, em função de desavenças com boa parte das demais lideranças de sua época, compôs, junto aos seus, uma espacialidade que se deteve em muito a regiões dos municípios de Passo Fundo e Vacaria, sobretudo por entre os territórios do Mato Castelhana, Mato Português, Campo do Meio, Campos de Vacaria e parte da Região Serrana, no nordeste do território sul-rio-grandense. Salienta-se que todas as regiões eram detentoras de extensões de mata e ervaais, características naturais cuja consideração nos deslocamentos sazonais Kaingang é importante.

Mapa 1 – Mapa da província de São Pedro (1863)



Fonte: SCHULTZ, Woldemar, 1896. “Mapa da Província de Santa Catarina do Império do Brasil”. É possível, nas áreas em destaque, visualizar as localidades que possuíam aldeamentos na região norte da província de São Pedro, nos campos de Palmeira, Nonoai, Campo do Meio, Colônia Militar de Caseros, Mato Castelhana e Mato Português. Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Disponível em: <https://goo.gl/rCVfuY>. Acesso em: 10 de out. 2019. De Woldemar Schultz, 1863.

Entre os Kaingang da província de São Pedro, uma clara divisão definidora de poderes havia sido marcada pela agência de Doble ainda em período anterior aos aldeamentos estabelecidos. Os caciques Braga, Nonoai e Fongue eram lideranças maiores, os *Pa'í mbâng*, que subordinavam e reconheciam a legitimidade de líderes menores, o *Pa'í*, cargo este uma vez ocupado por Doble, submetido ao *Pa'í mbâng* Braga (LAROQUE, 2007). Conforme destaca Mabilde (1983, p. 159), de acordo com informações do cacique Braga em 1850, Doble, por determinado período, havia se tornado o mais próximo dos *Pa'í* que mantinham contato com seu chefe principal.

Em janeiro de 1838, uma grande festa foi organizada pelo cacique Braga para a comemoração de uma *correria*⁷ bem-sucedida realizada no ano anterior. Porém Doble havia dissuadido outros contingentes de indígenas para que se submetessem ao seu comando como cacique principal e, na ocasião comemorativa, havia tramado plano para assassinar a liderança do cacique Braga e ascender ao poder (DORNELLES, 2011, p. 76). A tentativa, entretanto, foi frustrada pelo cacique Braga, que desconfiou da situação e acabou por colocar em confronto seus subordinados e os do agrupamento de Doble, resultando em várias mortes e movimento de caça ao cacique insubordinado, criando, a partir de então, uma inimizade jurada de morte entre os caciques, o que definiu, em muito, os deslocamentos das parcialidades pelo território nas décadas seguintes (MABILDE, 1983, p. 160-162).

7.O termo foi utilizado, durante o século XIX, para fazer menção aos ataques perpetrados pelos indígenas aos representantes da sociedade nacional, em rotas de comércio, em fazendas e/ou em áreas de colonização.

A relação estabelecida por Doble com o Governo Provincial talvez justifique também o prolongamento de sua situação como liderança indígena fora dos aldeamentos e não-limitado em seus deslocamentos. As tentativas de aldeamento de Doble, outrossim, não arrefecem e constituem-se como elementos também dentro de um jogo de estratégias e de alianças. Várias foram as tentativas de se aldear o grupo de Doble nos matos do Pontão, no Campo do Meio, nos Campos de Vacaria, e no Aldeamento de Nonoai. Assim como várias foram as tentativas de convencimento de Doble, que se opôs veementemente à resolução dos governantes, afirmando haver rixas que tornavam inviável a reunião do grupo aos demais, comandados pelos caciques que já habitavam Nonoai (BRINGMANN, 2010, p. 161).

Sabe-se que as tentativas se fizeram presentes por anos nas negociações entre os diversos caciques da época e os presidentes da Província, estes impelidos pelo objetivo de agrupar os indígenas todos em apenas uma localidade da Província, num “aldeamento geral”, em Nonoai de preferência⁸. A última tentativa de aldeamento de Doble junto ao Aldeamento de Nonoai foi transmitida ao cacique pelo diretor-geral Andrade Neves e pelo cacique Fongue, em viagem ao Aldeamento de Santa Isabel em 1862, que não rendeu os resultados esperados, apenas a discordância da liderança, que, tão logo encerrada a reunião, dirigiu-se para a capital da Província para tratar pessoalmente com o presidente Francisco de Assis Pereira Rocha, a fim de dissuadir o governante dessa pretensão, para que o deixasse

8.RELATÓRIO do presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira de Cansansão Sinimbú. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 02 out. 1854, p. 31. AHRS. Fundo Indígenas.

aldeado junto à Colônia Militar de Caseros, onde havia “concordado viver com sua gente na Colonia [...]”⁹.

A realização de viagens para tratar pessoalmente de seus interesses com a autoridade máxima em âmbito provincial revela que tanto Doble quanto os presidentes da Província consideravam tais negociações procedentes e necessárias para a manutenção de certo ordenamento e direcionamento da questão indígena nas regiões da Serra e dos Campos de Cima da Serra. A relação que Doble desenvolveu com os diferentes presidentes da Província de São Pedro, ao longo dos anos, atestava a sua capacidade de manejar e aliar interesses próprios e de seu agrupamento aos das autoridades provinciais, fazendo uso de seus deslocamentos e promessas de assentamento, como moeda de troca num articulado jogo de poder ao qual estava inserido.

Segundo Bringmann (2010), antes do aldeamento do agrupamento, dois dos casos mais notáveis de cooperação entre Doble e o Governo Provincial foram os sequestros das filhas de João Mariano Pimentel, morador da Povoação de Santa Bárbara, em 1851, e do colono alemão Pedro Watenpuhl, na Colônia do Mundo Novo (posteriormente Taquara), em 1852. Em ambos os casos, o Governo Provincial recorreu ao cacique Doble. Doble aceitou participar, visto que auxiliando o destacamento da polícia na caça aos sequestradores, ele seria recompensado e, ao mesmo tempo, se vingaria de seus desafetos. Na ocasião das mulheres da família de Pedro Watenpuhl, Doble auxiliou o capitão Francisco Müller na perseguição do grupo

9.OFÍCIO do diretor da Colônia Militar de Caseros, Hortêncio Maria da Gama Souza e Mello, ao presidente da Província, Francisco de Assis Pereira Rocha. Colônia Militar de Caseros. 02 jun. 1862. AHRs. Fundo Imigração, Terras e Colonização.

liderado pelo indígena *Nicuó*, também conhecido como João Grande, que foi submetido e exterminado pelos indígenas de Doble. Após esses episódios, possivelmente Doble passou a ser honorificado com a patente militar de “capitão”, reconhecida pelo Governo Provincial (BRINGMANN, 2010, p. 159-160). Percebe-se então que a área de influência e a de deslocamento de Doble são reconhecidas e legitimadas pelo governo provincial, ainda que implicitamente, ao fazer-se o contato com o líder indígena para que ele atue em seu favor na região sob a qual detém certo controle.

As trocas entre o Governo Provincial e o líder indígena se fizeram frequentes e foram usadas em diversas ocasiões para benefícios e vantagens em prol de determinados objetivos interessantes a ambos. Diferentemente de outras lideranças do período, Doble esteve em negociações diretas com o Governo Provincial por muito tempo antes de se assentar no Aldeamento de Santa Izabel, em 1858 (TEDESCO; VANIN, 2018). A possibilidade de aldeamento foi, por aproximadamente duas décadas, a grande barganha de Doble sobre os vários administradores do Governo Provincial. Prometendo aldear-se e manter os seus em aldeamentos sem a figura de um diretor parcial que os supervisionasse, o cacique Doble conseguiu manejar suas aspirações e necessidades, mantendo-se distante de um assentamento fixo e regulador de suas idas e vindas. Doble preferia aldear-se em virtude do apoio e assistência que recebia do Governo Provincial, mas continuar empreendendo suas caçadas na busca por alimento e na empresa de *correrias* a colonos, tropeiros e viajantes, ao passo que se esquivava dos ataques de agrupamentos inimigos.

Em função de seus deslocamentos pelo território, Doble esteve aldeado por curtos períodos de tempo no Aldeamento de Pontão,

de Santa Izabel e da Colônia Militar de Caseros¹⁰, todos localizados em áreas próximas e caracterizadas pela ação e mobilidade do grupo de Doble. O processo de aldeamento de Doble passa a ser definido a partir das alianças estabelecidas entre o líder indígena e o Cel. Alberto Marques de Almeida¹¹, fazendeiro instalado na região do Mato Português, em Lagoa Vermelha.

Alberto Marques de Almeida, nomeado pelo presidente da Província como diretor parcial dos indígenas da região, administrou durante o ano de 1858 o Aldeamento dos Incas e o Aldeamento do Pontão, sítios, respectivamente, no Mato Português e nas matas do Pontão (TEDESCO; VANIN, 2018). Enquanto diretor parcial, conseguiu o que até então não havia sido oficialmente realizado: aldear alguns dos principais agrupamentos indígenas que viviam dispersos e empreendiam ataques aos viajantes e tropeiros que utilizavam o trecho da Estrada das Tropas entre Passo Fundo e Lagoa Vermelha.

A ligação entre Alberto Marques de Almeida e os indígenas aldeados na região é crucial para se compreender seu posterior relacionamento com a Colônia Militar de Caseros. A organização do Aldeamento de Santa Izabel estava de acordo com a política vigente acerca dos aldeamentos, que priorizava, como base de ação, a incorporação dos indígenas ao trabalho e à produção econômica local,

10.Sobre os aldeamentos províncias e a correlação com a colonização militar no norte da província do Rio Grande do Sul, ver mais em: TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio. **Entre a espada, a cruz e a enxada:** a Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul. Erechim: AllPrint, 2018.

11.Alberto Marques de Almeida era natural da vila de Castro/PR, onde era professor público, até migrar com sua família para a Província de São Pedro, em 1857. A família Berthier, a qual pertencia Alberto Marques, passou a residir na região de Lagoa Vermelha, sendo considerada uma das matriarcas do município e tendo seus membros adentrados na elite local e participantes da política municipal por gerações (BRANCO, 2002, p. 23-24).

reproduzida por Alberto Marques de Almeida ao assentar os indígenas Kaingang sob sua proteção e submetê-los na criação de roçados para o cultivo de gêneros. Somado a esse aspecto, ele também tinha como vertente de ação a catequização leiga dos nativos, realizada através da aproximação dos Kaingang à religião Católica, organizando o batismo de nativos, tendo ele próprio se tornado compadre do cacique Doble, ao apadrinhar um de seus filhos em 1858 (TEDESCO; VANIN, 2018).

A proximidade do tenente-coronel com os indígenas fez parte, possivelmente, de um âmago de intenções recorrente à época. De acordo com Francisco (2013), a cercania de grandes propriedades a aldeamentos resultava em relações de aliança e beneficiamento estabelecidas entre latifundiários e indígenas. Tais ligações entre esses grupos se consolidavam em paralelo ao processo de ocupação do Planalto Médio sul-rio-grandense, onde fazendeiros faziam uso da presença indígena em favor da prática de apropriação de terras devolutas. Para esses proprietários, a manutenção de indígenas “nos fundos” de seus domínios – principalmente na composição dos aldeamentos oficiais – levava, primeiramente, à utilização de mão de obra indígena na extração da erva-mate ou arreamento de gado e, posteriormente, à apropriação das terras dos aldeamentos como doação pelos serviços prestados ao Governo em troca do assentamento e manutenção de indígenas aldeados (FRANCISCO, 2013, p. 178).

Assim, a aproximação entre Alberto Marques de Almeida e os Kaingang talvez lhe trouxesse benefícios que justificassem sua disponibilidade e nomeação para o cargo de diretor parcial do aldeamento no Mato Português. Ele também utilizava as terras destinadas ao Aldeamento de Santa Izabel – anteriormente devolutas e próxi-

mas às suas posses – para o emprego de indígenas e caboclos em trabalhos, possibilitando o assentamento de ambos num espaço de terra cedido por ele, assim, passava a controlar as relações de trabalho e produção, bem como instituía influências entre os indivíduos estabelecidos.

O Aldeamento de Santa Izabel foi, entretanto, uma experiência de curta duração. Isso ocorre em razão dos conflitos que passaram a existir interna e externamente entre a administração do diretor parcial, os Kaingang e a Colônia Militar de Caseros, ao ponto de ser extinto em 1862 pelo governo provincial. Contudo, o agrupamento liderado por Doble passa a tecer novas relações com a Colônia Militar de Caseros, ao passo que, em determinado momento, parte das terras da colônia são destinadas à ocupação Kaingang, congregando os objetivos de ambas as iniciativas governamentais de controle sobre o território.

A Colônia Militar de Caseros foi criada, em grande parte, para controlar a questão indígena na região e, em específico, “conter os indígenas da tribo Doble”¹². Ao tempo da criação da Colônia Militar de Caseros, em fins do ano de 1858, na divisa entre o município de Passo Fundo e o de Santo Antônio da Patrulha, no distrito da Freguesia de Lagoa Vermelha, definiram-se duas áreas de concentração e controle dos indígenas Kaingang na Província: o Aldeamento de Nonoai – que no início da década de 1860 também congregava as parciaisidades do Cacique Fongue, de Guarita – e o Aldeamento da Colônia Militar de Caseros.

12.RELATÓRIO da Comissão de Inspeção apresentado pelos encarregados tenente-coronel João Manoel de Lima e Silva, capitão Frederico César Vianna e alferes João Sabino da Rocha. Porto Alegre. 27/12/1875. AHRs. Fundo Imigração, Terras e Colonização.

Integrado ao núcleo da Colônia Militar de Caseros, o agrupamento de Doble passa a tecer relações diretas com o capelão do núcleo colonial, o padre Antonio de Moraes Branco. A aliança dos nativos com o sacerdote também se fez presente e apresentava vantagens para as lideranças indígenas. Afinal, manter os indígenas aldeados através da negociação com suas lideranças revelava-se como a melhor forma de estabelecer influência e confiança sem a cooptação direta pelo uso da força ou da intimidação, papel que, em nível local, era muito bem representado pela Colônia Militar de Caseros. Portanto, manter os indígenas aldeados era também mantê-los fora das propriedades de particulares, ao passo que se empreendia a tentativa de sedentarizá-los através do cultivo de roçados e de produção agrícola que remetesse em lucros para o agrupamento indígena.

Nesse período de estreitamento das relações entre a administração da colônia militar e Doble e seus subordinados, houve o aldeamento desses indígenas justamente dentro dos limites definidos para o núcleo colonial, inclusive com uma demarcação reconhecida oficialmente pelo diretor da colônia, tendo-se destinado cerca de 16 lotes de terra para o estabelecimento indígena naquele espaço. Essa aproximação e disponibilização de terrenos se processava justo em função do já sobredito desejo de não apenas aldear os Kaingang, mas *mantê-los* aldeados e circunscritos a uma noção racionalizada de ocupação da terra, afastando-os de domínios particulares, ou ainda, das terras passíveis de serem legitimadas por particulares.

Mapa 2 - Planta da Colônia Militar de Caseros (1862)



Na área em destaque, vê-se a demarcação das terras destinadas para o aldeamento da parcialidade do Cacique Doble. Fonte: MIRANDA, Theodoro de; PINTO, Carlos de Laura. Planta da Colonia Militar Caceros, 1862. Divisão de Terras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

O período em que Antonio de Moraes Branco assumiu como diretor do aldeamento, de 1862 até os primórdios de 1864, época em que a varíola acometeu o estabelecimento e causou a morte de vários indígenas, inclusive do próprio Cacique Doble, foi também o momento que se identifica como um dos períodos de coesão e permanência dos indígenas em torno dos terrenos que haviam sido cedidos dentro da Colônia Militar de Caseros. A colônia manteve Doble oficialmente aldeado até sua morte, em 1864, mas a descendência do cacique – como Jacinto Doble, que assume a liderança do pai – manteve-se na colônia por certo período e em seus arredores posteriormente. Alguns anos depois, em 1867, com o falecimento do padre Branco, os indígenas Kaingang voltaram a se dispersar pela região, formando novos toldos, sem, entretanto, a direção e a regulação que caracterizava o aldeamento.

Mesmo após a desarticulação do aldeamento sob a organização do padre Antonio de Moraes Branco, a presença indígena seguiu constante na ordem do dia dos administradores da colônia, ora em razão de pedidos de auxílio por parte dos indígenas, ora pelo temor de ataques ao núcleo colonial. Segundo o capitão-diretor da colônia, Luciano José da Rosa, em 1870, nos limites do núcleo e mesmo próximo à sua povoação, os indígenas Kaingang se organizavam em torno de três toldos¹³, aglutinados em grupos e contabilizados em cerca de quatrocentos a quinhentos indivíduos¹⁴, número que superava a população residente em Caseros.

Após a emancipação da Colônia Militar de Caseros, em 1878, o *status* de aldeamento ou ponto de negociações com o governo provincial por parte dos indígenas cessa de existir. A dispersão causada pelo decréscimo da extinta colônia como local de aldeamento facilitou a criação de novos toldos, novos agrupamentos e, consequentemente, novas lideranças. Assim, a inconstância da grande maioria dos aldeamentos, em termos de manutenção de indígenas aldeados, tornou-se insustentável e marcou o desenvolvimento prático da legislação que buscou ordenar a ocupação da região, a liberação de terras da presença indígena e a inserção dessas populações através de uma moralização proposta pelo binômio trabalho/catequização.

O resultado prático dessa legislação indigenista no período em que esteve vigente, isto é, de 1845 até o fim do regime monárquico em 1889, é muito relativo e específico em cada experiência de aldea-

13.OFÍCIO do diretor, Luciano José da Rosa, enviado ao presidente da Província. Colônia Militar de Caseros. 30 nov. 1870. AHRS. Fundo Imigração, Terras e Colonização.

14.OFÍCIO do diretor, Luciano José da Rosa, enviado ao vice-presidente da Província João Capistrano de Miranda Castro. Colônia Militar de Caseros. 13 nov. 1870. AHRS. Fundo Imigração, Terras e Colonização.

mento, sendo difícil estabelecer um panorama geral de análise maior, principalmente em razão de serem experiências, via de regra, isoladas e não correlacionadas para além de seus contextos provinciais. Contudo, pelo menos nas últimas três décadas, como afirma Pezat (1997, p. 271), a política dos aldeamentos apresentou um quadro geral de decadência e de falência do projeto imperial para a promoção da catequese e civilização das populações indígenas.

As práticas desenvolvidas pelo governo imperial e seus representantes no período de vigência dessa política devem ser analisados de maneira profunda, cotejando objetivos, intencionalidades e o alcance dos resultados intentados. Uma análise ampla e que em muito é reafirmada quando as discussões giram em torno de se criar uma política indigenista republicana é a de que os aldeamentos instituídos no Império foram permeados de inconsistências. As ações dos diretores dos aldeamentos e do próprio governo não foram capazes de promover a pacificação almejada das populações indígenas, visto que, por vezes, houve expedições de caça aos indígenas que optavam por não se incorporarem aos aldeamentos, promovendo a chacina de grupos considerados hostis.

A falta de investimentos e fiscalização por parte das autoridades provinciais também deve ser considerada no bojo dos decréscimos e da decadência dessa experiência. Os diretores dos aldeamentos, nesse mesmo sentido, nem sempre atuaram em prol dos indígenas, pois gozavam de autoridade direta sobre aqueles, promoveram expulsões e, em muitos casos, eram latifundiários locais interessados ora na manutenção dos indígenas sob sua proteção, ora na sua expulsão e tomada de seus territórios. Das muitas faltas, a indisponibilidade de

padres e missionários para a catequese também foi um dos fatores de declínio dos aldeamentos.

Como afirma Pezat (1997, p. 269), apesar de uma inicial tentativa de aldeamento indígena sob o controle provincial em áreas determinadas, sobretudo em Nonoai e na Colônia Militar de Caseros, esse período precedeu um outro, de decadência, que se perpetuou até o fim do período imperial. Apesar da iniciativa imperial, os problemas que existiam em período anterior continuaram a existir no norte do Rio Grande do Sul, como as correrias indígenas, a proliferação de doenças, a exploração do trabalho indígena e a não-aceitação dos dogmas da Igreja Católica, prejudicados em muito pela própria falta de recursos e escassez de subsídios para a manutenção dessas práticas.

Nesse mesmo sentido, a preconizada sedentarização, proposta pela política dos aldeamentos, não se mostrou, para as populações indígenas, como algo de caráter permanente e perene. Apesar da existência dos locais destinados para os aldeamentos, os quais não foram capazes, em grande medida, de obstaculizarem por completo a circularidade indígena pelo território no século XIX, alguns estabelecimentos se mantiveram como habitação tradicional, são exemplos os aldeamentos, depois toldos, de Nonoai, Guarita, Inhacorá e Caseros, bem como outros mais tardios, como Ventarra, Serrinha e Fachinal.

Pouco antes do fim da vigência da política dos aldeamentos – oficialmente extinta após a passagem ao regime republicano – os locais de ocupação de indígenas Kaingang registrados pelo governo provincial concentravam-se no norte do território sul-rio-grandense.

Em 1888, os últimos registros oficiais provinciais¹⁵ acerca da situação indígena na Província revelavam a existência de vários aldeamentos, que se distribuíam sobre os territórios dos municípios de Palmeira (Estiva, Campina e Inhacorá), Passo Fundo (Nonoai, Pinheiro Ralo e Campo do Meio) e Lagoa Vermelha, neste último constava os aldeamentos de Caseros e de Forquilha, inseridos geograficamente na região de deslocamento dos descendentes da linhagem do Cacique Doble e, de certa forma, ainda inseridos nas relações estabelecidas durante as experiências de aldeamento de décadas antes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aldeamentos tinham, de fato, instituído muitas localidades de ocupação indígena reconhecidas pelo governo, muitas que persistiram ao fim da política e continuaram a ser moradas das populações indígenas, como no caso do Rio Grande do Sul. A presença indígena talvez tenha se tornado mais rarefeita em função das perseguições e da opção indígena pelo aldeamento. Porém, essa política certamente não coibiu nem sanou a problemática dos conflitos envolvendo os sujeitos, que se mantiveram, senão constantes, certamente presentes e latentes. O Cacique Doble foi uma das lideranças que teve protagonismo constante nesse processo de aldeamento levado a cabo pelos administradores provinciais; manejando alianças e acordos, ora colaborando, ora resistindo, a atuação de Doble e de seus subordinados desvela a complexidade das relações interétnicas existentes nesse período, necessárias à compreensão do papel central ocupado pelo nativo durante a vigência dessa política de aldeamento.

15.RELATÓRIO do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Rodrigo de Azambuja Villanova. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 09 ago. 1888. p. 79-80.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando. Jesuítas espanhóis no Sul do Brasil (1842-1867). Pesquisas. **História**, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 47, 1984.

BECKER, Ítala Irene Basile. **O índio Kaingang no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1976.

BRANCO, Pércio de Moraes Branco. **A região de Lagoa Vermelha – aspectos históricos**. Porto Alegre: EST, 2002.

BRINGMANN, Sandor Fernando. Índios, colonos e fazendeiros: conflitos interculturais e resistência Kaingang nas terras altas do Rio Grande do Sul (1829-1860). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

DORNELLES, Soraia Sales. **De Coroados a Kaingang**: as experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Dissertação (Mestrado em História) 2011.

FRANCISCO, Aline Ramos. **Kaingang**: uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Planalto Meridional. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 2013.

GOLIN, Luiz Carlos. Território Kaingang: a conquista do norte-noroeste rio-grandense pelo Estado-nação. Notas para conhecer um etnocídio. In: SOARES, Fabrício Antônio Antunes; FONTANELLA, Leandro Goya. **Repensando os indígenas na História**. Criciúma: EdiUnesc, 2020, p. 199-224.

HOLANDA, Marianna Assunção. et al. **Relatório circunstanciado de identificação da terra indígena Fág Ty Ka – Mato Castelhana/RS**. Brasília: Funai, 2012.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Entre trilhos ferroviários, companhias colonizadoras e governantes: atuações indígenas caingangue em territórios do rio Uruguai. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Márcia. (Orgs.). **Colonos, colônias e colonizadoras**: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015, p. 114-132.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no Sul do Brasil (1889-1930). **Antropologia**, n.º 64, Pesquisas/ Instituto Anchietano, 2007.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). **Antropologia**, Pesquisas/Instituto Anchietano, n. 56, 2000.

MABILDE, Pierre Alphonse Booth Mabilde. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul – 1836-1866**. São Paulo: Ibrasa/Pró-memória/INL, 1983.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PEZAT, Paulo Ricardo. **Auguste Comte e os fetichistas**: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha. Porto Alegre, 1997. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio. **Entre a espada, a cruz e a enxada**: a Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul. Erechim: AllPrint, 2018.

FONTES

BRASIL. **Decreto n.º 426 de 24 de julho de 1845**. Contém o Regulamento acerca das Missões de catequese, e civilização dos Índios. Disponível em: <https://bit.ly/2M4EMBY>. Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. **Lei n.º 601 de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <https://bit.ly/2OAErD>. Acesso em: 15 out. 2018.

RELATÓRIO do presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira de Cansansão Sinimbú. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 02 out. 1854, p. 31. AHRS. Fundo Indígenas.

OFÍCIO do diretor, Luciano José da Rosa, enviado ao presidente da Província. Colônia Militar de Caseros. 30 nov. 1870. AHRS. Fundo Imigração, Terras e Colonização.

OFÍCIO do diretor, Luciano José da Rosa, enviado ao vice-presidente da Província João Capistrano de Miranda Castro. Colônia Militar de Caseros. 13 nov. 1870. AHRS. Fundo Imigração, Terras e Colonização

SCHULTZ, Woldemar, 1896. **Mapa da Província de Santa Catharina do Imperio do Brasil**. Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Disponível em: <https://goo.gl/rCVfuY>. Acesso em: 10 de out. 2019. De Woldemar Schultz, 1863.

OFÍCIO do diretor da Colônia Militar de Caseros, Hortêncio Maria da Gama Souza e Mello, ao presidente da Província, Francisco de Assis Pereira Rocha. Colônia Militar de Caseros. 02 jun. 1862. AHRS. Fundo Imigração, Terras e Colonização.

RELATÓRIO da Comissão de Inspeção apresentado pelos encarregados tenente-coronel João Manoel de Lima e Silva, capitão Frederico César Vianna e alferes João Sabino da Rocha. Porto Alegre. 27/12/1875. AHRS. Fundo Imigração, Terras e Colonização.

RELATÓRIO do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Rodrigo de Azambuja Villanova. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 09 ago. 1888. p. 79-80.

MIRANDA, Theodoro de; PINTO, Carlos de Laura. Planta da Colonia Militar Caceros, 1862. Divisão de Terras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

CAPÍTULO 7

A VIDA ENTRE ÁGUAS: HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL SOB AMEAÇA, ILHA DIANA – SANTOS/SP

Rodrigo Silva (USP)

Carlos Eduardo França de Oliveira (UNICENTRO)

INTRODUÇÃO

O Porto de Santos, localizado no litoral sul do estado de São Paulo, é uma estrutura extremamente complexa e, desde seus primeiros anos de existência, de difícil manejo. No decorrer de sua história o Porto de Santos passou por inúmeras intervenções físicas, mais ou menos ambiciosas, mas que continuamente buscaram torná-lo mais apto às operações de importação e exportação de cargas, mais seguro e com maior capacidade. A planície costeira que se estende a partir do sopé da Serra do Mar, nesse trecho da costa brasileira, é grandemente tomada por terrenos de pouca estabilidade, sejam eles

verdadeiros pântanos (mais próximos aos contrafortes da serra) ou extensos manguezais (na costa e, sobretudo, nas fozes dos rios).

Essa configuração instável dos solos da região, que se reflete também um dinâmico sistema de canais entre pequenas ilhas e bancos de areia, exigiu continuamente obras que pouco a pouco fossem ganhando espaço ao mar, possibilitando as contínuas expansões do complexo portuário. Entre o final do século XVIII e no decorrer de todo o século XIX, o Porto de Santos passou por obras de aterro, de retificação do canal principal, de construção de docas e atracadouros sobre os manguezais, processo esse que continua ainda na atualidade.

Podemos dizer que, em grande medida, a expansão da economia paulista dependeu essencialmente da capacidade de operação do Porto de Santos, desde os tempos da produção de açúcar (na colônia) até a economia industrial, passando pela exportação do café, a qual, entre o final do século XIX e primeiras décadas do XX, lhe conferiu seu período áureo.

Essa contínua expansão do Porto de Santos muitas das vezes ocorreu tomando terras ou ao meio natural ou às populações tradicionais, instaladas nos recantos da costa e nas ilhas da região. Não é acidental a drástica diminuição da população caiçara (pescadores tradicionais da costa paulista) no decorrer do século XX, a ponto dessa população poder ser identificada em núcleos bastante diminutos e específicos.

No início dos anos 2000 o Governo Federal, administrador do complexo portuário, decidiu empreender a mais ambiciosa ampliação do Porto de Santos desde sua criação. Em verdade tratava-se de um processo de ampliação e modernização das estruturas portuárias,

bem como a ampliação do canal central do porto e a construção de inúmeras obras viárias que viriam a aumentar substancialmente a capacidade de operação, além de diminuir o tempo de parada dos navios para as tarefas de embarque e desembarque de carga.

Entre os anos de 2005 e 2007, fomos destacados para a confecção de estudos a respeito do patrimônio cultural em áreas envolvidas nessas obras de expansão do Porto de Santos. Produzimos nesse contexto relatórios para o IPHAN e Condephaat (órgão de preservação do patrimônio cultural do Estado de São Paulo) a respeito da presença, estado de conservação e riscos corridos pelo patrimônio cultural em face dessas transformações. Assim, pudemos acompanhar as obras de construção da Perimetral de Santos, o alargamento e aprofundamento do canal principal do porto, a ampliação das áreas de operação de contêineres, obras viárias outras no canal do Mercado e no bairro do Paquetá, assim como as intervenções no Valongo e nos armazéns da antiga Companhia Docas de Santos.

Foi nesse âmbito que fomos mobilizados para estudar os impactos da construção de novas áreas de operação da Embraport (empresa dedicada à logística portuária) sobre populações caiçara localizadas no entorno das obras. Ilha Diana/Barnabé (a maior das comunidades), Monte Cabirão e Caruara foram nossos locais de pesquisa, e onde pudemos documentar – sob a ótica da história e do patrimônio cultural – os desafios das populações caiçara para manter suas comunidades, seus locais de moradia. Processo esse que também é marcado, em grande medida, por uma forma de semimodernidade, na qual a pressão pelo abandono e encerramento das características tradicionais daquela cultura não se façam acompanhar pelos benefícios oferecidos pela modernidade.

Como forma de aprofundar o entendimento sobre o objeto de estudo e preencher as lacunas deixadas pela etapa de campo, empreendeu-se extensa pesquisa bibliográfica, embora essa não tenha trazido contribuições muito significativas para o caso específico da Ilha Diana, o que à época reforçou a já sabida constatação de que os trabalhos sobre as imediações do Porto de Santos se concentravam, majoritariamente, na área insular, evidenciando a necessidade de novos esforços investigativos para desvendar os processos de ocupação e formação histórica da área continental.

O presente texto está dividido em duas partes. Na primeira delas apresentamos um breve histórico do paulatino movimento de ocupação da área continental de Santos, buscando enfatizar nesse processo a importância não apenas do complexo portuário, mas também dos antigos caminhos e sua interação com as águas do estuário santista. Na segunda, explicitamos os resultados da pesquisa de campo empreendida na Ilha Diana e seu entorno, em que se procurou registrar, a um só tempo, os traços culturais de uma comunidade caiçara do litoral sul paulista e os embaraços e desafios enfrentados por sua população frente às mudanças ocorridas na zona portuária de Santos no adentrar do século XXI.

A ILHA DIANA EM MEIO AO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA CONTINENTAL DE SANTOS

Situada inicialmente no litoral atlântico, a colonização das terras que mais tarde formariam, *grosso modo*, a capitania e depois província de São Paulo logo se mostrou ineficiente em sua feição costeira. Se nos primeiros anos a lavoura canavieira prosperou em terras vicen-

tinhas já na metade do século XVI, com o alastramento da produção açucareira nordestina, de melhor qualidade e mais próxima do mercado consumidor europeu, a economia de São Vicente mostrou-se frágil e circunscrita à dura configuração natural de seu litoral. A estreiteza da banda costeira – na altura de São Vicente e Santos, a distância entre o mar e o pé da Serra do Mar não chega aos 15 quilômetros – restringia o povoamento a faixas apertadas e muito próximas ao oceano, situação que diferia dos litorais baiano ou carioca, por exemplo, formados por largas planícies (MORSE, 1970).

Essas áreas, compostas de vertentes íngremes de morros e terrenos baixos, pantanosos e repletos de mangues e brejos eram insalubres e hostis à ocupação humana (PRADO JR., 1972). Mais do que isso, como notou Pasquale Petrone (1965), o baixo “espaço agrícola potencial” do litoral santista representava para os padrões de exploração dos primeiros tempos da colonização uma verdadeira barreira para a consolidação da empresa colonizadora. Na medida em que a economia colonial se valeu, pelo menos até o século XVIII, de atividades agrícolas de caráter extensivo, predatório e com baixo grau de reinvestimento, a itinerância e a busca por novas porções de terras foram constantes entre os colonos, que volta e meia esbarravam em obstáculos naturais. Isso não significa, contudo, que o meio determinou a ação colonizadora. Ele apenas balizou a ação do colono, mostrando-lhe as possibilidades e potencialidades de outras áreas, como foi o caso do planalto paulista.

Ao contrário do litoral santista, o planalto logo surgiu aos olhos do colonizador como um local favorável para ser povoado. Formado por terras altas e salubres, ambientadas por um clima temperado muito mais agradável para o europeu que o tropical do litoral santista, o

planalto ainda apresentava outros atrativos: descampados propícios para a instalação humana; “vias naturais” de ocupação, como o rio Tietê, que propiciavam a expansão para outras regiões planaltinas; e a existência de numerosas tribos indígenas, o que significava novas fontes de mão-de-obra para os colonos portugueses (MONTEIRO, 1995).

Com a fundação da vila de São Paulo (1554) e a ampliação da atividade colonizadora no planalto, Santos passou a desempenhar um papel eminentemente portuário, servindo como uma espécie de porta de entrada e saída para os colonos. Embora outras localidades paulistas também tivessem seus portos – como São Sebastião e Iguape –, a proximidade com São Paulo fez do porto santista o principal centro de escoamento da produção dali advinda de outras partes do planalto. Reduzida durante o século XVII, quando outros portos ganharam projeção na economia paulista, a importância do porto de Santos recobrou força a partir de meados do XVIII, com o desenvolvimento da lavoura canavieira no interior de São Paulo e, especialmente, na segunda metade do século XIX, em decorrência do vertiginoso crescimento da cafeicultura no Oeste Paulista (ANDRADE, 1989). A fundação, em 1867, da *São Paulo Railway*, ferrovia logo conhecida como Santos-Jundiaí, marcaria profundamente a cidade de Santos e seu porto. A inserção cada vez maior da economia paulista no mercado internacional demandou alterações significativas na estrutura portuária santista, que aos poucos foi se modernizando junto com a cidade.

Comparada à área insular (Ilha de São Vicente), a área continental de Santos foi sempre menos habitada e, conseqüentemente, pouco estudada. A maioria das pesquisas referentes à história santista se

refere ao núcleo urbano original de Santos e, sobretudo, à evolução do porto. Deste modo, a proeminência da questão portuária ofuscou as demais áreas envoltórias, fazendo com que historiadores e outros estudiosos preterissem a margem esquerda do canal de Santos, que figura na bibliografia como uma área de importância reduzida, caracterizada pelos seus manguezais insalubres e despovoados.

Sabemos, genericamente, que não obstante rarefeita, a ocupação dessa região foi iniciada desde o século XVI por pequenos fazendeiros, sitiantes e pescadores. Entretanto, não há registros de nenhuma aglomeração humana destacada, tampouco de um complexo econômico de maior relevo desde a chegada dos primeiros colonizadores. Excetuando o caso do engenho do rio Quilombo, onde indícios sugerem um maior adensamento populacional para os séculos XVIII e XIX, é provável que a área insular de Santos dificilmente tenha sido palco privilegiado de ocupação humana, especialmente após a implementação do terminal de líquidos na Ilha Barnabé, já na primeira metade do século XX, que tornou a vida na região mais restrita e perigosa. Consequentemente, o uso do canal de Santos por seus habitantes não deve ter se alterado muito com o tempo. É crível que ele tenha sido utilizado para o deslocamento (eixo Cubatão-Santos-Guarujá-Bertioga) e para a pesca.

A área continental do município de Santos possui 231, 6 km², dos quais 206 km² fazem parte do Parque Estadual da Serra do Mar. Quase seis vezes maior do que a parte insular da cidade, e contando com aproximadamente 4 mil moradores, a área continental faz limite com os municípios de Cubatão, Guarujá e Bertioga e, no alto da Serra do Mar, com Santo André e Mogi das Cruzes. Até 1999, a área era dividida em três bairros: Ilha Diana, Caruara e Monte Cabrão. Após

a aprovação da Lei de Uso e Ocupação do Solo da Região (n.º 359 / 99), a área foi repartida em nove seções, formando bairros regularizados num total de 25 km². Além dos já existentes, a área passou a contar com os bairros Quilombo, Nossa Senhora das Neves, Barnabé, Guarapá, Trindade, Cabuçu-Caetê e Iriri.

Ainda que pouco habitada e, à primeira vista, de povoamento recente, a região atualmente composta pelas Ilhas Barnabé, dos Bagres e Diana, pelos Largos do Caneú e das Neves e pelos canais de Santos, Piaçaguera e Bertioga fazem parte do lento processo de ocupação do litoral santista que, desde o século XVI, teve na fixação de uma zona portuária seu ponto nevrálgico e na manutenção do Caminho do Mar uma constante mobilização humana no sentido de garantir uma ligação constante entre o planalto e a costa paulistas.

A transposição da Serra do Mar era a etapa mais crítica e perigosa do caminho que ligava o litoral ao planalto paulista. Esse caminho foi recorrentemente retratado, tanto na literatura quanto na iconografia, como lugar de padecimento dos europeus: populações nativas, animais selvagens, mosquitos além da própria inclinação do terreno, o que obrigava em certos trechos os viajantes a andarem com dificuldade, agarrando-se a ramos e troncos pelo caminho. Com o desenvolvimento das vilas no planalto e o aumento do fluxo de pessoas a partir do porto de Santos, aqueles viajantes de maiores posses passaram a fazer o caminho em cadeirinhas ou redes transportadas por indígenas e, mais raramente, escravos.

Embora a subida da serra fosse o trecho mais difícil da ligação entre planalto e litoral, as vias de comunicação litorâneas constituíam parte importante do percurso, tanto pelo fato de ser o ponto de par-

tida para São Paulo como pela sua proximidade do porto de Santos. É difícil precisar a genealogia dos caminhos antigos referentes ao litoral santista, embora seja possível observar que, certamente mais restrita no início da colonização, a malha viária da Baixada Santista dinamizou-se ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Na Ilha de São Vicente, os principais caminhos eram: a) *caminho entre São Vicente e a atual ponta da Praia*: este caminho aproveitava as praias que surgem desde Itararé até o Embaré, o que mantinha, de certa forma, o velho caminho existente durante a expedição de Martim Afonso; b) *Caminho de Santos a São Vicente* ou *Caminho Velho*: estrada que contornava pelo norte e oeste a zona montanhosa do centro da ilha e que servia ao Engenho de São Jorge dos Erasmos; c) *Caminho de Santos para São Vicente, caminho da Vila para a Praia* ou *caminho novo*: partindo de Santos, esse caminho contornava a zona montanhosa central pelo leste e sudeste, atingindo a praia de Itararé e depois São Vicente; d) *Caminho de Santos para a atual ponta da Praia*: constituído em ziguezague, esse caminho se afastava da costa com o intuito de evitar os brejos e manguezais; e) *Caminho dos Barreiros*: tendo como ponto de partida São Vicente, esse caminho atingia o largo dos Barreiros seguindo a margem esquerda do estuário de São Vicente; f) *Caminho para Cubatão*: iniciando-se em São Vicente, o caminho se articulava com Santos via Caminho velho, buscando evitar brejos e manguezais por meio de um trajeto que seguia próximo aos morros, a oeste da Baixada. Já na Ilha de Santo Amaro, havia apenas um caminho realmente significativo, o Caminho da Bertiooga. Com início na Fortaleza de Santo Amaro, esse caminho trilhava a ilha pelo lado do mar, seguindo pelas praias e atravessando morros, em direção às localidades do litoral norte. A partir de São Vicente, atravessa-

va o estuário até atingir a atual região do Boqueirão da Praia Grande. Deste ponto, o trajeto seguia pela praia, chegando a Conceição de Itanhaém, depois Peruíbe e Iguape (PETRONE, 1965:93-94).

Tomados em conjunto, os caminhos do litoral santista se articulavam em torno de um sistema de circulação vicinal, em que o aproveitamento das vias aquáticas se dava em número muito maior que as terrestres, excetuando-se, obviamente, dentro da Ilha de São Vicente. Os principais eixos desse sistema articulavam, destarte, Santos-Cubatão, Santos-Bertioga e São Vicente-Itanhaém.

Localizado ao pé da Serra, Cubatão desempenhava a função de um de pedágio e de armazenagem dos produtos planaltinos. Em 1713, o controle do contrato da passagem de Cubatão ficou sob o domínio dos jesuítas do Colégio de São Paulo, que ali fundaram uma extensa fazenda para o abastecimento dos viajantes. Embora tal contrato não permitisse que os jesuítas angariassem recursos significativos – uma vez que a arrecadação regular não passava de 1% do valor de cada carga (MONTEIRO, 1995: 122-123) –, a presença da Companhia de Jesus na passagem de Cubatão forneceu aos inicianos um importante instrumento de poder na região. Em 1714, a administração metropolitana ordenou que os direitos de passagem fossem incorporados ao fisco da Coroa, o que de fato só ocorreu em 1743 (MENDES, 1994). Após a expulsão dos jesuítas da América portuguesa, em 1759, o porto de Cubatão ainda manteve sua importância estratégica para a economia da região, ficando sob o controle do governo da Capitania. Afinal, antes mesmo da construção do aterrado, era por Cubatão que se embarcava para o porto de Santos todas as mercadorias oriundas do planalto. A partir de 1778,

os contratos passaram a serem arrematados por particulares e com a validade de três anos.

Uma das primeiras rotas utilizadas pelos colonizadores portugueses para percorrer a região do estuário de Santos e adjacências – onde atualmente encontramos as Ilhas Barnabé, Diana e dos Bagres, os Largos do Canéu e Santa Rita, além das vilas Quilombo, Casqueiro e Monte Cabirão – foi o chamado *Caminho do Padre José*. Como a maioria das rotas da época que conectavam o litoral ao planalto, o Caminho do Padre José baseou-se em trilhas indígenas pré-cabralinas, notadamente numa reinterpretação do Caminho do Perequê. Equivocadamente atribuído ao Padre Anchieta, talvez pelo fato do jesuíta tê-lo utilizado com frequência, o Caminho do Padre José ligava São Paulo a São Vicente, tendo sido aberto provavelmente entre 1555 e 1560.

Tendo como ponto de partida o litoral, o caminho era percorrido inicialmente por meio de canoas, que varavam o Largo do Canéu, a fim de alcançar, um quilômetro acima da barra, o porto de Santa Cruz ou Armadias. Já na Serra de Paranapiacaba e a oeste do rio Perequê, atingia-se o vale do rio das Pedras e a Garganta do Tutinga. Chegando ao planalto, o viajante utilizava uma rota fluvial composta pelos rios Pequeno, Grande, Jurubatuba e Pinheiros (MENDES, 1994; WENDEL, 1952).

Fundamentais para o acesso ao planalto, os rios também desempenhavam importante papel no deslocamento humano dentro da região do estuário de Santos, quer pela abrangência quer pelo traçado estratégico de suas águas. O Rio do Quilombo, por exemplo, começa na Serra do Mar – na área fronteira entre Santos e Mogi

das Cruzes – e deságua no Largo do Canéu. Seu nome advém de um quilombo de escravos fugidos que existiu nas proximidades do leito do rio no final do século XVIII e início do XIX. Partindo da mesma serra, o Rio Jurubatuba banha a porção noroeste da Ilha Barnabé, desaguardo no Largo de Santa Rita, junto ao Canal de Piaçaguera. O Rio Sandi, que envolve a Ilha Barnabé, inicia seu trajeto na área continental e segue em paralelo aos rios Jurubatuba e Diana, desaguardo no estuário. O rio Diana, por sua vez, o qual circunda a Ilha Diana, deságua no estuário, junto ao canal de Bertioga. O rio Piaçaguera, que emprestou seu nome ao bairro homônimo de Cubatão, nasce na região de Paranapiacaba, na Serra do Mar e desemboca no Largo do Enguaguaçu, contíguo ao do Caneú. O rio Casqueiro, que atualmente forma o canal de Santos até a área da Cosipa, banhava a Ilha dos Bagres e a Alemoa.

Dada a facilidade de locomoção pela região, a presença colonizadora portuguesa fez presente, ainda que de forma precária. O atual Morro das Neves, banhado pelo Largo de Santa Rita, na entrada do Rio Jurubatuba, era conhecido no século XVI como Sítio das Neves. No local o colono Pero de Góis instalou, em 1532, o sítio “Madre de Deus”, entregue a seu irmão Luiz de Góis, que por seu turno fundou, em 1546, o Engenho da Madre de Deus, considerado um dos primeiros da baixada santista. A toponímia Nossa Senhora das Neves surgiu por volta de 1702, quando dona Ambrósia de Aguiar – filha de Custódio de Aguiar –, juntamente com suas irmãs Ana e Catarina fundaram a Capela da Santa, deixando sob a responsabilidade do Capitão Francisco e do reverendo Cristóvão de Aguiar Daltro. Mais tarde, já em 1817, em meio à administração de D. João VI, o sítio das Neves figurou no levantamento geral das terras do município

de Santos, aparecendo como patrimônio da Capela e administrado pelo capitão José Francisco de Menezes, que o mantinha com oito escravos. O bairro do Quilombo, que atualmente conta com cerca de 50 famílias residentes junto à encosta da Serra do Mar, também fazia parte da sesmaria doada por Martim Afonso de Souza, em 1532, a Pero de Góis. No local foi construído um engenho de cana-de-açúcar, conhecido como Engenho dos Gayas ou dos Largachas, bem como um cemitério (SANTOS, 1937). Posteriormente, virou local de moradia para ex-escravos. Embora não se conheça o período exato da construção de tal engenho, ainda persistem ruínas remanescentes do mesmo, as quais foram tombadas pelo CONDEPHAAT, em 1974. É possível que tenha havido outros engenhos nas imediações do rio Quilombo, uma vez que a existência de um cemitério sugere uma aglomeração populacional não tão desprezível.

Hoje, adentrando o século XXI, as comunidades que compõem a área continental de Santos se caracterizam por serem pequenas aglomerações humanas esparsas nas áreas de braços de rio do estuário santista. Se por um lado há bairros consolidados como Barnabé (Ilha Diana), Monte Cabirão e Caruara, há diversas famílias que moram isoladas nos morros, na margem de rios e na beira de estradas. Seus habitantes vivem da pesca, da venda de frutas – sobretudo da banana –, do comércio local, da construção civil e de empregos vinculados à indústria santista e cubatense.

Localizado na foz do Rio Diana, próximo ao Monte Cabirão, o bairro Ilha Diana é considerado como exemplo de um “povoado caiçara”. Sua origem remonta aos anos 40 do século XX, quando famílias que moravam na área hoje tomada pela Base Aérea de Santos – anteriormente ocupada pela sede de uma fazenda secular chamada

Saco da Embira – a foram removidas para o local onde atualmente está fixado o bairro.

Em reportagem feita na região no início da década de 1980, o jornal *A Tribuna* assinalou algumas das características da Ilha Diana:

(...) O núcleo (...) abriga 23 moradias, todas voltadas para o rio. Há uma única de alvenaria, três de madeira e tijolo. As demais são de madeira, mas jeitosas e pintadinhas. Não faltam jardins e vasos ornamentando as fachadas. Em uma das casas, até um velho vaso sanitário foi transformado em floreira.

O arruamento é inteiramente espontâneo e ninguém reclama da falta de asfalto: o pessoal gosta de sentir a terra sob os pés e o cheiro bom que toma conta do ar quando a chuva cai, depois de um dia de muito sol.

Vendas, bazares, mercearias? Não há nada disso na Ilha Diana. Os botecos da dona *Dina*, da Xirley e da Geny são os únicos estabelecimentos comerciais. Pequenos, estoques reduzidos, só garantem a cachaça boa para espantar o frio. Para abastecer a casa de alimentos, produtos de limpeza e coisas do tipo, o jeito é seguir para Santos ou Vicente de Carvalho.

Nesses barzinhos os homens se reúnem para trocar um dedo de prosa, tocar pandeiro, violão e ver se a voz aguenta umas horas de cantoria. Melhor diversão que essa, só o futebol proporciona.

Quando o *glorioso* Esporte Clube Diana joga, não falta gente para torcer e vibrar com os lances decisivos do Eugênio e do Eduardo Hipólito, dois dos melhores jogadores. O time é o grande orgulho da ilha e dificilmente decepciona. Dia desses, venceu o visitante Rua Quarta por 1x0 e conquistou um troféu: até hoje os craques comemoram o feito” (A TRIBUNA, 28/10/1982).

A trajetória da comunidade da Ilha Diana apresenta uma curiosa e complexa mistura de elementos que hora tendem à tradição, ora tendem às sociedades ditas “modernas”. Esta mistura surge nos mais diversos aspectos desta comunidade, da produção às relações sociais. A pesca artesanal para subsistência convive com a criação de camarões para a pesca esportiva, atividade ligada ao lazer, turismo, mercado, distantes dos de uma comunidade tradicional.

Contudo, se até hoje a comunidade sobreviveu mediando tradição e modernidade, a pressão sobre ela aumenta de modo crescente. O avanço da sociedade moderna e do capital sobre cada ínfimo espaço do globo chega cada vez mais próximo da vida desta comunidade e as barreiras de contenção anteriormente eficazes parecem ceder uma a uma. Desde a diminuição da piscosidade do canal – prejudicando a economia local, de subsistência ou não – à pressão de empreendimentos no entorno criam problemas para a manutenção do *modus vivendi* da comunidade e geram expectativas, atingindo de forma diferenciada cada um dos membros da mesma, fomentando – inclusive – rixas e discórdias eventuais que levam, no limite, à fragmentação do grupo.

O relativo isolamento da Ilha Diana e a restrição do acesso de elementos exteriores garantiram até recentemente a manutenção dessas suas peculiaridades, expressa, inclusive, numa configuração se não fechada bastante restritiva das relações sociais, sobretudo nos casamentos (realizados em grande parte entre elementos da própria comunidade ou de pescadores de fora que se mudam para a ilha e são, paulatinamente, incorporados á comunidade).

A ILHA E O ESTUÁRIO

A Ilha Diana não é uma ilha, embora esteja ilhada. Em verdade a Ilha Diana é a ponta de um istmo ocupado quase completamente pelo mangue. A área habitável da ilha compreende algumas poucas centenas de metros quadrados de terreno seco, coroados pelo mangue por todos os lados, excetuando-se a parte onde está implantado o cais. A parte de trás da “ilha” Diana, e que a liga ao restante do

corpo terrestre, é composta de um denso manguezal, intransponível. Exatamente por isso, na prática a área é uma ilha.

O escasso terreno seco é formado majoritariamente por um sambaqui, sobre o qual se ergueu a comunidade. A parte da frente deste sambaqui foi profundamente alterada para oferecer condições mais favoráveis de atracação das embarcações.

Áreas hoje secas da ilha foram ganhas ao mangue mediante trabalhos de aterro, utilizando, inclusive, material do sambaqui, o que garantiu mais espaço para a ocupação, contudo, submetendo-a a um maior risco de inundação pelas “marés grandes” visto que a “altura” da ilha foi algo reduzida pela movimentação do material pré-existente. Por outro lado, a frente da ilha, ocupada pelo cais, foi reduzida ao longo das décadas pela ação constante das marés e da crescente movimentação de barcos no canal.

O aspecto geral da ilha é o de uma mancha de ocupação humana no meio do manguezal. A paisagem é marcada pelo verde das copas do mangue, seguida do negro do solo e das raízes semi-submersas, caindo, por fim, no azul escuro do canal e do estuário.

Do outro lado do canal onde se localiza a Ilha Diana, formado pelo rio de mesmo nome, outra ponta do manguezal oferece formação semelhante, com uma pequena área de terra firme composta por um segundo sambaqui. Também nesta área uma ocupação humana se estabeleceu há algumas décadas, sendo abandonada em função do risco que seu isolamento representava.

A série de rios que se unem pouco a pouco, drenando a planície aos pés da Serra do Mar, até darem forma ao estuário, desaguardo finalmente no Atlântico, formam um verdadeiro labirinto de canais

e mangues, conhecidos profundamente pelos caixaras não só da Ilha Diana bem como de outros núcleos semi-isolados. A profundidade destes rios, canais e mesmo do centro do estuário varia muito, podendo ir de 3 ou 4 metros até 20. Estas profundidades, sobretudo as menores, são de grande importância para as populações que transitam de barco pelo estuário uma vez que, graças ao regime das marés, esta ou aquela área pode se tornar intransitável nas vazantes. Assim, apesar do gigantismo do estuário, seus caminhos não são tão imensos, nem tão variados. Estes dependem essencialmente de ramais dentro dos canais, ou seja, de áreas que possibilitem a navegação. Somente com anos de navegação é que os pilotos dos barcos aprendem seus caminhos, que estão em constante mutação, e elaboram complexos mapas mentais. O mapa dos canais também depende das condições climáticas, das marés, das horas do dia.

Este regime de marés influencia absolutamente todas as atividades no estuário, bem como na Ilha Diana. A cada lua a maré muda e mensalmente ela completa seu ciclo. Graças a este regime as marés diárias podem subir mais ou menos, alterando as áreas navegáveis e as áreas de pesca, bem como os trechos de mangue acessíveis para a cata do caranguejo e do marisco. Também a quantidade de insetos altera de acordo com as marés – o que leva os pescadores a atribuírem uma maior ou menor quantidade deles às fases da lua. De modo geral, durante o verão, as marés de lua cheia são propícias para a proliferação dos insetos do mangue criando situações quase insuportáveis para as populações do estuário.

Assim como a lua possui um ciclo mensal que muda algo a cada sete dias, aproximadamente, diariamente ocorre o ciclo de rotação deste corpo celeste em torno da Terra, portanto as marés, seguindo

este ciclo menor, também mudam ao longo do dia. Por isso ao longo do mesmo dia se pode ver o estuário em “vazante”, ou seja, com parte da água indo para o mar, ou em “cheia”, com parte das águas retornando ao estuário. De acordo com a fase lunar estas cheias e vazantes são maiores ou menores. São também nestas mudanças de maré ao longo do dia, momentos nos quais ocorrem o que os pescadores chamam de “tranco da maré”, ou seja, da reversão do fluxo das águas com o choque das pequenas correntes que se formam nos canais do estuário, que os cardumes de peixes aproveitam para entrar ou sair do “interior” (do estuário), da mesma forma é nestes momentos que os cardumes de camarão – que permanecem semi-enterrados no leito do estuário durante a maior parte do tempo – são descobertos pelo movimento das correntes, facilitando assim sua captura pelos pescadores.

Eventos meteorológicos podem mudar radicalmente o regime das marés, e isso se acentua em períodos de atuação de grandes fenômenos climáticos globais como o El Nino e La Nina. As chamadas “marés grandes”, que invadem áreas normalmente livres do regime de enchentes e vazantes regulares, são efeitos destas movimentações climáticas amplas, por isso raras. Quando ocorrem estas “marés grandes” ilhas inteiras, como a própria Ilha Diana, podem ficar submersas por períodos indefinidos, horas, dias ou semanas, ainda que a maré volte a descer em horários de vazante. As mudanças climáticas observadas nas últimas décadas, assim como ocorre com outras comunidades tradicionais ao redor do planeta, põem imediatamente em risco a sobrevivência das comunidades caiçaras do litoral paulista e, em especial, a da Ilha Diana.

Na região do canal do rio Diana dois núcleos de ocupação humana concentram a grande maioria da população residente na área: a ilha Diana e a comunidade do monte Cabirão. Algumas famílias ocupam de modo muito esparso o restante da região, em pequenos sítios e chácaras, muitos dos quais apresentam um perfil de ocupação muito semelhante às regiões “caipiras” do interior de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Pequenas hortas, plantações e criação de pequenos animais na sua grande maioria para subsistência e uma parte para troca com seus vizinhos, nem tão próximos assim.

A grande muralha formada pela Serra do Mar, como já o notavam os jesuítas dos séculos XVI e XVII, impede um trânsito mais livre das correntes e das massas de ar entre o planalto paulista e o litoral, portanto as grandes correntes de vento são provenientes da banda oriental do continente, das regiões polares ou equatoriais. Da mesma forma que as marés o regime dos ventos é, dentro do cognoscível pelos sentidos humanos desprovidos de recursos tecnológicos, conhecido e fundamental para o ciclo da vida das populações do estuário de Santos.

A cada estação predomina um determinado tipo de vento, proveniente de uma região e com implicações climáticas específicas. Estes ventos funcionam como índices de contextos climáticos que interferem nas atividades produtivas dos pescadores e mesmo em sua própria segurança quando embarcados.

Três tipos de vento predominam na região na qual está localizada a ilha Diana: o sul, o norte e o Noroeste. O Sul, proveniente das regiões polares, carrega para o estuário o frio e a chuva. O norte, das regiões quentes da zona inter-tropical, traz o calor e o Noroeste, que

sobra do oceano para terra, em geral prenuncia as tempestades de final de verão. Este último vento é bastante perceptível, pois é mais quente do que os demais e vem acompanhado de grandes conjuntos de nuvens escuras e altas, denunciando áreas de pressão que, na maioria das vezes, culmina com grandes tempestades.

Mesmo nas áreas internas do estuário as condições estabelecidas durante o final do verão – sobretudo março – recomendam a cautela na navegação pelos canais nos finais de tarde, períodos que concentram a maioria das tempestades. Nesta época a atividade humana nos canais passa por uma redução de horário, evitando-se qualquer deslocamento em áreas mais distantes depois de meados da tarde.

A COMUNIDADE

A comunidade da ilha Diana era composta, nos anos em que lá trabalhamos, de aproximadamente 170 pessoas, distribuídas em pouco mais de 40 famílias, o que nos oferece um quadro de famílias formadas por algo em torno de 4 pessoas. A grande maioria, embora não tenhamos dados estatísticos sobre isso, é formada por indivíduos adultos entre os 20 e 40 anos de idade. Certamente os idosos são os mais raros no conjunto da população da ilha, não passando de duas dezenas de pessoas.

Dois grupos são mais ou menos identificáveis neste universo de indivíduos: um formado pelas uniões entre as famílias que se transferiram à ilha Diana retiradas do Saco da Embira, há mais de cinquenta anos. O segundo grupo é formado pelas famílias que se mudaram para a ilha há vinte anos ou menos e que possuí poucos laços de parentesco entre si ou com o primeiro grupo.

O primeiro grupo de pessoas é formado pelos parentes, próximos ou distantes, de pelo menos três gerações, de Antonia Bitencourt de Souza, a D. Dina, primeira moradora da atual ocupação da ilha Diana. Seus filhos e netos casaram-se com os filhos e netos de outros moradores antigos da ilha, formando uma complexa rede de parentesco que faz de quase metade da população da ilha aparentada por laços consangüíneos, por casamentos ou por compadrio. Apesar deste direcionamento algumas pessoas desta “família ampliada” se casaram com indivíduos de fora da comunidade, algumas os trazendo para dentro, outras saído da ilha para morar em diversos outros lugares. Aqueles que optaram por se mudar à ilha acabaram sendo incorporados neste sistema de parentesco.

Estes moradores, que guardam com certo orgulho a memória de serem os “pioneiros” da ilha Diana vêm com certa desconfiança, às vezes, aqueles que chegaram em tempos recentes e que não pertencem ao núcleo original. As relações sociais cotidianas não revelam senão com alguma acuidade da observação esta diferenciação. Entretanto, na confirmação de laços mais complexos, parcerias, sociedades e mesmo casamentos o primeiro grupo se mantém mais homogêneo e hermético. O segundo grupo, por ser mais heterogêneo e por não ter uma origem comum, ou ainda um “mito fundador” ao qual se ligar, se comporta de modo diverso. Ele é mais permeável às relações exteriores, mas não guarda muito dos elementos tradicionais. Trata a pesca e as atividades produtivas com uma preocupação econômica que suplanta a da sustentação do modo de vida da ilha, o que se inverte no primeiro grupo.

Parte da comunidade é representada pela Associação dos Moradores da Ilha Diana que, embora leve um nome generalista, não

é formada por todos os moradores da comunidade. De modo geral os grupos e as instituições se sobrepõem, mas não plenamente nem concêntricamente na comunidade da Ilha Diana. Os grupos se re-organizam de acordo com suas afinidades eletivas, com seus interesses econômicos, com seus laços de memória, ainda que as ligações por parentesco ainda sejam as mais fortes e presentes.

Embora a atividade pesqueira no estuário tenha declinado ano a ano nas últimas décadas nove em cada dez homens da ilha Diana se dedicam à pesca como atividade econômica principal. E absolutamente todos pescam pelo menos para a alimentação cotidiana. Há uma distinção entre estes dois tipos de pesca, a de subsistência e a para comercialização: a primeira é mais difundida, quase onipresente, a qualquer momento se pode ver algum homem da ilha saindo de barco para o canal do rio Diana, logo em frente a ilha, para pescar algo para a refeição. As vezes nem sequer se tira o barco da margem, simplesmente se toma uma tarrafa (rede de pesca de lanço) e arremessa-se ela em alguma margem da ilha. Em pouco mais de dez ou quinze minutos o pescador, embarcado ou não, terá o suficiente para a refeição imediatamente seguinte de sua família. Em geral peixes pequenos, de aproximadamente 600 gr, como paratis. A segunda atividade de pesca foi abandonada por parte dos homens da ilha, que preferiram trocá-la por outras ordens de trabalho no continente. A pesca para comercialização exige um rigor maior, com a consideração de diversos fatores e com um rigoroso cálculo de dispêndio e lucratividade. É também para este tipo de pesca que se navega para longe, evitando as áreas muito próximas à ilha Diana.

Em geral os pescadores profissionais praticam as duas modalidades de pesca, enquanto os demais trabalhadores somente a de subsistência.

As mulheres, por sua vez, trabalham em sua grande maioria nas atividades domésticas ou ajudam seus maridos nas atividades de pesca. Separam os peixes, limpam, etc. São também elas que passam a maior parte do tempo com as crianças. Como pequena parte dos homens em idade produtiva trabalha no continente e o mesmo ocorre com as mulheres, e a educação das crianças até a quarta série do ensino fundamental se dá na escola da própria ilha, a comunidade vive num fluxo de atividades mais ou menos sincrônico. Ela possui uma curiosa pulsação como se sincronizasse com o próprio ritmo das marés – o que não é todo metafórico. Ainda de madrugada a comunidade começa a se agitar, alguns homens preparam seus barcos, retiram-nos de seus quintais, acoplam os motores (nos quais o possuem), verificam o equipamento de pesca – redes, iscas, botas, capas, o que for necessário para aquilo que se fará -, e, preparado tudo, aguardam nas margens o momento propício da maré para se fazerem ao canal. Toda preparação é feita sem pressa, mas numa cadência exata.

Iniciada a maré exata os pescadores saem, mas não todos, alguns preferem pescar mais ao amanhecer ou mesmo pela tarde. No final da madrugada, decorrido duas ou três horas do início da atividade, os pescadores começam a retornar, enquanto outros começam o mesmo roteiro, mas então para partir. Nesta hora as crianças começam a se movimentar também pela ilha, pra irem a escola ou simplesmente para brincarem. As mulheres começam suas atividades domésticas cotidianas, limpar a casa, lavar roupa, etc. A certa altura, em meados

da manhã, se poderá ver grupos de mulheres conversando nos becos da ilha, encostadas no muro das poucas casas que os tem, ou em algum banco pela área. D'outro lado os homens também se reúnem e ficam a conversar, seja debaixo de uma touceira de bambus, seja em frente à Associação de Moradores. Podem ficar ali durante horas, mas, de repente, um deles se levanta, pega o barco ou somente uma tarrafa e vai pescar, ficara observando todo o tempo o momento adequado para sair pescar. Somente ele sabe seu momento, e não há dois iguais, nem momentos que sejam ideais para todos os homens, cada qual possui suas preferências e os momentos de atividade. Mas isso se dará até perto das 11:00, ou seja, a tempo de trazer o necessário para que suas mulheres elaborem o almoço, que jamais estará pronto para muito além das 11:30 ou 12:00.

Neste momento as figuras da ilha começam a desaparecer, paulatinamente. Vão retornando pouco a pouco às suas casas até que, por volta das 12:00, quase ninguém poderá ser encontrado transitando pela ilha. Este vazio se manterá até perto das 14:00, inclusive quando o sol começa a se tornar menos inclemente. As pessoas começam a retornar, as crianças se preparam para as aulas vespertinas, sejam elas na Associação de Moradores ou na Base Aérea (onde se completa o ensino fundamental, de 5°. À 8°. Séries). Em meados da tarde o roteiro recomeça, como se fosse a retomada da pulsação, com os grupos de homens e mulheres fazendo o mesmo que faziam pela manhã, cada um dando conta de seu trabalho, mas no momento que sabe e que julga ser o correto.

No final da tarde a comunidade novamente se agita a fim de encerrar as atividades diárias. Alguns pescadores ainda sairão para o canal, mas poucos. As crianças retornam da escola e, depois do es-

curecer, as atividades se darão quase que exclusivamente dentro das casas, em família. A exceção se dá em função das festas ou de outros momentos específicos (falecimentos, doenças, acidentes) nos quais a comunidade entrará pela noite em atividade.

É claro que este ritmo cotidiano muda sensivelmente de acordo com as estações do ano, em função das chuvas diárias que podem impossibilitar a pesca e as atividades domésticas, mas, excetuando-se estas ocasiões, a comunidade segue seu fluxo cadenciado.

OS TRABALHOS E AS TÉCNICAS

Os meninos começam a aprender as artes de pesca aos seis ou sete anos. A idade pode variar um pouco, mas por volta dos onze ou doze anos eles já serão pescadores com alguma autonomia.

Ter autonomia como pescador significa não somente saber como pescar, quando e onde, significa saber navegar e interpretar corretamente os sinais que norteiam as opções de pesca. Significa conhecer o equipamento e saber cuidar dele, preparar para a pesca, recolher adequadamente de forma que não se estrague em enroscos ou pela retirada incorreta dos peixes. Significa garantir sua própria segurança.

Mas não há qualquer formalidade nesta relação de ensino-aprendizagem. Os meninos estão sempre por perto, rodeando os adultos e observando cada um de seus gestos, raramente se verá uma ocasião na qual um pescador adulto determinará como “horário de aprendizado”. Nem os meninos percebem seu próprio aprendizado, como talvez o refutassem caso fosse institucionalizado.

Algo liga esta experiência entre adultos e crianças, tanto os já formados quanto os aprendizes serão unânimes em responder: Aprendi a pescar sozinho! Ninguém me ensinou!

Sim, alguém os ensinou. Seria culturalmente contraproducente se cada qual tivesse de reinventar todo o conhecimento. O ruído nesta comunicação ocorre, pois, no imaginário destes pescadores, o aprendizado passou a ser interpretado como algo absolutamente formal, que implica em professores, em relação de autoridade, em espaço e tempos formais de aprendizado. Certamente a formação de um pequeno pescador não passa por nenhum destes aspectos: ela é informal, se dá pelo exemplo e pela experimentação, desprovida de um caráter formal de autoridade e sem tempo e espaços fechados. Mas é um ensino, longo.

Um pescador estará maduro no final de sua adolescência, aos dezessete ou dezoito anos, capaz de gerenciar todas as instâncias de seu trabalho e, a que diferencia radicalmente as crianças dos adultos, a capacidade de comercializar seu produto.

Mesmo assim o aprendizado não é idêntico – característica do ensino informal e de práticas tradicionais –, embora exista um corpo mínimo de técnicas conhecidas e dominadas por todos.

Em geral o conhecimento dos sinais e índices naturais são comuns a todos. Conhecer as marés, os ventos, as estações, as fases lunares, a dinâmica dos cardumes, a disposição geográfica das espécies e a conformação geomorfológica da região são elementos que se apresentam necessários para qualquer um deles e para qualquer modalidade de pesca ou coleta. Também a dinâmica de cada espécie,

períodos de reprodução, disponibilidade ao longo do ano, hábitos alimentares.

Estes fatores são fundamentais para qualquer pescador, deles, às vezes, depende a própria sobrevivência. Contudo, e a partir daí, cada qual desenvolve a modalidade que mais lhe agrada, a qual melhor se adapta e na qual infunde uma espécie de marca pessoal, uma assinatura de técnica.

Os pescadores da Ilha Diana praticam uma economia de pesca e coleta diversificada, de modo que possam realizar compensações ao longo do ciclo anual de disponibilidade de recursos. Assim, todos pescam peixes diversos (embora com algumas preferências), camarões e coletam siris, caranguejos, ostras e mariscos.

Para cada um destes “alvos” existem técnicas específicas e, às vezes, técnicas específicas para espécies determinadas ou épocas distintas (o que é mais comum no caso dos peixes).

Os camarões brancos (*Litopenaeus vannamei*) são pescados em geral com dois tipos de redes, os “jerivás” e as “tarrafas”. O jerivá é uma espécie de rede de arrasto de pequena dimensão. Assemelha-se à uma colcha com 4,0 mt de largura por 3,0 mt de altura, ao longo de sua parte de baixo são dispostos chumbos que o mantém esticado quando dentro da água. A legislação atual determina que os jerivás não tenham mais de 3,0 mt de largura, mas os pescadores alegam que com a força das correntes um jerivá que tenha menos de 4,0 mt é inútil, pois ele forma uma parábola dentro d’água diminuindo sua extensão em largura. Da mesma forma a legislação determina que se utilize malha 13 (a malha é a medida do espaço que há entre os fios que formam as redes, quanto maior seu número menor os peixes que

aprisiona em si) enquanto os pescadores somente utilizam malha 14 e, por fim, exige-se que os chumbos não pesem mais do que 2,5 Kg quando o mais eficiente é de 5,0 Kg. O motivo deste último item ser regulamentado é o fato de que quanto mais pesada for a rede mais ela se atém ao fundo e mais camarões é capaz de capturar. No centro do jerivá há uma espécie de saco, o “samburá” por onde os camarões arrastados pela manta entram e ficam aprisionados e, no topo, na parte que fica fora d’água há um cano no qual a rede é presa a fim de se manter estendida. Um jerivá se deteriora na maioria das vezes a cada quatro ou cinco meses de uso contínuo e custa aproximadamente R\$ 350,00. Mesmo consertando o equipamento ele deve ser trocado ao menos duas vezes ao ano, embora existam pescadores que trabalhem com equipamentos bastante deficientes. As redes, inclusive os jerivás, eram tecidas antigamente pela própria comunidade, a qual comprava caixas de carretéis de linha própria para o trabalho, contudo, a partir do momento em que estes equipamentos passaram a ser industrializados, o trabalho artesanal diminuiu até desaparecer quase que por completo.

O pescador manipula o jerivá completamente do lado de fora e conta com o movimento do barco ou da maré para fazer o arrasto da armadilha. Quando a maré está parada, quando não está “correndo” nas palavras dos pescadores, é necessário lançar o jerivá e movimentar o barco para que a rede seja arrastada, aumentando o dispêndio de energia e com menor resultado na coleta. Por isso, quando pescando para comercialização, os pescadores preferem trabalhar logo pela manhã ou no final da tarde quando há o movimento mais significativo das marés, o chamado “tranco da maré”. Neste momento a maré está se invertendo, de cheia para vazante ou vice versa, desco-

brindo os camarões que ficam no leito dos canais. Assim a necessidade de movimentação é menor e os cardumes estão unidos possibilitando um resultado melhor. Enquanto em horários comuns um arrasto pode trazer entre 500 gr e 1 Kl de camarões nestes horários de mudança das marés um único arrasto do jerivá pode trazer até 5 kl. Um pescador habilidoso consegue fazer um arrasto a cada dez ou quinze minutos dependendo das condições da maré e climáticas (ventos e chuvas). Outro elemento a se observar é que esta mudança de marés, que provoca o “tranco”, ocorre com uma diferença de 40 min a menos a cada dia, ou seja, se num dia ela ocorre às 17:00 no dia seguinte ocorrerá por volta das 16:20. Embora os pescadores utilizem regularmente a tábua das marés (planilhas nas quais há um calendário de fases lunares e de marés para uso da pesca) é na observação das águas que eles percebem o momento exato de sair à pesca. Em geral esta é a única modalidade de pesca de camarão empregada pelos pescadores da ilha Diana para fins comerciais, com uma única exceção.

A temporada de pesca do camarão vai até o final do mês de abril, após o qual a espécie entra no período do defeso. A partir daí a oferta do camarão vai diminuindo a medida em que seu preço vai se elevando até atingir o pico entre junho e julho. Alguns pescadores da ilha Diana adotaram um expediente alternativo para ter acesso ao camarão nos períodos mais difíceis da entressafra. Dois tanques foram construídos em alvenaria às margens do canal do rio Diana. Estes tanques possuem bombas para sua manutenção, mas também canos com telas que permitem a troca de água com o lado exterior sem ação externa. Quando o final da safra do camarão se aproxima os tanques são cheios cada um com aproximadamente 14.000 cama-

rões pequenos que vão crescer dentro deles durante os meses do defeso. Estes camarões serão comercializados aos poucos, sobretudo como iscas vivas à compradores pré-determinados e num preço até 200% mais caro do que durante o período de disponibilidade normal (em geral um camarão para isca é vendido por R\$ 0,5, mas na época do defeso pode chegar até a R\$ 1,50 para compradores que não são clientes). Este tipo de prática é proibido por lei, mas como no caso das especificações das redes de pesca a legislação é descumprida regularmente.

Afora estas modalidades de pesca de camarão para fins comerciais há a pesca de subsistência. Ela pode ser feita tanto com os jerivás quanto com tarrafas. A pesca executada com os jerivás difere pouco da de fim comercial, a grande diferença é a escolha dos locais e dos horários para pesca. Enquanto a pesca comercial, para ser lucrativamente interessante, ocorre preferencialmente nas entradas dos canais e nos horários de mudança das marés (graças aos aspectos técnicos já vistos), a pesca para subsistência pode ocorrer a qualquer hora e em qualquer lugar. Ela exigirá um esforço maior do pescador por quilo de camarão obtido, ou seja, demandará até quarenta minutos para que o pescador tenha o suficiente para uma refeição de sua família nuclear básica (na ilha Diana algo entre quatro e seis pessoas). Pelo fato de não poder contar sempre com a “maré correndo” o pescador tem de operar o arrasto do jerivá através da movimentação do barco, ou seja, remando.

A outra forma de pesca de camarão para a subsistência é a chamada “pesca de engodo”. Camarões são espécies que se alimentam em grande medida de outros animais em decomposição, portanto são atraídos por qualquer coisa que se pareça com isso. Sabedores

disso os pescadores preparam uma massa composta de uma argila bastante compacta e restos de peixe cozidos até se desmancharem. Com estes dois elementos preparam bolas grandes – os engodos – que, depois de secas, são lançadas nas partes um tanto mais rasas dos canais, em geral próximas à ilha. Com o passar do tempo estas bolas começam a se desfazer e atrair com seu cheiro os camarões. Depois de algumas horas de “ceva” os pescadores voltam e lançam suas tarrafas sobre a área, capturando então os camarões.

Em todas as modalidades de pesca de camarão é necessário observar o movimento dos cardumes. Uma vez lançada a tarrafa ou o jerivá os indivíduos que escapam das armadilhas se dispersam momentaneamente para depois voltarem a formar os cardumes. Portanto, após o primeiro lanço, o pescador deve obrigatoriamente se movimentar, pois os cardumes não se reorganizarão no mesmo local. Contudo, não sabendo exatamente onde estes cardumes se juntarão novamente, o pescador deve contar com a possibilidade de haver outros cardumes se movimentando na área, compensando este espalhamento promovido pelos lanços. Entre esse espalhamento e o lanço sobre outro cardume há tempo suficiente para que os cardumes já espalhados voltem a se juntar e transitar pela mesma área, possibilitando assim a pesca.

Ao se aproximar da ilha o visitante poderá notar uma série de tambores azuis ou brancos cheios de furos e amarrados por cordas dentro da água e próximo aos atracadouros. São os viveiros temporários dos pescadores. Quando se pesca num período, mas a comercialização somente ocorrerá no período seguinte os pescadores põem os camarões capturados dentro destes pequenos viveiros (com

capacidade para 4 ou 5 kl de camarões) garantindo assim sua sobrevivência por mais algumas horas e a possibilidade de comercialização.

A captura de siris (*Arenaeus cribrarius*, entre outras espécies de siris) não difere muito da dos camarões, no caso do engodo, uma vez que são animais de hábitos alimentares semelhantes, contudo a pesca do siri é coisa apouco praticada dada sua baixa rentabilidade.

Em qualquer caso, seja no da pesca dos camarões, peixes, siris, as condições climáticas devem ser favoráveis, ou seja, pouco vento, sem chuvas fortes, nem frio demais, quando a movimentação da maioria dos cardumes se reduz.

Depois da pesca do camarão a atividade preferida pelos pescadores da Ilha Diana é a pesca de peixes, sendo que dentre estes há as espécies prediletas e mais lucrativas. Novamente a pesca difere entre a de subsistência e a de finalidade comercial. Neste caso a mudança substancial envolve não somente as técnicas, mas os equipamentos também.

A pesca para subsistência é menos seletiva e ocorre, como a do camarão, na medida da necessidade cotidiana das famílias. Os pescadores, pouco antes do horário das refeições são avisados da necessidade e saem com seus barcos para as proximidades ou, simplesmente, pescam nas barrancas da ilha. Em geral utilizam as tarrafas para esta modalidade de pesca. Próximo às barrancas da ilha a água permite a observação do trânsito dos cardumes, assim os pescadores sabem com alguma precisão onde lançar as tarrafas. Cada lanço é capaz de trazer cinco ou seis peixes de tamanho médio, em torno de 600 ou 700 gr, e depois de dois ou três lanços o pescador terá o suficiente para a refeição imediatamente seguinte. De modo geral os

peixes pegos nestas pescas são de pouco valor comercial, como paratis (*Mugil curema*), garoupas (*Epinephelus sp*, várias espécies), bagres (*Clarias sp*) e peixes-espada (*Trichiurus lepturus*). Mas existe um peixe em especial que atrai o interesse dos pescadores e é tido como um verdadeiro troféu, e para ele existe uma técnica especial de pesca.

Próximos às barrancas, entre as pedras e afundamentos moram os meros (*Epinephelus itajara*). Um mero adulto pode chegar aos 2,7 mt e pesar até 400 kl. Contudo, sua pesca indiscriminada e a relativa raridade da espécie lhe puseram na lista dos animais em extinção no território brasileiro. Assim, há alguns anos sua captura foi proibida pelo IBAMA. Apesar disso os pescadores da ilha Diana continuam a tentar capturá-los, obtendo, em geral, animais de aproximadamente 30 kl (o que configura sua imaturidade). A pesca é executada prendendo um peixe de tamanho médio (um parati ou semelhante) ainda vivo em um grande anzol. O cabo, que deve ser reforçado, com o anzol e a isca são então amarrados nos atracadouros ou em árvores próximas às águas, habitats do mero. A linhada fica ali então na espera por horas a fio. Raras vezes se obtém sucesso nesta pesca, noutras ocasiões outras espécies carnívoras acabam por pegar a isca, como no caso das garoupas. De modo geral, por conta da baixa taxa de sucesso desta pesca, ela se configura mais como um desafio do que um procedimento regular direcionado para a satisfação das necessidades cotidianas da comunidade. O caráter da pesca do mero é mais simbólico do que material, embora um não dispense rigorosamente o outro.

A pesca para fins comerciais é realizada também nas áreas de embocadura dos canais e preferencialmente voltada para os cardumes de robalos (*Centropomus sp*), os quais são mais bem avaliados no

momento da venda. Vale lembrar que a situação da pesca artesanal no estado de São Paulo é particularmente complexa. Enquanto no conjunto da federação a pesca artesanal é responsável por mais de 50% da produção total em São Paulo ela responde por apenas 23% (dados do IBAMA/DIFAP/CGREP), e este número, embora não haja dados específicos a respeito, provavelmente diminui ainda mais no litoral sul do estado. Essa desvantagem faz com que determinadas espécies (como o camarão e o robalo) sofram uma pressão ainda maior, visto que nelas a lucratividade é maior. Bem como o camarão, o robalo possui um período de defeso no ano, entretanto, este período muda de ano para ano ligeiramente. Os argumentos dos órgãos regulamentadores da pesca se sustentam sobre aspectos técnicos, enquanto os pescadores artesanais dizem que, em verdade, o critério utilizado por estes órgãos é somente a necessidade das grandes empresas de pesca. O conflito de interesses, e de influência sobre os órgãos reguladores, é constante entre as comunidades de pescadores tradicionais e as empresas dedicadas à pesca em escala industrial. Essas tensões e conflitos se repetem sistematicamente em todo o litoral do estado de São Paulo, como em Ilha Diana, mas também em São Sebastião, Ilha Bela, na costa norte do estado. Esses conflitos, que também ocorrem com os órgãos reguladores da pesca e do meio ambiente, não isentam, tampouco, os pescadores tradicionais de responsabilidades. Como vimos, também eles burlam em diversas ocasiões as orientações e legislações que regulamentam a prática.

A pesca de peixes com fins comerciais é realizada também em horários específicos – novamente pela madrugada ou no final da tarde – e emprega, em geral, grandes (para os padrões artesanais de pesca) redes. Essas redes para pesca de peixes são formadas, em ver-

dade, de três malhas sobrepostas entre as quais os peixes ficam presos; são conhecidas como “ibitamas” ou “feiticeiras”. Elas podem ter dimensões diversas, mas em geral mais de 40 braças embora existam redes de 170 braças ou mais (cada braça mede 2,2 mt), ou seja, o suficiente para cobrir a largura dos canais mais estreitos do estuário, no ponto em que se encontram. Na maioria das vezes a colocação da rede e seu recolhimento são feitos por um ou dois pescadores, pois se a dificuldade do manejo é grande a dificuldade em dividir o resultado da pesca – já não tão significativo assim – é maior. Com um barco e a rede devidamente dobrada para não enroscar os pescadores começam a colocá-la a partir de uma das margens do canal, soltando-a a medida em que se direcionam à margem oposta. Feito isto é necessário aguardar o tempo para os cardumes se movimentarem e depois recolher a rede fazendo o processo inverso, ou seja, da margem em que se terminou a colocação para àquela na qual se iniciou. Ainda dentro da água tudo aquilo que foi pego, mas é indesejável é lançado à água novamente (galhos, peixes não comercializáveis ou comestíveis, lixo), trazendo para a margem somente o que será utilizado. Estas redes podem custar milhares de reais dependendo de seu tamanho e a qualidade do material, portanto, diferentemente dos jerivás, são trocadas com pouca frequência, sendo mais comum o conserto delas. Contudo são cada vez mais raras estas redes, uma vez que a relação custo-benefício entre a modalidade de pesca, o custo do equipamento e a lucratividade do tipo de pescado dão uma vantagem material para a pesca do camarão com jerivás.

Há ainda a pesca de tainhas em currais, modalidade esta que está em vias de desaparecimento. A tainha (*Mugil brasiliensis*) é uma espécie bastante abundante no estuário de Santos, seus cardumes são

enormes perto dos demais espécies, sua abundância é tal que nem sequer período de defeso para ela há. Nos períodos em que os cardumes estão entrando ou saído do estuário as redes podem ficar abarrotadas de tainhas a ponto de mal ser possível recolhê-las a bordo. A pesca de curral, que ainda que possa capturar quase todas as espécies é especialmente voltada para os cardumes de tainhas, consiste em construir cercados circulares com varas de madeiras. Este círculo possui uma abertura que conduz a um sistema que permite somente a entrada dos peixes e não a saída. Uma vez que os peixes entram nesta espécie de porta do curral eles são conduzidos naturalmente para seu interior onde ficam aprisionados. Depois disso os pescadores se aproximam do curral e retiram os peixes de seu interior com passaguás (pequenas redes em formato de saco munidas de cabos longos que as tornam manejáveis). Os pescadores mais velhos contam que ainda há algumas décadas, quando os currais eram montados nas proximidades do Saco da Embira (antiga local de moradia de parte dos habitantes da Ilha Diana e que hoje abriga a Base Aérea de Santos), era comum as armadilhas ficarem tão lotadas que dentro delas havia quase somente peixes, formando uma massa prateada. Os currais às vezes, de tão cheios, arrebentavam com o peso das tainhas.

A pesca da tainha vem perdendo interesse paulatinamente pelo seu baixo valor comercial. Os pescadores preferem se dedicar a espécies mais lucrativas, ainda que menos disponíveis. É claro que nisso há uma relação entre disponibilidade e valor de mercado que há algumas décadas era menor para estes pescadores artesanais, por isso o interesse perdido pela pesca da tainha. Ou seja, a medida em foram se profissionalizando e se integrando mais ao mercado da pesca, e não somente ao interesse de subsistência que o pescado contém, a

procura por espécies passou por uma seletividade maior. A tainha hoje surge como um prato típico, que traz um conteúdo de memória para estes pescadores, de um tempo que se distância. Tanto o é que nas festas do Bom Jesus da Ilha Diana a tainha na brasa aparece como um prato típico caçara, embora tanto no cotidiano quanto na comercialização a tainha não seja nem um pouco constante, ao menos não mais.

Por fim restam as coletas de mariscos, caranguejos e ostras, de todas as atividades as menos praticadas e as menos lucrativas. As três espécies são encontradas tanto na própria ilha quanto nos manguezais do estuário. Da mesma forma que a pesca do camarão e dos diversos peixes as coletas também podem diferir entre a de subsistência e a para comercialização, com a diferença que, neste caso, a única diferença significativa entre uma modalidade e outra é a quantidade da coleta e o tempo de ocupação.

O caranguejo vem desaparecendo gradativamente do estuário. Os motivos são sabidos por todos, o que não chega a interromper o processo. Aumento da poluição no estuário, acúmulo de lixo nos criadouros de caranguejos e a coleta de fêmeas em período reprodutivo são os grandes vetores do desaparecimento dos caranguejos. Outro fator de desaparecimento é a captura de animais imaturos, alimentando o ciclo de infertilidade e de diminuição da população. Mesmo assim a captura ainda é feita de modo pouco criterioso. Em geral os coletores, homens e mulheres, se embrenham no mangue onde identificam os pequenos buracos que são as portas de saída das tocas. Localizando-as o coletor insinua sua mão pelo orifício, facilitado pela grande plasticidade do solo do mangue. No fundo da toca encontrará o caranguejo, o qual tem de agarrar rapidamente a

fim de não ser pego pela grande pata do animal. A “cata” (captura) de caranguejos nos mangues é exaustiva pois implica em caminhadas em terrenos traiçoeiros nos quais as pernas afundam até os joelhos, exigindo grande força física para o deslocamento. Um coletor pode capturar algumas dúzias de caranguejos, seis ou sete, em três ou quatro horas de trabalho. Eles serão comercializados ou à compradores certos ou na beira das rodovias em feiras de uma dúzia. Os compradores fazem questão que os animais estejam vivos no momento da compra, seja por questões de deterioração do animal *post mortem*, seja por questões de paladar. Os caranguejos, assim como os siris e camarões, alimentam-se também de animais mortos e em decomposição, portanto, às vezes, algumas circunstâncias estranhas permeiam o ofício dos pescadores. Não foram poucas as vezes nas quais corpos de animais mortos (cães, gatos, grandes peixes, as vezes humanos) se enroscam nas redes dos pescadores com o que sobrou de seus cadáveres recobertos destes animais necrófagos. Em muitos casos os pescadores simplesmente soltam os pequenos animais e os vendem em seguida. Noutras ocasiões siris e caranguejos, para simular que ainda estão vivos, são balançados nas feiras, ou senão amarrados juntos, e assim possibilitar a venda.

Os mariscos se distribuem tanto pelas bordas do manguezal quanto nos seus interiores. Eles são facilmente encontrados, pois ficam com metade de sua concha para o lado de fora do solo, como se brotassem (termo, inclusive, utilizado pelos pescadores as vezes). Antigamente os mariscos eram arrancados do solo com as mãos nuas, sem qualquer ajuda de ferramenta. Por conta disso, ao longo dos anos, sobretudo as mulheres, tinham suas mãos deformadas, com as unhas levantadas formando um ângulo de 45°. ou mais relação aos

dedos. As unhas também ficavam curtas e mais grossas, como pequenos cascos calejados pela ação do trabalho. Hoje a coleta é feita com um pequeno gancho de metal e empunhadura de madeira, que inserido ao lado do marisco é girado e depois puxado, arrancando-o por debaixo. Mesmo assim a tarefa é extremamente dura, pois implica novamente em deslocamentos pelo mangue e no carregamento das latas de 20 L utilizadas para o transporte e para a comercialização do marisco. A cata do caranguejo e do marisco é realizada pelas famílias mais pobres. A lucratividade do trabalho é muito menor do que a da pesca do camarão ou mesmo dos peixes, mas não exige quase investimento algum. É relativamente comum ver famílias muito pobres nas praias do estuário em pausa para a refeição durante um dia de coleta. Ao lado da mãe e das crianças – em geral os homens estão se ocupando de outros trabalhos – se vêem as latas com os mariscos e uma pequena fogueira onde fazem algo para se comer. Todos estão negros do solo do mangue e com as roupas esfarrapadas.

A coleta de ostras é mais lucrativa, as dúzias podem ser vendidas por valores relativamente altos, mas é pouco praticada. Talvez porque os donos de restaurantes que sirvam ostras, e não são muitos, tenham seus fornecedores certos. Além do mais a conservação das ostras é mais complicada e seu consumo idem, uma vez que é feito *in natura* sem qualquer cozimento. As ostras crescem nas pedras e nos pilares de concreto das pontes, e somente podem ser colhidas quando atingem tamanhos acima de 5 cm, a mesma medida dos mariscos.

Apesar desta variedade de possibilidades a grande maioria dos pescadores da Ilha Diana se ocupa ou da pesca do camarão ou do robalo, além de pequenas incursões para a subsistência. No período que antecede a festa do Bom Jesus da Ilha Diana um esforço pontual

é realizado em busca das tainhas e dos mariscos, pois eles compõem os dois pratos considerados típicos da comunidade: a tainha na brasa, como vimos, e o “lambe-lambe”, um arroz preparado com mariscos.

Mas mesmo que um pescador conheça tudo isso ainda será insuficiente para seu ofício; restam ainda o equipamento, sua fabricação e manutenção.

Praticamente todo o equipamento utilizado pelos pescadores da ilha Diana já é industrializado, pouco de artesanal restou na comunidade no que diz respeito à fabricação e manutenção do mesmo. O equipamento artesanal – redes, barcos – são menos eficientes do que os industrializados, ainda que, eventualmente, mais baratos.

De todo o equipamento que deve ter um pescador (redes diversas, escolhidas de acordo com a espécie que busca capturas, anzóis quando necessário, passaguás, samburás) o único que ainda é fabricado por alguns deles é o barco. Boa parte dos homens já substituiu seus antigos barcos de madeira, chamados de chatas ou chatinhas, por botes de alumínio, os quais são mais leves, mais seguros, mais velozes e comportam mais passageiros e carga, além de comportarem motores mais possantes do que as antigas chatas. Entretanto estes pequenos barcos de madeira ainda são muito comuns, com seu trânsito lento e a rotação cadenciada e monótona de seus motores. Mas poucos destes barcos ainda são utilizados para atividades comerciais, eles são invocados quando das pescas próximas, para fornecer o almoço ou o jantar. Para as grandes pescas a chata perdeu seu espaço.

A construção de um barco desse demora em média uma semana e eles podem ser feitos tanto com pranchas de madeira de lei quanto com maderite naval. Levam o nome de chata por conta de seus fun-

dos retos. Seu esquema construtivo é bastante simples e as alterações de um barco para outro são bem limitadas. Podem variar de tamanho – menores para pesca e maiores para tráfego de pessoas, entre dois e cinco metros, e no tamanho das bordas – mais baixas para a pesca, por oferecer maior agilidade e menor esforço para embarcar o pescado, ou mais altas e seguras, se forem para o transporte de pessoas. Em geral uma chata dura dez anos nas mãos de um pescador cuidadoso e sua construção pode custar entre R\$ 300,00 e R\$ 600,00. A cada quinze dias a chata deve ser “beirada”, ou seja, tombada de lado na margem para que seu fundo seja raspado a fim de arrancar as cracas que aceleram o processo de apodrecimento das madeiras. Caso as madeiras tenham sido pintadas com tintas anti-cracas, conhecida como “tinta envenenada” entre os pescadores, este trabalho somente terá de ser feito a cada seis meses.

As madeiras de lei preferidas para a construção das chatas são a peroba, o ipê e a cabreúva, mas custam mais caro do que o maderite naval. As chatas são munidas, na maioria das vezes, de um pequeno motor fixo, entre o centro e a popa (parte traseira do barco) da chata. Por baixo do barco sai a hélice que o impulsiona. Este tipo de barco não comporta motores de popa tais como os de alumínio. Além dos motores as chatas contam com remos que podem ser de dois tipos: o remo em pá, com a ponta semelhante á uma folha que se vai afunilando. Ele é mais leve e utilizado em chatas menores e quando o pescador precisa de mobilidade, por isso não tem qualquer fixação na borda. O segundo tipo de remo é chamado de “palamento” e é duplo, ou seja, são dois remos fixados um de cada lado do barco. Eles são mais pesados, possuem as pontas retangulares e dão maior impulso ao barco, entretanto não permitem qualquer movimentação

outra do pescador. Quando saem para pescar com este tipo de barco é necessária uma dupla, um que reme e outro que maneje as redes, enquanto com o outro o pescador pode ir só.

Poucas peças compõem as chatas: o cavername, ou seja, o esqueleto do barco, o taboamento, que o reveste, o verduque, que é a proteção do taboamento nas bordas superiores do barco, a roda de proa, que é a peça que faz a junção do taboamento na proa do barco (na frente) e o espelho de popa, que faz a junção do taboamento na parte traseira do barco (fotos da estrutura). Por fim são adicionados os bancos e o motor, anexados no fundo do barco e no cavername. Por fim o barco é pintado com listras horizontais bem coloridas que os distingam no mar monocromático sobre o qual navegam ajudando na sua localização.

Na somatória das técnicas de navegação, de pesca, de seleção das áreas, da seleção das espécies, se forma a personalidade de cada um dos pescadores. Cada um imprime sua marca pessoal através destas escolhas, de minúcias que ao estranho passam quase despercebidas. É corrente entre os pescadores reconhecer aqueles que são “craques” no ofício e aqueles que fazem o suficiente para sobreviver. E para cada modalidade, obviamente, existe o mestre do ofício. Esta diferença de habilidade (mas não somente, claro) colabora igualmente para o acúmulo material dos pescadores, distinguindo o quanto prosperam economicamente. Existe neste conjunto de coisas um tanto intransmissível, um quê que é desenvolvido por cada um na observância e na experimentação cotidiana, e esse quê que diferencia os pescadores. Pode-se sugerir que um pouco desta habilidade intransmissível – pois não há segredos do ofício, qualquer pescador comunica o que sabe a qualquer outro – resida numa melhor

utilização das capacidades sensoriais, num ofício tão orientado pela percepção do ambiente. Talvez por isso seja comum dizerem que “aprenderam sozinhos o trabalho”.

Nas demais tarefas da comunidade é raro ver qualquer forma de coletivismo ou solidariedade sistemática. As colaborações - para construção de uma casa, conserto de um barco – são pontuais e entre aqueles que possuem maior afinidade. O que é ligeiramente diverso nos momentos de festa. Nas ocupações majoritariamente femininas de cuidar das casas e dos filhos não se percebe nenhuma diferença significativa, a não ser o fato de profunda liberdade e relativa autonomia que as crianças possuem na comunidade. Dentro de um espaço bastante restrito e com um grupo social plenamente conhecido por todos as crianças podem zanzar pela ilha sem qualquer impedimento. Muito jovens elas aprendem a reproduzir os gestos de seus pais para a pesca ou para as lides domésticas, contudo sem que isso signifique um aprendizado formal. A alimentação cotidiana assenta-se sobre os mesmos pilares alimentares da maior parte do Brasil, arroz e feijão. A diferença é justamente na fonte de fornecimento de proteínas que para o caso deles é o pescado e os similares. Eventualmente se caça nos mangues, contudo não é por necessidade alimentar, mas somente pelo gosto de alterar a rotina alimentar. Em geral não se caça mais do que uma vez por mês, ao passo que a pesca é realizada até várias vezes ao dia.

MEMÓRIA E HISTÓRIA

Em verdade o problema que envolve a ocupação humana da Ilha Diana é mais complexo do que possa parecer num primeiro momento. A reconstituição da história de sua ocupação não pode se ater à

atual comunidade que a ocupa, senão desprezaríamos toda sorte de ocupação humana que possa ter antecedido os atuais moradores.

Assim, o que temos é uma situação na qual histórias distintas se sobrepõem graças a uma encruzilhada geográfica criada pelo complexo processo histórico de longuíssima duração da presença humana nesta parcela do litoral da América do Sul. Ali está o sambaqui sobre o qual se edificaram as casas dos pescadores a indiciar a presença humana em tempos bastante distantes, certamente há milhares de anos. Mesmo na memória dos moradores mais antigos de Ilha Diana, como na de Antonia Bitencourt de Souza, a D. Dina, permanece a informação de ocupação pretérita da área, a qual antes de se tornar Ilha Diana já fora a Ilha dos Pescadores e, ainda antes, a Ilha dos Porcos. Tão próxima da área do Valongo, núcleo irradiador da vila, depois cidade, de Santos, e nos arredores da sede da antiga fazenda do Saco da Embira e de uma outra fazenda da qual sequer o nome nos foi legado, é de se supor que – ainda que efêmeras – outras ocupações possam ter sido efetivadas na ilha ou no seu entorno ao longo de séculos de ocupação colonial.

O problema que temos começa a se configurar em uma escala temporal dilatada: ocupações humanas distintas, culturas distintas, processos históricos diversificados, uma única região – ainda que possa ter mudado na escala do tempo geológico -, interrupções talvez bastante dilatadas entre estas ocupações, uma memória fragmentada que não incorpora o passado distante e, mesmo no passado recente (sessenta ou cinquenta anos), gerada parcialmente em outro lugar, antes da transferência dos indivíduos para a ilha Diana. Em suma, um cipoal de memórias e de documentos (materiais, orais, escritos) que ainda não chegam a esclarecer suficientemente esta história de

longa duração, se é que a delimitação geográfica é capaz de oferecer alguma unidade para processos e populações tão diversos.

Parte desta história recente é passível de ser recuperada através de materiais escritos e das memórias individuais dos moradores da ilha. Memórias individuais e memória coletiva, um diálogo sempre complexo que oferece visões diversas do mesmo processo. Característica das memórias individuais é seletividade personalista, envolve os processos psicológicos de cada indivíduo e suas trajetórias pessoais. A memória coletiva, alimentadora da história, senão sua carcereira (MENESES, 1986), transita entre o que é e o que é quase mito e, diga-se *em passant*, que mito não é mentira ou falseamento (PIRES, 1999). Sua constituição está associada em sociedades ágrafas aos processos coletivos, às psicologias sociais, às pressões exercidas pelos grupos que compõem as sociedades e, também, pela força de suas instituições. Desde o estabelecimento do campo de interesse histórico, do estabelecimento das “memórias artificiais” (LE GOFF, 1996), a memória coletiva passa a incorporar também esse fator de interferência. Ainda assim, a memória coletiva deve ser suficientemente flexível para que cada indivíduo consiga se encontrar dentro dela e estabelecer sua “história pessoal”, e mesmo seus “mitos pessoais” (CAMPBELL, 2002). Por isso a configuração geral de uma história baseada somente em documentos orais somente pode ser a de uma história flexível, que abra mão de rigores cronológicos que pouco ou nenhum sentido fazem para estas memórias (LE GOFF, 1996). Obviamente este caráter não invalida nem diminui o interesse e a importância destas narrativas.

A ilha Diana, de acordo com a memória dos mais velhos da comunidade, era uma área desocupada na qual se havia, em tempos passados, criado porcos, daí ser conhecida como ilha dos Porcos.

Do outro lado do canal que vai para a cidade de Bertioga havia a fazenda do Saco da Embira que, no entorno de sua sede, possuía uma série de casas de agregados e funcionários dela. Contudo, com a construção da Base Aérea de Santos a fazenda tornou-se área militar e o entorno da sede da fazenda, onde se localizavam as casas da comunidade deu espaço aos hangares e à pista de pouso. O mesmo ocorreu com a área denominada Bocaina. Perdendo sua área original parte destes moradores, tanto do Saco da Embira quanto da Bocaina, se transferiu para a área imediatamente em frente à Base Aérea, a ilha dos Porcos.

A primeira família a se transferir para a nova área, em torno de 1938 (no registro da memória a precisão é aspecto acessório), foi a de Dona Antonia Bitencourt de Souza, D. Dina. Para lá foram ela, seu marido e filhos – todos adotados. Pouco tempo depois vieram as famílias de Vicente Biscard e de Pedro Quirino. Estas três famílias, todas de pescadores artesanais, compuseram o núcleo original da ilha que passou a ser conhecida como Ilha dos Pescadores.

Com o passar do tempo a ilha assumiu o nome do rio que já nomeava o canal, Diana. Nas memórias dos primeiros moradores da Ilha Diana constituiu-se uma forma de mito sobre as décadas passadas, uma época de ouro, perdida, decaída. Fartura, tranquilidade, segurança são os elementos que compõem esta memória de um passado mítico da comunidade. É compreensível em muitos aspectos: além de ser uma característica da memória dos velhos (BOSI: 1994)

a retirada das famílias do saco da Embira e da Bocaina acarretou uma relação de assistencialismo por parte da Base Aérea que se estendeu durante muitas décadas. Toda sorte de demanda da comunidade era assistida pela Base Aérea e pelos militares: a assistência médica era feita na base ou por médicos da marinha, a educação era fornecida em escola dentro da base, e isso sem contar em solicitações várias e pontuais. Outro elemento que criva na memória a idéia de um passado melhor é o da oferta de peixes no canal que diminui gradativamente ao longo das décadas. Da mesma forma a segurança. Hoje o ato de abandonar um barco (sobretudo os de alumínio) ancorado durante a noite é um convite para a ação dos novos “piratas”. Todo o estuário está sujeito à ação de bandos armados que assaltam os navios ancorados próximos ao porto a espera dos serviços de embarque ou desembarque, mas também os núcleos de ocupação humana na região, que são vítimas de assaltos e outras formas de violência. Muitas vezes os barcos e os motores são roubados para aparelhar as quadrilhas que atuam no porto de Santos. O estuário, e seu entorno, serve ainda de refúgio a toda sorte de foragido. Isso explica e justifica a desconfiança das populações do estuário, sobretudo as que moram mais isoladas, em receber estranhos em suas terras. Mas isso não foi sempre assim, e a memória dos mais velhos gravou este contexto diferente. A atividade de pesca também se enquadrava num contexto menos agressivo: a menor atuação de intermediários oferecia ao pescador oportunidades melhores de venda de seus produtos, também mais fartos, e, além do mais, a pressão da sociedade de consumo pela obtenção de produtos “supérfluos” era substancialmente menor em uma comunidade que, então, comportava-se de modo muito mais tradicional do que agora. Por fim, a ausência de entes queridos

promove nos sobreviventes uma acentuação do sentimento de nostalgia dos tempos idos. De qualquer forma os primeiros tempos da comunidade da ilha Diana pertencem a um contexto de ocupação do estuário muito menos agressivo do que hoje, ainda que o acesso aos serviços públicos fosse menor.

As relações de trabalho no estuário também eram diversas. Lembrem-se, os mais velhos, das associações que havia entre os pescadores da Ilha Diana e a comunidade de Monte Cabrão, como foi o caso do marido de D. Dina. Era comum que se contratasse pescadores tanto da própria Ilha quanto do Monte Cabrão para grandes pescas ou catas coletivas de mariscos e caranguejos, que depois eram comercializados em Santos pelo contratante.

Com a dificuldade do acesso á Santos e ao Guarujá as idas aos centros urbanos era sempre festejada pelas famílias, principalmente pelas crianças, A chegada das lanchas de alumínio e dos motores é um fato relativamente recente na história da comunidade atual da Ilha Diana. Durante décadas o acesso era possível somente através das chatas de madeira e à força propulsora dos remos, o que limitava bastante não somente a área de aceso dos pescadores, como a energia consumida e a flexibilidade dos horários. Sair da ilha depois do anoitecer somente em casos de urgência e, de preferência, para ir à Base Aérea.

Há pouco mais de dez anos a ilha passou a ser atendida por uma catraia com horários regulares que vem do porto de Santos e faz escalas em alguns dos horários na Base Aérea. Mas a catraia funciona somente até as 23:00 o que impossibilita algumas atividades.

De modo geral, nas últimas duas décadas, o comando da Base Aérea tem procedido um distanciamento com a comunidade alegando querer desmontar os laços de dependência estabelecidos desde a criação da comunidade no início dos anos de 1940. Contudo, para os mais velhos, a Base Aérea continua a ser uma referência, inclusive pelo fato de muitos de seus filhos terem sido educados e trabalhado na e para os militares.

Desde o início dos anos de 1980 a ilha passou a ser alvo de reportagens regulares da imprensa local, o que aumentou o fluxo de visitantes para ela. Entretanto, parte destas reportagens, se por um lado ajudou a pressionar o poder público á atender demandas da comunidade, por outro enfatizou um abandono da ilha pelos seus moradores que representa uma incompreensão da dinâmica da cultura local.

As sociedades, de modo geral, apresentam soluções sociais e técnicas á desafios específicos que se lhe apresentam. Sociedades mais coesas pertencem à contextos relacionais, com outras comunidades ou com o meio, que assim o exigem, por uma questão de sobrevivência. A comunidade de Ilha Diana é composta, na grande maioria, por famílias que possuem um grau de autonomia elevado e naquilo que são dependentes não chega a se constituir uma “interdependência” significativa. Em outras palavras: em sua autonomia as famílias precisam pouco umas das outras, em sua dependência elas o são em relação aos centros urbanos ou ao poder público. Isso não significa, obviamente, que nenhum laço exista ou nenhuma relação proceda entre os moradores, o que ocorre é que estes laços não são fundamentais para a subsistência dos núcleos familiares, não se dão nesta primeira materialidade da vida.

Outro resultado das tais reportagens foi um afluxo crescente de turistas à Festa de Bom Jesus de Iguape, que está em vias de assumir outro título: Bom Jesus de Ilha Diana.

Com a chegada de alguns novos moradores, há pouco mais de cinquenta anos, provenientes de Iguape chegou também a imagem de Bom Jesus. A imagem de Bom Jesus do Iguape envolve toda uma trama que recupera elementos de tantas outras mitologias que envolvem entidades sobrenaturais e as águas. No cristianismo, sobretudo no que se instala na América Portuguesa, diversas imagens terão suas histórias associadas às águas e à resgates milagrosos: Nossa Senhora de Aparecida, a que compõe a procissão do Círio de Nazaré, a de Bom Jesus de Iguape. De qualquer forma a chegada da imagem instala seu culto também na Ilha, sobretudo por ser padroeiro dos pescadores.

Durante décadas a imagem foi instalada em casas particulares e depois em uma capela de taboas, apenas recentemente substituída por uma de alvenaria.

Sua festa, realizada na semana de oito de agosto, até uma década era uma festa da comunidade praticamente. Missas, procissão de barcos com a imagem, comemorações internas da comunidade. Contudo, o afluxo de turistas se apresentou como uma possibilidade de lucro para a associação de moradores da ilha (criada em 1999 e desde então responsável pela comemoração) que passou a incrementar a festa com festivais de comidas típicas (tainha na brasa, lambe-lambe, caranguejo) e bailes. Há poucos anos a prefeitura de Santos, através da secretaria de turismo, passou a dar algum suporte à festa o que tem colaborado na melhoria da mesma e no aumento de parti-

cipantes. Também por este aspecto comercial da festa, para reforçar a identidade entre a ilha e seu padroeiro, a comunidade tem insistido no nome Bom Jesus da Ilha Diana e não mais de Iguape, ou “São Bom Jesus da Ilha Diana” como dizem alguns da ilha. Embora a festa não tenha perdido seu caráter religioso é perceptível na fala dos moradores da ilha uma preocupação crescente com a possibilidade de melhoria advinda dos lucros da festa.

Diga-se, de passagem, que a religiosidade entre os moradores da ilha, seguindo a tendência da sociedade ampliada na qual se inserem, diminuiu sensivelmente nas últimas décadas. Tradições e operações religiosas associadas à navegação e à pesca foram abandonadas ou são cada vez menos praticadas, como o batismo de barcos, oferendas ou o simples hábito de se orara antes de sair ao mar. Mesmo a procissão de Bom Jesus, realizada dentro da festa e composta pela procissão terrestre na ilha e pela procissão de barcos, ganha a cada dia um aspecto cada vez mais espetacular frente ao aspecto renovador, transformador, mágico do rito. Ainda assim o universo da vida associada ao mar penetra na vida religiosa, moldando seus santos e os objetos litúrgicos.

A criação da Sociedade de Melhoramentos da Ilha Diana, em 1999, marca um novo momento na relação dos moradores da comunidade e destes com o poder público, contudo, os resultados da associação ainda são modestos. Parte dos moradores da ilha não faz parte da Sociedade e mesmo vê com alguma desconfiança sua existência e administração. A construção da sede da Sociedade, a melhoria da capela do Bom Jesus da Ilha Diana, a implantação de um posto de saúde – ainda que limitado – o atendimento da ilha pelas catraias com horários regulares são conquistas em parte devidas à Sociedade.

De modo geral, ainda que pontualmente algumas pessoas não percebam, a comunidade da Ilha Diana passou por melhorias ao longo de sua existência, e isto se reflete na qualidade de vida de seus moradores. Luz elétrica, telefone público, saúde e educação, são elementos que chegaram aos poucos, mas principalmente nas últimas duas décadas. A vida dos pescadores hoje, ainda que eventualmente passem por dificuldades em função do choque de suas atividades com uma legislação ambiental criada há pouco tempo e paulatinamente implantada (que determina regras e especificações para a pesca, períodos de defeso, etc), é melhor do que foi a de seus pais.

Nos corpos dos mais velhos ficaram gravadas as marcas de seu trabalho, de seus ofícios, denotando a rudeza as vezes da faina, as condições nem um pouco acolhedoras do trabalho nos canais do estuário ou no mangue. São cortes, cicatrizes, afundamentos em função do esforço para puxar as redes, de acidentes com os barcos e com anzóis, a pele envelhecida e escurecida pela ação do sol e do vento, de uma umidade carregada. Nas mãos das mulheres os dedos retorcidos e as unhas curtas e levantadas pelo esforço em arrancar os mariscos do mangue, sem ajuda então de qualquer ferramenta. Os pés com dedos esparramados e fortes por terem na maior parte de suas vidas andado sem qualquer aparo. Nas gerações que hoje tem menos de quarenta anos essas marcas desapareceram, ou se atenuaram, indicando ao menos uma mudança no mundo do trabalho.

Os moradores, sobretudo os homens, se orgulham dos troféus conquistados em desafios futebolísticos pelo time da ilha, em diversas ocasiões. Alguns foram obtidos até mesmo em jogos distantes, no interior do estado. Alguns dos troféus têm mais de duas décadas e estão a enfeitar o salão da sede da Sociedade.

Nas últimas décadas a aproximação da comunidade da ilha com os núcleos urbanos vêm criando situações contrastantes em seu interior. O número de pessoas que trabalha em Santos ou no Guarujá (centros) vem aumentando gradativamente. Da mesma forma o surgimento de um turismo de pesca na região – o que não é novo, mas representa para a comunidade algo não tão antigo – promove uma possibilidade comercial diversa da pesca para consumo alimentar. Camarões pescados ou criados em semicativeiro para servirem de iscas vivas oferecem mais lucro do que a pescaria simples ou do que a cata de mariscos e caranguejos. Alguns dos pescadores que investiram em seus negócios, adquirindo barcos de alumínio e motores de popa mais potentes, bem como na construção de tanques para camarões, vislumbram um universo de consumo e de bem estar diverso daquele que até então predominava na comunidade. Diante disso acusam alguns de seus antigos companheiros de serem acomodados ou desinteressados – quando não preguiçosos. A permanência destes indivíduos na comunidade somente seria possível se alguma estabilidade fosse obtida, afinal trata-se de um choque de mentalidades. O segundo grupo insiste nas qualidades de seu modo de vida tradicional, pescando quando há necessidade, lucrando na medida do possível e valorizando justamente o isolamento e a tranquilidade da ilha. O que uns vêem como atraso os outros vêem como virtude e preservação. Dado isto alguns pescadores começam a se despedir da ilha, se transferindo para Santos ou preparando a transferência. E enquanto isso as relações da comunidade da ilha com as externas se estreitam, indicando em médio prazo uma acentuação desta disputa, diante da qual haverá de se optar ou equacionar a disputa entre a tradição e os encantos da sociedade de consumo.

BIBLIOGRAFIA

A TRIBUNA. Santos, 28/10/1982.

ANDRADE, Wilma Terezinha Fernandes de. *O discurso do progresso: a evolução urbana de Santos, 1870-1930*. São Paulo: FFLCH-USP, 1989. (Tese de doutorado).

BOSI, Eclea, *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*, São Paulo: Palas Athena, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. 2 ed., volume 1, Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. 2 ed., volume 2, Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *A Cultura no Plural*, Trad.: Enid Abreu Dobranszky, Campinas: Papirus, 1995.

COELHO, Ruy Galvão. *Os caraíbas negros das Honduras*, São Paulo: Perspectiva/CESA, 2002.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *Ilhas e sociedades insulares*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1997.

_____. *A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

_____. Comunidades litorâneas e os manguezais no Brasil. In: *II Simpósio de Ecossistemas da costa sul e sudeste brasileira: estrutura, função e manejo*, vol. 3. CNCT/SCTDE /FAPEP/ IBAMA, Águas de Lindóia/SP, Brasil, Academia de Ciências, 1990: 123-146.

ELIADE, Mircea. *O mito do eterno retorno*, Lisboa: 1985.

FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo (orgs.), *História da alimentação*, São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FOULCAULT, Michel. *A microfísica do poder*, 16°. Ed, Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GONÇALVES, Alcindo; NUNES, Luiz Antonio de Paula. *O Grande Porto: a modernização no porto de Santos*. Santos: Realejo Edições, 2008.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*, São Paulo: LTC, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*, São Paulo: PubliFolha, 2000.

LANNA, Ana L. D. *Uma cidade na transição - Santos: 1870 - 1913*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

LAURINDO, Fabiana. *Enraizamento Cultural Caiçara*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Santos. (Trabalho de Conclusão de Curso).

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges, Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LUEDERWALDT, Hermann. Os manguezais de Santos. *Revista do Museu Paulista*, 1919, 11, pp.309-408.

LEVI-STRAUSS, Claude. *O cru e o cozido*, São Paulo: Cosac e Naify, 2004.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. *História prisioneira da memória?*, São Paulo: mimeo, 1986.

MENDES, Denise. *Calçada do Lorena: o caminho de tropeiros para o comércio do açúcar paulista*. São Paulo: FFLCH-USP. (Dissertação de mestrado). 1994.

MITHEN, Steven. *A pré-história da mente: em busca das origens da arte, da religião e da ciência*. São Paulo: Unesp, 2002.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *Pescadores do litoral sul do estado de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial*. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/CEC, 2003.

ONG, Walter. *Cultura escrita e oralidade*. Campinas: Papirus, 1998.

PETRONE, Pasquale. “Povoamento e caminhos nos séculos XVI e XVII”. In: *A Baixada Santista: aspectos geográficos*. São Paulo: Edusp, 1965, pp.11-73.

PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PIRES, Francisco Murari. *Mithistória*, São Paulo: Humanitas, 1999.

SANTOS, Francisco Martins dos. *História de Santos*. Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1937.

SOUZA, Antonio Candido de Melo e. *Os parceiros do Rio Bonito*, 10°. Ed, São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2003. 1°. Ed. 1964.

CAPÍTULO 8

O CABOCLO DO CONTESTADO NO OLHAR DO IMIGRANTE UCRANIANO – IRACEMA/ SC – 1914-1915

Jaqueline Ester Litvin (UNICENTRO)

INTRODUÇÃO:

“*Sertão: é dentro da gente.*”¹ (ROSA, 2006, p. 436)

“Para o povo pacífico eles eram como uma verdadeira praga do Egito.” (VIHORENSKEI, 1958, p. 37)

O sertanejo e o imigrante pisaram em mesmo solo brasileiro. Cultura, religiosidade, memória, identidade, história foram sendo construídos a partir de diferentes concepções de mundo, entrelaçando-se no limiar historiográfico, no tempo e no espaço: o Movimento do Contestado em Iracema (1914 – 1915). A região envolvida num complexo conjunto de fatos, reconhecida como contestada, correspondia a uma faixa de terra entre os rios Iguaçu e Uruguai (CAMPA-

1.Riobaldo em *Grande Sertão: Veredas*.

NHA I, 1995) - sudoeste do Paraná e principalmente o meio oeste catarinense, até os limites atuais com o Rio Grande do Sul. Os sertanejos, povos autóctones e imigrantes correspondiam aos principais sujeitos que habitavam/ocupavam estas terras no período², cobiçadas por parte dos grandes fazendeiros e coronéis do Paraná para expansão de seus domínios de poder.

No entanto, a expressão “contestado” precisa ser explicada. O conflito entre os limites de terra envolvendo os estados do Paraná e Santa Catarina por muito tempo foram um dilema a desenrolar-se³. Com a crescente exploração do oeste, as fronteiras tiveram que ser reafirmadas e os limites foram contestados por parte das autoridades em poder para uma possível configuração oficial da região. Entretanto, é preciso compreender que este problema correspondeu a uma disputa jurídica e não exatamente entre a população das áreas limítrofes, apesar de que havia influencia dos coronéis paranaenses para a expansão de seus domínios. A área contestada compreendeu em parte a região correspondente ao conflito, coincidência que deu nome ao movimento e que gera confusões na compreensão do mesmo.

O Império em suas últimas décadas assinou contrato para a construção da ferrovia que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul - a *Brazil Railway Company*, e dentre as negociações com a empresa norte-americana que realizaria a obra sob o comando de Percival Farquhar, junto da madeireira *Southern Brazil Lumber and Colonization*, o governo

2. Anteriormente, também, jesuítas e bandeirantes. – (MONTEIRO, 1974, p.19)

3. De acordo com um arquivo colocado por Peixoto em Campanha do Contestado I (1995): “Em 1749, a carta régia de 20 de Novembro criava uma nova Ouvidoria, a de Santa Catarina [...]. A Constituição do Império fixando os limites das Províncias respeitou os das Capitânias Gerais de então [...]”.

concederia generosas extensões de terra ao entorno da ferrovia, para exploração de sua matéria-prima como pagamento da obra. Em fins do século XIX e início do século XX, começaram as obras para a construção da ferrovia, justamente sob as terras contestadas.

A construção da ferrovia exigiu grande esforço humano e financeiro, abarcando grande contingente de trabalhadores, em sua maioria cabocla e também imigrante, conforme afirma Espig (2011). A população da região, tais como: moradores próximos da ferrovia, pequenos trabalhadores rurais, posseiros, madeireiros, fazendeiros e outros, foram expropriados de suas terras. A resposta para essa ação não foi nada sutil, principalmente por parte dos sertanejos: “O homem dos sertões — pelo que esboçamos — mais do que qualquer outro, está em função imediata da terra.” (CUNHA, 2005). Os caboclos, insatisfeitos com as medidas de “modernização” da então recente República, tomaram a questão como gota d’água para a revolta juntando-se aos “empregados dispensados pela Estrada de Ferro”⁴.

O movimento do Contestado é compreendido historicamente também através do viés da religiosidade popular e misticismo. A figura do “monge” perpassa o imaginário e torna-se viva na crença e sentido de vivência do caboclo do contestado. Segundo a narrativa dos clássicos, como Demerval Peixoto, foram três os monges que caminharam na região. O último deles, conhecido como José Maria liderou o primeiro núcleo sertanejo no movimento – “comunidade santa e rebelde”⁵.

4. Estima-se cerca de oito mil trabalhadores.

5. Estudos mais recentes, como por parte do especialista Paulo Pinheiro Machado, apontam a existência de dezenas de “monges” que surgem entre o povo da região.

Em “*Os Errantes do Novo Século*”, de Douglas Teixeira Monteiro, percebe-se com clareza a compreensão do movimento como sócio-religioso, um surto milenarista no meio rural. Além das questões materiais que geraram a crise, o autor evidencia uma ideologia construída por parte dos sertanejos “rebeldes” para um esforço de reordenação social, um universo místico. A prática da violência impulsionada pelos “rebeldes” por motivos religiosos, é citada a partir do conceito de banditismo social de Hobsbawn em *Rebeldes Primitivos* (1959), e em *Os Bandidos* (1969), como elemento de racionalidade; enquanto que na análise do autor percebe-se uma perplexidade para com as ações dos assim denominados “fanáticos”, por suas técnicas ineficazes de luta. Monteiro evidencia as relações de dominação-subordinação no contexto sócio-econômico-religioso, e entre catolicismo rústico e institucional da época.

O IMIGRANTE E O CONTESTADO

Situando-se geograficamente, volta-se à atenção para o planalto norte-catarinense. Itaiópolis⁶, nas palavras de Paulo Pinheiro Machado, encontrou-se no coração no Contestado. Itaiópolis originou-se da Colônia Lucena⁷, então município de Rio Negro – PR, habitada

6.Cidade do interior, emancipada primeiro como paranaense em 1909 e, posteriormente como pertencente à Santa Catarina em 1919. Neste meio período, esteve sob influência do movimento sertanejo - 1914 e 1915.

7.Rodycz (2011) explica que, segundo o historiador Walter Piazza, Lucena foi fundada em 1891 pelo governo federal; Oswaldo Cabral defende a data de 1890. Antes de chamar-se Lucena o lugar era conhecido por Colônia Valle do Rio Negro, tratada assim por arte das autoridades da Comissão de Terras. Lucena foi emancipada em 1896, tornando-se distrito em 1903, ainda pertencente a Rio Negro.

por indígenas Xókleng, por caboclos, negros e posteriormente por imigrantes alemães, poloneses e ucranianos.⁸

Em relação aos imigrantes ucranianos⁹, Burko (1963), afirma que em 1895 e 1896 desembarcaram no Brasil e ingressaram para a Colônia Lucena, cerca de 200 famílias de imigrantes de Галичина [Haletchená]¹⁰. “Embora na época a região estivesse sendo disputada com Santa Catarina, constituindo terreno “Contestado”, o Paraná utilizou estas terras (devolutas) na colonização, instalando nelas os imigrantes sem levar em consideração os proprietários e ocupantes, sobretudo os indígenas” (RODYCZ. 2011, p.25).

Os ucranianos desta leva fundaram a Linha Dr. Xavier da Silva¹¹; e pouco tempo mais tarde, a comunidade de Iracema, alguns quilômetros adiante em pequenas colônias próximas. As comunidades fo-

8.É necessário destacar que esta região de Santa Catarina em fins do século XIX era habitada pelo grupo autóctone dos Xókleng/Laclão (em língua original) do macro-grupo Jê, também conhecidos por botocudos ou bugres.

9.“Rutenos”,[...] foi o nome atribuído pelas autoridades do Império Austro-Húngaro aos camponeses da Província da Galícia que falavam uma língua própria e pertenciam em sua grande maioria à religião uniatista Greco católica. Constituíam assim o que em geral se chama um grupo “étnico”, um grupo que partilha traços culturais diversos mas não tem um Estado independente e não se constitui a partir de um projeto “nacional”. Já os “ucranianos” são um grupo “nacional”, ou seja, uma “nação” de pessoas que se veem como partilhando os mesmos traços culturais, que se identificam com um território próprio – no caso, a Ucrânia – e que buscam ter o domínio independente desse território. Entre os “rutenos” e os “ucranianos”, a diferença é assim uma diferença de “consciência nacional”, ou seja, uma consciência de si mediada pela concepção de nação, que gera uma identificação entre uma pessoa e sua “pátria”.(GUÉRIOS. 2007, p.190)

10.Hoje, esta região faz parte da Ucrânia Ocidental e pequena parte da Polônia. Segundo Guérios (2007), a partir dos documentos da época, os ucranianos se reconheciam naquele momento como rutenos. [*Haletchená* - Em relação à transliteração do alfabeto cirílico para o alfabeto latino dos vocábulos ucranianos, escolhemos utilizar uma transliteração fonética adaptada ao português, para que o leitor aproxime-se do som da palavra em língua ucraniana].

11.Distante de Iracema, uns 8 km. Nesta localidade foi construída primeira capela greco-católica ucraniana do Brasil, em 1895.

ram crescendo ao redor das primeiras igrejas e capelas do rito Greco Católico Ucrâniano. Iracema tornou-se centro e referencial, sede da paróquia a partir de 1903. Fronteiras étnicas (BARTH, 1998) foram criadas com a colonização ucraniana da região: conflitos sangrentos com os povos Xókleng/Laclão (KALENETZ, 2011), questões de cultura e rito com os poloneses, desentendimentos no interior da própria etnia ucraniana no período da Кармащина [Karmanstchena]¹² e, a influência do Movimento do Contestado, envolvendo os “fanáticos” (expressão de Vihorenskei) – sertanejos e a presença dos militares, tornando Iracema base militar e campo de batalha entre 1914 e 1915, já que o reduto dos caboclos ficava a poucos quilômetros da sede. Segundo Machado (2001), este reduto pertenceu ao comando do rebelde Antônio Tavares.

Adentrando nos escritos de clássicos do Movimento no Contestado (1912 – 1916), e nas narrativas de imigração/colonização deve-se destacar que existem multifaces de construções e interpretações dos fatos, principalmente a visão do “outro”. Pesavento explica esse processo através da História Cultural:

[...] o historiador sabe que a sua narrativa pode relatar o que ocorreu um dia, mas que esse mesmo fato pode ser objeto de múltiplas versões. A rigor, ele deve ter em mente que a verdade deve comparecer no seu trabalho de escrita da História como um horizonte a alcançar, mesmo sabendo que ele não será jamais constituído por uma verdade única ou absoluta. O mais certo seria afirmar que a História estabelece regimes de verdade, e não certezas absolutas (PESAVENTO, 2005, p. 51).

Com a Terceira Geração dos *Annales* há uma profunda crítica à História tradicional. Com Pierre Nora e Jacques Le Goff, historia-

12.Segundo Elias Marinhuk, a Karmanstchena foi um movimento entre os imigrantes ucranianos no Brasil entre 1924-1931, liderado por Petró Karmanskei, que visava criar grupos separados da Igreja Greco católica ucraniana, com o objetivo de defender interesses políticos e econômicos da época

dores da *Nouvelle Histoire*, segundo Dosse, “encaminhadores de uma História em Migalhas” (BARROS, 2010, p. 5) - estabeleceu-se nova análise e crítica a partir de novos problemas, abordagens e objeto. O alargamento do campo historiográfico, renovação temática e diálogo com outras ciências sociais fez o historiador repensar as fronteiras de seu ofício.

A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres” mas também os sujeitos anônimos. O Jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas (CAPELATO. 1988, p.21).

Com a Nova História Cultural, a imprensa passou a ser vista com novo olhar por parte dos historiadores; e a partir de 1970 ganhando valorização como objeto e fonte de pesquisa.

JORNAL PRÁCIA: VOZ DA COMUNIDADE UCRANIANA

De acordo com as narrativas da comunidade ucraniana, como Vihorenskei (1958), o Prácia surge para suprir a necessidade de leitura do povo. O jornal passa a ocupar o lugar do livro no século XIX. Por isso, a comunidade ucraniana no Brasil já nos primeiros anos organizou sua própria imprensa - a leitura era parte importante da cultura/cotidiano das pessoas, o que mudaria com o tempo em Iracema. Depois de algumas tentativas de fundação, em 1911 os padres da Ordem de São Basílio Magno, que atendiam as comunidades ucranianas pertencentes à Igreja Greco Católica Ucraniana, fundaram sua própria tipografia em Prudentópolis – PR. Além de alguns livros publicados por parte da editora, dois periódicos se destacaram como

os principais meios de transmissão de informações da comunidade ucraniana: o Український Місіонар [Missionário Ucraniano], com conteúdo especificamente religioso e o *Журнал Праця* [Prácia].

O Prácia está sob a direção dos Padres Basilianos desde sua fundação. Seu conteúdo é de cunho político-cultural-religioso, com notícias que envolvem a comunidade ucraniana no Brasil e no mundo, além de assuntos de interesse geral, como a cobertura das guerras mundiais. Para a pesquisa, o acesso ao arquivo do jornal se faz livre e encontra-se todo na sede da Tipografia dos Padres Basilianos no centro de Prudentópolis¹³. Parte do arquivo foi digitalizado, mas já em estado de deteriorização. Um detalhe importante e também que dificulta a pesquisa é a língua utilizada – o ucraniano. Há poucas décadas o jornal passou a ser bilíngue, em razão da não transmissão e perda do uso da língua ucraniana entre as últimas gerações de ascendentes no Brasil.

O *Журнал Праця* não se classifica propriamente na categoria dos instrumentos a serviço dos interesses de Estado e das manipulações políticas, pois se trata de um veículo de comunicação local, ligado à Igreja Católica e a um grupo específico de imigrantes e seus descendentes. [...] O jornal circula até hoje e parte do seu conteúdo é escrito em português. (GONÇALVES, 2016, pp. 3-4)

A comunidade ucraniana no Brasil fundou outros jornais e veículos de comunicação, porém alguns extintos antes do período do Contestado, como o *Зоря* [Zoriá] e *Прапор* [Prapor] (versão anterior do Prácia). Outros surgiram depois, com o *Журнал Хлібороб* [Hliborob]. Portanto, o Prácia é a principal referencia de imprensa ucraniana no Brasil neste período. Ele tratava de acontecimentos da época nas comunidades ucranianas, no Brasil e no mundo. Utiliza-

13. O material está guardado em um ambiente próprio, separado; mas merecendo um melhor cuidado e manuseio, assim como melhores técnicas de conservação e arquivística.

-se um recorte temporal de dois anos - 1914 a 1915, para análise do discurso Prácia¹⁴ referente ao conflito em Iracema. Isso porque de acordo com outras bibliografias da comunidade, como Vihorenskei (1958), o grupo sertanejo chega primeira vez em Iracema em 14 de agosto de 1914 e o exército deixa a comunidade em 12 de janeiro de 1915, depois da destruição do reduto local. Segundo Machado (2001), este período compreende-se enquanto fase final do conflito, o qual se estende até janeiro de 1916. Algumas narrativas da comunidade, nas quais encontram-se relatos do Movimento do Contestado em Iracema também são utilizadas em paralelo¹⁵.

HISTÓRIA E LINGUÍSTICA: ANÁLISE DO DISCURSO – LUGAR DE UMA FALA

Michel Foucault, pensador de temáticas muito amplas do saber, foi bastante interrogativo e perspicaz, mesmo não pertencendo a nenhum campo específico. Para ele o discurso é fundante - o qual produz as coisas, as verdades de um determinado momento histórico e grupos sociais. Ele busca na descontinuidade da história aquilo que os discursos produziram, uma ontologia crítica do tempo presente. Depois de um período inicial focado na arqueologia dos saberes, Michel realiza sua aula inaugural no *Collège de France* (1970) – intitulada e publicada como *A Ordem do discurso* – momento em que ele começa a tematizar o poder. Por que é tão perigoso falar? Por que o poder controla os discursos? E na ocasião, analisa estes dispositivos estratégicos de controle do poder. Com funções estratégicas, estes

14.O material está guardado em um ambiente próprio, separado; mas merecendo um melhor cuidado e manuseio, assim como melhores técnicas de conservação e arquivística.

15.Os periódicos do Prácia de 1914 e 1915 foram gentilmente traduzidos para a língua portuguesa pela professora de língua Portuguesa e Ucraniana, Marta Beló.

dispositivos servem para controle, classificação, separação, interdição, de dizer aquilo que pode e o que não se pode dizer ou fazer num determinado momento histórico. Em *Arqueologia do Saber*, o pensador propõe: “fazer uma história dos objetos discursivos que não os interessasse na profundidade comum de um solo originário, mas desenvolvesse o nexo das regularidades que regem sua dispersão” (2005, pp. 53-54). Essa regularidade pode-se perceber em discursos construídos em mesmo contexto, por mesmas instituições ou comunidades, que podem interagir com outras “ordens do discurso”.

DISCURSO PRÁCIA: UMA LEITURA POSSÍVEL

Quem é o sujeito do discurso?

O Jornal Prácia constrói o discurso do Movimento do Contestado a partir de informações que provém de outros jornais nacionais como de Rio de Janeiro, os jornais “A Noite” e “A Notícia”; o “Jornal do Comércio”, “A República”, de Curitiba. O rádio era uma fonte para a escrita das matérias¹⁶. Além destas, as informações também provinham de relatos da comunidade ucraniana, seja do povo em geral e principalmente do clero. Em contato com o jornal, seu conteúdo e certa variedade de fontes dá-se a impressão de uma imparcialidade de suas informações e maior credibilidade para um público amplo para esta imprensa.

16. Entre estas, o livro *Там, де гору Тайо видно* [Lá, onde se avista o Monte Taió], publicado em 2002, escrito por Василь Зінько [Vassyl Zinko]; *Ірасема, у історичку розвитку, в 1895 – 1958рр. (Науково популярна розвідка)* [Iracema, em seu progresso histórico, nos anos de 1895 a 1958. (Dos ensinamentos da pesquisa com o povo)], publicado em 1958 e escrito por Іриней Вігоринський [Irineu Vihorenskei] e; também se teve acesso ao arquivo particular das Irmãs Servas de Maria Imaculada, correspondente às crônicas da casa sede em Iracema, no período do conflito no local.

Entretanto, por detrás da aparente imparcialidade está a influência de instituições e interesses de grupos de poder na escolha de palavras e do discurso em si. O jornal é empresa de religiosos, portanto, a Igreja Católica censura seu conteúdo, além de dar certa credibilidade ao discurso militar da época, ignora a versão do sertanejo no conflito do Contestado. Em *A Ordem do Discurso*, Foucault deixa claro que a produção do discurso na sociedade é controlada e distribuída por procedimentos que servem para a dominação. O discurso é veículo de poder e objeto de desejo. Sobre essa relação discurso-poder, ele evidencia o papel da instituição:

E a instituição responde: “Tu não deves ter receio em começar; estamos aqui para te fazer ver que o discurso está na ordem das leis; que sempre vigiámos o seu aparecimento; que lhe concedemos um lugar, que o honra, mas que o desarma; e se ele tem algum poder, é de nós, e de nós apenas, que o recebe”. (FOUCAULT, 2006, p. 01)

O Jornal utiliza-se de um discurso em pessoa indefinida, o que remete a mera transmissão de informações, sem que tenha selecionado conteúdo para isto. Apenas no periódico de março de 1915, no qual destaca em primeira página os acontecimentos do Movimento do Contestado em Iracema, o discurso é determinado como sendo de uma terceira pessoa. O primeiro parágrafo já diz: “[...] enviado por uma pessoa que foi testemunha ocular destes terríveis ataques dos fanáticos contra o nosso indefeso povo ucraniano de Iracema” (PRÁCIA, 10/03/1915, p.01). O discurso desta é colocado como verdade, e ao mesmo tempo, a imprensa lava as mãos, voltando a garantir sua aparente imparcialidade ou visão unilateral.

Além do Prácia, as outras narrativas da comunidade foram construídas a partir do círculo religioso, autores sacerdotes ou religiosas que determinaram um discurso oficial, constituído de regularidades,

mesmo sem citações um do outro. Foucault (2005) explica que essas regularidades nos discursos compreendem a uma gama ou rede de signos que conectados tem o poder de registrar, reproduzir e estabelecer valores na sociedade.

O que diz? Como diz?

Na diversidade de notícias sobre o evento, o Jornal trouxe uma visão de defesa ao exército, os prejuízos causados por parte dos “revoltosos” ao governo, questões místicas e políticas. O governo justificava-se por tentar a paz, mas sem resposta positiva dos sertanejos, o que dava aval para um violento avanço militar - visão unilateral. A impressão de violência é sempre intensificada na figura do caboclo: “[...] atacaram e mataram todos com facas não deixando um homem vivo.” (PRÁCIA, 22/04/1914, p. 06); “[...] os caboclos atacaram pessoas inocentes e saquearam.” (PRÁCIA, 22/06/1914, p. 05); “Recolhem tudo o que encontram, não poupam a vida das pessoas, incendiam as casas. Nos lugares ocupados pelos fanáticos reina uma opressão” (PRÁCIA, 10/07/1914, p.06).

Os sertanejos são representados no jornal em termos como *фанатики* (fanáticos), *жугунсос* (jagunços), *ворохобники* (rebeldes ou revoltados) - discurso construído nas narrativas militares, do governo e reproduzido por parte da Igreja local, que “constitui o sujeito caboclo”. Existe um “jogo” que se dá através das palavras colocadas para identificação/caracterização do sujeito construído no discurso, uma identidade por causa de repetição e que pode perpetuar-se, se não houver exercício da crítica - da inversibilidade (FOUCAULT, 2006). Estas expressões correspondem a termos pejorativos, coloca-

dos por uma elite intelectual, desqualificando os sertanejos. Há uma dificuldade para compreensão das concepções de cultura, identidade e visão de mundo sertanejo por parte da classe que detém o poder do discurso e mesmo pesquisadores reprodutores deste. Além de violência simbólica na construção do outro como inferior, estigmatizado.

A justificativa defendida por parte do jornal como razão para o movimento transcorria-se na questão de disputa de terras entre os Estados: “[...] desde o início falam que, a revolta dos caboclos sob Taquaruçu possui ligação com Paraná – Santa Catarina. Desta forma, tem-se um movimento político, como dizem os brasileiros [trata-se de mera politicagem]” (PRÁCIA, 10 de janeiro de 1914, p 05).

Segundo o livro *Там, де зоры Тайо видно* [Lá, onde se avista o Monte Taió]¹⁷, no capítulo intitulado Guerra de São Sebastião, o autor repete esta versão, demonstrando novamente continuidade/regularidade entre os discursos:

No sul do Brasil há três Estados – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Entre PR e SC existia discussões sobre fronteiras – não delimitadas. No final entram em choque. Por isso coube às armas federais dar fim a tal conflito. Os fanáticos na maioria eram caboclos. Neste período era construída a linha férrea São Paulo – Rio Grande do Sul/Porto Alegre. Quando terminou a construção os trabalhadores juntaram-se com os insurgentes que fazem guerra de São Sebastião [...] (ZINKO. 2002, pp. 61-62).

Em agosto de 1914, o jornal até cita algo correspondente à crise de trabalhadores, mas não faz ligação direta às razões do conflito: “Em Três Barras, nos últimos dias teve um grande fogo. Dizem que o fogo foi ateado por aqueles que haviam sido despedidos do traba-

17.Segundo informações de Ir. Jonas S. Chupel, OSBM, atual responsável pela Tipografia dos Padres Basilianos em Prudentópolis – PR.

lho pelo fato de estar em crise. Muitos trabalhadores voltaram de lá por falta de trabalho” (PRÁCIA, 22/08/1914, p. 06). O documento não aprofunda-se na complexidade das razões para o movimento.

Antes da narrativa específica sobre Iracema, o Jornal trouxe informações diversas de acompanhamento aos principais acontecimentos em Taquaruçu, Irani, morte de José Maria, surgimento de monges, ação de missionários e do exército intervindo no embate. Na figura do missionário está o interventor entre governo e caboclos, aquele que tenta o diálogo pacífico para apaziguar o movimento e conseguir acordo entre ambos – como o citado Padre Roguerei Naihaus: “Este missionário esteve justamente nos meses antes com fanáticos tentando resolver com os malvados do profeta [...], porém a missão não foi feliz, pois, os rebeldes nem queriam ouvir alguma compreensão ou explicação” (PRÁCIA, 10/01/1914, p.01). Tal visão justifica-se, uma vez que o Prácia está a serviço da Igreja Católica.

Interessante perceber o novo termo utilizado por parte do jornal para referir-se ao sujeito caboclo: *розяреник приклонникін “профета”* [malvados do profeta]. A expressão “profeta” refere-se à figura dos monges, que surgiram entre os caboclos. Entre as tradições dos colonos ucranianos no Brasil, existe o apego às religiosidades. Além da mística e ritos próprios da Igreja oficial ucraniana, eles cultivavam crenças em “benzedadeiras” pessoas muito devotas que ajudavam pessoas da comunidade ou de fora na cura de doenças ou outros problemas através de suas orações. E a partir dessa crença da comunidade, a figura do monge dos caboclos é respeitada. Mas o discurso do jornal coloca os seguidores do monge como malvados. Este também evidencia, mesmo que não como práticas oficiais, a presença mística do caboclo e suas crenças:

E os caboclos todos gritaram: nós estamos sob proteção de Maria Santíssima e São Sebastião, ele está ali nos arbustos. E realmente, com o grito dos caboclos os arbustos mexeram-se e deles saiu uma “vaca que com seu olhar misericordioso demonstrou mais inteligência do que os 100 caboclos reunidos. (PRÁCIA, 10/01/1914, p.01)

Ao mesmo tempo, o jornal evidencia uma ofensa ou inferiorização muito grande dos caboclos ao comparar seu nível de inteligência a uma vaca, em fragmento da frase acima, do original: “*і вийшла корова, що негідом своїм милосерним показала більше розуму як мали сторожумні люди кабоклі*”. Antes colocados como malvados do profeta, agora encontram-se inferiores a um animal.

Com o passar dos meses em 1914, o Prácia exprime a dificuldade do exército em conter os caboclos e vantagem destes, agora chamando-os de бандити (bandidos): “[...] ninguém vencerá os caboclos, pois são todos bandidos que fugiram de Rio Grande e Uruguai. Toda esperança em vencer está com eles, ainda mais que eles conhecem todos os cantos da mata”. (PRÁCIA, 10/06/1914, p.06).

Algo interessante trazido por parte do Prácia em agosto de 1914 é um tipo de classificação entre os sujeitos colocados como fanáticos, e definição para jagunços, trazendo a ideia de defensores do монархізму (monarquismo) e a expressão рабівники (escravos), na definição de jagunços:

Uma orgulha-se sobre a outra, uma não quer saber da outra. Para uma classe pertencem aqueles que seguiam ao profeta Jose Maria. São os seguidores do monarquismo, e almejam fundar um ramo do monarquismo, embora a força e a verdade é pouca, mas continua aumentando. Até agora, o número é de 3 mil agitadores. Para segunda classe pertencem os fanáticos assim nomeados – escravos os quais, atacam propriedades particulares, queimam, roubam gado. Os fanáticos da primeira classe, também são chamados de jagunços. (PRÁCIA, 22/08/1914, p. 05).

Segundo Machado (2001), a imprensa referia-se aos sertanejos como “fanáticos” até o conflito de Irani. Jaguncismo e banditismo são expressões utilizadas a partir de fevereiro de 1914.

A “ocupação” dos caboclos especificamente em Lucena (região de Iracema) começa a ser comentada no Jornal Prácia em setembro de 1914. Em dezembro, o exército é colocado como “vítima dos fanáticos”: “Sábado, no dia de São Miguel, desde o entardecer até às 4 da manhã ouve tiroteio [em Iracema]. Era um ataque dos fanáticos sobre os soldados” (PRÁCIA, 10/12/1914, p. 07). O discurso se repete na crônica das religiosas que moravam na comunidade: “Fanáticos atacaram os soldados quase todos os dias. Às 19:00 horas começavam atirar, as balas caíam como granizo no telhado.” (CRÔNICAS, 25/11/1914, s/p).

Em janeiro de 1915, a imprensa expressa vantagem para o exército: “Praticamente 2 mil fanáticos sujeitaram-se as tropas federais. Até Tavares condutor dos fanáticos, falou com general Setembrino para ser registrado na tropa” (PRÁCIA, 22/01/1915). É a primeira vez que o líder do reduto de Iracema é referido, e Tavares tenta negociar terras com o general. Não há acordo e muitos caboclos sujeitaram-se às tropas federais. A negociação de terras demonstra a luta sertaneja contra a concentração fundiária, o coronelismo e tudo o que impedia o caboclo de obter sua liberdade cultural, religiosa, econômica e social, alguém do governo oficial e da Igreja.

O discurso Prácia expressa um nacionalismo imigrante muito forte e um fechamento cultural para o outro – o sertanejo. Interessante perceber que ambos sujeitos históricos foram fragilizados em sua história, a necessidade de migrar – fugindo da fome, falta de ter-

ras, de trabalho, em busca de liberdade e dignidade humana. Rutenos e sertanejos foram vítimas do poder de estruturas políticas doentes, autoritárias, desumanas. A exploração e essa frustração deu origem a uma estrutura ainda mais unida de grupo, para a superação, mesmo através da violência ou da ameaça, na busca de sobrevivência. Assim descreve o Pracia, na acusação do uso de violência por parte dos “fanáticos”, enquanto que a violência por parte do exército é colocada como justa no discurso oficial – a República dando segurança ao povo brasileiro.

A narrativa de uma testemunha ocular, registrada no Prácia enfatiza o grande número de sertanejos envolvidos no conflito na região, sua surpreendente organização de grupos e a dificuldade de contê-los por parte dos líderes – políticos, exército, coronéis locais – sinal da ameaça a “ordem” estabelecida e ao poder na mão de poucos.

Eles são em muitos. Todo o território de terra, desde Lucena até o Rio Uruguai, encontra-se tomado pelos fanáticos. Dizem que estão em 5-6 mil. Uniram-se em grupos de 100, 200 e 500 pessoas, elegeram líderes, atacam, roubam e até matam as pessoas. Os líderes no início não deram muita importância para este tipo de grupo, permitindo que crescessem e agora estão com dificuldades para conte-los. (PRACIA, 10/03/1915, p. 01).

O Jornal descreve o reduto dos sertanejos em relação à comunidade rural de Iracema. Os 9 km de distancia que os separava eram de mata fechada, serras, montanhas e o Rio Itajaí, difícilíssimo acesso. O caboclo utilizou-se de estratégias bastante ousadas para construir sua fortaleza – o reduto.

Aqui instalou-se Tavares com sua equipe, composta por 350 pessoas [...] construíram 70 casas, e delas saíam para saquear nossa pobre colônia. Saqueavam tudo o que lhes caía nas mãos. Cavalos, gado, produtos da casa e até milho para os animais. (PRÁCIA, 10/03/1915, p. 01)

Pode-se perceber como na descrição dos acontecimentos os números são bastante utilizados, para surpreender o leitor e transmitir credibilidade dos fatos, apesar de ser informação de fácil manipulação ou exagero – número de caboclos envolvidos, de soldados em luta e tantas outras coisas.

Na narrativa de Zinko: “O exército, como vemos, também não era ideal, era composto de todas gentes, contudo comportavam-se melhor que os de Jangada onde o pe. Antin Matenhuk teve que fugir a noite pelos atalhos para não ser caçado” (ZINKO, V. 2002, p. 58-59). “Todas gentes” é mais uma colocação preconceituosa para com outras culturas e etnias. Ao referir-se ao acontecimento em Jangada¹⁸, percebe-se que não é a primeira vez que o clero ucraniano desentende-se com o exército brasileiro – o que caracteriza uma descontinuidade do discurso.

De acordo com Vihorenskei (1958), em agosto de 1914 os iracemenses perceberam pela primeira vez a presença dos sertanejos. Primeiro de forma pacífica e depois ameaçadora.

Para o povo pacífico eles eram como uma verdadeira praga do Egito. Os iracemenses em 17 de agosto de 1914 viram os fanáticos pela primeira vez, eram uns 20 homens que inesperadamente apareceram. E seu chefe era um jovem alemão de 19 anos. Ele vinha na frente montado num cavalo, e em sua mão segurava uma bandeira branca com uma cruz verde no meio. Deste dia eles eram vistos passar frequentemente sem incomodar ninguém. Mas em 20 de setembro veio um bando de uns 50, sob o comando de Tavares, todos armados. (VIHORENSKEI, 1958, p. 37).

Agora, evidencia-se o termo *егунетською язвою* (praga do Egito), onde Vihorenskei manifesta uma profunda aversão aos caboclos en-

18. Por falta de informações da fonte, supomos que este local chamado Jangada corresponda a comunidade de Jangada do Sul, hoje município de General Carneiro – PR, já que corresponde a território com presença de imigrantes ucranianos.

tre os colonos ucranianos. São colocados como o povo mais indesejado, a “praga”, que traria doença, perdição e morte, como conta a história bíblica. A fonte evidencia sofrimento e perigo de vida para os habitantes de Iracema, referindo-se ao acontecimento a partir de um discurso de medo:

Quantas noites sem fechar os olhos, quantas noites os nossos passaram sentados nas matas, entre declives no meio desses tiroteios. Uma comunidade situada atrás de Iracema, recebeu a ordem do exército para ser evacuada, pois, muitas vezes as bombas caíam nos terreiros. (PRÁCIA, 10/03/1915, p. 01).

O Prácia descreve em detalhes o quanto o exército, e principalmente a presença do general Setembrino foi determinante para a vitória contra os “fanáticos” e ao retorno da paz na comunidade. Essa paz que significou também a saída do acampamento militar de perto das residências na colônia, já que o exército fazia com que a população se subjugasse a eles. Esta forma de narrativa por parte do Prácia infantiliza a comunidade ucraniana de Iracema como indefesa e dominada facilmente por outrem na sua fraqueza quase que inata. As narrativas de Vihorenskei (1958), Zinko (2002) e o Prácia demonstram que a comunidade ucraniana dependente diretamente da Igreja e no caso, também do exército para não ser extinta social e também culturalmente.

O nosso povo imigrante não podia com a própria capacidade melhorar a sua situação de pobreza e inferioridade em comparação com outros povos desenvolvidos sem a ajuda de alguém. O nosso colono precisava se elevar culturalmente, nacionalmente, organizar-se tanto para melhorar a sua economia e vida social. Quem estava mais capacitado para ajudar eram os padres. E eles desde o começo não mediram esforços para que os pobres imigrantes em situação nova de um país e língua desconhecida, sem experiência, pudessem melhorar a sua situação. (VIHORENSKEI, 1958, p. 48)

A narrativa constrói o sujeito “sertanejo”. Pessoas perigosas que ameaçam a paz e tranquilidade de Iracema. A comunidade de imigrantes é colocada como ambiente épico, harmônico e belo. A figura do padre é paternalista, é o detentor do poder em defesa do “seu povo”, poder inquestionável e absoluto.

O padre é colocado como o guardião da colônia, e como detentor de maior poder e influência. Por isso, é intimidado em particular por parte do exército e colocado em destaque pelo autor, como alguém de coragem. Segundo Zinko, o exército era contra o uso de práticas étnicas, como a língua ucraniana no cotidiano e nas celebrações litúrgicas: “Um dia um soldado procurou pe. Klem e avisou que é proibido celebrar em ucraniano. No momento o padre conversava com um homem e seu olhar para o soldado, em português, claro, proferiu: “Que este burro fala?” (ZINKO, 2002, p. 58). A impressão é de que o padre não intimidava-se com ameaças – poder absoluto na comunidade, poder do discurso nas mãos do Clero.

Os problemas internos na comunidade não são mencionados, na acusação daquele de é estranho a nós. O sertanejo luta por seu espaço social, existência da comunidade, de sua crença e visão de mundo. O sertanejo é ignorado em sua dignidade de sujeito, com suas necessidades de sobrevivência física, social e cultural – permanece apenas o “bandido” e “fanático”. O sujeito rural “brasileiro” é menosprezado, uma vez que o imigrante louva o cultivo da terra, como “cultura” trazida da Europa. A imprensa silencia ou até desconhece razões mais aprofundadas do Movimento do Contestado em si, trazendo uma visão muito superficial dos problemas sociais, políticos e econômicos da época na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia tem acesso apenas a representações do passado, por isso, não há literalidade. Há perspectivas intencionalizadas, como o Jornal e as bibliografias. O discurso é também material simbólico, produz sentidos e confronto entre simbólico e ideologia.

A partir de Foucault, evidenciamos como regularidades as concepções de caboclo do Contestado construídas ou utilizadas pelo discurso Prácia e as fontes primárias analisadas em paralelo:

Фанатики	Fanáticos
Жагунсос	Jagunços
Ворохобники	Rebeldes Ou Revoltados
Розяреник Приклонникін “Пророка”	Malvados do Profeta
Бандити	Bandidos
Рабівники	Escravos
Єгипетською Язвою	Praga do Egito

Além da expressão *“і вийшла корова, що негамдом своїм милосер-ним показала більше розуму як мали сторожумні люди кабоклі”* [saíu uma “vaca que com seu olhar misericordioso demonstrou mais inteligência do que os 100 caboclos reunidos], que marca a inferiorização humana como representação cabocla do discurso imigrante.

O discurso Prácia tenta fixar um sentido a partir de uma cultura da sociedade, mas não consegue controlar as discontinuidades, pois o próprio sujeito que escreve, trás consigo a influencia ideológica de sua história e cultura. Para desconstrução pode-se diagnosticar que o Prácia não cita o discurso do grupo dominado ou estigmatizado. Portanto ele faz a homogeneização do discurso, para evitar descon- tinuidade e trazer segurança aos dominantes do poder.

Desta forma, como coloca Bourdieu (1989), os discursos tornam-se legitimados por parte dos detentores do poder. As fronteiras consagram-se, mas o historiador está para desnaturalizá-las – “a fronteira é condição para existência social”. As diferenças culturais são produto da dialética histórica/simbólica da diferenciação cumulativa.

Neste processo observou-se uma série de procedimentos que descaracterizaram e ocultaram a causa do outro através da imprensa – a ideologia tentou trazer predominância para seu discurso, homogeneizando a fim de evitar conflitos no interior do próprio grupo étnico e evitar questionamentos a seus detentores de poder: a Igreja e o governo (exército). São conflitos da sociedade. A partir das pistas ideológicas da metodologia da AD, pode-se perceber além da linguística as práticas sociais. a AD evidencia relações de dominação (THOMPSON, 1995) e formas de violência simbólica (BOURDIEU, 1989). A heterogeneidade social, portanto, é possibilidade de ser do sujeito. É na manifestação das discontinuidades que o sujeito manifesta sua subjetividade, perpassando as práticas sociais.

Tratava-se de analisar tal história em uma discontinuidade que nenhuma teleologia reduziria antecipadamente: demarcá-la em uma dispersão que nenhum horizonte prévio poderia tornar a fechar; deixar que ela se desenrolasse em um anonimato a que nenhuma constituição transcendental imporia a forma do sujeito; abri-la a uma temporalidade que não prometeria o retorno de nenhuma aurora. (FOUCAULT, 2005, p.227)

A partir de Foucault, o discurso Prácia foi colocado em evidencia e desconstruído o que na citação acima ele coloca como instituição transcendental. O caboclo não existe, é construído:

O discurso não é a vida: seu tempo não é o de vocês; nele, vocês não se reconciliarão com a morte; é possível que vocês tenham matado Deus sob o peso de tudo que disseram; mas não pensem que farão, com tudo

o que vocês dizem, um homem que viverá mais que ele. (FOUCAULT, 2005, p. 236)

O discurso não está sozinho na história, ele segue as relações com outros saberes e instituições, a noção do saber-poder, ligada a subjetividade e à verdade. Conclui-se desta forma que o discurso é que define o sujeito. Sob uma cultura, língua, tradições, concepções, a instituição constrói a identidade do caboclo do Movimento do Contestado em Iracema.

FONTES PRIMÁRIAS:

Crônicas das Irmãs Servas de Maria Imaculada de Iracema, 1914.

Crônicas das Irmãs Servas de Maria Imaculada de Iracema, 1915.

JORNAL PRACIA (ПРАЦЯ), Prudentópolis: Gráfica Prudentópolis. (periódicos 1914-1915).

Вігоринський, І., **Ірасема, у історичку розвитку, в 1895 – 1958рр. (Науково популярна розвідка)**. Прудинтопіль: Видавництво оо. Василян, 1958. [Vihorenskei, I., **Iracema, em seu progresso histórico, nos anos de 1895 a 1958. (Dos ensinamentos da pesquisa com o povo)**. Prudentópolis: Tipografia dos padres Basilianos, 1958.]

ЗІНЬКО, Василь. **Там, де гору Тайо видно**. Львів: Місіонер, 2002

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

BARROS, José C. D' A. A ESCOLA DOS ANNALES: considerações sobre a História do Movimento. **Revista História em Reflexão**: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010.

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**, in; POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**, SP: UNESP, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BURKO, Valdomiro. **A imigração ucraniana no Brasil**. Curitiba: s/ed., 1963.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões: campanha de Canudos**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.

ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado: os turmeiros da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande (1908-1915)**. Pelotas: Ed. UFPEL, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 13 ed. Tradução Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. **Arqueologia do Saber**. 7 ed. Tradução Luiz F.B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GUÉRIOS, Paulo Renato. **Memória, identidade e religião entre imigrantes rutenos e seus descendentes no Paraná**. Rio de Janeiro, 2007. 380f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GONÇALVES, Maiéle Mônica. **A Cultura Ucraniana no Jornal Prácia nos Anos 80 e 90**. Irati, 2016. 25f. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em História, na Universidade do Centro-Oeste (UNICENTRO).

HOBSBAWM, Eric J. **Bandidos**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 4º Edição, 2010.

_____. **Rebeldes Primitivos**. Estudos sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais do século XIX. São Paulo: Zahar, 2010.

KALENETZ, Silvestre. **Pelos caminhos da autoaprendizagem da minha vida**. Tradução original do ucraniano por Ambrosio Choma. Curitiba: 2011. s/pp.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. Tese de doutorado, UNICAMP, Campinas, 2001.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século: estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. São Paulo, Duas Cidades, 1974.

PEIXOTO, Dermeval. **A campanha do Contestado**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. (Coleção Farol do Saber). 3 v.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIMENTEL, Alessandra. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica**. Cad. Pesquisa, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja de Contestado**. São Paulo, Ed. Ática, 1981.

RODYCZ, Wilson Carlos. **Os imigrantes poloneses na Colônia Lucena – Itaiópolis: se um marreco pisar no gelo ele quebra**. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2011.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.

VOESE, Ingo. **O movimento dos sem-terra na imprensa: um exercício de análise do discurso**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

CAPÍTULO 9

HISTÓRIA E MEMÓRIA NO DISTRITO DE ITAPARÁ (IRATI-PR)

Augusto Borges (UEM)

Tiago Boruch (UEM)

INTRODUÇÃO

Quando nos deparamos com fatos que nos aproximam com a história e cultura de um povo, estamos construindo novas percepções e interpretações historiográficas. De tal maneira que compreender elementos e vestígios do passado nos levam a perceber e encontrar situações cotidianas presentes em diferentes meios. No decorrer do tempo a história nos revela acontecimentos impactantes em escala global, mas o que não podemos nos esquecer, são os acontecimentos que fazem parte do nosso meio e conjuntura social.

Para este trabalho objetivamos remontar aspectos da história e cultura do distrito rural de Itapará. Isso será feito através de fotografias de época aliadas a entrevistas. O espaço escolhido por nós,

chama atenção por forte influência cultural da imigração europeia principalmente ucranianos e poloneses, que é representado em diferentes aspectos e que se destaca pela memória dos moradores locais, que representam e revivem histórias de um passado. Segundo Pierre Nora (1993, p. 14): “A necessidade de memória é uma necessidade de história.” É por meio da lembrança e desta necessidade que buscamos compreender os fatos que se revelam na localidade de Itapará.

Para entendermos por este viés do que se trata este distrito, partimos de um apanhado sobre as origens da cidade de Irati-PR, a qual sedia tal localidade. A ocupação do território de Irati ocorreu com a leva de imigrantes oriundos de países europeus que se achegavam ao Brasil entre o fim do século XIX e início do XX.

Nesse período, o IBGE estimava que a população Brasileira contava com aproximadamente 17 milhões de habitantes. O crescimento populacional do Brasil dobrou em aproximadamente 30 anos. Isso ocorreu devido a um grande número de imigrantes que aportaram em nosso país, conforme podemos perceber no gráfico abaixo.

Gráfico 1. Crescimento populacional Brasileiro entre 1870 – 2010.¹



1. GESTÃO, Ministério do Planejamento, Orçamento e IBGE. Estatísticas do século XX. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm> acesso em: 18/08/2020. Gráfico elaborado pelo autor.

O historiador Diomedes de Oliveira Taborda observa que “aproximadamente 580 mil imigrantes europeus, em sua maioria advindos da região sul da Itália, Ucrânia e Polônia fixaram-se no sul do Brasil neste início de Século” (TABORDA, 1994. p.14). É neste contexto de grande fluxo de imigrantes que se inicia a ocupação das terras onde hoje está situado o distrito de Itapará.²

Abordando mais especificamente a comunidade Itapará, o professor José Maria Orreda conta um pouco de sua história:

A colonização de Itapará foi iniciada em 1908 com a chegada dos imigrantes ucranianos e poloneses. Eram trezentas famílias localizadas em barracões e toscas moradias... a área de 7016 hectares foi dividida em 300 lotes e a direção da colônia auxiliou com sementes e ferramentas... Paulo Schulham foi o primeiro professor e o padre Marciano Chkirpan celebrou a primeira missa na capela construída pelos imigrantes... Em 1909 os colonos começaram a abrir estrada Itapará a Irati... O distrito de Itapará foi criado através da Lei nº 1919, em 23 de fevereiro de 1920. A região de Itapará era área de letígio entre Irati e Prudentópolis... Localizase na sede do distrito o Colégio São Miguel, fundado em 1937 pela Irmã Anatolia Bodnar... a escola do ensino fundamental foi instalada em 1991. As terras do distrito são intensamente lavradas, apesar da ondulação acentuada. A região é banhada pelo Rio dos Patos, Rio Cachoeira, Rio da Prata, Rio do Cobre, Rio dos Luz, Rio dos Antonios, Rio dos Parteka e outros arroios. As principais culturas são milho, feijão, cebola, arroz e fumo. Itapará faz divisa com os distritos de Guamirim e Gonçalves Júnior. Divisas externas com Prudentópolis e Inácio Martins. (ORREDA, 1999. p. 54)

O distrito de Itapará foi criado através da Lei nº 1919 de 23 de fevereiro de 1920. A referida comunidade fundamenta-se na pro-

2.O nome Itapará é de origem Tupi. Itá significa “pedra” e pará significa “colorida”. Embora seja negada a presença de indígenas na região à época da colonização, já foram encontrados vestígios dos habitantes indígenas nesta localidade. No caso pontas de lança e de flecha. Estes artefatos estão dispostas no Colégio Estadual de Gonçalves Júnior. Outro ponto interessante de se pensar é que mesmo o nome da comunidade (Itapará) tem cravado a marca dessas populações. Acredita-se que o nome fazia alusão a um dos pontos turísticos locais, a cachoeira de Itapará, que possui uma gruta atrás da queda d’água e a composição do rochedo traz vários tons de marrom e cinza.

dução rural, sobretudo na agricultura familiar. É um local que tem potencial para turismo rural pois além de contar com muitas edificações com estilo ucraniano, ainda conta como algumas cachoeiras de fácil acesso com possibilidade de camping, por contar com áreas descampadas.

Embora a comunidade já comemore 114 anos de existência, pouco se produziu sobre ela até o momento. O professor José Maria Orreda fez algumas referências à comunidade. Estas ocorreram em momentos marcantes como a passagem do cinquentenário da cidade e posteriormente no seu centenário. Entretanto apontamentos bastante específicos. Outros artigos abordam um pouco da história e cultura local. Um deles – Os Rituais de Casamento Ucraniano: entre permanências e transformações – Irati/PR (1978-2008) – elaborado por Ancelmo Scörner e Lucélia Lucavei trata especificamente do casamento. Outro artigo foi redigido com características mais abrangentes e se tornou um bom aporte para se pensar a formação da comunidade. Cezar Hul em: *Memória e História nos cem anos da comunidade de Itapará (IRATI/PR)*, procura remontar uma parte da colonização. Hul chama atenção para a arquitetura local, para ele este é o maior traço cultural da região pois:

Em Itapará temos pouco da arquitetura que foi construída pelos antepassados, eram casas cheias de detalhes em curvas, com empena³ alta, muitas delas com sótão (compartimento superior da casa), paredes altas, cobertas com tabuinha de madeira que com o apodrecimento destas foram substituídas por telhas. (HUL, 2007. p. 06)

Observamos estas características na imagem abaixo. Ela apresenta a moradia do pároco ao fundo e das freiras à frente. Esta foto, segundo o senhor Basílio Gaoich foi feita no ano de 1975.

3.A empena é o ponto onde as duas partes do telhado se juntam formando um topo. Ela ocorre em telhados de “duas águas”.



Atualmente essas casas foram substituídas por construções de alvenaria devido ao fato de serem muito antigas e se tornar inviável a sua manutenção.

A respeito da pesquisa de Hul, esta trata de uma obra que explora a geografia local. Nela há a descrição dos limites da localidade e aspectos do relevo local, um trecho bastante acidentado, marcado por paredões rochosos, rios e cachoeiras. Para compreendermos melhor e entender as representações históricas da localidade de Itaparã, analisaremos algumas imagens que remetem a ações cotidianas e culturais, dessa forma se possibilita reestruturar e entender os acontecimentos em torno da memória da comunidade, dando ênfase a algumas questões: Que memórias são reavivadas com a observação das fotografias? Como estas imagens nos ajudam a entender o cotidiano em que foram produzidas? Em que medida elas nos informam sobre seus idealizadores? O que o momento eternizado na imagem revela? Qual a importância do registro fotográfico nesta comunidade? Quais mudanças e permanências são relatadas no decorrer dos últimos 100 anos? Em que a referida localidade se difere de localidades limítrofes? Qual a importância historiográfica da referida deli-

mitação espaço tempo? Que outras fontes nos ajudariam a remontar este universo?

FOTOGRAFIAS HISTÓRIA, MEMÓRIA EM ITAPARÁ

Quando em 1826, depois de muitas pesquisas, Joseph Niépce⁴ conseguiu fixar pela primeira vez, a imagem produzida por uma “câmara-obscura”, através da janela do sótão da sua casa, foi dada a largada para uma grande aventura fotográfica no planeta. Em 1839, o inglês Talbot e o francês Daguerre anunciaram quase simultaneamente as descobertas de processos inovadores para a obtenção de fotografias.

Em campinas, no Brasil, o francês Hercules Florense também fez descobertas relativas à fotografia em torno de 1932, que só recentemente foram reconhecidas. Hercules foi o primeiro a utilizar a palavra “fotografia” para designar o processo.

No princípio a fotografia era praticada por iniciados, quase alquimistas, as emulsões eram preparadas pelos próprios fotógrafos, em processos que exigiam muito cuidado e conhecimento. Mais tarde surgiram os filmes industriais e o universo de muitos fotógrafos se expandiu.

Quando nos anos 20 a Kodak lançou uma câmera que já vinha com o filme, usando para sua propaganda a frase “faça o clique que nós fazemos o resto”, a fotografia teve um grande salto e se popularizou. Milhares de “cidadãos comuns” que não precisaram aprender

4.Em celebração ao dia mundial da fotografia (19/08), a revista Aventuras na História publicou um artigo bastante didático sobre o tema no dia 19 de agosto de 2020. Ele pode ser acessado neste link <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/dia-mundial-da-fotografia.phtml> acesso em: 20/08/2020.

técnicas complicadas passaram a fotografar suas famílias, amigos e passeios.

Com o tempo, as câmaras se tornaram mais leves e baratas e cada vez um número maior de pessoas passou a fotografar.

Mas a fotografia ainda exigia de quem quisesse mostra-la “com boa aparência”, um certo conhecimento técnico que demandava tempo e paciência para adquirir. A boa fotografia muitas vezes era confundida com uma fotografia tecnicamente bem apresentada. (URBAN, 2010. p. 09)

Muito embora o acesso à fotografia tenha aumentado as formas de consumo dessas imagens ainda demandavam de um atendimento profissional externo ao produtor da fotografia. As famílias passaram a registrar os seus momentos sem a necessidade de um profissional, porém precisavam encaminhar um filme fotográfico a um *stúdio* (laboratório) para a impressão (ou revelação) das imagens capturadas e armazenadas num filme negativo.

A partir das últimas décadas do século XX, várias funções da câmara fotográfica passaram a ter um funcionamento automático, dispensando alguns conhecimentos que não estavam relacionados com a sensibilidade e com o talento do fotógrafo, dando mais espaço para um “pensar fotográfico” no momento da captura da imagem. A “foto com boa aparência” passou a ser obtida também por fotógrafos sensíveis que não precisaram ter necessariamente muitos conhecimentos de química, física ou matemática. Muito embora a popularização da fotografia tenha “aposentado” o “fotógrafo alquimista”, os procedimentos complicados de laboratório continuaram a existir.

Conforme aponta Milton Guran em sua obra Documentação Fotográfica e Pesquisa Científica Notas e Reflexões (GURAN, 2012),

nos últimos anos do século XX e no início do XXI, as pesquisas que vinham sendo desenvolvidas desde muito tempo, direcionadas à captura eletrônica de imagens, começaram a ter resultados positivos que rapidamente foram difundidos e industrializados por todas as marcas de câmaras, ao mesmo tempo que procedimentos de laboratório foram transformados em programas para computadores e, hoje, câmeras de custos bastante acessíveis proporcionam uma nova e imensa expansão entre os produtores de imagens. Já, no prefácio do livro intitulado *Poesia da imagem, poesia da palavra*, João Urban afirma o seguinte:

Os programas de computadores imitam praticamente todos os procedimentos de laboratórios tornando-os acessíveis a essa nova e grande multidão de fotógrafos. Uma “alfabetização fotográfica” percorre o planeta velozmente. Nos dias atuais fotografamos como quem escreve um diário, tudo é registrado. As formas de consumo dos arquivos imagéticos são instantâneas. Todos buscam retratar algo. E, pensando que este retratar através de imagens nos dá a possibilidade de contar a nossa história através de fotografias. Somos chamados a olhar para nossas vidas, para nossos trabalhos, para o nosso cotidiano por intermédio das imagens. Não apenas para momentos alegres, festas e viagens, mas, para cenas ordinárias que outrora não eram alvo de cliques fotográficos. (URBAN, 2010. p. 10)

A partir da popularização da fotografia, sobretudo nas últimas décadas do século XX tudo passou a ser alvo de cliques. Ao mesmo tempo todos passaram a fotografar. Essa “alfabetização fotográfica” tratada por Urban veio a multiplicar incontavelmente as possibilidades da escrita da história, entretanto, com a popularização e a facilidade da produção da imagem enfrentamos outro problema. Quanto maior o número de fontes acerca de um tema mais difícil o recorte acerca do objeto a ser pesquisado. E é a partir deste ponto que nossa empreitada toma corpo.

Lançando um olhar para um conjunto de fotografias dispostas no acervo de uma escola situada na localidade de Itapará, observamos uma série de elementos historiográficos que nos inquietam. O uso das imagens para retratar um período, um acontecimento ou um fato cotidiano serve para mantermos de certa forma a memória presente no espaço determinado. O que é representado nas imagens, é de certo modo a captura de uma cena que faz parte da vida de um grupo de pessoas ou então apenas uma lembrança.

Dessa forma o uso das imagens e da memória pode servir como forma de se “fixar” o passado, que toma corpo e forma e é compartilhado. Dessa maneira na memória está contida uma narrativa que agrega dois fatores: o passado e o presente. O já vivido em encontro com o contemporâneo. Maurice Halbwachs, em seu livro *A Memória Coletiva*, chama a atenção para uma dimensão da memória que ultrapassa o indivíduo no singular, considerando que as memórias de uma pessoa nunca são só suas e que nenhuma lembrança pode existir separada da sociedade. Segundo Halbwachs (2006, p.46), “as memórias são construções dos grupos sociais, são eles que determinam o que é memorável e os lugares onde essa memória será preservada”.

A imagem, como fonte histórica, contextualizada com o conteúdo histórico permite uma construção de interpretações sobre o passado, uma exposição cultural na qual as pessoas se alimentam de relatos e experiências de vida. Segundo Michael Pollak

[...]a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK. 1992, p.200)

Tendo em vista que as imagens nos apresentam mais do que elas realmente mostram, procuramos organizar/catalogar fotografias que se encontravam dispostas num arquivo do Colégio Estadual do Campo Padre Pedro Baltzar. Este colégio está situado cerca de 56 Km da sede do município de Irati, na comunidade rural de Itapará.

Quando as pessoas se deparam pensando em momentos os quais, por um motivo ou outro, tornaram-se inesquecíveis, é fácil identificar aí o papel da memória, principalmente quando esta pode ser acessada a partir de algum elemento externo, tal como uma imagem fotográfica. A memória em si, enquanto um elemento das condições biológica e psicológica do ser humano, retém, quase sempre, o que mais chamou a atenção, o que de mais interessante aconteceu na vida cotidiana, do mesmo modo se sugere a fotografia. A memória, nestes princípios, é uma memória viva, podendo ser de uma única pessoa ou de um grupo.

Ela, no entanto, não encadeia cronologicamente os pensamentos. Eles vêm à mente fragmentados, selecionados e, não raro, confusos, pela impossibilidade de se pensar euclidianamente. Com isso, a memória corre o risco de se estruturar no “achismo”. “Acha-se” que foi dessa ou daquela forma que determinado fato aconteceu, mas não se delimita de maneira precisa. Isto se dá porque as pessoas podem manipulá-la ou, simplesmente, considerá-la além do vivido, considerá-la como imaginário.

Propõe-se então, traçar reflexões e discussões sobre a chamada “memória urbana”⁵. Esta, na verdade, não existe concretamente,

5. Neste ponto, creio que temos a possibilidade de trazer à discussão, mesmo que em nota de rodapé “O sentido das palavras nas ruas da cidade”. Pois, numa alusão ao texto, assim como a força dos nomes e suas designações ajudam a compreender o sentido da cidade (p. 141.) Também a força da memória pode nos ajudar a entender um pouco do que

como também não existe a “memória da cidade”, ou, no nosso caso “memória do campo” já que quem faz as ações são as pessoas que nela vivem.

De qualquer forma, por ser a localidade um lugar de encontros e desencontros, de construção e de desconstrução, de sincronias e de diacronias, da base concreta que dá suporte ao vivido, enfim, de, enquanto espaço, tempos materializados, esta apresenta-se como o lugar ideal de memória que está estreitamente ligada aos fatores do tempo, pois cada conhecimento, cada fato está ali representado nas imagens trazem sentidos para a história local.

Quando essa memória deixa de dar por suporte aos grupos vivos, ou seja, quando estes vão se transformando e se refazendo de maneira que as suas memórias não podem mais ser contadas, há a necessidade de registrá-las para que as mesmas perdurem por várias outras gerações. Neste sentido o registro fotográfico se torna um item de suma importância. Segundo Milton Guran:

Uma fotografia pode ser o ponto de partida de uma reflexão antropológica ou o resultado dessa reflexão. No entanto, jamais poderá se constituir na própria reflexão em si, já que a fotografia, por natureza, é eminentemente descritiva, sem prejuízo das suas dimensões simbólicas e opinativas. Ela descreve, representa ou até mesmo interpreta tudo o que pode ser visto e somente isso, ficando fora do seu alcance a apresentação de conceitos, ideias e processos de raciocínio. (GURAN, 2012. p. 64)

A partir disso temos na fotografia a oportunidade de lançar especulações onde o “pensar fotográfico” nos ajuda a interpretar o universo em que o *click* foi feito. Desta forma temos a possibilidade de refletir sobre as formas de consumo da imagem, bem como sobre

é a localidade. Como ela se estabelece. Quais mudanças e permanências prevalecem com o decorrer do tempo?

o dito e o não dito da fotografia, pois este tipo de fonte, aliada ao processo de vernaculação tem o propósito de transmitir uma ideia.

Outro ponto importante a ser frisado diz respeito as formas de consumo e produção/aquisição das imagens por parte do pesquisador. Pois embora o que apresenta Guran:

Entre as imagens produzidas no curso da pesquisa, há aquelas feitas pelo próprio pesquisador ou por alguém da sua equipe e as tiradas por membros da comunidade estudada, sob a coordenação do pesquisador ou de forma independente. (GURAN, 2012. p. 66)

Entretanto, as fotografias que dispomos para dar início à pesquisa se enquadram em outro grupo de ideias apresentadas por Milton Guran:

Enquanto instrumentos de pesquisa, essas imagens podem ser dois tipos, que correspondem a dois momentos do trabalho do pesquisador: há a fotografia feita com objetivo de se obter informações e a fotografia feita para demonstrar ou enunciar conclusões. (GURAN, 1997. p. 67)

No caso, estamos trabalhando com fotografias feitas por participantes de diversas manifestações culturais. Algumas foram produzidas no contexto da colonização da comunidade, buscavam demonstrar o entrosamento dos imigrantes com as novas terras e seus vizinhos tal como se apresenta na figura na imagem abaixo.



Tais imagens foram feitas com o intuito de “guardar a memória”, “servir de lembrança” ou demonstrar e enunciar conclusões pois em dada medida “comprovam” que a organização da comunidade realmente acontecia. Em grande parte das vezes, essa associação entre o registro visual e os relatos de histórias de vida das comunidades fotografadas amplia o nosso universo de referências da pesquisa, possibilitando a criação de narrativas coordenadas onde o visual e o oral se complementam na produção do texto significativo. Quando faltam aportes para pensar ou (re)pensar o passado, a história oral torna-se uma grande aliada. A colonização de Itapará foi favorecida pela câmara de vereadores da cidade de Irati. Sua primeira safra contou com um financiamento do governo do Estado. Entretanto segundo relatos do professor Cesar Hul, conta-se que em 1909 houve o período de seca da taquara⁶ que por sua vez facilitou a infestação de ratos pelas plantações. Não existem registros fotográficos desse período, entretanto ele faz parte da memória dos moradores locais. Conta-se que os colonos passaram a abrir a estrada Itapará até Irati (56km de extensão) em parceria com a prefeitura em troca de novas sementes e alimentação para o período.

Por isso, outro método utilizado, mesmo que secundariamente nessa pesquisa, é a história oral. O caráter auxiliar e periférico a fonte oral neste trabalho não se vincula a qualquer estabelecimento de hierarquia entre as fontes. Para nós, o documento falado é tão importante e valioso quanto o escrito. Optamos por documentos

6.Os ciclos de vida de plantas dessa espécie ocorrem a cada 25 anos. Após a seca vem a polinização de suas flores seguida do amadurecimento de suas sementes, o que facilita a proliferação de ratos pois estes roedores são encontrados em abundância em taquarais que geram alimentação farta à estas espécies. Quando há a seca os bichos procuram e destroem outras plantas até que os novos brotos estejam crescidos.

imagéticos por conta dos aspectos a serem investigados. O depoente, referindo-se a uma paisagem, poderá dizer: “isso aqui era tudo diferente, tudo mato” ou “a igreja, quando era de madeira era mais bonita” – ditos muito comuns nos depoimentos sobre a comunidade. Uma fotografia, no entanto, poderá apresentar detalhes a respeito da espécie de vegetação, arquitetura e demais elementos. Mesmo assim, o depoimento não será tratado como uma fonte menor. Segundo Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado:

Na história oral, existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular: são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo; isso leva o historiador a afastar-se de interpretações fundadas numa rígida separação entre sujeito/objeto de pesquisa, e a buscar caminhos alternativos de interpretação. (FERREIRA e AMADO 2008. p. 22)

Desta forma, a história oral tem como objetivo também construir a memória, oferecendo sustentação aos objetos de estudo do passado. Ainda, Alberti (ALBERTI, 2004.) Enfatiza a História como uma forma de operação para que seja possível compreender e conhecer o que já faz parte do passado. Assim sendo, uma entrevista de história oral pode oferecer vivacidade ao assunto pesquisado, incrementando-o com características pessoais, como: emoções, observações, reações, entre outros.

A análise de imagens, por sua vez, representa, ainda que de forma precária, a evidência de uma existência. Dizemos de forma precária porque sempre há algo de montagem na imagem fotográfica. Os que vão ser fotografados se alinham, normalmente, para a fotografia. Mesmo que seja um flagra, ou uma paisagem – o fotógrafo escolhe o ângulo, o enquadramento, o zoom, o ponto azimutal e assim por diante.

Através destes métodos de pesquisa citados anteriormente, poderá ser realizada uma ampla descrição a respeito da comunidade em questão, para que assim seja realizado um registro deste distrito apresentando suas particularidades em meio sua multiplicidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensarmos a localidade do Itapará descobrimos um mundo além do que se está representado nas imagens e o que foi descrito nos relatos. Partimos da junção de vestígios históricos retomados pela memória de maneira que a história se reconfigura aos acontecimentos e fatos. Segundo Jacques Le Goff (2003, p. 477): “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. No entanto ao analisarmos a localidade do Itapará, percebemos um espaço cheio de peculiaridades, que nos trazem uma importância para a história do Paraná. Nela existe espaço para a pensar o cotidiano, o cultural, o econômico e até mesmo questões de gênero. Embora seja uma comunidade centenária, pouco se registrou de sua história até o momento. Nota-se que a arquitetura preserva traços da presença ucraniana e polonesa na região, as casas são altas, com telhado alongado. A comunidade apresenta um forte apego pela manutenção das suas tradições, sobretudo do ponto de vista religioso.

Entre fatos históricos que envolvem a comunidade do Itapará se (re)cria situações culturais e cotidianas, mantidas e passadas entre as gerações. Portanto, a memória pertence ao passado e, a partir da representação sobre os acontecimentos é que o presente entra em cena. As lembranças e significados das imagens são incorporadas e ganham diferentes representações, cada particularidade aqui repre-

sentada nas imagens, pertence há um coletivo de memórias e lembranças. Os relatos apresentados e analisados ainda que de forma primária, nos conduzem para uma abordagem ampla e constante da história local, que servirá de fonte para a continuidade e preservação sobre a cultura e identidade da localidade do Itapará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em História oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3ª ed. Petrópolis, Vozes. 1998.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003. pp. 7-22; 127-46; 467-77.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Apresentação. In: **Usos e abusos da história oral**. 3a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- GESTÃO, Ministério do Planejamento, Orçamento e. IBGE. **Estatísticas do século XX**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm> acesso em: 18/08/2020.
- GURAN, Miton. **Documentação Fotográfica e Pesquisa Científica Notas e reflexões Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia 2012**. Disponível em: http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/doc_foto_pq.versao_final_27_dez.pdf acesso em 31/08/2020 às 10:32.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HUL, César. **Memória e história nos cem anos da comunidade de Itapará (IRATI/PR)** Revista Tempo, Espaço e Linguagem. V. 04 - N. 01 - Jan.-Abr. - 2013
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Revista Estudos Históricos. v. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.
- SCHÖRNER, Ancelmo. LUCAVEI, Lucélia. **Os Rituais de Casamento Ucraniano: entre permanências e transformações – Irati/PR (1978-2008)**. Revista Tempo, Espaço e Linguagem. V. 04 - N. 01 - Jan.-Abr. - 2013
- TABORDA, Diomedes de Oliveira. **Inácio Martins, aspectos políticos, econômicos e sociais**. (Especialização em História do Paraná) Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava, 1994.

CAPÍTULO 10

PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO E DE IDENTIFICAÇÃO NOS FAXINAIS: UM OLHAR A PARTIR DA CATEGORIA GÊNERO

Marisangela Lins de Almeida (UFSC)

A proposta deste ensaio¹ é analisar categorias de análise, tais como Processos de Identificação, Territorialidade e Território conjugadas às experiências políticas de auto identificação dos (as) faxinalenses, população tradicional² existente na região Centro-sul do Estado do

1.As discussões desse texto vinculam-se à minha pesquisa de Doutorado intitulada “Trabalho, terra e família: relações de gênero na dinâmica social faxinalense”, sob orientação do Professor Dr. Paulo Pinheiro Machado. A pesquisa, em andamento, conta com apoio da CAPES, através de bolsa de estudos. Parte das reflexões aqui apresentadas foram publicadas na obra *Territórios Contestados: terra, água e memória entre populações tradicionais*, organizado por Ancelmo Schorner e publicada pela Editora Todas as Musas, em 2019.

2.A categoria do povo tradicional brasileiro abrange, por exemplo, indígenas, remanescentes de quilombos, caíças, babaqueiros(as), caboclos(as), caipiras, sertanejos(as), quebradeiras de coco, pantaneiros(as), pescadores(as) artesanais, seringueiros(as), vazanteiros(as) e faxinalenses, entre outros. Para Paul Little (2002), a utilização da palavra ‘tradicional’ pode gerar muitas dificuldades devido à sua polissemia e à forte tendência de associá-la com concepções de imobilidade histórica e atraso econômico. Contudo, a importância dada

Paraná. Importa-nos problematizar as complexas conexões entre os *Processos identitários* e de territorialização, enfatizando seus deslocamentos a partir das mulheres e seus conhecimentos tradicionais empregados nos espaços dos quintais, no que diz respeito à manejo, utilização, armazenamento e redes de circulação das sementes crioulas.

A análise possui como base dados levantados em eventos organizados pelos próprios faxinalenses e/ou instituições públicas, como I e II Encontro dos Povos Faxinalenses de Rio Azul, realizados no Faxinal Lajeado dos Mellos (2015-2016) e organizado pelo Laboratório dos Povos Eslavos e Faxinalenses (LAPEF/UNICENTRO), Feira das Sementes Crioulas, no município de Rio Azul (2015), Encontros do MASA (Movimento Aprendizes da Sabedoria), que reuniu pessoas detentoras de ofícios tradicionais de cura, dentre elas, faxinalenses (Rebouças, 2017). Além disso utilizamos informações sistematizadas a partir de sucessivas visitas de campo realizadas em quatro faxinais da Região Centro Sul do Paraná, entre os anos de 2014 e 2017: Faxinal Lajeado dos Mellos e Taquari dos Ribeiros (Rio Azul), Faxinal do Salto (Rebouças) e Faxinal do Rio do Couro (Irati). Também utilizaremos o Estatuto da Associação de Moradores da Comunidade de Salto em Rebouças-PR (1996), Escritura pública de instituição do Criador Comum do Faxinal do Salto (1994) e Anais do

às constantes mudanças históricas provocadas pelos processos seculares de fronteiras em expansão e aos múltiplos tipos de territórios sociais que produziram, mostra que o uso do termo *tradicional* aqui se refere, explicitamente, às realidades plenamente modernas. Assim, a categoria de *povos tradicionais* é um elemento analítico capaz de conjugar fatores como: existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, procura de autonomia cultural, práticas adaptativas sustentáveis.

I Encontro dos Povos dos Faxinais (2005), e entrevistas realizadas com mulheres dos Faxinais acima citados³.

Os faxinais são considerados uma forma de organização camponesa⁴, que possui como característica principal o uso comum da terra, em forma de criadouro comunitário, e da utilização em comum dos recursos naturais nele existentes. O processo de identificação dos Povos Faxinalenses é recente e ocorre num contexto de políticas identitárias mais amplas, soma-se às políticas identitárias dos demais Povos Tradicionais brasileiros.

No caso dos faxinais é necessário problematizar os processos identitários a partir de algumas noções específicas: a) a constituição da identidade faxinalense ocorre através de relações com o território; b) eles foram, e ainda são, orientados a partir da presença de mediadores (universidades e Órgãos estaduais); c) o processo de constituição da identidade “faxinalense” teve, e ainda tem, como parâmetro o ‘*outro*’ semelhante. A aproximação com os Fundo de Pasto (comunidades que convivem com uma posse de terra semelhante aos faxi-

3.É importante destacar que as informações coletadas não constituem um conjunto de dados estatisticamente significativos, mas sim um conjunto de opiniões que permitem detectar tendências sobre a dinâmica dos processos identitários das mulheres nos faxinais. Esta investigação realizou-se a partir de trabalho etnográfico através de dados primários, conversas informais e também entrevistas (três mulheres foram entrevistadas em cada um dos faxinais acima citados) direcionadas à auto identificação, trabalho nos espaços dos quintais (incluindo manejo de sementes crioulas), da roça e no criadouro comum. São, portanto, dados de uma pesquisa inicial e ainda em execução, componente não central, mas integrado à tese de doutoramento. Este trabalho se propõe a contribuir para o debate sobre as dinâmicas das comunidades tradicionais faxinalenses.

4.Procura-se pensar essa sociedade camponesa para além das questões econômicas. Os faxinais, enquanto modalidade de campesinato, são caracterizados pelo caráter familiar da produção. Nesse sentido, é Chayanov (2014) que fundamenta teoricamente o entendimento sobre a unidade familiar camponesa. Mesmo escrevendo no contexto russo da década de 1920, ele ajuda na reflexão sobre família e cultura nas unidades camponesas modernas.

nais, existentes no sul da Bahia, é um exemplo); d) esses processos de identificação faxinalenses são inscritos no/pelo masculino; e) a necessidade de estabilização do território faxinalense acompanha a vontade de estabilização da Identidade.

Nos faxinais da região Centro sul do Paraná os processos identitários ocorreram a partir de três momentos históricos distintos: a atuação da Rede Faxinal (2004), a constituição da Articulação Puxirão Faxinalense APF (2005) e a formação da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais (2008).

A Rede Faxinal⁵, criada em 2004, investiu na construção do processo de afirmação da identidade e da elaboração de pautas para políticas públicas, através da organização do I Encontro dos Povos dos Faxinais. Realizado em Irati, em 2005, o Encontro teve como lema *“Terras de Faxinal: Resistir em Puxirão pelo Direito de Repartir o Chão”*. O lema assinala um mecanismo analítico capaz de reunir fatores como existência de regimes específicos de propriedade (uso comum do criadouro e de recursos naturais), sentido de pertencimento a um lugar, necessidade urgente de resistência na defesa de seus territórios⁶

5.Composta por entidades governamentais (IAP e INCRA), Universidades (UEPG, UNICENTRO, UFPR) e por entidade não governamentais provenientes da sociedade civil (Instituto Equipe de Educadores Populares, Comissão Pastoral da Terra, Terra de Direitos, Instituto Guardiões da Natureza, Associação do Faxinal Saudade Santa Anita, Associação do Faxinal dos Seixas, Associação de Grupos de Agricultores Ecológicos (AGAEÇO), e Associação de Grupos de Agricultores Ecológicos Francisco de Assis.)

6.As relações específicas que esses grupos estabelecem com as terras tradicionalmente ocupadas e seus recursos naturais fazem com que esses lugares sejam mais do que terras ou simples bens econômicos: eles assumem a qualificação de território. O território implica dimensões simbólicas. No território estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo; nele estão enterrados os ancestrais e encontram-se os sítios sagrados; ele determina o modo de vida e a visão de homem e de mundo; o território é também apreendido e vivenciado a partir dos sistemas de conhecimento locais, ou seja, não há povo ou comunidade tradicional que não conheça profundamente seu território

e aproximação com outras populações tradicionais que, a partir do trabalho coletivo (puxirão/mutirão) inserem-se na ótica da reciprocidade.

O I encontro reuniu faxinalenses que, buscando a construção da identidade de comunidade tradicional de forma coletiva, elaboraram propostas para conservação de seus territórios tradicionais⁷. O que procuram evidenciar politicamente é a forma diferente de se relacionar com a terra, que passa pela compreensão, por exemplo, do direito de uso comum, que independentemente de qualquer regime jurídico, está relacionado ao direito costumeiro (CAMPOS, 2000, p. 2). Dessa forma, esse direito de uso comum que caracteriza o território social faxinalense não está somente relacionado a aspectos ambientais⁸ e econômicos, mas a questões culturais e sociais (laços de reciprocidade e parentesco, por exemplo), elementos que atravessam a luta pela afirmação de suas *identidades territoriais*, nas palavras de Cruz (2007)⁹.

(CIMOS/MPMG, 2014).

7. Apoiados pela Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos Pequenos Agricultores, Associação de Grupos de Agricultores Ecológicos São Francisco de Assis, Associação dos Grupos de Agricultores Ecológicos do Turvo, Instituto Ambiental do Paraná, Rede Faxinal e Instituto Equipe de Educadores Populares.

8. A ARESUR – Área Especial de Uso Regulamentado é o mecanismo de reconhecimento formal do território faxinalense através de legislação estadual, conforme o Decreto 3.446/97. Sob este enquadramento os faxinais são reconhecidos como “sistemas de produção camponesa que têm como traço marcante o uso coletivo da terra para produção animal e conservação ambiental” (IPARDES, Anuário Físico-Ambiental 2004).

9. Segundo Cruz (2007, p. 95) as populações “tradicionais” se organizam, ganhando visibilidade e protagonismo, se constituindo e afirmando como sujeitos políticos na luta pelo exercício ou mesmo pela invenção de direitos a partir de suas territorialidades e identidades territoriais. Essas lutas são lutas por redistribuição e por maior igualdade de acesso aos recursos materiais (lutas por “territórios da igualdade”), bem como pelo reconhecimento da legitimidade de diferenças e identidades culturais expressas nos diferentes modos de produzir e nos diferentes modos de viver e de existir de tais populações (lutas por “territórios da diferença”).

Desse modo, é importante estabelecer conexões teóricas e analíticas entre processos identitários e processos de territorialização¹⁰, que no caso faxinalense apresentam-se interligados, podendo ser traduzidos em identidades territoriais. Essas noções orientaram o processo de constituição coletiva das comunidades faxinalenses. Pressuposto percebido no I Encontro dos Povos de Faxinais, onde organizou-se a *Articulação Puxirão Faxinalense*, órgão de representação política cuja pauta orienta-se em torno de alguns eixos principais, como a construção de planos de uso sustentável do território e o resgate das práticas e conhecimentos tradicionais.

Num terceiro momento, em maio de 2008, no I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, em Guarapuava- PR é constituída a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, a proposta da Rede Puxirão era ampliar e fortalecer parcerias com outros segmentos que tinham na territorialidade sua base identitária constitutiva. Participaram do encontro representantes dos quilombolas, Ilhéus do Rio Paraná, Pescadores(as) Artesanais, Cipozeiras, representações indígenas Xetás, Guarani e Kaingang. Somando-se no II Encontro da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná (2009), o Movimento Aprendizes da Sabedoria (representantes das Benzedeiras), Associação Brasileira de Ciganos do Paraná e o Fórum Paranaense das Religiões de Matriz Africana (VANDRESEN, BUTI e SOUZA, 2014, p. 23).

10.A noção de *territorialização* é definida como um *processo de reorganização social* que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (OLIVEIRA, 1998, p. 55)

A Rede Puxirão tornou-se um espaço de formação e articulação política destes movimentos sociais, propiciando uma possibilidade de diálogo que permite com que lideranças pensem ações para efetivar as políticas públicas para as comunidades tradicionais do Paraná¹¹.

No processo inicial de identificação dos faxinalenses, percebe-se a importância de instituições mediadoras, principalmente da Rede Faxinal que esteve presente no início do processo, atuando na base, indo às comunidades e propiciando, por exemplo, diálogo com os representantes da comunidade tradicional Fundo de Pasto. Além de Universidades e Órgãos estaduais.

A partir desse reconhecimento de si como sociedade tradicional e de sua posição no campo social e político, o diálogo com outras categorias paranaenses de povos tradicionais expressa também a consciência de sua condição numa relação ambígua de aproximar-se/assemelhar-se e distinguir-se face a outras formas e modalidades de apropriação e uso da terra e dos recursos naturais, outras formas de territorialidade. É o processo da tomada de posição do grupo social faxinalense por meio da afirmação identitária baseada em critérios étnicos, territorialidades específicas, construídas e acionadas em situações de conflitos envolvendo a defesa da modalidade de uso comum e do modo de vida faxinal.

11.Segundo Barreto (2013, p. 58), ao se trabalhar conceitualmente com a questão da identidade, assume-se que a sua atribuição possui um sentido duplo no pensamento moderno. Por um lado, ela vem enquanto necessidade para se reconhecer na presença do “outro”. Por outro, ela emerge no processo político de unir sujeito que comungam práticas semelhantes para assumirem uma posição de defesa frente a uma situação de ameaça. Trata-se a questão da identidade a partir do seu oposto, a alteridade. A evidenciação da concepção de práticas semelhantes, no caso dos faxinais, anula contradições e instabilidades.

Para Barreto (2013, p. 58) ao se trabalhar conceitualmente a questão da identidade assume-se que a sua atribuição possui um sentido duplo no pensamento moderno. Por um lado, ela vem enquanto necessidade para se reconhecer na presença do “outro”. Por outro, ela emerge no processo político de unir sujeito que comungam práticas semelhantes para assumirem uma posição de defesa frente a uma situação de ameaça.

Envoltos em conflitos relacionados à terra, os faxinalenses passam a ativar noções de identidade territorial, que segundo Almeida (2004), atuará como fator de identificação, defesa e força, já que as dimensões físicas e simbólicas se articulam, acionando o sentido de pertencimento. Nesse sentido, o território passa a ser o local onde se constroem laços de identidade.

Processo que passa pela diferenciação, elemento central pelo qual a identidade é produzida nos faxinais: produtos orgânicos, contrários à lógica dos transgênicos; formas de plantar que respeite a natureza e seus ciclos, modo de viver camponês, distinto do urbano. Nesse processo são fundamentais as concepções de territorialidade e território.

Os processos faxinalenses de territorialização são atravessados por uma dinâmica histórica e política de confrontos ocorridos em virtude de leituras diferentes sobre a terra e seus regimes de propriedade. Nesses processos, o conceito de cosmografia, definido por Little (2002) como saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território, é fundamental para análise das dinâmicas faxinalenses. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém

com seu território, a história da ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.

AS MULHERES E OS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO

Como vimos, a existência coletiva da categoria *faxinalense* constituiu-se a partir de um projeto de unidade, pressupondo, portanto, a estabilidade de uma identidade e de seu território. Entretanto, nesse caso específico, importa-nos investigar os dinâmicos e fluídos *processos de identificação*, como nos alerta Brubaker e Cooper (2000).

Para as comunidades faxinalenses, a produção política de suas identidades associa-se à relação particular que possuem com seus respectivos territórios. Os processos identitários possuem uma relação particular com o modo como veem, definem e produzem sua territorialidade¹², o que se dá a partir das formas de uso e posse da terra, reconhecidas no direito costumeiro, associadas a laços de solidariedade, formas de produzir, conhecimentos tradicionais¹³, entre outros.

De igual modo, é necessário considerar que a produção dessa identidade é relacional, ou seja, ela é marcada e constituída a partir

12.De acordo com Little (2002, p. 3), a territorialidade é o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território. Para ele, o território surge diretamente de condutas de territorialidade de um grupo social, sendo, portanto, um produto histórico de processos sociais e políticos. Segundo Raffestin (1993, p.158), “[...] a territorialidade reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”. Desse modo: “[...] a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (Haesbaert, 2004, p. 3).

13.Sobre conhecimentos tradicionais ver: CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e Dissensões entre saberes Tradicionais e Saber Científico. *Revista USP*, São Paulo, n.75, p. 76-84, set./nov. 2007.

da diferença (traduzida nas expressões “*dentro*” e “*fora*”, “*nós*” e “*outros*”). Essa diferenciação é organizada a partir de relações assimétricas de poder, sustentada pela exclusão e marcada por um conjunto de discursos silenciadores que escamoteiam múltiplas identidades e toda uma rede de saberes e conhecimentos tradicionais combinados a elas.

Entretanto, seria ingenuidade pensar a construção identitária dos faxinalenses exclusivamente a partir desse antagonismo binário externo¹⁴. Concomitantemente, na dinâmica interna dos faxinais, processa-se contradições. Analisaremos essa lógica a partir de elementos relacionados a duas situações específicas: a) os termos e as implicações da unidade que a identificação coletiva aciona no processo de reconhecimento identitário das mulheres nos espaços do faxinal (quintais, terras de criar, ou criadouro comum, e terras de plantar, ou roças); b) a construção simbólica interna de uma unidade coesa orientada a partir da alteridade nos processos de defesa do território.

Acionar o conceito de território, torna-se para os povos tradicionais uma tática de sobrevivência, já que enfrentam inúmeros obstáculos e estão envoltos em conflitos com diversos antagonistas e lutas entre diferentes forças sociais e interesses distintos. As unidades que as identidades faxinalenses proclamam, para além de serem construídas no interior de um jogo de poder de antagonismos externos,

14. Antagonistas externos são pessoas “de fora”, que segundo os moradores, compram terras nos faxinais, seja nas áreas de plantar e/ou de criar, e começam a introduzir novos cultivos, como soja, eucalipto e pinus, introduzem cercamentos individuais dentro da área de uso comum, desrespeitando um conjunto de normas consensuais fundadas na tradição e costume e estabelecidas no tecido social. Entretanto, é importante enfatizar que internamente há também moradores que desejam o fim do criadouro comum. As escalas de antagonismos e tensões variam em cada faxinal, dependendo dos processos de desagregação de cada um.

revela contradições e antagonismos internos que atravessam o auto reconhecimento feminino no interior dessas unidades camponesas.

A construção social da identidade feminina faxinalense sucede-se de forma diferente da masculina, e para avançar na discussão é importante compreender alguns aspectos históricos sobre os faxinais e sua representação: histórica, acadêmica e politicamente, a representação social e simbólica dos faxinais é masculino. A categoria *faxinalense* foi construída e representada como marcador universal homogeneizante. Ou seja, linguística e discursivamente, entende-se o faxinal como espaço de atuação de homens ou, na melhor das hipóteses, de famílias chefiadas por homens. Nessa interpretação, podemos inferir que *mulheres faxinalenses* é uma categoria silenciosa e/ou silenciada.

Nas visitas de campo, citadas no início do texto, não foi possível perceber o reconhecimento identitário delas com a expressão política *faxinalense*. Os apontamentos de Kuper (2002, p. 297, grifos no original), podem colaborar nessa reflexão, pois ao problematizar o protagonismo na luta multicultural, assinala que, talvez o que ele denomina de *verdadeiro eu* não seja capaz de encontrar a própria voz ou de se reconhecer nas representações que o cercam. Para as mulheres, a identificação geralmente ocorria com a categoria de “trabalhadoras rurais”.

Essa consideração é significativa. Nesse contexto é oportuno que a discussão sobre processos de identificação feminina nos faxinais seja teorizada vinculada à categoria *trabalho*, pois sabe-se que o campo brasileiro historicamente projetou-se como espaço do *saber-fazer* masculino, o que acarretou, entre outros aspectos, na desvalorização

do trabalho das mulheres nesse espaço¹⁵. Há uma evidente aproximação destas com a categoria trabalhadora rural devido à inferência positiva do termo às atividades rurais femininas.

Paradoxalmente, observado no trabalho etnográfico, outro aspecto do auto reconhecimento, revela que o espaço onde elas se encontram durante as conversas influencia a identidade acionada. Nos espaços dos quintais, ainda que poucas vezes e de forma “esquiva”, algumas fizeram referência a si mesmas como faxinalenses, o que não aconteceu em outros lugares dos faxinais.

Pode-se pensar que o quintal é o espaço onde sua identidade como mulher trabalhadora da terra se constrói, parece ser onde a identificação com o faxinal está ocorrendo. Esse axioma pode ser evidenciado a partir de expressões como: “na maioria [dos casos] nós **mulheres do faxinal** é que somos responsáveis pelas sementes, as mulheres são responsáveis pelo quintal, trabalhar na terra, pelo plantio, pelo conhecimento tradicional, então, nesse sentido, a mulher faxinalense é importante¹⁶”.

O conhecimento tradicional empregado no interior dos quintais, espaço que Oakley (2004) denomina de santuários da agrobiodiversidade, e, conseqüentemente, no manejo e conservação de sementes

15.Sobre a desvalorização do trabalho das mulheres no campo brasileiro ver: HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de; GARCIA, Marie France; GARCIA JR. Afrânio Raul. **O lugar da mulher em unidades camponesas**. In: AGUIAR, Neuma. (org.). Mulheres na força de trabalho na América Latina: Análises qualitativas. Rio de Janeiro: Vozes, 1984; ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social**. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Lonilde Servolo de. (orgs.). Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013; PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

16.Dona Elizabete, Faxinal Rio do Couro. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 07 de setembro de 2017.

crioulas¹⁷, pode ser pensado como elemento aglutinador de produção de identidades. Podemos pensar essa lógica a partir de elementos discursivos de uma moradora do faxinal, dona Terezinha:

Ainda segunda fui buscar muda de batata salsa na Maria. Trocamos sementeira de tomate, rama de mandioca. Aqui no faxinal ainda existe muito isso, essa troca de sementes. Trocamos semente de abóbora. Igual tomate, uma semeia antes, daí troca, porque uma tem uma qualidade, a outra tem de outra qualidade, daí troca, entende? Essa época é bastante trocado, por causa que é mais coisas, e é época. Planto alface, repolho, couve flor, tempero, salsinha, cebolinha, várias coisas, varia da época. Mandioca, agora é época de plantar, tomate, melão, pepino, também é hora de plantar, daí é um troca troca de muda da mulherada. Agora é a época que se planta mais as coisas, tem coisa que se plantar fora de época não dá. E tem a lua também. É bom plantar na lua cheia. Se for plantar batata na lua nova broqueia tudo. A batata tem de plantar na mingunte [...] O melão a gente tira a semente, lava e coloca para secar no sol, numa peneira, abóbora e tomate a mesma coisa, coloca num vidro e conserva na geladeira, dura de um ano para o outro. E a maioria das sementes que nós temos é troca que a gente faz, trocamos muda também. Eu aprendi com a mãe, desde nova a gente lidou¹⁸.

Estruturas de reciprocidade, bastante presentes entre as mulheres faxinalenses fortalece vínculos. Além de relacionar-se à autono-

17.Sobre sementes crioulas e autonomia camponesa ver: SCHORNER, Ancelmo; ALMEIDA, Marisangela Lins de. **Camponeses e sementes crioulas: conservação da biodiversidade e autonomia**. In:Encuentro Internacional Minga para La Paz, El buen vivir y la no violencia. Pasto (Colômbia), junho de 2017. Na reflexão sobre sementes crioulas e saberes, os apontamentos de Shiva (2003, p.23) são elucidativos. Segundo ela, quando o saber local aparece de fato no campo da visão globalizadora, fazem com que desapareça negando-lhe o *status* de um saber sistemático e atribuindo-lhe os adjetivos de “primitivo” e “anticientífico”. Analogamente, o sistema ocidental é considerado o único “científico” e universal. Entretanto, os prefixos “científico” para os sistemas modernos e “anticientífico” para os sistemas tradicionais de saber têm pouca relação com o saber e muita com o poder (SHIVA, 2003, p. 23). Para ela, há uma distorção evidente no que diz respeito as variedades de sementes: as variedades nativas, produzidas e utilizadas pelos agricultores de todo o Terceiro Mundo, são chamadas de “sementes primitivas”, já as variedades criadas pelos especialistas modernos em centros internacionais de pesquisa agrícola ou por grandes empresas transnacionais de sementes são chamadas de “avançadas” ou “de elite” (SHIVA, 2003, p. 67).

18.Dona Terezinha, entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 07 de setembro de 2017.

mia, nesse espaço particular de trabalho (a área de plantar é de domínio masculino) ocorre também a transmissão de saberes específicos, fundamentais para a soberania alimentar. Sendo assim, o quintal é lugar onde as atividades que elas desenvolvem adquirem importância entre elas. O que plantam, colhem e trocam é motivo de orgulho¹⁹. Nos faxinais, para as mulheres, quintais e trabalho estão nitidamente conectados à identidade.

O trabalho é a chave marcadora de reconhecimento, este reconhecer-se ocorre também a partir do outro “de dentro”, os homens e “de fora”, este último pode ser pensado no diálogo abaixo com Dona Elizabeth, moradora do Faxinal Rio do Couro:

- O que a senhora usa nas plantas e verduras do seu quintal? - Uso só esterco de vaca e de galinha, não uso veneno, porque verdura é diferente, é pra comer. Desde o tomate, o do mercado parece um papelão de duro, o meu é molinho. Nós fazemos tudo aqui mesmo, a verdura tem sabor, é mais gostoso²⁰.

No Faxinal Rio do Couro, a rede de trocas de sementes e conhecimentos entre as mulheres é intensa, e comprar sementes, verduras e legumes na cidade não é algo comum para elas, isso ocorre tanto pela distância quanto pelo que elas denominam de “gosto”, indicando preferência pelos alimentos e sementes produzidos por elas.

Como notamos nessa fala, a entrevistada ativa noções de diferenças, *nós e eles, aqui e na cidade*, binarismos que valoram suas atividades. Trabalhar com a problemática dos faxinais através do olhar das mulheres é operar constantemente com oposições binárias, *dentro/fora*,

19.A respeito do orgulho camponês ver: PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

20.Dona Elizabete, entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 07 de setembro de 2017.

bom/ruim, antigamente/hoje. Eles/nós, categorias dicotômicas que se referem aos homens do faxinal e aqueles de fora de sua circunscrição geográfica.

Esse debate pode ser problematizado com as reflexões de Silva (2005, p. 83), de que oposições binárias não devem ser pensadas como relações simétricas de poder, pois sobre um dos termos há sempre a marcação de privilégios. As mulheres faxinalenses vivem duplamente essa assimetria, pois ela se dá com antagonistas externos e cotidianamente nas relações internas. A proposição, portanto, é que os processos constitutivos das identidades das mulheres faxinalenses existem sobrepostas à outra(s), sobre quais serão acionadas dependerá, entre outros aspectos, do espaço social acionado. Entretanto, diferenças não devem ser medidas numa única escala.

No caso das mulheres é preciso pensar identidade e diferença como categorias distintas, mas também análogas e também conflitantes. Isso implicaria em pensar as múltiplas posições do sujeito, pois identidades são sempre inacabadas, em construção, como aponta Woodward (2000).

Contudo, é preciso considerar que essa lógica também está inserida num contexto globalizado que é também universalizante e universalizador, cuja lógica de homogeneização tem atacado os conhecimentos, os modos de vida tradicionais, levando muitas comunidades ao desaparecimento. O desaparecimento do saber local por meio de sua interação com o saber ocidental dominante acontece em muitos planos, por meio de muitos processos. Segundo Shiva (2003, p. 21), os sistemas ocidentais de saber são considerados universais.

Cruz (2007) associa as lutas identitárias das populações tradicionais com lutas por territórios da diferença, já que o protagonismo, a organização e a visibilidade ocorre a partir da afirmação como sujeitos políticos na defesa de suas territorialidades e identidades territoriais. São lutas por legitimação da diferença e de identidades culturais, presentes nos modos de viver e existir. A identidade política faxinalense aciona, constantemente, categorias culturais, geralmente relacionadas à saberes e fazeres, seja em relação ao criadouro comum, aos quintais, às terras de plantar, a partir de formas específicas de fazer/praticar agricultura, por exemplo.

Envoltos em conflitos relacionados à terra, suas práticas territoriais constroem identidades. Nos faxinais, esses processos utilizam-se frequentemente de elementos assinaladores do passado.

Vejam os depoimentos abaixo:

Antigamente era cheio de animais aqui, tudo solto, muitos porcos. Eu nasci aqui nesse faxinal, criei meus filhos aqui, vou morrer aqui. É muita pena que tá acabando tudo. Primeiro foi por causa de roubos, roubavam os animais, sabe? Era muito prejuízo, daí o povo começou a fechar os animais, começaram a ficar com medo. Depois o problema passou a ser as cercas, por causa da madeira, faziam aquelas cercas de flexame. Era difícil por causa da madeira e o povo foi desanimando. Daí veio “uns de fora” e não queriam mais, queriam fechar. Agora tá quase tudo acabado. Eu tenho saudade desse tempo. Eu quero morrer aqui no faxinal²¹.

No Faxinal Rio do Couro, localizado na área rural de Irati-PR, cujo criadouro comum está bastante restrito (fechado) e o processo de desagregação encontra-se bastante avançado, o passado está fortemente marcado na memória coletiva e é um forte marcador identitário²².

21. Dona Bernardete, entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 07 de setembro de 2017.

22. Sobre o aspecto da formação da identidade, Kuper (2002, p. 298) assinala que a identidade

O acionamento do passado assinala para o fato de que as identidades faxinalenses passam por um processo de (re)demarcação de vínculos identitários, nesse processo há divergências e tensões internas traduzidas, por exemplo, no afrouxamento de laços comunitários a partir de um processo de desestruturação e desagregação que o Faxinal do Salto, por exemplo, vem vivenciando.

Os binarismos, frequentemente observados nas falas das mulheres são dimensionadas pela relação entre o passado e o presente. A fala abaixo, sobre as atividades cotidianas, pode nos apontar os caminhos sobre a fragilidade interna da lógica unificadora:

Eu não paro, ontem anoiteci e não aguentava de dor nas pernas. Eu trabalho na roça, ajudo, faço de quase tudo. Eu acordo seis horas da manhã, faço café, cuido dos bichos, porco, galinha, boi. Ali encima tem um buraco, *eu tenho de colocar água direto pros porco*, não tá dando pra soltar os porcos, por causa das cercas. Eu gosto de trabalhar no quintal, a gente é costumada, minha mãe ensinou assim, antes era só assim. Agora que dá pra estudar, que nem vocês. Eu tenho só a 4º série. Eu me estresso se ficar só na casa, se saio virar a terra me distraio [...] Na cidade compramos pouca coisa: açúcar, café, sal, fermento, só miudezas [...] Mas meu trabalho é bastante aqui. Agora não está dando para soltar os porcos por causa das cercas, estão em péssimo estado. Daí os porcos escapam. Os grandes dá pra soltar, mas os pequenos não. Quem não tem animais, não quer trabalhar nos mutirões para arrumar as cercas. Os mais velhos não podem mais e os mais novos não se interessam. E tem os rolistas, vem e soltam os animais e deixam, cavalos, principalmente, eles destroem as cercas ²³.

Para existir coletivamente constrói-se a um projeto de unidade para resistência, unifica-se, pressupondo a estabilidade de uma categoria, nesse caso a de faxinalense. Entretanto, internamente, os faxi-

não é apenas um assunto pessoal. Ela precisa ser vivida no mundo, num diálogo com outros [...] de um ponto de vista subjetivo, a identidade é descoberta dentro da própria pessoa, e implica identidade com outros. O eu interior descobre seu lugar no mundo ao participar da identidade de uma coletividade [...]”.

23.Dona Marinda, Faxinal do Salto. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida, em 26 de agosto de 2017.

nais enfrentam tensões, verificadas essencialmente no afrouxamento de lações comunitários. Os mutirões para reformas e construção de cercas (geralmente, circundante à área de criadouro comum), são modelares.

Nas reuniões comunitárias, não raramente levanta-se o embaraçoso assunto. As cercas estão velhas e caindo, inviabilizando a solta de animais, e nos mutirões organizados para conserto das mesmas, poucas pessoas aparecem. Algumas alegam não participar pelo fato de não terem animais no criadouro comum. A contrariedade identitária também é manifestada na intenção de alguns moradores(as) dos faxinais de “fechar” os faxinais, ou seja, cercar suas propriedades pondo fim ao criadouro comum e, conseqüentemente, à apropriação comum dos recursos naturais. Para os mais idosos e defensores do modo de vida faxinal, isso acarretaria o “fim do faxinal”. Geralmente há um conflito geracional²⁴.

Logo, o impulso da homogeneização do sentido de uma identidade faxinalense gera tensões, divisões interiores, de gênero, como já analisado, resistências internas dos que consideram o modo de vida atrasado e economicamente inviável. Isso tem gerado conflitos violentos, inclusive com assassinatos, envenenamento de nascentes e conseqüentemente de animais, entre outras contendas.

Os laços de identificação e pertencimento não são homogêneos, podem ser sobrepostos. A fixidez e a uniformidade da identidade

24.No ano de 2016 e 2017, participei de reuniões da associação comunitária faxinalense em alguns faxinais. No Faxinal do Salto, a controvérsia se dava em torno da reforma de cercas, sobretudo a baixa adesão comunitária aos mutirões. No Faxinal Lajeado dos Mellos, os embates internos ocorriam principalmente em virtude da vontade de alguns moradores de acabar com o que denominava de sistema faxinal, expressão que não é mais usada, notadamente nos trabalhos produzidos no âmbito do PPGH da UNICENRO, e do LAPEF, que a trocou por modo de vida camponês.

faxinalense são fragilizadas por adversidades. E os significados de quem é o “outro” adquire novas conotações, com as quais estão tendo que lidar.

A partir do depoimento acima também podemos pensar o modo como o afrouxamento dos laços de solidariedade afetaram o trabalho das mulheres, pois com a baixa adesão ao mutirão de conserto das cercas os animais, denominados pés pequenos, principalmente porcos, precisam ser fechados em mangueirões, que se tornam mais uma atividade de responsabilidade das mulheres, que precisam alimentar e dar água aos porcos²⁵. A sugestão inicial é que isso torna-se uma atividade feminina, na maioria dos casos, por serem localizados próximos à casa. O espaço de domínio masculino é a área de plantar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Como explicitado ao longo do texto, a construção social e política da identidade faxinalense é traduzida em termos de diferenciação externa e unidade e coesão no seu interior. A partir desse parâmetro discursivo busca-se fortalecer relações internas e exteriorizar uniformidade como mecanismo de resistência.

No contexto dessas fragmentações identitárias, analisar a construção identitária das mulheres nos faxinais nos fornece subsídios para compreender a fluidez das identidades dentro de contextos específicos, focalizando a diferença interna num processo histórico de afirmação coletiva unificadora da categoria faxinalense.

25. Em visita de campo ao Faxinal do Salto, em 2017, percebe-se que os animais chamados ‘pé grandes’, cavalos e bois, principalmente, estavam soltos na área de uso comum, ou área de criar, entretanto, animais de porte pequeno, como porcos, eram raros neste espaço. Isso ocorre em virtude das más condições das cercas que circundam a área de uso comum.

Nos faxinais, elementos de cultura como conhecimentos, valores, modo de viver, costumes, festas, ocupação territorial (pertença e memória), entre outros aspectos, são acionados para dar conta da imagem do arranjo coeso, harmônico e concordante. Esses elementos construirão e/ou fortalecerão situações de resistência.

Procurei ao longo do texto problematizar aspectos da construção política identitária de grupos autointitulados faxinalenses, demonstrando como a alteridade atravessa o processo de auto reconhecimento, como o este projeta um vínculo entre a identidade e o território, que consequentemente ativa noções de ancestralidade e ocupação histórica do território e por fim, como a construção identitária opera internamente, mostrando seus deslocamentos, fluidez em espaços e contextos específicos e nas resultantes decorrentes de um projeto pautado na universalidade e fixidez, projetada externamente. São apontamentos iniciais, sujeitos, portanto, à imprecisões e lacunas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e regionais*, São Paulo, vol. 6, n.1, p. 9-32, maio/ 2004.

BARRETO, Marcelo. **Territorialização e tradicionalização**: refletindo sobre a construção da identidade faxinalense no Paraná. 2013. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

BRUBAKER, Rogers e COOPER, Frederick. Beyond "Identity". *Theory and Society*, vol. 29, n. 1, p. 1-47, 2000. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3108478>>. Acesso em 08 de maio de 2018.

CAMPOS, José Nazareno de [2000]. **As diferentes formas de uso comum da terra no Brasil**. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaagrar/04.pdf>>. Acesso em 30 de maio de 2018.

CIMOS (Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais)/MPMG (Ministério Público de Minas Gerais). [2014]. **Direito dos povos e comunidades tradicionais**. 2014. Disponível

em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>>. Acesso em 14 de maio de 2016.

CHAYANOV, Aleksandr Vasilievich. Teoria dos Sistemas Econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horácio Martins de (org.). Chayanov e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CRUZ, Valter do Carmo. **Territórios, Identidades e lutas sociais na Amazônia**. In: ARAUJO, Frederico Guilherme de; HAESBAERT, Rogério (orgs.). Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KUPER, Adam. Cultura. **A visão dos Antropólogos**. In: KUPER, Adam. Cultura, diferença e identidade. EDUSC: Bauru, 2002.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia, n. 174. Brasília: Departamento de Antropologia, 2002.

OAKLEY, Emily. Quintais Domésticos: uma responsabilidade cultural. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p. 37-39, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. Mana, Rio de Janeiro, vol. 4, n.1, p. 44-77, abr. 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart e WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

VANDRESEN, José Carlos, BUTI, Rafael Palermo e SOUZA, Roberto Martins. **Narrativa sobre a sistematização das experiências da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais**. In: SOUZA, Roberto Martins. Org.). Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil. Roberto Martins de Souza, Manaus: 2014.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart e WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

OBRA IMPRESSA.

Anais do I Encontro dos Povos dos Faxinais [2005]. Disponível em: <<http://redefaxinal.tripod.com/sitebuildercontent/sitebuilderfiles/anaisfaxinais.pdf>> Acesso em 21 de maio de 2018.

CAPÍTULO 11

AS SEMENTES CRIOULAS E AS PRÁTICAS SOCIAIS CONSTITUTIVAS DE TERRITORIALIDADES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS E FAXINALENSES NO CONTEXTO DA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ

Cleusi T. Bobato Stadler

Grupo Interconexões/UEPG/ CNPq

O Brasil foi um dos primeiros países a assinar a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) na ECO-92, sendo ratificada pelo Congresso Nacional em maio de 1994. Essa Convenção vem reforçar a defesa da Biodiversidade como o conjunto de toda a vida em nosso planeta, incluindo o termo “diversidade”, como à pluralidade de formas de vida, humana ou não, bem como à multiplicidade de

arranjos sociais, religiosos, tecnológicos e institucionais, necessários e adequados às realidades de diferentes agrupamentos humanos e à sustentabilidade ambiental da região onde vivem.

Neste contexto, destacamos o tema da agricultura familiar de comunidades tradicionais com sementes crioulas, que incorporam valores culturais, sociais e econômicos e promovem formas de manejo sustentável dos recursos naturais. A CDB reconhece no seu preâmbulo, a dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais com estilos de vida tradicionais:

[...] respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais relevantes à conservação e utilização sustentável da diversidade biológica. [...] incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e participação dos detentores desses conhecimentos. (BRASIL, 2006, Art 8(j)).

Dentre esses saberes das comunidades locais estão os sistemas de cultivo e manejo dos agrossistemas. As formas atuais de agricultura ecológica foram inspiradas pelos sistemas tradicionais de manejos dos recursos naturais.

Neste contexto, temos a Agrobiodiversidade, que não está contemplado no texto da CDB, mas foi instituída na 5ª. Conferência das Partes da Convenção¹, realizada em Nairobi. A agrobiodiversidade, ou diversidade agrícola, engloba todos os elementos que interagem na produção agrícola. É o resultado da interação entre o meio ambiente, recursos genéticos e os sistemas de gestão e práticas utilizadas, incluindo a variedade e diversidade de animais, plantas e microorganismos que são necessários para sustentar as funções, estruturas e os

1.COP5 Decision V/5 – Agricultural biological diversity: review of phase I of the programme of work and adoption of a multi –year work programme. May 2000 (CONVENÇÃO , 2008).

processos do ecossistema agrícola. Então, o conhecimento local e a cultura podem ser considerados integrantes da agrobiodiversidade.

As intervenções humanas são também fundamentais para a compreensão da agrobiodiversidade, pois é necessário compreender as diferentes práticas de manejo dos agroecossistemas, os saberes e os conhecimentos agrícolas tradicionais relacionados às festividades, cerimônias religiosas, alimentação (uso culinário), ervas medicinais, etc. Então podemos dizer que a agrobiodiversidade é resultado da interação entre: sistemas de cultivo, espécie, variedades, raças, diversidade humana e diversidade cultural.

Dentro de todo este processo estão as “sementes crioulas” que fazem parte do saber local, dos recursos naturais e agroecológicos. A conservação e plantio de sementes crioulas fazem parte de sistemas agroecológicos que se relacionam com a agrobiodiversidade, pois interage com valores socioculturais, manejo ecológico dos recursos naturais e manejo integrado dos agroecossistemas, o que trará a sustentabilidade. Portanto, percebemos que deve haver uma forte relação de harmonia contínua entre estes processos, pois se não existir essa preocupação, haverá desequilíbrio, que pode ser natural ou por intervenção humana, ocasionando erosão e como consequência fome e miséria. A utilização da agrobiodiversidade, com enfoque agroecológico, é um dos componentes fundamentais para a prática de uma agricultura sustentável.

Segundo SANTILLI (2012), a agrobiodiversidade ainda é um conceito em formação e que não encontrou ainda seu lugar e reconhecimento no mundo jurídico. Não há nenhuma lei socioambiental

específica consagrada a agrobiodiversidade ou para a conservação da biodiversidade agrícola. Para esta autora:

O conceito de ‘agrobiodiversidade’ reflete as dinâmicas e complexas relações entre as sociedades humanas, as plantas cultivadas e os ambientes em que convivem, repercutindo sobre as políticas de conservação dos ecossistemas cultivados, de promoção da segurança alimentar e nutricional das populações humanas, de inclusão social e de desenvolvimento rural sustentável. (SANTILLI, 2012, p.458).

Sendo a agrobiodiversidade a relação entre a ação das sociedades com as sementes ou plantas cultivadas, ela inclui a diversidade de espécies, como o milho, o arroz, o feijão, a abóbora, os legumes, verduras, bem como, a diversidade genética, variedades diferentes de milho, feijão, ou outras sementes. Mas também podemos incluir nesta agrobiodiversidade as práticas e diversidades agrícolas, como os sistemas de corte, queimada e pousio, também chamados de coivara ou itinerantes, e os sistemas agroflorestais. São as práticas de manejo, cultivo e seleção de espécies, principalmente as sementes “crioulas”, as responsáveis pela grande diversidade de plantas cultivadas e de agroecossistemas de agricultores tradicionais. Portanto, não se pode tratar a agrobiodiversidade dissociada dos processos e das práticas culturais e socioeconômicas que a determinam e a condicionam. Podemos considerar os sistemas socioeconômicos e culturais como condicionantes que geram e constroem a diversidade agrícola.

A agrobiodiversidade pode se expressar nas plantas e sementes, pela variação de cor, forma, altura, tamanho, formato das folhas, e também pelas variações genéticas. A extinção dos saberes, das práticas e dos conhecimentos agrícolas com as sementes crioulas, podem ser considerados fatores da diversidade agrícola estar ameaçada, e es-

As práticas da agrobiodiversidade constitui a base da sobrevivência de muitas populações rurais, principalmente as de baixa renda.

As comunidades tradicionais faxinalenses e quilombolas têm em sua formação uma ampla rede de significados e saberes com a agrobiodiversidade, que foram se consolidando através dos tempos. À medida que essas comunidades foram se transformando, foram alterando e moldando a agrobiodiversidade conforme suas necessidades e exigências, e é ela com suas funções diferenciadas, que compõem o conjunto de saberes dessas comunidades.

O conhecimento local e a cultura com as sementes crioulas podem ser considerados integrantes da agrobiodiversidade nas comunidades faxinalenses e quilombolas, pois é a atividade humana do plantio, agricultura e suas técnicas que molda e conserva esta biodiversidade. As espécies cultivadas que compõem o agroecossistema, constituem um patrimônio o qual é a base alimentar e a fonte de matéria-prima para inúmeras atividades de populações locais. Essas populações contribuem no processo de seleção e adaptação desses cultivos para a realidade local (OLIVEIRA, 2006).

No Brasil, a Lei de Sementes e Mudas (Lei 10.711/03) têm como objetivo incentivar camponeses e populações tradicionais para a produção de suas próprias sementes de variedades locais, chamadas também de crioulas. As sementes crioulas são sementes que não sofreram nenhum tipo de modificação genética por técnicas de melhoramento. As práticas de manejo são desenvolvidas por pessoas mais antigas nas comunidades tradicionais, como os Quilombolas e Faxinalenses.

AS SEMENTES E OS SISTEMAS AGRÍCOLAS TRADICIONAIS NA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS

A semente traz consigo o significado de vida, o valor da sobrevivência, da resistência, da continuidade, da perpetuação. Resultado de um processo natural de seleção, ela só cresce se as condições ambientais sejam favoráveis. A posse e o domínio das sementes vêm do período pré-histórico onde o homem em processo de transformação e adaptação ao meio em que vive, vai domesticar as plantas, selecionando e cultivando aquelas que mais se adaptam ao seu ambiente.

Ao longo do tempo muitos agricultores vêm observando seu espaço, o meio ambiente, a natureza, e de acordo com as transformações, muitos deles estão inventando e reinventando sua realidade, construindo assim mecanismos para crescer e frutificar as sementes crioulas. Dessa forma, muitos estão retornando a práticas agroecológicas, separando variedades que são produtivas, que são inéditas e exóticas no mundo contemporâneo, as mais saborosas e que possam ser úteis no uso medicinal.

As sementes crioulas fazem parte do patrimônio material e imaterial (com as práticas de manejo e cultivo) de diversos povos tradicionais, que ao longo dos tempos vêm conservando, resgatando, selecionando e valorizando variedades, mantendo a agrobiodiversidade adaptada a cada região.

São os sistemas locais e tradicionais, chamados de “informais”, manejados e controlados pelos próprios agricultores familiares, que na produção, multiplicação, distribuição, melhoramento, e conservação produzem suas próprias sementes crioulas, consideradas como parte de um patrimônio genético e cultural de faxinalenses, quilom-

bolas, fundamentais para a conservação da agrobiodiversidade. É esse sistema que vamos encontrar na região dos Campos Gerais do Paraná, em Comunidades como Sete Saltos de Cima e de Baixo, Ponta Grossa/PR e Comunidade Quilombola Palmital dos Pretos, Distrito de Três Córregos-Campo Largo/PR.

CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES FAXINALENSES E QUILOMBOLAS, NOS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ.

Os Campos Gerais correspondem a uma região geográfica a oeste da Escarpa Devoniana do Estado do Paraná, localizada no sul do Brasil, no “segundo planalto” paranaense. Considera-se Campos Gerais a extensão entre o rio Itararé, divisa com São Paulo no município de Sengés e o rio Negro, divisa com Santa Catarina no município de Rio Negro. A oeste a região se estende até onde imperam os campos. É uma região caracterizada pela ocorrência de extensos campos limpos (estepe de gramíneas baixas), capões isolados de mata e matas em faixas ao longo de rios e córregos, que refletem a estrutura geológica e a natureza das rochas, responsáveis por solos rasos e arenosos.

Porém as identidades históricas e culturais desta região vêm do século XVIII, devido aos pastos naturais, de invernadas com boa água e relevo suave, que acabou sendo rota do tropeirismo do sul do Brasil. As tropas de muares e gado de abate provenientes do Rio Grande do Sul dirigiam-se aos mercados de São Paulo e Minas Gerais e passavam por esta região, sendo Ponta Grossa seu ponto de entroncamento com outros caminhos. Nessa época, os campos naturais da região tornaram-se muito disputados, e a coroa portuguesa

começou a expedir cartas de sesmarias em favor de homens a ela fiéis e de prestígio político local. Junto a esses homens e suas famílias vieram muitos negros escravos e que mais tarde deram origem a formação de Comunidades Quilombolas.

Ainda no século XVIII, muitas famílias de imigrantes europeus, portugueses e espanhóis, junto com “caboclos” da região, foram responsáveis por criarem o sistema de Faxinais, o qual foi expandido para os poloneses, alemães e italianos que chegaram aos Campos Gerais no século XIX.

A região dos Campos Gerais e Centro-Sul do Paraná possui Floresta com Araucárias, onde alguns sistemas agrosilvopastoris tradicionais – os faxinais - ainda se mantêm, apesar das fortes pressões do mercado e da modernização da agricultura. Para Neiverth e Sahr (2011) citadas por Vilpoux (2017, p. 159), o modo de vida tradicional dos faxinais é baseado em atividades agrosilvopastoris regidos por uma organização social comunitária e por tradições e costumes específicos. As autoras citam os mutirões, ou puxirões, as festas religiosas, a vivência comunitária e a preservação da floresta com Araucária.

As **Comunidades de Sete Saltos de Cima e de Baixo**, estão localizadas no Distrito de Itaiacoca a 60 km do centro de Ponta Grossa – PR e faz divisa com o município de Campo Largo. Tem uma área de 3.817 ha. Situa-se na bacia hidrográfica do Rio Sete Saltos, no Primeiro Planalto Paranaense. Segundo PEREIRA (2002), a parte oriental do município está organizada por três bacias: do Rio Conceição, do Rio Sete Saltos e do Rio Caçador. Esta região possui a mais forte cultura cabocla e de faxinais do município.

O Faxinal de Sete Saltos de Baixo ocupa 26% da área da bacia (992 ha), sendo 106 ha representados pelo criadouro comunitário, com florestas, várzeas, edificações e estradas, e 890 ha pela área de plantar. Quanto ao uso da terra na bacia onde se insere o Faxinal, quase 58% da área se encontra coberta por florestas. (MORO, LIMA, 2012). É o único dentro do município de Ponta Grossa que continua com todos os seus elementos tradicionais e físicos (criadouro comum) funcionando. Mesmo entrando muitos proprietários particulares nestas regiões, estas comunidades mantêm as tradições caboclas e a agricultura familiar de subsistência. Este Faxinal conta com aproximadamente 57 famílias, 190 pessoas que ali moram e 7 chácaras, totalizando 64 residências. São em torno de 48 proprietários e 15 arrendatários. Encontramos nele elementos tradicionais marcantes: o Criadouro Coletivo ou Potreiro, Terras de Plantar e as Cercas e Valos. O Criadouro Comum conta com uma área de aproximadamente 200 alqueires, mas já contou com cerca de 250 alqueires (LÖWENSAHR e IEGELSKI, 2003). As propriedades dentro deste criadouro são privadas, o que não impede o seu uso comum. No Potreiro são criadas mulas, bois, cabritos, porcos crioulos, galinhas. As moradias também se localizam dentro do Criadouro Comum.

As Terras de Plantar deste Faxinal localizam-se também nas partes mais altas e acidentadas do terreno, áreas de cultivo, de roças, onde se faz a plantação. Nestas áreas são principalmente cultivados produtos como o feijão e o milho para subsistência. O feijão serve principalmente para o consumo das famílias, e o milho para a complementação da dieta dos animais. Algumas poucas famílias cultivam ainda batata e mandioca em quantidades menores.

As Cercas e os Valos servem de separação entre o Criadouro Comunitário e as Terras de Plantar. Precisam de constante manutenção para garantir que os animais não invadam as plantações e as estraguem. A “Restinga” é uma faixa de 15 metros de mata, que se deixa entre as Cercas e as Terras de Plantar e serve para impedir os animais de passar para o outro lado. As estadas são fechadas com porteiras e mata-burros que servem para impedir a passagem dos animais.

A **Comunidade Palmital dos Pretos** tem 250 anos de formação, teria começado a se formar antes mesmo da assinatura da Lei Áurea. Com a fuga dos escravos das fazendas dos imigrantes europeus de 1850 a 1950 que se localizavam na estrada do Cerne e região de Palmeiras. Os escravos procuravam um local seguro para se instalar e acabaram encontrando esta região situada a 83 quilômetros do centro de Campo Largo, divisa com o Faxinal Sete Saltos de Ponta Grossa. Formados por famílias negras em sua maioria, oriundas de várias regiões do Estado, a Comunidade de Palmital permaneceu por séculos desconhecido do Poder Público, pois seus moradores não tinham o reconhecimento das terras e nem documentos pessoais. Em 2013 contava com 32 famílias quilombolas, aproximadamente 150 habitantes, de acordo com os pesquisadores do Grupo Clóvis Moura.

Para CLARINDO e FLORIANI (2014) a formação desta comunidade está relacionada a formação socioespacial dos Campos Gerais:

Os remanescentes quilombolas de Palmital dos Pretos surgem de um processo histórico de formação socioespacial da região dos campos gerais, que tem como especificidade a apropriação de espaços marginais aos grandes latifúndios dedicados à exploração extensiva de gado e a exploração da erva-mate, coexistindo com uma população de caboclos e imigrantes europeus na formação de sistemas voltados à pequena

agricultura. Da coexistência de categorias sociais ligadas a produção camponesa emergem os grupos remanescentes de quilombolas que carregam aspectos socioculturais herdados do hibridismo entre os descendentes de negros, indígenas, faxinalenses e agricultores familiares de origem europeia. (CLARINDO, FLORIANI, 2014, p. 424).

Em imersão a campo na comunidade podemos perceber esse hibridismo entre os descendentes de negros, indígenas, faxinalenses e agricultores de origem européia, pois temos famílias de negros casados com descendentes de imigrantes italianos e alemães.

A Comunidade Quilombola Palmital dos Pretos localizado na Zona Rural do Distrito de Três Córregos, Município de Campo Largo, com acesso pela histórica Estrada do Cerne - estrada de chão - tem esse nome em referência a grande quantidade de palmito da região. Essa espécie de Palmito tem relação com a Uvarana, muito comum na região a qual encontramos na propriedade da Sra Augusta Marques.

Os moradores mais antigos relatam que a Comunidade se formou de famílias negras vindas de várias regiões do Paraná, principalmente de regiões que fizeram parte do Caminho das Tropas e próximas a garimpos e minas de ouro. Algumas famílias são originárias da Comunidade Remanescente de Quilombo do Sutil e da Fazenda Santa Cruz, Ponta Grossa, e outras famílias migraram das comunidades de Pulgas e Bolo Grande, no Município de Palmeiras.

Algumas pessoas mais antigas na comunidade, contam que alguns foram “apanhados no mato”, como negros fugitivos ou mestiços, e que as famílias estão há mais ou menos 200 anos sobre a terra. Essas famílias procuram manter os padrões de produção utilizados por seus antepassados, baseados principalmente no cooperativismo e na prática de uma economia de subsistência. Os principais produ-

tos cultivados são o milho, feijão e a mandioca, da qual se extrai a farinha feita de forma artesanal, arroz e vários tipos de frutas e legumes. Pratica-se, também, a criação de animais, como porcos, galinhas, cabeças de gado, cavalos. O trabalho na roça nos últimos anos, em sua maioria está sendo realizado pelas mulheres, pois os homens se deslocam para trabalhar nas fazendas que estão ao redor da Comunidade.

Nestas duas Comunidades vamos encontrar famílias preocupadas com os sistemas de agrofloresta e com as sementes crioulas. Não podemos nos reportar a comunidade toda, pois alguns grupos estão preocupados com o agronegócio e trabalhando para empresas ao redor das comunidades, mas podemos perceber que algumas famílias estão preocupadas com a preservação da agroecologia e sementes crioulas.

Na região onde estão localizadas estas duas comunidades existe um número expressivo de propriedades de base familiar onde se encontra uma importante variabilidade genética de diversas espécies de alimentos, além de uma agricultura forte e diversificada. Os agricultores familiares são responsáveis pela manutenção de um patrimônio genético importantíssimo para a humanidade, por meio da conservação das sementes crioulas, apesar do grande avanço da agricultura moderna.

Alguns agricultores familiares como Elenita, Antônio Ostrufk, Fermina, Augusta, não se consideram como guardiões de sementes, mas em sua simplicidade, conhecimento, e sensibilidade acabam desenvolvendo técnicas empíricas de cunho sociocultural para resgate, manutenção e distribuição das sementes crioulas, cujas práticas são

passadas de geração em geração. De acordo com BEVILAQUA et al. (2009), os agricultores familiares e suas entidades representativas são responsáveis pela manutenção de um patrimônio importantíssimo para a humanidade, por meio da conservação das sementes de cultivares crioulas. Os guardiões são um dos principais atores na funcionalidade da agrobiodiversidade [...]. (ABRAMOVAY, 2010).

Os guardiões de sementes nem sempre o são por iniciativa própria, mas porque trabalham com a agrobiodiversidade e/ou agrofloresta. São agricultores que possuem sementes crioulas de diferentes espécies e que as multiplicam através do tempo, como é o caso de alguns moradores das Comunidades de Sete Saltos de Cima e de Baixo e Palmital dos Pretos. Nessas comunidades, mesmo estando apenas no início, os guardiões de sementes crioulas tem o reconhecimento da comunidade e estão em busca de conhecimentos como construir um Banco de Sementes, fazer um levantamento destas sementes, como armazená-las e reproduzi-las nas Comunidades.

Os saberes e práticas da cultura camponesa destas comunidades são colocados na prática cotidianamente pelo coletivo de moradores na relação com o mundo, com a natureza e com seus grupos, tendo em vista a reprodução de sua existência e de sua história. Para esses sujeitos faxinalenses e quilombolas serem camponeses, trabalharem com as sementes crioulas, traz um “sentido de lugar”, uma afetividade, pertencer aquele lugar, como um resultado de processos sociais e ambientais interconectados. O lugar como espaço percebido e vivido, dotado de significado, o sentido de lugar através dos saberes, das práticas e da história dos sujeitos considerados como guardiões de sementes.

Do ponto de vista cultural, a prática da estocagem de sementes fortalece o sentido de “lugar” e de partilha entre esses camponeses, que se unem nas comunidades, nas rodas de conversas, nas “feiras de sementes” ou em dias de “festas da igreja”, para discutirem, trocarem experiências sobre suas técnicas de produção e principalmente trocarem sementes. Essas trocas tem um sentido tanto material, com a troca de sementes, como cultural, com a troca de conhecimentos e práticas.

Didaticamente, a metodologia inicialmente utilizada para identificar e contribuir na formação do Banco de Sementes crioulas e na identificação e registro das práticas constitutivas das Comunidades Quilombola e Faxinalense nos Campos Gerais pode ser separada em duas etapas: a primeira compreende a identificação dos agricultores guardiões de sementes, envolvendo o mapeamento destes, em seguida o inventário da agrobiodiversidade com o levantamento das sementes crioulas existentes em cada comunidade e seu respectivo registro, e, por fim, a seleção participativa e a reprodução destas sementes, de interesse da comunidade e dos agricultores.

Com base no diálogo estabelecido pelo Grupo Interconexões da UEPG, coordenados pelo Professor Nicolas Floriani, iniciou-se o processo de identificação e interação com vários desses guardiões. A primeira tarefa foi ajudar na organização de uma amostragem de sementes crioulas, recolhidas e catalogadas nas comunidades com os guardiões destas sementes e juntamente com os membros do Projeto, buscar alternativas para melhoria da agrobiodiversidade nestas comunidades, bem como, cursos preparatórios, ampliação do Banco de Sementes.

Juntamente com as atividades iniciais do Projeto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e livres para identificar as práticas cotidianas dos agricultores com relação ao modo de vida, tradições, formas de plantio, técnicas utilizadas na agrobiodiversidade.

Paralelamente ao trabalho de identificação dos guardiões e inventário das sementes crioulas, foram realizadas atividades de capacitação de metodologia de base ecológica de produção e conservação de sementes e ferramentas de seleção de plantas dos agricultores guardiões que serão responsáveis pelas atividades locais de reprodução das sementes crioulas. Essa ação é fundamental para retomar o conhecimento tradicional perdido pelos agricultores familiares e populações tradicionais.

Com o projeto de Tese desenvolvido nesta comunidade, é possível realizar o mapeamento dos guardiões das sementes crioulas, indicando os locais dentro das comunidades com agricultores que realizam a prática da agrobiodiversidade. Dessa forma identificamos na Comunidade Faxinal de Sete Saltos de Baixo, quatro guardiões fundamentais: Sr. Antônio Tiburcio Maia, 86 anos, Sr. Antônio Pires das Chagas, 66 anos e D. Otacilia Pires das Chagas, 62 anos, (filha de Antônio Tiburcio Maia) e D. Cacilda Inglês das Chagas Maia.

Na Comunidade de Sete Saltos de Cima, identificamos dois guardiões de sementes, que se destacam em suas propriedades com a agrobiodiversidade, o Sr. Antônio Ostrufk e D. Maria Augusta Marques.

Na Comunidade Quilombola de Palmital dos Pretos onde ainda está em formação o sistema de Agrofloresta –SAFs - e Agroecologia, encontramos um grande número de sementes crioulas e quatro

guardiões das mesmas. A Sra. Elenita Aparecida Machado de Lima – 57 anos, o Sr. Alceu do Pilar – 50 anos, Arildo Portela de Moraes – 25 anos e D. Fermina Rodrigues – 65 anos.

De maio a agosto de 2018, nas duas comunidades do Faxinal, para fazer parte da amostra do Banco de Sementes, foram coletadas 26 espécies de sementes crioulas. No mesmo período na comunidade de Palmital dos Pretos, foram coletadas 25 espécies. Mas para compor um Banco de Sementes mais variado e com maior número de espécies, foi realizado intercâmbio com outras comunidades, como a do Faxinal dos Galvão em Imbituva/Pr e Comunidade Caiçara Guaraguaçu em Pontal do Paraná/Pr, compondo um Banco de Amostras com 235 espécies.

Com todos os guardiões foi encontrado um grande número de feijão e milho, como principais espécies, mas também encontram-se abóboras, legumes e temperos, o que está relacionado à estratégia de conservação de recursos genéticos básicos para sua alimentação.

Foto 01: Amostras de Sementes coletas na Pesquisa. Banco de Sementes Crioulas.



Acervo: Autora

O Banco de Sementes selecionadas, trocadas e reproduzidas, propiciarão, as comunidades tradicionais, a produção e comercialização

de quantidade expressiva de sementes, dentro dos padrões exigidos de qualidade, melhorando os sistemas produtivos locais e o acesso às sementes no momento adequado da semeadura.

Nestas comunidades tradicionais existem guardiões que vêm desenvolvendo há décadas a função de guardadores e multiplicadores de sementes crioulas, sem nem mesmo perceber sua importância cultural e social. Esses conhecimentos são de cunho cultural, ou seja, passados de geração em geração, sendo preciso definir ferramentas para reconhecer e apoiar o trabalho das comunidades tradicionais que conservam a agrobiodiversidade (SANTILI, 2009).

É de extrema importância conhecer a história desses agricultores e valorizar o conhecimento empírico desses povos. O perfil dessas pessoas consideradas como guardiãs de sementes é de pessoas com grande experiência, com idade avançada, que têm um grande conhecimento das sementes, das técnicas de cultivo, do solo, época de plantio, instrumentos, ou seja, as práticas e os saberes destas comunidades.

A cultura nestas comunidades pode estar permeada de conhecimentos repassados pela oralidade, que é também uma característica marcante de cada comunidade, por guardar expressões próprias e peculiares, além de nomes locais para plantas, animais, fenômenos etc. (DIEGUES et al., 2000; NASCIMENTO et al., 2014).

Podemos considerar como práticas constitutivas na formação destas comunidades todos os rituais relacionados à produção e cultivo, bem como a cotidianidade, ou seja, as festividades, crenças espirituais (de influência na vida cotidiana, orações, etc). A união desses elementos forma as práticas do dia a dia das comunidades, seja na

forma como procurar, coletar e preparar os alimentos consumidos, a água, as plantas medicinais, na construção de moradias, de ferramentas etc. (ALBUQUERQUE, 2014; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008).

Inicialmente foi possível identificar nas Comunidades Tradicionais em estudo: as práticas produtivas (cultivos, tratos culturais, distribuição das atividades no ano - plantio, semeadura, adubação, colheita, capinas, calendário agrícola); as receitas, hábitos alimentares da família e animais domésticos; sementes crioulas e rede de trocas; sistemas de cultivo.

Com os Faxinalenses do Sete Saltos de Baixo é possível verificar que viviam sempre dentro do Criadouro Comum, pois tinham muitos pinheiros onde o pinhão sustentava os porcos. O Sr. Antônio Tibúrcio Maia nos conta que o que mais faziam era criação de Porcos. Plantava uns 30 a 40 alqueires para comercialização de milho, feijão, abóbora, amendoim, e usavam somente semente crioula - de paió. Ainda utilizam essas sementes crioulas, mas atualmente plantam somente para consumo próprio. Utilizavam o arado puxado a cavalos e a carpideira. A prática que mais mantêm é a religiosidade, com as festas do Divino, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora Aparecida. Mantêm até hoje essas festas e um altar construído dentro da casa. Da mesma forma verificamos que sua filha D. Otacilia Pires das Chagas, com seu esposo Sr. Antônio, se dedicaram ao plantio de milho, feijão que plantavam na roça, fora do Criadouro Comum, nas terras de plantar. O feijão era plantado junto com o milho, pois suas bainhas subiam no milho. Roçava com foice manualmente. Plantava geralmente em agosto/setembro e colhia em dezembro. Era para subsistência, mas o que sobrava vendiam. O milho plantava agosto/

setembro e colhia em 6 a 7 meses. Era só para subsistência e trato dos animais. No início moíam farinha e faziam o fubá de milho. Tinham monjolo para moer a farinha. No criadouro tinha cinco monjolos. Socava três alqueires de milho e fazia farinha de milho e o fubá.

No início para o plantio em suas terras de plantar não usavam adubo, faziam a Queimada e a Roça de Toco. Usavam a tração animal, com arado de lâmina de metal. A Capoeira para se fazer era com 8 a 10 anos. Tinha que ter terreno (bastante para revezamento). Plantavam feijão, batata, criavam gado. Tiravam para subsistência e o que sobrava, vendia pra Ponta Grossa, inclusive os porcos, para poder comprar mais terras.

D. Otacília tinha um pedaço de terra fora do VALO para plantar amendoim, abóbora, pepino, mandioca, bata-doce. Trocavam sementes crioulas com seus vizinhos e parentes. Todos os moradores do Faxinal, nas décadas de 60/70, faziam o que chamavam de reunião para o trabalho (era o mesmo que puxirão ou mutirão).

Na alimentação se destaca a Paçoca de Farinha que aprenderam com os pais. A carne de porco era frita na sua própria banha e guardada na “banha de lata”, de onde era tirada a carne para socar no pilão manual com farinha de biju (milho). Também faziam o virado de feijão com farinha de mandioca. Com o milho que era torrado, tiravam como se fosse um café, mas era só uma água escura, pois não usavam o café.

Fotos 02:

Fritura da carne de porco no tacho de cobre e fogão a lenha. Prática de socar a carne de porco no pilão com farinha de milho para fazer a “Paçoca de Pilão”



Foto: Cleusi T. Bobato Stadler-2018.

No Faxinal de Sete Saltos de Baixo a religiosidade e a fé é muito forte entre as famílias, estão estritamente ligadas à conduta moral das pessoas. Os encontros semanais realizados na capela são bastante comuns entre os moradores das comunidades. Lá são realizadas as missas ou rezas de terços e novenas. Cada família tem no interior de sua casa um altar erigido a seu santo devoto e realizam festas em louvor a diversos santos como sinal de adoração.

Para TAVARES (2008), a convivência entre os habitantes do faxinal e integração com o meio ambiente facilitam a preservação do modo de vida tradicional e da biodiversidade existente nos faxinais. Ele ressalta algumas características específicas dos camponeses faxinalenses, que podemos identificar também nas práticas dos moradores do Faxinal Sete Saltos de Baixo:

- Partilha de parte das terras no chamado “Criadouro Comum”; criação, de forma coletiva, de animais de pequeno e grande porte, soltos e misturados; prática de agricultura de subsistência com instrumentos tradicionais; partilha de sementes, criações e produtos por meio de trocas; prática de cultura de extrativismo (erva-mate, madeira e pinhão); preservação e respeito das tradições, costumes e cultura (festas, danças e rezas).

Relacionadas a essas tradições, podemos identificar com D. Jesuvina Chagas Ferreira, 69 anos, algumas práticas que ela conserva até hoje no Faxinal. Ela mantém pés de erva-mate nativos em seu quintal, e no tempo certo, de acordo com as técnicas tradicionais, com um forno de barro que ela mesma fez, corta os ramos, sapeca neste forno e soca no pilão de madeira. Para ficar moída usa o moimho de quirera. Aprendeu com o sogro e permanece com esta prática até hoje, após 30 anos. Ela nos conta que também fazia a farinha no monjolo.

A Comunidade Quilombola Palmital dos Pretos não difere muito de Sete Saltos de Baixo, o uso dos recursos naturais é baseado no trabalho familiar e nas práticas tradicionais de cultivo da terra. O casal Sr. Antônio e D. Tereza (pais de D. Elenita Machado de Lima), nas terras quilombolas construíram valas para a criação dos animais (no estilo dos faxinais), as casas para os filhos, plantação de milho e feijão, horta comunitária, usavam a taquara para fazer as cercas. Plantaram árvores frutíferas. Tinham uma roça de milho, feijão.

D. Elenita nos conta que quando chegaram às terras era mato fechado, que foram entrando e fazendo suas roças e casas, mas que colocou em prática muitos conhecimentos de seus avós e pais na terra. Fez muita trança de cestos, farinha na mão (sururuca), canjica na cinza, guizá de alho, torra de farinha de milho. Utilizou: Monjolo de Pé para fazer Bijú, quirera torrada; peneira, pilão de madeira, forno de barro. Ela ainda utiliza o sistema tradicional de malhar (maiá) o feijão, na caixa de vara, construída por seu esposo. Coloca-se o feijão na caixa e com uma vara própria vai batendo até o feijão cair todo ele por entre os vãos abertos da caixa.

Atualmente ela planta em suas terras com sementes crioulas: feijão, milho, mandioca, abóbora, amendoim, alface, couve, abobrinha, cebola, alho poró, pepino, batata-doce. Tem plantas medicinais para chás e remédios - erva-doce, erva-cidreira, maçanilha, hortelã-preta, melissa, capim-limão, alecrim, arruda, gincobiloba, guaco, pimenteira. Na fruticultura tem laranja, ponkan, mexerica, limão, amora, pitanga, abacate, uva, pêsego, ameixa amarela, lima, banana, pêra, pêsego, nectarina.

O Sr. Alceu do Pilar, 50 anos, é uma pessoa de destaque na Comunidade Quilombola, pois com sua sensibilidade e conhecimento ecológico da mata da comunidade, ele tornou-se um grande incentivador da preservação e reconhecimento enquanto comunidade tradicional. Chegou a Comunidade Quilombola Palmital dos Pretos onde comprou o terreno em 1993, hoje é reconhecida como terras de Quilombo, mas segundo ele, não dá pra fazer roça, não têm como sobreviver, a não ser trabalhando em outras propriedades. Existia muito mato fechado e capoeirão (onde a terra não é boa para o cultivo). Planta somente no quintal. Não tem terras de cultivo. As terras são fracas para o plantio, quando têm a presença de samambaias e aleluia. E as terras “boas” quando tem bastante aroeira, couvetinga e xaxim.

Em sua primeira morada ainda no Faxinal Sete Saltos de Baixo (faz divisa com Palmital), plantava em uma terra arrendada, nunca tiveram terrenos. Em 1½ alqueire plantavam feijão, pepino, milho, mandioca, arroz. O Feijão malhava na caixa de vara. Sua maior colheita foi de 12 sacos de feijão. Os tipos de feijão que plantavam: feijão tibagi – tipo chumbo/redondo, feijão Iapar – arbusto/pre-

to, feijão manteiguinho - cipó/preto, feijão zebrinha - cipó curto - branco/preto, feijão rosinha - cipó - rosa/miúdo.

Os tipos de Milho: milho mexicano - alto- espiga comprida - branco, milho híbrido - médio - 2 espigas - amarelo, milho tólifoco - alto- $\frac{1}{2}$ espigas - vermelho comprido, milho maizena - médio - uma espiga - branco. (bom para pães e bolos). Tipos de Arroz: arroz amarelão - amarelo, arroz agulhinha - ponta semente. A Mandioca tinha dois tipos: vassourinha - branca e aipim - amarela. A Batata-doce tinha roxa de cipó e vassourinha - árvore - branca. Abóbora - butijo - para doces. Moganga - Jaciá. Moranga - branca e amarela. Com o Milho se fazia a Quirera. Pinducava no monjolo, tirava. (comiam com arroz), depois demoitava na água - 8 dias na água e depois tirava a massa. Quando jovem fazia a erva-mate no monjolo também. Sapeca e socava com o pé. Tomavam chimarrão. Quanto aos animais, tinha porco, cavalo, galinha, cabrito, soltos no mato/capoeira, como no sistema de criadouro comum.

Nas suas terras atualmente no quilombo com sua família plantam no quintal - couve, repolho, cebola, alho, couve-flor, batata-doce, chuchu, rúcula, brócoli, laranja, araçá, mexerica, limão, amora, pitanga, guavirova, uva Japão, pêssigo - e utilizam as ervas medicinais no uso de chás e remédios - erva-doce, maçanilha, hortelã-preta e branca, melissa, capim-limão, coentro, rosário (faz defumação contra mau-olhado. A mãe fazia rosário para oração).

Ainda em Palmital dos Pretos encontramos uma raridade com relação às sementes crioulas. D. Fermina Rodrigues, 75 anos, em sua simplicidade nos repassou a semente de Feijão Guaí (feijão de vagem) que têm há mais de 60 anos. Trouxe a semente de seu pai, quando

veio para a comunidade. Seu pai plantava esse feijão em Iretama, norte do Paraná, e ela planta até hoje. Em suas práticas ela conserva a forma de plantio em setembro para colher em janeiro. Ela já usou enxadão, foice, machado, enxada de orelha, monjolo de pé, pilão. No Pilão ela socava o arroz (para tirar a casca), erva-mate (para quebrar) e fazia canjica na cinza (para sair a casca do milho e virar canjica). No monjolo com o milho fazia a farinha. Também fazia cestarias, chapéu (de criciúma) e baixeiros de palha de milho (para colocar na indumentária do cavalo). Mas também plantava, amendoim, abóbora, mandioca, batata-doce e plantas medicinais.

D. Domingas Ferreira da Silva – 94 anos, nasceu no Quilombo do Palmital. No tempo de seus pais começaram com roça de milho e feijão juntos. Roça de “Toco”, queimando a capoeira. Morava com os pais em casa de madeira de chão batido, na qual o fogão era de barro, chamado de “Taipa”. Tinham tudo que precisavam para a subsistência. Comiam feijão, arroz, carne de porco e banha de lata. Só compravam fora sal e açúcar. Iam a pé para a cidade com “Cargueiro”, o ginete (o pai) e os bois de “Cangalha” que iam à frente [...] Eram 03 dias de viagem até Ponta Grossa, Campo Largo ou Palmeira.

Trabalhavam na lavoura, faziam queimadas, roçavam capoeira, faziam cerca, “plantavam no toco que daí não era arado, plantavam na queimada, plantava milho e feijão, e dava bem.” (fala de D. Domingas). Na colheita, colhiam primeiro o feijão que amadurecia antes e depois ficavam esperando para colher o milho. Trabalhavam os pais e os filhos. Andavam todos de pé no chão, roupas surradas. Faziam farinha de monjolo. Tinham sementes todas crioulas.

Tornou-se Benzedeira. Foi por muito tempo “Recomendadora de Quaresma”. Amanhecia nas Igrejas cantando e rezando. Batiam as “Matracas” (eram um instrumentos de madeira de três tabuinhas, que batiam no ferro) e faziam a encomendação das almas na Cruz. Faziam os pedidos ao pé da cruz e ali rezavam na Quaresma. Foi Benzedeira de crianças com orações, fazia o pedido por meio da reza de um pai-nosso e ave-maria, contra lombriga, febre, susto. Fazia muito Chá de Remédios.

Aproveitou muito os bailes na Comunidade, que ia até as 09 horas do dia seguinte, eram os “Pixirão de Carpida”. Segundo ela dançaram muito xote e vanerão. Faziam as Carpidas em troca do Baile. Dançavam com os “Tamancos de Madeira”.

A maior fonte de riqueza dessas comunidades, como de Palmital dos Pretos, é o etno-conhecimento, a vivência popular, principalmente dos mais velhos, em relação à agrobiodiversidade, as sementes, ervas e plantas medicinais, pois constitui um legado passado de pai pra filho há muitas gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agrobiodiversidade e as sementes crioulas nas Comunidades Tradicionais dos Campos Gerais é um patrimônio material e imaterial das comunidades Faxinalenses e Quilombolas. A vida se mantém pela Semente, que é base de alimento, de sobrevivência, de multiplicação, de crescimento econômico e social na agricultura. É através da agrobiodiversidade que identificamos as práticas sociocultuais destas comunidades. A tradição de “guardar” as sementes ao longo do tempo, do conhecimento dos grãos e de suas variedades, faz com

que as comunidades não estejam sujeitas ao mercado capitalista e aos grãos produzidos artificialmente que por vezes são submetidas a agrotóxicos, fazendo mal ao homem e degradando o ambiente.

Estamos apenas no início dos trabalhos de composição do Banco de Sementes nestas comunidades, entretanto, no decorrer dos estudos à campo e nas conversas com os moradores locais, percebemos o entusiasmo e necessidade que os mesmo tinham de se criar um Banco de Sementes Crioulas. Esse dado exigiu de nosso trabalho um resgate da História e práticas cotidianas dessas comunidades e, consequentemente, dos camponeses que as compõe. Neste sentido se destaca o papel da Universidade – UEPG, com o Projeto Interconexões e Rede SAPE- Rede de Saberes Agroecológicos de Permanência), das organizações como a AS-PTA/PR, no fortalecimento das Comunidades de Sete de Cima e Palmital dos Pretos.

A agrobiodiversidade e as práticas culturais são construídas cotidianamente e faz parte da vivência dos camponeses, desde as representações simbólicas/culturais e até mesmo a religiosidade. Nesse processo, estão intrínsecos os valores que levam os camponeses a se relacionarem com seu pedaço de chão e a desenvolverem uma relação de afetividade com a terra onde suas famílias vão se desenvolver e ali permanecer por gerações, construindo-se e reconstruindo-se de acordo com a sua interrelação com a natureza e com a sociedade. Nesse sentido pode-se asseverar a grande importância do incentivo da Universidade e de políticas públicas na valorização das práticas culturais e sociais com sementes crioulas em decorrência do valor histórico, cultural e social que estas carregam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Alimentos versus população: está ressurgindo o fantasma malthusiano? **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 62, n. 4, out. 2010.
- ALMEIDA, P. e CORDEIRO, A. **Sementes da Paixão**: estratégia comunitária para conservação de variedades locais. Esperança, PB: AS-PTA/ASA-PB, 2002.
- BEVILAQUA, G. A. P.; ANTUNES, I. F.; BARBIERI, R. L.; SILVA, S. D. dos A. Desenvolvimento in situ de cultivares crioulas através de agricultores guardiões de sementes. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 1273-1275, nov.2009.
- BEVILAQUA, G. A. P.; ANTUNES, I. F.; BARBIERI, R. L.; SILVA, S. D. dos A.; SCHWENGBER, J. E.; LEITE, D. L.; CARDOSO, J. H. Agricultores Guardiões de Sementes e Ampliação da Agrobiodiversidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-118, jan./abr. 2014.
- BRASIL. LEI Nº 10.711, DE 5 DE AGOSTO DE 2003. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 06 de agosto. 2003.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Convenção sobre Diversidade Biológica**. Brasília DF: MMA, 2008. 34p.
- CLARINDO, M. F.; FLORIANI, Nicolas. As particularidades da reprodução do patrimônio cultural da comunidade quilombola de Palmital dos Pretos, Campo Largo – PR. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.8, n.2, p. 423-443, jul/dez. 2014.
- CÓRDULA, E. B. L.; NASCIMENTO, G. C. C. **Etnoconhecimento e a escola para um futuro sustentável**. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, nº 07, 18 fev. 2014. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0420.html>. Acesso em: 29 jan. 2019.
- DIEGUES, A. C. et al. (org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA-USP, 2000.
- LÖWENSAHR, C. L.; IEGELSKI, F. **O Sistema Faxinal no Município de Ponta Grossa**: diretrizes para preservação do ecossistema, do modo de vida, da cultura e das identidades das comunidades e dos espaços faxinalenses. Ponta Grossa, 2003. 108p (Relatório Técnico) – Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.
- LONDRES, Flavia. **Sementes Locais: experiências agroecológicas de conservação e uso**. A Associação Biodinâmica e o desafio da produção de sementes de hortaliças. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014.
- MMA. **Agrobiodiversidade e diversidade cultural**. Brasília: MMA/SBF, 2006. 82 p. (Série Biodiversidade, 20)
- MORO R. S., LIMA C. N. Vegetação arbórea do Faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa, PR. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.6, n.1, p. 79-90, jan./jun.2012.

NASCIMENTO, M. E. C.; NASCIMENTO, G. C. C.; CÓRDULA, E. B. L. **Cultura e a oralidade nos contos tradicionais**. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, nº 20, 03 jun. 2014. Disponível em: http://www.educacaopublica.rj.gov.br/cultura/folclore/0022_1.htm. Acesso: 29 jan. 2019.

OLIVEIRA, Regiane Corrêa de. Uso e manejo dos recursos nos arredores das residências de camponeses – Estudo de caso na região da Morraria, Cáceres – MT. 166 f. **Dissertação** (Mestrado em Agricultura Tropical). Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

PEREIRA, R. E. **A consolidação de escolas unidocentes como políticas de educação para a zona rural no Estado do Paraná**. – São Paulo: Annablume\ Fundação Araucária, 2002.

SANTILI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SANTILLI, J. A Lei de Sementes brasileira e os seus impactos sobre a agrobiodiversidade e os sistemas agrícolas locais e tradicionais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 2, p. 457-475, maio-ago. 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de, 1963. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TAVARES, L. A. **Campesinato e os faxinais do Paraná: terras de uso comum**. 2008. 751 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo, 2008.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales**. Barcelona: Icaria, 2008.

VILPOUX, Olivier. F. Papel das Instituições Formais e Informais no Faxinal Taquari dos Ribeiros. In: CARVALHO, Silvia Méri, FLORIANI, Nicolas. **Faxinal Taquari dos Ribeiros: diálogos interdisciplinares, sustentabilidade e etnoecologia**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2017. 159-183.

“SOBRE OS AUTORES”

Joaquim Gonçalves da Costa

Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor da Universidade Fronteira Sul (UFFS) em Laranjeiras do Sul – PR. E-mail: joaquim@uffs.edu.br

Afonso Vieira

Psicólogo, Mestre pelo programa de mestrado em organizações e Desenvolvimento da FAE. E-mail: afonsovieiramusico@gmail.com

João Carlos Corso

Doutor em História e professor no Departamento de História da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), Campus Irati – PR, e-mail: corso@unicentro.br

Gabriel José Pochapski

Doutorando em História na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), (Processo: 140152/2020-2). E-mail: gabriel_pochapski@hotmail.com

Hélio Sochodolak

Doutor em História e professor na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), *campus* Irati-PR. Coordenador do Núcleo de Pesquisas em História da Violência (NUHVI). E-mail: sochodo@gmail.com

Gabriela Migon

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGH/UNICENTRO). E-mail: historia.gabrielamigon@gmail.com

Geovana Betu

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGH/UNICENTRO). E-mail: geovanabetu97@gmail.com

Alex Antônio Vanin (UPF)

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), na linha de pesquisa Economia, Espaço e Sociedade. Graduado e Mestre em História pela mesma instituição. Bolsista PROSUC Capes. E-mail: alex-vanin@hotmail.com.

Rodrigo Silva

Doutor em História pela Universidade de São Paulo, Pós-Doutor pelo Museu Paulista da USP.

Carlos Eduardo França de Oliveira

Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de História da Unicentro/Irati. E-mail: carlosoliveira@unicentro.br

Jaqueline Ester Litvin

Licenciada em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO. Seu email para contato é litvinjaque@gmail.com

Augusto Borges

Doutorando em história pela Universidade Estadual de Maringá, Mestre em história pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2017). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Luterana do Brasil (2017), graduação em Filosofia pela Universidade Metropolitana de Santos (2017) e graduação em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2012). Atualmente é professor - Colégio Estadual do Campo de Gonçalves Júnior. Tem experiência na área de Educação. Contato: augustoborges12@gmail.com

Tiago Boruch

Doutorando em história pela Universidade Estadual de Maringá, Mestre em história pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2018). Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2014). Atualmente é Professor profissionalizante

– Senac -PR e faz parte do Centro de Estudos das Artes e do Patrimônio Cultural -CEAPAC. Contato: boruch.tiago@gmail.com

Marisangela Lins de Almeida (UFSC)

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História (UFSC). E-mail: mary_lins_18@hotmail.com.

Cleusi T. Bobato Stadler

Mestre em História pela UNICENTRO, cursando Doutorado em Geografia – PPGG/UEPG/PR. Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Grupo de Pesquisa Interconexões: saberes, práticas e políticas de natureza - Projeto “Núcleo de Estudos e Capacitação Sócio-técnica de Populações Tradicionais em Agroecologia nos Territórios Faxinalenses”. Projeto “Das territorialidades tradicionais às territorializações da agroecologia: saberes, práticas e políticas de natureza em comunidades rurais tradicionais do Paraná”. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná. E-mail. cleusibobatost@gmail.com.

Texto e Contexto

EDITORA E LIVRARIA

Rua Eduardo Bonjean, 375 - Uvaranas
CEP 84032030 - Ponta Grossa - Paraná
(42) 32269464 | (42) 988834226
textoecontexto.editora@gmail.com